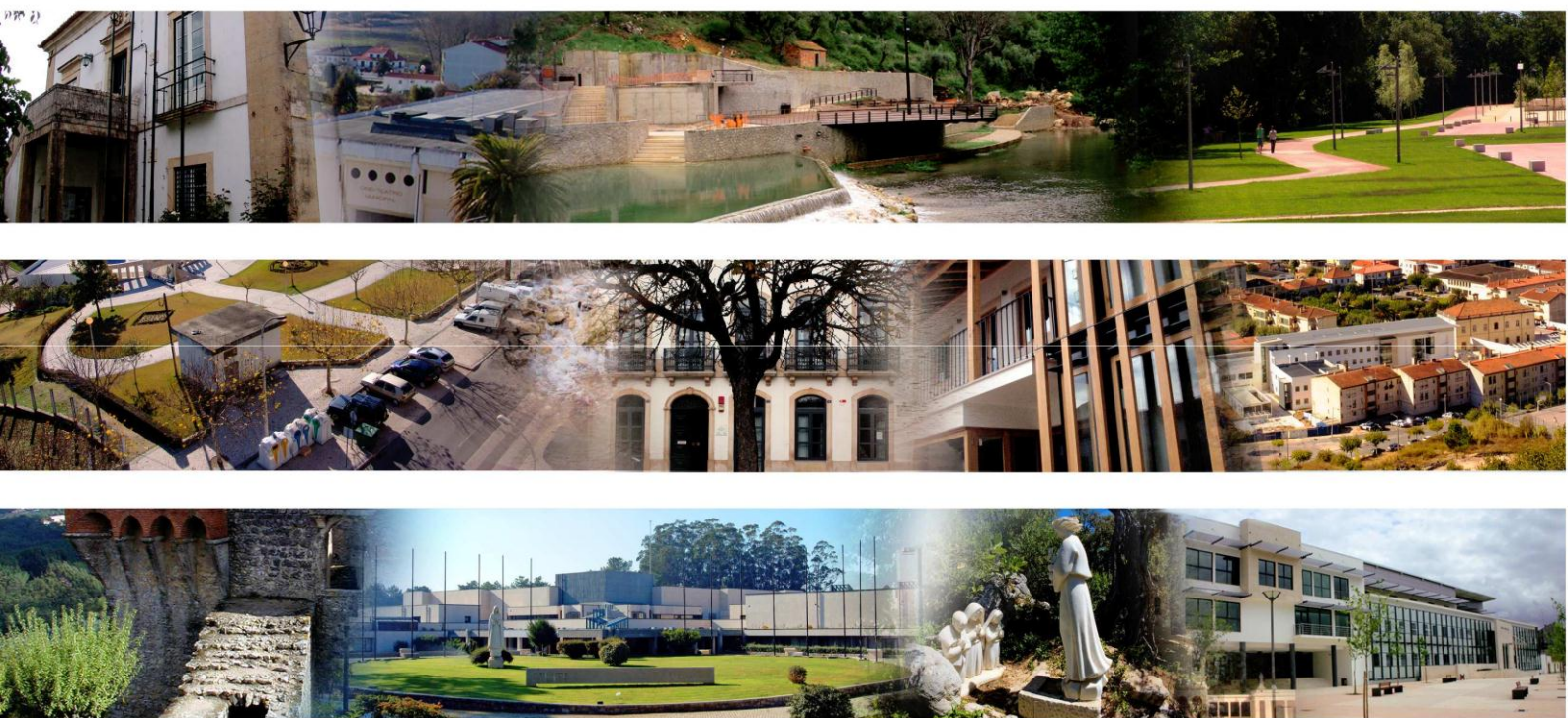


PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO ECONÓMICO DE 2011

RELATÓRIO DE GESTÃO



Índice

Mensagem do Presidente do Órgão Executivo	5
1 - Conjuntura	8
<u>1.1 – Economia Mundial</u>	8
<u>1.2 – União Europeia e Zona Euro</u>	11
<u>1.3 – Nacional</u>	13
1.3.1 – Evolução Político-legal	13
1.3.2 – Enquadramento macroeconómico	20
1.3.3 – Portugal no contexto global	26
<u>1.4 – Conjuntura na área do Município</u>	29
1.4.1 – Caracterização do Município	29
1.4.2 – Análise SWOT	30
1.4.2.1 – Pontos Fortes	30
1.4.2.2 – Oportunidades	31
1.4.2.3 – Pontos Fracos	31
1.4.2.4 - Ameaças	32
1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município	33
2 – Enquadramento Interno	48
<u>2.1 – Alteração no órgão executivo</u>	48
<u>2.2 – Política de recursos humanos adoptada</u>	49
2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal	49
2.2.2 – Evolução dos Recursos Humanos	49
<u>2.3 – Actividades desenvolvidas</u>	56
2.3.1 – Departamento de administração e Planeamento	56
2.3.1.1 – Divisão de Gestão Financeira	58
2.3.1.2 – Divisão de Recursos Humanos, Planeamento e Administração	72
2.3.2 – Departamento do Território	81
2.3.2.1 – Divisão de Ambiente	81
2.3.2.2 – Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território	109
2.3.2.3 – Divisão de Estudos e Projectos	120
2.3.2.4 – Divisão de Obras Municipais	131
2.3.3 – Departamento de Cidadania	134
2.3.3.1 – Divisão de Educação, e Ação Social	134
2.3.3.2 – Divisão de Acção Cultural	152
2.3.4 Divisão de Gestão Urbanística	159
2.3.5 – Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação	163
2.3.6 – Serviço Municipal de Proteção Civil	167

3 – Análise Orçamental	174
<u>3.1 – Evolução do Orçamento da receita por classificação económica</u>	174
<u>3.2 – Evolução do Orçamento da despesa por classificação económica</u>	182
<u>3.3 – Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas</u>	189
3.3.1 – Evolução das GOP's	189
3.3.2 – Estrutura das GOP's	196
<u>3.4 – Evolução da execução orçamental</u>	198
3.4.1 – Orçamento da Receita	198
3.4.2 – Orçamento da Despesa	199
3.4.3 – Grandes Opções do Plano	200
<u>3.5 – Compromissos assumidos para anos seguintes</u>	202
<u>3.6 – Evolução dos resultados orçamentais</u>	203
3.6.1 – Resultado corrente	203
3.6.2 – Resultado Orçamental	205
4 – Fontes de Financiamento	207
<u>4.1 – Receitas Próprias</u>	207
4.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias	207
4.1.2 – Evolução das Receitas Próprias	208
4.1.3 – Indicadores	208
<u>4.2 – Outros Financiamentos</u>	209
4.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos	209
4.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos	210
4.2.3 – Participação do município nos Impostos do Estado	210
4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	212
4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais	213
4.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	213
4.2.5 – Fundos Comunitários	214
4.2.6 – Endividamento Municipal	214
4.2.6.1 – Curto Prazo	214
4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	214
4.2.7 – Indicadores	215
5 – Aplicação dos Recursos Financeiros	217
<u>5.1 – Despesas de Funcionamento</u>	217
5.1.1 – Estrutura das despesas de funcionamento	217
5.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento	218
5.1.3 – Indicadores	218
<u>5.2 – Despesas com o pessoal</u>	219
5.2.1 – Evolução das despesas com pessoal	219

5.2.2 – Indicadores	219
<u>5.3 – Aquisição de bens e serviços</u>	219
5.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços	219
5.3.2 - Indicadores	220
<u>5.4 – Serviço da Dívida</u>	220
5.4.1 – Evolução do serviço da dívida	220
5.4.2 - Indicadores	221
<u>5.5 – Apoios concedidos a terceiros</u>	221
5.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros	222
5.5.2 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros	222
5.5.3 – Indicadores	222
<u>5.6 – Investimento Municipal</u>	223
5.6.1 – Investimento directo	223
5.6.1.1 – Evolução do investimento directo	223
5.6.1.2 – Indicadores	223
5.6.2 – Investimento total (directo e indirecto)	224
5.6.2.1 – Evolução do investimento total	224
5.6.2.2 – Indicadores	224
5.6.3 – O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento	225
6 – Cumprimento legais da despesa	226
<u>6.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com o pessoal</u>	226
<u>6.2 – Cumprimento do limite da capacidade de endividamento</u>	226
7 – Análise da Situação Económica	238
<u>7.1 – Análise da situação Económica</u>	238
7.1.1 – Condições Económicas	238
7.1.2 - Proveitos	240
7.1.2.1 – Estrutura de proveitos	240
7.1.2.2 – Evolução dos proveitos	241
7.1.3 - Custos	246
7.1.3.1 – Estrutura de custos	246
7.1.3.2 – Evolução dos custos	247
7.1.4 – Resultados	254
7.1.4.1 – Resultado operacional	254
7.1.4.2 – Resultado financeiro	255
7.1.4.3 – Resultado corrente	255
7.1.4.4 – Resultado líquido do exercício	255
<u>7.2 – Análise da Situação Financeira</u>	257
7.2.1 – Condições Financeiras	257

7.2.2 – Dívidas de terceiros	260
7.2.3 – Dívidas a terceiros	262
8 – Contabilidade de Custos	264
9 – Consolidação das contas do município com as empresas municipais	274
10 – Outras disposições	288
<u>10.1 – Proposta de aplicação de resultados</u>	288
<u>10.2 – Evolução previsível da actividade</u>	288
<u>10.3 – Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício</u>	288

Mensagem do Presidente do Órgão Executivo

As crescentes dificuldades económicas mundiais, agudizadas pelo estrangulamento da economia nacional, complacente com as medidas governativas, colocam-nos, a todos nós, numa época de crescentes restrições financeiras.

A falta de liquidez municipal, a necessidade de pôr em prática um plano de recuperação financeira, que, simultaneamente, não estrangule a actividade corrente do município nem inviabilize a possibilidade de novos e imperativos investimentos reclamados pelos nossos munícipes, têm sido preocupações constantes do executivo.

Os compromissos e processos anteriormente assumidos, as urgências de investimento, a publicação de nova legislação indutora de novos e exigentes mecanismos de controlo externo e alguns processos judiciais desfavoráveis, têm levado a uma constante redefinição da gestão financeira.

A gestão assume-se assim, complexa, e com a captação de fundos comunitários como eixo prioritário visando o aproveitamento maximizado destes recursos financeiros.

O apoio e incentivo ao empreendedorismo, à criação de emprego e à actividade económica, obriga-nos a continuar a reorganizar e a reforçar a estrutura municipal, criando, simultaneamente, novas sinergias e economias de escala.

Sabemos e sentimos que o tecido económico está fragilizado, e que as populações estão a ser delapidadas no acesso aos serviços de saúde, aos serviços de justiça e até na própria identidade que as congrega nas suas freguesias.

Percorremos o mandato de acordo com a orientação estratégica e política resultante das últimas eleições autárquicas, mas já com alterações impostas pelas circunstâncias económicas.

Todavia, não deixaremos de avançar com o reforço do saneamento básico, com o lançamento de novas obras nas áreas das infra-estruturas sociais, educativas, desportivas, reabilitação urbana e rede viária.

Em comparação com o relatório de contas do ano passado identifica-se o esforço na redução de custos reais, particularmente nas rubricas cuja responsabilidade está exclusivamente na dependência da gestão do Município.

O aumento dos valores dos custos continuam a centrar-se nos serviços de limpeza e resíduos sólidos, setor educativo e do consumo da iluminação pública.

Alguns dos estudos iniciados nos anos anteriores, relativos ao saneamento e iluminação pública, já foram concluídos. Nomeadamente, o do saneamento básico que se encontra a aguardar parecer na ERSAR para lançamento de concurso público.

No decurso de 2011, as despesas realizadas no objetivo “Educação” manifestam um aumento em 22%.

O ano de 2011 demonstra que efetuámos uma redução no número de funcionários da autarquia, num total de 60.

Com a fusão das Empresas Municipais o montante financeiro transferido para as Empresas Municipais diminuiu cerca de meio milhão de euros.

É de salientar o peso que as amortizações representam na estrutura de custos, em 29% do seu total, decorrente da depreciação do património municipal.

O acesso ao apoio extraordinário do Estado, ocorrido em 2009, através do PREDE, para recuperação da dívida a fornecedores, comporta um valor elevado de duas prestações semestrais superiores à transferência do Estado, o que impossibilita, nesses meses, o cumprimento do plano de pagamento de dívidas aos atuais fornecedores do Município de Ourém.

Continuamos a liquidar o pagamento dos Protocolos celebrados, pelo anterior executivo camarário, com as Juntas de Freguesia, num valor que se aproximou dos 2,1 milhões de euros.

As transferências de capital advindas da Administração Central – Estado, apresentaram uma variação negativa (-11%), que em termos absolutos significou um decréscimo de mais de meio milhão de euros.

Face a 2010, o ano económico de 2011 regista uma diminuição em 2,3% nas despesas de funcionamento.

O aumento dos custos com os transportes escolares (+ 297 mil euros) deriva do aumento do número de alunos transportados, face à abertura dos novos Centros Escolares, assim como do acréscimo do custo por aluno no que concerne a este serviço.

O acréscimo relativo aos trabalhos especializados decorreu, essencialmente, da existência de um novo contrato-programa com a Empresa Municipal OurémViva relacionado com o Apoio às Juntas de Freguesia e Promoção do Desenvolvimento Rural, bem como as prestações de serviços de fiscalização de construções da APDAF e do Centro Bem Estar do Bairro.

Por último conclui-se que, o Município de Ourém, a 31 de dezembro de 2011, não se encontrava em excesso de endividamento líquido, considerando que, neste âmbito, dispunha de uma margem de endividamento ligeiramente superior a 8,8 milhões de euros, cumprindo, deste modo, o estabelecido na Lei das Finanças Locais. De referir um decréscimo de 4,1 milhões de euros do nível de endividamento líquido face ao verificado em 31 de dezembro de 2010.

Verificamos que nas *Provisões do Exercício* existe um montante relativo a provisão para riscos e encargos de processos judiciais em curso, e que é estimado pelos serviços em perdas potenciais. Nesta, assume particular relevância o processo da Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, o qual ascende a um montante de 2,3 milhões de euros.

Possuímos um resultado líquido do exercício negativo, o qual, em 2011 se agravou substancialmente (variação absoluta negativa na ordem dos 818,2 mil euros), tendo-se situado superior a 5,6 milhões de euros. Contudo, se excluída a influência decorrente da constituição de provisões, na medida em que se tratam de custos que poderão não ocorrer, o resultado líquido do exercício de 2011 seria negativo em 2,4 milhões de euros, ou seja denotando uma melhoria deste resultado em 1,5 milhões de euros, face aos 3,9 milhões de euros negativos apurados para 2010.

Presentemente, e dadas algumas limitações financeiras e administrativas, impostas pelo atual governo, equaciona-se, e colocar-se-á à consideração dos órgãos municipais, a continuidade de alguns apoios, investimentos, e, inclusivamente a continuidade de alguns dos serviços que o Município de Ourém efetua.

Porém, acreditamos e estamos determinados em consolidar as estruturas presentes, e, passo a passo, valorizar o potencial económico, humano e natural que o nosso concelho possui. Essa é a nossa riqueza, que assegurará o futuro, dependendo, porém, dos esforços que consigamos congregar em torno das causas comuns.

Ourém, Abril de 2012

O Presidente da Câmara Municipal



(Paulo Fonseca)

1. Conjuntura

1.1 Economia mundial

Após anos de robusto crescimento, a economia mundial começou a desacelerar rapidamente, face a uma crise financeira, iniciada no Verão de 2007, que se agudizou em Setembro de 2008, instalando-se o pânico nos mercados financeiros, tendo-se assistido a um aumento dos riscos sistémicos, com a relutância das instituições financeiras em se exporem entre si, circunstância que conduziu a uma exponencial subida das taxas de juro do mercado interbancário.

Face aos acontecimentos ocorridos, verificou-se um aumento da desconfiança e a aversão ao risco estagnou totalmente a liquidez nos mercados de capitais, contribuindo, significativamente, para a paralisação do sistema financeiro e para a ocorrência de situações de insolvência, condições que forçaram os bancos centrais a assumirem-se como o único recurso para obter liquidez (*lenders of only resort*). Complementarmente, a selectividade na concessão do crédito foi substituída por um abrupto corte, contribuindo para que as perspectivas económicas se agravassem, pese embora estas já não manifestassem cenários positivos.

Com o objectivo de se debelarem os riscos decorrentes da crise financeira, numa acção concertada das autoridades a nível global, encetou-se uma descida das taxas de juro, nomeadamente nos EUA, Europa, Ásia e Austrália, acção complementada pela intervenção dos diferentes Estados nos respectivos financeiros, nomeadamente, injectando recursos, nacionalizando instituições, garantindo as operações de financiamento entre bancos e garantindo a dívida bancária.

Depois do forte crescimento económico que havia pautado o ano económico de 2010, este diminuiu em 2011. O referido abrandamento não causou, inicialmente, grande preocupação, na medida em que havia a percepção de que tal ocorrência seria uma consequência do fim do ciclo de existências e da consolidação fiscal e orçamental.

Os efeitos do desastre natural sofrido no Japão, bem como os choques nos preços das matérias-primas, foram oferecendo explicações plausíveis a um abrandamento mais pronunciado.

Contudo, na segunda metade do ano de 2011, tornou-se notório e pronunciado o abrandamento económico, resultando, eventualmente, do adiamento das políticas de reequilíbrio fiscal e orçamental, baseadas na ausência de um crescimento económico sustentado.

O FMI preconizava que o reequilíbrio se deveria efectuar em resultado do aumento da procura privada, alterando-se a vigência do período recente de estímulos fiscais e orçamentais. Contudo, e pese embora se tenha verificado que, na larga maioria dos países das economias mais avançadas se assistiu à implementação de políticas de consolidação orçamental, a procura privada não se apresentou em níveis que permitissem que esta se constituísse como um catalisador do crescimento económico mundial.

As fortes rescrições no acesso ao crédito, e a pesada herança decorrente da “bolha imobiliária”, particularmente na área da habitação, assumiram-se como um forte travão à recuperação económica.

O reequilíbrio externo das economias avançadas com défice corrente, entre os quais os E.U.A., evidenciaram a necessidade de compensar a fraca procura interna pelo aumento da procura externa. Tal facto implica uma mudança simétrica no que concerne a um aumento dos níveis de procura interna por diminuição da procura externa nas economias dos países emergentes com superávites correntes, designadamente a China. Contudo, este acto de reequilíbrio não se verificou no período em análise. De referir que os desequilíbrios diminuíram no período da crise recente, circunstância que se deveu a uma diminuição da produção na relação com as economias emergentes, e não por via de um ajuste estrutural da economia mundial. Deste modo, a perspectiva é a de que os desequilíbrios sofram um aumento e não uma diminuição.

Relativamente à incerteza fiscal e financeira, os mercados manifestaram-se cépticos quando à capacidade de inúmeros países estabilizarem os seus níveis de dívida pública. Por algum tempo, esta preocupação estava confinada a alguns pequenos países periféricos europeus. Contudo, com o decorrer do tempo, com as perspectivas de crescimento e queda, esta apreensão estendeu-se a outros países europeus, bem como a países fora da Europa, desde o Japão até aos E.U.A.

As inquietações verificadas conduziram a um congelamento parcial dos fluxos financeiros, com as instituições bancárias a necessitarem de obter elevados níveis de liquidez e a restringirem, fortemente, o acesso ao crédito.

O medo do desconhecido foi elevado e os preços das acções assinalaram quedas pronunciadas.

O parco crescimento derivou em maiores dificuldades no que concerne à sustentabilidade da dívida, levando o mercado a preocupar-se ainda mais com o contexto da estabilidade fiscal e orçamental.

Complementarmente, os reduzidos níveis de crescimento resultaram no incumprimento de créditos e na deterioração das condições financeiras das instituições bancárias, não descurando, ainda, que o próprio processo de consolidação orçamental impeliu a diminuição do crescimento económico.

Não obstante o disposto, as economias emergentes permaneceram, em grande parte, imunes a estes desenvolvimentos. Contudo, algumas destas evidenciam estar à beira de um sobreaquecimento.

Face ao cenário referenciado, segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional)¹, 2011 deverá ter apresentado um crescimento económico mundial na ordem dos 3,8%. Note-se que o FMI reviu em baixa as suas previsões, face à intensificação da crise da dívida soberana e dos dados observados na área do euro e nos EUA. Já as

¹ International Monetary Found, *World Economic Outlook* – January 2012

estimativas do Banco Mundial são mais pessimistas estabelecendo um aumento em volume do PIB mundial de 2,7%.

Ainda de acordo com o FMI, as economias emergentes deverão ter apresentado um crescimento de 6,2%, ou seja denotando um crescimento mais forte do que o evidenciado pelas economias mais avançadas (1,6%), ficando visíveis diferentes dinâmicas da economia global. Assim, no que concerne às economias emergentes, estima-se que a China tenha crescido 9,2%, a Índia 7,4%, o Brasil 2,9% e a Rússia 4,1%.

Relativamente às economias dos países mais avançados, será de referir que estas denotaram uma desaceleração da procura interna, e a uma frágil recuperação do consumo privado, pautando-se ainda por elevados níveis de desemprego e por uma necessidade premente de consolidação orçamental.

Ao nível do comércio mundial e após uma acentuadíssima quebra verificada em 2009 (-10,7%) que se inverteu em 2010, com um crescimento na ordem dos 12,7%, 2011 assinala um abrandamento dos níveis de crescimento deste indicador, devendo-se situar em 6,9%, tendo os países emergentes permanecido como os principais propulsores do comércio mundial.

Em dezembro de 2011, a cotação média do spot do petróleo (dólares/barril de Brent), foi de 107,97 USD. Apesar da quebra verificada a partir de abril, a cotação média subiu 39,3% em 2011, após 28,7% em 2010.

No que concerne à taxa de câmbio Eur/USD, no conjunto de 2011, o euro perdeu 3,2% face ao dólar em comparação de final de ano, embora a cotação média anual tenha registado uma apreciação de 5% face a 2010. Em dezembro de 2011, a cotação apresentou-se nos 1,3179 dólares, ou seja, atingindo um mínimo de 15 meses.

1.2 União Europeia e Zona Euro

União Europeia

Em 2011, o PIB da União Europeia (EU-27) apresentou um crescimento, em termos homólogos reais de 1,6% (1,7% em 2010), ou seja denotando uma ligeira desaceleração. De entre as principais economias, destaca-se, no último trimestre do ano em análise, um abrandamento registado na Alemanha, França, Espanha e uma quebra em Itália.

O indicador de sentimento económico na UE27 denotou uma tendência para uma deterioração do seu índice ao longo do período em análise.

Ao nível do IHPC (Índice de Harmonizado de Preços do Consumidor), a variação homóloga foi de 2,7, tendo o último trimestre apresentado o valor mais elevado (2,9). A taxa de desemprego permaneceu em valores elevados, situando-se em 10,1%.

Quadro – Indicadores Avançados para a UE27

Indicador	Unidade	Fonte	2011	I T 11	II T 11	III T 11	IV T 11
União Europeia (EU-27) - PIB Real	VH	Eurostat	1,6	2,4	1,7	1,4	0,9
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,3	106,4	104,6	97,5	92,6
Área do Euro (AE-17) - PIB Real	VH	Eurostat	1,5	2,4	1,6	1,3	0,7
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,0	106,9	105,2	98,4	93,6
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,6	6,7	4,2	3,9	-0,2
Índice de Vendas a Retalho	VH Real	Eurostat	-0,6	0,1	-0,4	-0,7	-1,3
Taxa de Desemprego	%	Eurostat	10,1	10,0	10,0	10,2	10,4
IHPC	VH	Eurostat	2,7	2,5	2,8	2,7	2,9

Área Euro

O PIB da Área do Euro a (AE-17) apresentou um crescimento em termos homólogos reais de 1,5%, ou seja, ligeiramente inferior ao verificado para a EU-27.

A taxa de refinanciamento bancário (*main refinancing operations*), do BCE (Banco Central Europeu), manteve-se ao longo de 2011, em 1%.

1.3 Nacional

1.3.1 Evolução Político-legal

Eleições

Em 23 de janeiro realizaram-se eleições presidenciais, tendo sido reeleito Aníbal Cavaco Silva para um segundo mandato.

Com a queda do XVIII Governo Constitucional de Portugal, o Presidente da República Portuguesa convocou eleições legislativas antecipadas, tendo estas decorrido a 5 de junho. Face aos resultados das referidas eleições formou-se um Governo de coligação do PPD/PSD com o CDS-PP (XIX Governo Constitucional de Portugal), estabelecendo-se a seguinte composição da Assembleia da República:

- BE: 8 deputados;
- CDU: 16 deputados;
- PS: 74 deputados;
- PPD/PSD: 108 deputados;
- CDS-PP: 24 deputados.

Alterações legislativas

Apresenta-se quadro resumo das alterações legislativas ocorridas em 2011, com incidência nas autarquias locais, consideradas mais relevantes.

Quadro – Legislação do ano 2011 mais relevante, com impacto nas autarquias

Data	Referência	Resumo
03-01	Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011	Procede à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela <u>Lei n.º 110/2009</u> , de 16 de setembro.
04-01	Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2011	Concretiza as orientações para aplicação da redução remuneratória nas empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o sector empresarial regional e municipal.

10-01	Decreto-Lei n.º 5/2011	Estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal.
11-01	Portaria n.º 29/2011	Estabelece as regras de determinação do vencimento de exercício dos conservadores, notários e oficiais dos registos e do notariado para o ano de 2011.
13-01	Portaria n.º 34/2011	Estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores.
24-01	Decreto-Lei n.º 12/2011	No âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, estabelece os requisitos para a concepção ecológica dos produtos relacionados com o consumo de energia e transpõe a Directiva n.º 2009/125/CE , do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro.
25-01	Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011	Determina a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no sistema educativo no ano lectivo de 2011-2012 e, a partir de 1 de Janeiro de 2012, ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades na dependência do Governo, bem como à publicação do Diário da República.
25-01	Decreto-Lei n.º 13/2011	Regula as transferências a efectuar pelas autarquias locais a instituições culturais, recreativas e desportivas constituídas por trabalhadores municipais ou que visem a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores municipais e aos seus familiares, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 43.º da Lei n.º 3-B/2010 , de 28 de Abril.
25-01	Decreto-Lei n.º 14/2011	Cria o Fundo para a Modernização da Justiça.
25-01	Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 3/2011	Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do artigo 9.º-A, n.os 1 e 2, do Regulamento Nacional de Estágio da Ordem dos Advogados, na redacção aprovada pela deliberação do Conselho Geral da Ordem dos Advogados n.º 3333-A/2009, de 16 de dezembro.
26-01	Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2011	Em procedimento dependente de acusação particular, o direito à constituição como assistente fica precludido se não for apresentado requerimento para esse efeito no prazo fixado no n.º 2 do artigo 68.º do Código de Processo Penal.
27-01	Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2011	Em face das disposições conjugadas dos artigos 48.º a 53.º e 401.º do Código de Processo Penal, o Ministério Público não tem interesse em agir para recorrer de decisões concordantes com a sua posição anteriormente assumida no processo.

28-01	Portaria n.º 54/2011	Cria o serviço de disponibilização online de informação não certificada, existente sobre a descrição do prédio e a identificação do proprietário, designado por informação predial simplificada.
28-01	Portaria 57/2011	Estabelece as classes das habilitações contidas nos alvarás de construção, e os correspondentes valores, e revoga a Portaria n.º 21/2010 , de 11 de janeiro.
15-02	Lei n.º 3/2011	Proíbe qualquer discriminação no acesso e no exercício do trabalho independente e transpõe a Directiva n.º 2000/43/CE , do Conselho, de 29 de junho, a Directiva n.º 2000/78/CE , do Conselho, de 27 de novembro, e a Directiva n.º 2006/54/CE , do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho.
16-02	Declaração de Rectificação n.º 3/2011	Rectifica a Lei n.º 55-A/2010 , de 31 de Dezembro, «Orçamento do Estado para 2011», publicada no suplemento ao Diário da República, 1.ª série, n.º 253, de 31 de dezembro de 2010.
28-01	Decreto-Lei n.º 29/2001	Estabelece o regime jurídico aplicável à formação e execução dos contratos de desempenho energético que revistam a natureza de contratos de gestão de eficiência energética, a celebrar entre as entidades públicas e as empresas de serviços energéticos.
01-03	Decreto-Lei n.º 29-A/2011	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2011.
28-02	Portaria 92/2011	Regula o Programa de Estágios Profissionais.
02-03	Resolução da Assembleia da República n.º 33/2011	Auditoria ao Sistema Informático de Execuções Fiscais.
09-03	Portaria n.º 98/2011	Estabelece a uniformização das regras de concessão de apoios financeiros às instituições particulares de solidariedade social e outras entidades sem fins lucrativos que desenvolvem actividade no âmbito da educação especial e revoga a Portaria n.º 776/99 , de 30 de agosto.
11-03	Acórdão do Supremo Tribunal da Justiça n.º 5/2011	Em processo por crime público ou semipúblico, o assistente que não deduziu acusação autónoma nem aderiu à acusação pública pode recorrer da decisão de não pronúncia, em instrução requerida pelo arguido, e da sentença absolutória, mesmo não havendo recurso do Ministério Público.
23-03	Resolução do Concelho de Ministros n.º 20/2011	Aprova medidas para incentivar a reabilitação urbana e dinamizar a economia no âmbito da Iniciativa para a Competitividade e o Emprego.

23-03	Portaria n.º 113/2011	Aprova o Regulamento do Fundo Florestal Permanente.
26-04	Lei n.º 11/2011	Estabelece o regime jurídico de acesso e de permanência na actividade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime de funcionamento dos centros de inspecção e revoga o Decreto-Lei n.º 550/99 , de 15 de Dezembro.
28-04	Portaria n.º 174/2011	Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P..
20-05	Portaria n.º 203/2011	Define quais os sistemas de mediação pré-judicial cuja utilização suspende os prazos de caducidade e prescrição dos direitos e procede à regulamentação do seu regime e os sistemas de mediação judicial que suspendem a instância.
31-05	Portaria n.º 216/2011	Aprova os estatutos do Instituto Nacional de Administração, I. P., e revoga a Portaria n.º 354/2007 , de 30 de março.
31-05	Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 7/2011	No crime de dano, previsto e punido no artigo 212.º, n.º 1, do Código Penal, é ofendido, tendo legitimidade para apresentar queixa nos termos do artigo 113.º, n.º 1, do mesmo diploma, o proprietário da coisa «destruída no todo ou em parte, danificada, desfigurada ou inutilizada», e quem, estando por título legítimo no gozo da coisa, for afectado no seu direito de uso e fruição.
01-06	Portaria n.º 219/2011	Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na realização da venda de bens penhorados em processo de execução fiscal de venda judicial na modalidade de leilão electrónico.
01-06	Portaria n.º 221/2011	Altera o anexo da Portaria n.º 373/2007 , de 30 de Março, que estabelece a estrutura nuclear das direcções regionais de cultura e as competências das respectivas unidades orgânicas.
02-06	Portaria n.º 222/2011	Primeira alteração à Portaria n.º 72/2010 , de 4 de Fevereiro, que estabelece as regras respeitantes à liquidação, pagamento e repercussão da taxa de gestão de resíduos.
17-06	Decreto-Lei n.º 73/2011	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006 , de 5 de Setembro, transpõe a Directiva n.º 2008/98/CE , do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos.
20-06	Decreto-Lei n.º 84/2011	Procede à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das actividades de pesquisa e captação de águas subterrâneas, conformando-os com o Decreto-Lei n.º

		92/2010 , de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/123/CE , do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno..
21-06	Portaria n.º 239/2011	Identifica os elementos que as meras comunicações prévias e as comunicações prévias com prazo previstas no Decreto-Lei n.º 48/2011 , de 1 de abril, devem conter.
21-06	Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2011	Uniformiza a jurisprudência no sentido de que a competência territorial para o conhecimento de pedidos de anulação ou de nulidade de actos administrativos e de adopção de providências cautelares a eles respeitantes, formulados por dois requerentes - um com sede no estrangeiro e outro com sede em Portugal -, cabe ao tribunal da residência ou sede do autor em Portugal, ou ao Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, cabendo aos autores essa escolha.
22-06	Lei n.º 44/2011	Procede à quarta alteração à Lei n.º 23/96 , de 26 de Julho, que «Cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de “serviços públicos essenciais”».
22-06	Portaria n.º 245/2011	Define os requisitos, as condições e as regras de funcionamento e de utilização da plataforma informática destinada ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no Diário da República e para depósito na Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
27-06	Portaria n.º 252/2011	Estabelece as normas técnicas para instalação e funcionamento de pontos de carregamento normal em edifícios e outras operações urbanísticas Estabelece as normas técnicas para instalação e funcionamento de pontos de carregamento normal em edifícios e outras operações urbanísticas.
09-03	Acórdão n.º 26/2011	Julga inconstitucional a norma do art.º 8º do reg. Geral das Infracções Tributárias, na parte em que se refere à responsabilidade subsidiária dos administradores e gerentes pelos montantes correspondentes às coimas aplicadas a pessoas colectivas em processo de contra-ordenação fiscal, efetivada através do mecanismo da reversão da execução fiscal.
09-03	Acórdão n.º 53/2011	Não julga inconstitucionais as normas constantes dos art.º 272º, n.º 1, 119º al.c) e 120º n.º 2, alínea d) do Código Processo Penal, quando interpretadas no sentido de que a falta de interrogatório com o arguido, no inquérito, de pessoa determinada contra quem o inquérito corre, sendo possível a notificação, constitui a nulidade prevista no art.º 120º n.º 2, al. A) do Código Penal; não julga inconstitucional a norma do art.º 69º, n.º 1, alínea a) do Código Penal, quando interpretada no sentido de poder ser aplicada a sanção acessória consistente na inibição de conduzir,

		sem necessidade de se apurar qualquer outro requisito, tendo havido condenação pela prática de crime previsto no art.º 291º, n.º 1, al.a) do Código Penal.
02-12	Acórdão n.º 62/2011	Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 9.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, que sanciona com coima entre (euro) 15 000 e (euro) 30 000 a recusa do fornecedor de bens ou prestador de serviços de facultar o livro de reclamações nos casos em que, não tendo sido esse livro facultado imediatamente, o utente requereu a presença da autoridade policial para remover essa recusa.
16-05	Acórdão n.º 94/2011	Não julga inconstitucional a norma que resulta da leitura conjugada do artigo 66.º, n.º 1, com o artigo 113.º, n.º 9, ambos do Código de Processo Penal, quando interpretados no sentido de que o prazo para aperfeiçoamento do requerimento de recurso se conta a partir da notificação ao defensor.
29-03	Aviso n.º 7841/2011	Altera o artigo 34.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Ourém.
28-04	Despacho n.º 6676/2011	Nos termos do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, compete à entidade empregadora pública definir os horários de trabalho dos trabalhadores ao seu serviço, dentro dos condicionalismos legais.
14-09	Acórdão n.º 112/2011	Não julga inconstitucional a norma contida nos artigos 77.º, 78.º e 81.º do Código Penal, quando interpretada no sentido de, em sede de cúmulo jurídico superveniente, se dever considerar no cômputo da pena única as penas parcelares, desconsiderando-se uma pena única já julgada cumprida e extinta, resultante da realização de cúmulo jurídico anterior.
30-12	Lei n.º 64-B/2011	Orçamento de Estado para 2012.
30-12	Lei n.º 64-A/2011	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015.
30-12	Lei n.º 64-C/2011	Aprova a estratégia e os procedimentos a adoptar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respectiva implementação até 2015.
30-12	Portaria n.º 319/2011	Terceira alteração à Portaria n.º 10/2008 , de 3 de Janeiro, que regulamenta a lei do acesso ao direito

29-12	Portaria n.º 314/2011	Aprova a declaração modelo 10 do IRS e do IRC e as respectivas instruções de preenchimento.
22-12	Lei n.º 64/2011	Modifica os procedimentos de recrutamento, selecção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 2/2004 , de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à quinta alteração à Lei n.º 4/2004 , de 15 de Janeiro, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado.
21-12	Portaria n.º 308/2011	Estabelece os requisitos específicos relativos a instalações, funcionamento e regime de classificação aplicáveis aos estabelecimentos de restauração ou bebidas, incluindo aos integrados em empreendimentos turísticos e às secções acessórias de restauração ou de bebidas instaladas em estabelecimentos comerciais com outra actividade.
14-12	Lei n.º 63/2011	Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária.
30-11	Lei Orgânica n.º 1/2011	Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República.
16-11	Decreto-Lei 107/2011	Altera o REAP.
14-10	Lei n.º 53/2011	Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009 , de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação do contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.
28-09	Decreto-Lei n.º 99/2011	Altera o regime de licenciamento e fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social, regulado pelo Decreto-Lei n.º 64/2007 , de 14 de Março, contemplando os princípios de simplificação e agilização do regime de licenciamento previstos no Decreto-Lei n.º 92/2010 , de 26 de Julho, e actualiza as remissões e referências legislativas constantes do Decreto-Lei n.º 64/2007 , de 14 de março.
31-05	Portaria n.º 215/2011	Estabelece os requisitos específicos relativos a instalações, funcionamento e regime de classificação aplicáveis aos estabelecimentos de restauração ou bebidas, incluindo aos integrados em empreendimentos turísticos e às secções acessórias de restauração ou de bebidas instaladas em

		estabelecimentos comerciais com outra actividade.
26-08	Lei n.º 48/2011	Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010 , de 31 de dezembro, no âmbito da iniciativa de reforço da estabilidade financeira.

1.3.2 Enquadramento macroeconómico

Evolução

Desde o início deste século que Portugal tem vindo a registar um débil crescimento económico, sempre inferior à média da área do euro. Esta circunstância tem-se caracterizado por uma persistente baixa produtividade, por uma deterioração da competitividade, pelo crescimento do desemprego e por um considerável défice externo.

Segundo a CE (Comissão Europeia), a actual crise veio exacerbar as fraquezas já existentes, sendo de referir que alguns destes desequilíbrios apenas têm vindo a ser corrigidos de forma lenta e parcial. Efectivamente, com o crescimento dos níveis de incerteza e de aversão ao risco, observou-se uma queda abrupta e marcada das expectativas dos agentes, da actividade económica e do comércio internacional, pelo que os referidos choques adversos se propagaram, rapidamente, ao conjunto das economias integradas globalmente em termos reais e financeiros, incluindo Portugal, e amplificaram a dinâmica de desaceleração já presente em várias economias, nomeadamente, as que observavam correcções significativas nos mercados imobiliários.

Deste modo, o PIB começou a retrair-se no final de 2008, circunstância que permaneceu em 2009 com uma quebra de 2,5%. Em 2010 o PIB apresentou um crescimento de 1,4%, essencialmente determinado pela evolução da procura interna (contributo para a variação anual do PIB de 0,9 p.p. após -3,2 p.p em 2009), mas também da procura externa líquida (contributo para a variação anual do PIB de 0,5 p.p. após 0,7 p.p. em 2009).

Porém, após o moderado crescimento verificado em 2010, o ano económico de 2011 assinala uma contração da economia portuguesa em 1,5%, traduzindo uma quebra significativa da procura interna, tanto pública como privada, num quadro de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos básicos. A forte contração da procura interna foi acompanhada por um crescimento significativo das exportações, a qual não foi suficiente para compensar o impacto do ajustamento dos níveis de procura por parte dos agentes residentes, num quadro de desalavancagem do setor privado e consolidação orçamental.

No contexto da crise da dívida soberana na área do euro, a economia portuguesa agravou o inadiável processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos, os quais se tinham traduzido em necessidades de financiamento externo persistentes e elevados, e, consequentemente, numa trajetória insustentável da posição de investimento internacional.

Face às fortes tensões existentes nos mercados financeiros internacionais, estes desequilíbrios constituíram-se numa vulnerabilidade adicional para a economia portuguesa, contribuindo para uma perda de acesso do setor público (e consequentemente do sector bancário), ao mercado de financiamento em condições regulares. Deste modo, o Estado português solicitou assistência financeira junto do FMI (Fundo Monetário Internacional) e da UE (União Europeia), ato formalizado através do PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira), no qual o Governo se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural, tendo como objetivo assegurar condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa, e permitir um padrão de crescimento sustentável face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais mas que, inevitavelmente, têm um efeito contracionista no curto prazo.

Ao nível do Comércio Internacional, as exportações e as importações totais aumentaram 15,2% e 1,0%, respetivamente, em termos homólogos. Excluindo o efeito decorrente dos combustíveis, as exportações cresceram 16,7% e as importações diminuíram 2,7%.

Relativamente ao mercado de trabalho e de acordo com os elementos publicados pelo INE, a taxa de desemprego foi-se agravando ao longo de 2011, atingindo no quarto trimestre 14% (12,7%, a média anual de 2011).

No que concerne aos preços, o ano de 2011 denota uma variação do IHPC em 3,7% (-0,9% em 2009), tendo-se situado 0,8 pontos base acima da Área do Euro.

No período de janeiro a dezembro de 2010, o défice conjunto das Balanças Corrente e de Capital diminuiu 6.383 milhões de euros face a igual período do ano anterior, situando-se em 8.901 milhões de euros.

No que respeita às finanças públicas, na óptica de caixa da contabilidade pública, assinala-se um défice de 7.195 milhões de euros no subsetor Estado (11.247,6 milhões de euros excluindo 3.263,1 milhões de euros da transferência do fundo de pensões da banca e 790 milhões de euros resultantes da sobretaxa extraordinária de IRS), menos 50% que em 2010, e menos 21,2% se excluídas as receitas extraordinárias temporárias, anteriormente, referidas.

A receita do Estado registou um aumento de 5.250 milhões de euros, com uma taxa de crescimento de 14,5% (3,3% sem as referidas receitas extraordinárias, ou seja, abaixo da meta inicialmente estabelecida que era de 6,7%), repartida entre 6% na receita fiscal (3,6% sem a sobretaxa extraordinária de IRS) e 82,5% na receita não fiscal (0,9% sem a transferência de fundos de pensões).

A despesa registou uma variação de 1.884 milhões de euros correspondendo a uma taxa de variação de -3,6%. Esta variação resulta de um aumento de 5,5% na despesa de capital comparável (após correção da antecipação para 2010 da entrega de equipamento militar de 1.000 milhões de euros, caso contrário a variação seria de -21%), de 21,5% nos juros da dívida e de uma redução de 5% na despesa corrente primária (incluindo variações de 9,6% na despesa com pessoal e -5,3% nas transferências correntes).

O saldo positivo dos Serviços e Fundos Autónomos diminuiu em 2011 (1.192,1 milhões de euros para 903 milhões de euros), com a quebra de 3,7% na despesa (onde se destaca a redução na despesa do SNS), a ser superada pela descida de 7,9% na receita, a refletir a compensação relativa à transferência do Fundo de Pensões da PT, que teve um impacto significativo em dezembro de 2010. Na Segurança Social, o excedente também diminuiu em 2011 (260 milhões de euros, para 429 milhões de euros), traduzindo variações de 0,3% na despesa e -1,3% na receita. O saldo agregado dos três subsetores referidos melhorou, assim, de -11.495 milhões de euros em 2010 para -5.863 milhões de euros, traduzindo uma redução do défice em 51%.

Importa referir que a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República, em análise à execução orçamental de 2011 reporta que excluindo medidas extraordinárias “o défice de 2011 foi superior ao orçamento inicial em 1.893 milhões de euros”, para o que “contribuiu sobretudo a insuficiente execução da receita não fiscal”, designadamente, a relacionada com a emissão de licenças da rede móvel 4G e as contribuições para a Segurança Social. Para a UTAO, a suborçamentação das despesas com pessoal e das transferências correntes e de capital “justificou a maioria dos desvios da despesa face ao Orçamento do Estado inicial”. Os mencionados desvios terão contribuído para a apresentação da segunda alteração ao OE/2011. Contudo, verifica-se um corte na despesa superior ao previsto (-1.700 milhões de euros), mas a receita também ficou muito aquém do esperado. A UTAO salientou ainda que Portugal continua a não cumprir a meta inscrita no Memorando de Entendimento de não acumulação de dívidas em atraso, tendo o stock de pagamentos em atraso aumentado.

Relativamente à administração local, o saldo provisório da execução orçamental foi de 196,1 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 136,4 milhões de euros, face ao volume verificado no ano anterior. A execução orçamental da administração local, face ao período homólogo de 2010, caracterizou-se por:

- Um decréscimo da receita total em 0,8%, tendo contribuído para esta evolução, principalmente, o comportamento das transferências correntes no âmbito da

Lei das Finanças Locais, a receita do Imposto Municipal sobre Transmissões e a venda de bens de investimento. Com um comportamento inverso, realça-se o crescimento das transferências de capital do resto do mundo e o Imposto Municipal sobre Imóveis;

- Um decréscimo da despesa total em 2,8%, refletindo, especialmente, a diminuição das despesas de capital e das despesas com pessoal. Em sentido contrário, apenas a despesa com bens e serviços e os juros e outros encargos da dívida apresentaram variações positivas.

Síntese de indicadores económicos nacionais

- Actividade Económica Nacional

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2010	2011
PIB - CN Trimestrais	INE	VH (Real)	1,4	-1,5
Indicador de Clima Económico	INE	SRE-VE	-0,4	-2,7
Indicador de Confiança da Indústria	INE	SRE-VCS	-12,1	-15,7
Indicador de Confiança do Comércio	INE	SRE-VCS	-5,0	-16,7
Indicador de Construção dos Serviços	INE	SRE-VCS	-8,9	-19,2
Indicador de Construção da Construção	INE	SRE-VCS	-42,1	-57,2
Índice de Produção Industrial - Ind. Transf.	INE	VH	2,2	0,5
Índice de Volume de Negócios - Ind. Transf.	INE	VH	9,3	7,4
Índice de Volume de Negócios - Serviços	INE	VH	2,4	-2,3

- Consumo Privado

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2010	2011
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-41	-52
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	INE	VH	-11	-34
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho	INE	VH	-0,4	-6,8
Bens alimentares	INE	VH	2,3	-2,7
Bens não alimentares	INE	VH	-2,9	-10,5
Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	38,8	-31,4
Importação de Bens de Consumo (excl. mat. transp.)	INE	VH	3,3	-2,1

- Investimento

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2010	2011
Indicador de FBCF	INE	SRE-VE	-3,0	-9,0
Vendas de Cimento	Cimpor/Secil	VH	-11,6	-11,1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	ACAP	VH	17,4	-23,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	ACAP	VH	-6,9	-16,9
Volume de Vendas de Bens de Investimento	INE	SRE-VE	-28,3	-42,0
Licença de Construção de Fogos	INE	VH	-9,9	-32,1
Importação de Bens de Capital	INE	VH	-11,8	-10,0
Índice Vol. Neg. da IT de Bens. De Investimento	INE	VH	-5,8	-6,1

- Indicadores de Contas Externas

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2010	2011
Importações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	5,4	:
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	8,8	:
Saldo de bens e serviços	INE	%PIB	7,2	:
Necessid. De financiamento da economia	INE	%PIB	-8,3	:
Saídas de mercadorias	INE	VH (nominal)	16,0	15,2
Entradas de mercadorias	INE	VH (nominal)	11,0	1,0
Saldo Balança Corrente e de Capital	BP	10 ⁶ Euro	-15.284	-8.901
Saldo Balança de Bens	BP	10 ⁶ Euro	-18.195	-13.190
Saldo Balança de Serviços	BP	10 ⁶ Euro	6.712	7.744
Saldo Balança de Rendimentos	BP	10 ⁶ Euro	-7.939	-8.574
Saldo Balança de Transf. Correntes	BP	10 ⁶ Euro	2.198	2.995

- Mercado de trabalho

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2010	2011
Taxa de Desemprego	INE	%	10,8	12,7
Emprego Total	INE	VH	-1,5	-2,8
Desemprego Registado (fim de período)	IEFP	VH	3,3	11,7
Desempregados Inscritos (ao longo do período)	IEFP	VH	-6,7	5,3
Ofertas de Emprego (ao longo do período)	IEFP	VH	4,9	-20,1
Contratação Colectiva	MTSS	VHA	2,4	1,5
Índice do Custo do Trabalho	INE	VH	:	-0,3

- Preços

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2010	2011
Índice de Preços no Consumidor	INE	VM12	1,4	3,7
IPC - Bens	INE	VH	1,7	4,4
IPC - Serviços	INE	VH	1,0	2,5
IPC - excl. aliment. não transf. e energéticos	INE	VH	0,2	2,3
Índice de Preços na Produção Industrial	INE	VH	3,7	5,8
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	INE	VH	1,4	3,6
Diferencial IHPC vs Área do Euro (VH)	Eurostat	p.p	-0,2	0,8

- Indicadores Monetários e Financeiros

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2010	2011
Yield OT 10 anos - Portugal (fim de período)	IGCP	%	6,6	12,9
Yield OT 10 anos - Spread-vis-à-vis Alemanha	IGCP	p.b.	365	1111
PSI 20	CMVM	VC	-10,3	-27,6
Empréstimos a particulares: - para consumo	BP	V.Anual	2,5	-6,7
Empréstimos a particulares: - para habitação	BP	V.Anual	0,5	-1,6
Empréstimos a empresas	BP	V.Anual	0,0	-2,7
Taxas de juro de empréstimos p/habitação	BP	%	2,12	2,73
Taxas de juro de empréstimos p/empresas	BP	%	3,74	5,12

1.3.3 Portugal no contexto global

Remoção de obstáculos ao crescimento económico

Segundo o relatório do Banco Mundial “*Doing Business 2012: Doing Business 2012 report*”, o qual cobre o período de junho de 2010 a junho de 2011, Portugal manteve a sua posição, figurando na 30.^a posição do ranking mundial no que concerne ao ambiente de negócios. Este índice é apresentado como um ranking que compara 183 economias.

Nesta análise são considerados dez requisitos relacionados com facilidade/dificuldade em fazer negócios.

Os dados do Banco Mundial demonstram que os melhores indicadores respeitantes a Portugal respeitam à execução de contratos (22.^a posição), resolução de insolvências

(22.^a posição), abertura de negócio (26.^a posição), comércio entre fronteiras (26.^a posição) e registo de propriedades (31.^a posição).

As posições menos favoráveis relacionam-se com os seguintes requisitos: obtenção de crédito (126.^a posição), obtenção de alvarás de construção (97.^a posição), e pagamento de impostos (78.^a posição).

Quadro – Ranking e indicadores do *Doing Business* 2012

Indicadores	2012	2011
Abertura de Negócio	26	59
Obtenção de alvarás de construção	97	107
Obtenção de electricidade	34	33
Registo de propriedades	31	30
Obtenção de crédito	126	116
Proteção de investidores	46	44
Pagamento de impostos	78	77
Comércio entre fronteiras	26	24
Execução de contratos	22	23
Resolução de insolvências	22	20
Ranking "Doing Business"	30	30

Fonte: Banco Mundial

Índice de Desenvolvimento Humano – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros factores padronizados de modo a permitir a avaliação do bem-estar de uma população. Este índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

Em observância ao IDH apresentado em 2011 no relatório das Nações Unidas (dados relativos a 2009), Portugal surge em 41.º lugar, descendo um lugar face à posição que ocupava no relatório anterior, persistindo uma perda de posições no ranking, ano após ano. Contudo, será de referir que a tabela de análise integra um aumento de 169 para 187 países.

Apesar de se manter no grupo dos países com “desenvolvimento humano muito elevado”, caiu de novo numa tabela que volta a colocar a Noruega no topo e Espanha em 23º lugar. No âmbito dos países que surgem no primeiro grupo (47), Portugal surge em melhor posição do que a Bahrein, Letónia, Chile, Argentina, Croácia e Barbados.

Dos 27 países da União Europeia, Portugal surge apenas mais bem classificado do que a Letónia (43.º lugar), Roménia (50.º lugar) e Bulgária (55.º lugar).

Os portugueses têm uma esperança de vida à nascença de 79,5 anos, sempre a crescer nas últimas décadas, ainda assim menos dois anos que os espanhóis (81,4 anos). Note-se que, relativamente, a este indicador a baixa escolaridade contribui para o “atraso” de Portugal no mundo desenvolvido. Com a média de 7,7 anos passados na escola, pior, só o Qatar (7,3).

Ao longo dos últimos 30 anos Portugal aumentou a esperança média de vida à nascença em 8,2 anos. A escolaridade subiu em média 2,9 anos e o rendimento nacional bruto por pessoa cresceu 76%. Contudo, no que concerne a este último indicador, a última previsão aponta para o valor mais baixo registado entre os últimos quatro referidos: em 2000 atingiu os 20.662 dólares; cinco anos depois subiu para 20.980 dólares; em 2010 baixou ligeiramente para 20.928 dólares; estabelecendo-se em 2011 uma descida para 20.573 dólares.

Grécia e Hungria são os países que os peritos da ONU consideram semelhantes a Portugal, pelo número de habitantes e o índice de desenvolvimento humano que ocupa (29.º e 38.º respectivamente). A ordem mantém-se quanto ao rendimento nacional bruto, mas altera-se na escolarização, onde os húngaros surgem na liderança

dos três países com 11,1 anos de escolaridade média por habitante, seguidos dos gregos (10,1) e, à distância, dos portugueses (7,7).

Portugal assume a dianteira entre os três países anteriormente referenciados e situa-se em 19.º lugar quando são ponderados os critérios do índice de desigualdade de género avaliados (a Grécia surge em 24.º lugar e a Hungria em 39.º). Entre os fatores que contribuem para este índice, Portugal lidera na taxa de mulheres deputadas (27,4%), à frente da Grécia (17,3%) e da Hungria (9,1%), e na percentagem de mulheres com emprego (56,2%), destacado à frente da Grécia (49,2%) e da Hungria (42,5%). A Grécia volta a liderar quando é avaliada a taxa de mortalidade materna (mulheres que morrem devido a complicações relacionadas com a gravidez ou no parto), com duas mães a morrerem por cada 100 mil crianças que nascem anualmente, seguida de Portugal sete) e Hungria (13). Onde Portugal volta a destacar-se é na taxa de mães adolescentes, que são 16,8 em cada mil crianças que nascem, seguido da Hungria (16,5) e da Grécia (11,6).

1.4 Conjuntura na área do Município

1.4.1 Caracterização do Município

Ourém, cidade e sede de concelho do distrito de Santarém, situa-se no centro do país, na área do Vale do Tejo, a cerca de 40Km da costa atlântica e posiciona-se entre a latitude 39º 30' N e 39º 50' e a longitude 8º 30W e 8º 40'W. A área afecta a este município desenvolve-se entre a vertente norte da Serra de Aire, a plataforma de Fátima a oeste e o Rio Nabão a leste e abrange uma área de cerca de 416,1Km². Fica ainda encravado pelos concelhos de Pombal, a Norte, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Tomar a nascente, Torres Novas e Alcanena a sul e a poente pelos concelhos da Batalha e Leiria.²

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias, Freixianda, Vilar dos Prazeres, e

² Roteiro Turístico de Ourém (2004), pág. 9

Olival, registando em 2011 (dados censitários provisórios), uma população na ordem dos 46 mil habitantes distribuídos por 18 freguesias.

No que concerne a infra-estruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias, sendo de referir que, a breve prazo, estará disponível uma via complementar de importância regional, o IC9.

O tecido empresarial é, essencialmente, constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria, concentrando o sector terciário a maior proporção de população empregada (55%), seguido do sector secundário (42%) e por fim o sector primário (3%).

O turismo, e em particular o de cariz religioso, detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual próximo dos 6 milhões de visitantes.

1.4.2 – Análise SWOT

1.4.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;
- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à auto-estrada A1 e à linha ferroviária do norte;
- Assinalável dinamismo empresarial (em particular a indústria hoteleira, e do sector da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do sector da construção civil no contexto regional e nacional;
- Taxa de desemprego que embora esteja em crescimento se mantém inferior à verificada na generalidade dos Municípios da região;

- Forte capacidade de atracção de imigrantes;
- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supra-municipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, centros de dia e apoio domiciliário);
- Existência de uma escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com pólos nas duas cidades;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;
- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a actividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos Dinossáurios, Santuário, Museus, Castelo, ...).

1.4.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do Município face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima), que poderão vir a reforçar a sua coesão e complementaridades, através da construção do IC9;
- Importância internacional de Fátima, enquanto espaço de peregrinação ou visita religiosa, que poderá constituir-se como uma âncora para a região.
- Igreja da Santíssima Trindade como pólo de atractividade de peregrinos;
- Desenvolvimento do Parque de Negócios de Ourém-Fátima;
- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do Município;
- A valorização do sector vitivinícola, reconhecendo a tradicional importância deste sector na área deste Município;
- Papel de charneira entre elementos do arco patrimonial – Património da Humanidade.

1.4.2.3 – Pontos Fracos

- Excessiva dispersão do povoamento;

- Recessão demográfica de algumas freguesias: Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento da populacional, reflexo da quebra de natalidade registada durante a década de 80;
- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade na área territorial do município, como consequência na sua infra-estruturação e dinamização cultural;
- Agricultura em acentuado declínio e sub-aproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade agrícola fragmentada;
- Solo urbano fragmentado – dificuldade de encontrar pontos de urbanização (habitação e indústria)
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém;
- Reduzido aproveitamento turístico da sede de Município face à proximidade de Fátima;
- Parque escolar desajustado;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Baixa qualidade do serviço ferroviário;
- Centralidade do Município dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da actividade turística, embora com tendências em se esbater;
- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima, prédios rústicos com baixa tributação dentro das áreas urbanas).
- Excessiva dispersão de equipamentos e infra-estruturas induzindo elevados custos de exploração e manutenção.

1.4.2.4 – Ameaças

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infra-estruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);

- Integração do município no sistema de saúde do Médio Tejo (com três hospitais), dificultando a concretização de investimentos adequados à realidade existente na área do Município e das duas cidades;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios, situação agravada pela existência de uma propriedade florestal fragmentada;
- Tecido económico fortemente fustigado pela adversa conjuntura económica nacional e percepção da existência de reduzidos níveis de confiança dos empresários.

1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município

Desde a primeira metade dos anos 90 que o Instituto Nacional de Estatística promove a publicação de anuários estatísticos regionais, os quais disponibilizam informação estatística à escala regional e municipal.

Em novembro de 2011 foi divulgado o Anuário Estatístico da Região Centro – 2010, no qual se engloba informação referente à área do Município de Ourém e cujo âmbito temporal é, fundamentalmente, referente a 2009 e 2010.

Tendo por base o documento anteriormente referenciado, apresenta-se, seguidamente, um quadro que contém os elementos estatísticos mais significativos referentes à área do Município de Ourém.

Quadro – Informação Estatística 2009 e 2010 referente à área do Município de Ourém

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, publicado em novembro de 2011 pelo INE)

1. - TERRITÓRIO	
1.1 - Área, Perímetro e Altitude	
1.1.1 - Área (Km ²)	416,6
1.1.2 - Perímetro (Km)	130
1.1.3 - Altitude máxima (m)	677
1.1.4 - Altitude mínima (m)	95
1.2 - Ordenamento do território	
1.2.1 - Usos do solo identificados nos PMOT (ha)	
1.2.1.1 - Urbano	6.227,3

1.2.1.2 - Equipamentos e parques urbanos	345,7
1.2.1.3 - Industrial	1.197,6
1.2.1.4 - Turismo	49,3
1.3 - Estrutura territorial	
1.3.1 - Lugares	245
1.3.2 - Vilas	4
1.3.3 - Cidades	2
1.3.4 - Freguesias	18
1.4 - Indicadores de ambiente	
1.4.1 - População servida por (%)	
1.4.1.1 - Sistemas de abastecimento de água	94
1.4.1.2 - Sistema de drenagem de águas residuais	57
1.4.1.3 - Estações de tratamento de águas residuais	57
1.4.2 - Consumo de água residencial e dos serviços por habitante (m3)	--
1.4.3 - Proporção de águas tratadas (%)	--
1.4.4 - Abastecimento de água (em milhares de m3)	
1.4.4.1 - Caudal captado	2.110
1.4.4.2 - Caudal tratado	2.110
1.4.5 - Consumo de água	
1.4.5.1 - Residência e serviços	3.529
1.4.5.2 - Industrial	0
1.4.5.3 - Outros	0
1.4.6 - Drenagem e tratamento de águas residuais	
1.4.6.1 - Drenagem de caudais efluentes produzidos	2.014
1.4.6.2 - Tratamento de águas residuais em ETAR	1.343
1.5 - População	
1.5.1 - Densidade populacional (hab/km2)	123,1
1.5.2 - Taxa de crescimento efectivo (%)	0,29
1.5.3 - Taxa de crescimento natural (%)	-0,33
1.5.4 - Taxa bruta de natalidade (%)	7,2
1.5.5 - Taxa bruta de mortalidade (%)	10,0
1.5.6 - Taxa bruta de nupcialidade (%)	3,3
1.5.7 - Taxa bruta de divórcio (%)	1,6
1.5.8 - Taxa bruta de fecundidade geral	29,2
1.5.9 - Nados vivos fora do casamento (%)	29,6
1.5.10 - Proporção de casamentos católicos (%)	58,8
1.5.11 - Índice de envelhecimento	141,9
1.5.12 - Índice de dependência de idosos	29,8

1.5.13 - Índice de longevidade	51,9
1.5.14 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente por hab.	0,3
1.5.15 - População residente por sexo	
1.5.15.1 - Homens	24.754
1.5.15.2 - Mulheres	26.530
1.5.15.3 - Total	51.284
1.5.16 - População residente segundo grandes grupos etários	
1.5.16.1 - Dos 0 a 14 anos	7.144
1.5.16.2 - Dos 15 a 24 anos	6.157
1.5.16.3 - Dos 25 a 64 anos	27.845
1.5.16.4 - 65 e mais anos	10.138
1.5.16.5 - 75 e mais anos	5.266
2. - EDUCAÇÃO	
2.1 - Indicadores de educação	
2.1.1 - Taxa de pré-escolarização (%)	96,9
2.1.2 - Taxa bruta de escolarização (%)	
2.1.2.1 - Ensino Básico	123,6
2.1.2.2 - Ensino Secundário	151,2
2.1.3 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	
2.1.3.1 - 1º Ciclo	2,0
2.1.3.2 - 2º Ciclo	4,5
2.1.3.3 - 3º Ciclo	9,3
2.1.3.4 - Total	5,2
2.1.4 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)	
2.1.4.1 - Cursos gerais/científico-humanísticos	80,2
2.1.4.2 - Cursos vocacionais	88,7
2.1.4.3 - Total	83,7
2.1.5 - Instituições de educação por nível e natureza	
2.1.5.1 - Educação Pré-Escolar	
2.1.5.1.1 - Público	39
2.1.5.1.2 - Privado	5
2.1.5.2 - 1º Ciclo	
2.1.5.2.1 - Público	47
2.1.5.2.2 - Privado	1
2.1.5.2.2 - Dos quais com menos de 21 alunos	7
2.1.5.3 - 2º Ciclo	
2.1.5.3.1 - Público	4
2.1.5.3.2 - Privado	3

2.1.5.4 - 3º Ciclo	
2.1.5.4.1 - Público	4
2.1.5.4.2 - Privado	3
2.1.5.5 - Secundário	
2.1.5.5.1 - Público	1
2.1.5.5.2 - Privado	4
2.1.4 - Alunos matriculados, segundo o nível de ensino ministrado	
2.1.4.1 - Educação Pré-Escolar	1.280
2.1.4.2 - 1º Ciclo	2.067
2.1.4.3 - 2º Ciclo	1.400
2.1.4.4 - 3º Ciclo	2.408
2.1.4.5 - Secundário	2.604
2.1.4.6 - Ensino pós-secundário não superior	0
2.1.5 - Pessoal docente, segundo o nível de ensino ministrado	
2.1.5.1 - Educação Pré-Escolar	81
2.1.5.2 - 1º Ciclo	152
2.1.5.3 - 2º Ciclo	160
2.1.4.4 - 3º Ciclo e ensino secundário	396
2.1.6 - Pessoal não docente do ensino não superior	428
3. - CULTURA	
3.1 - Espectáculos ao vivo	
3.1.1 - Espectadores por habitante	0,4
3.1.2 - Valor médio dos bilhete vendidos (em euros)	18,0
3.1.3 - Sessões	59
3.1.4 - Espectadores	15.065
3.1.5 - Bilhetes vendidos	900
3.2 - Publicações periódicas por município	
3.2.1 - Publicações	31
3.2.2 - Edições	273
3.2.3 - Circulação Total	
3.2.3.1 - Total	2.268.556
3.2.3.2 - Jornais	1.316.768
3.2.3.3 - Revistas	401.088
3.2.4 - Exemplares vendidos	
3.2.4.1 - Total	814.067
3.2.4.2 - Jornais	249.929
3.2.4.3 - Revistas	391.688
3.3 - Caracterização e exibição do cinema	

3.3.1 Recintos utilizados	
3.3.2 Ecrãs	--
3.4 - Museus e galerias de arte	--
3.4.1 - Museus	
3.4.1.1 - Número	3
3.4.2 - Galerias de arte e outros espaços	
3.4.1 - Número	2
3.4.2 - Exposições realizadas	--
3.4.3 - Obras expostas	--
3.4.4 - Visitantes	--
4. - SAÚDE	
4.1 - Indicadores de saúde	
4.1.1 - Enfermeiros por 1000 habitantes	2,1
4.1.2 - Médicos por 1000 habitantes	0,8
4.1.3 - Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0,4
4.1.4 - Consultas por habitante	3,4
4.1.5 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2001/2005)	2,4
4.1.6 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2001/2005)	1,0
4.1.7 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	3,2
4.1.8 - Taxa de mortalidade por tumores malignos	2,4
4.1.9 - Taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória	--
4.2 - Hospitais	
4.2.1 - Número	0
4.3 - Centros de Saúde e suas extensões	
4.3.1 - Total	2
4.3.2 - Com internamento	0
4.3.3 - Extensões	0
4.3.4 - Pessoal ao serviço	
4.3.4.1 - Total	119
4.3.4.2 - Médicos	23
4.3.4.3 - Pessoal de enfermagem	36
4.3.4.4 - Outro	60
4.3.5 - Consultas médicas	
4.3.5.1 - Total	173.343
4.3.5.2 - Medicina geral e familiar/clínica geral	146.500
4.3.5.3 - Planeamento familiar	2.520
4.3.5.4 - Saúde infantil e juvenil/pediatria	20.646
4.3.5.5 - Saúde maternal/obstetrícia	1.999

4.3.5.6 - Outras especialidades	1.678
4.3.6 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis	
4.3.6.1 - Farmácias	15
4.3.6.2 - Postos farmacêuticos móveis	3
4.3.6.3 - Farmacêuticos de oficina	37
4.3.6.4 - Profissionais de farmácia	24
4.3.7 - Médicos com residência na área do município	39
5. - MERCADO DE TRABALHO	
5.1 - Indicadores do mercado de trabalho	
5.1.1 - Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores (%)	32,7
5.1.2 - Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores (%)	11,8
5.1.3 - Ganho médio mensal (em euros)	856,7
5.1.4 - Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	9,2
5.1.5 - Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa (%)	20,2
5.1.6 - Disparidade do ganho médio mensal por sector de actividade (%)	2,9
5.1.7 - Disparidade no ganho médio mensal por nível de habitações (%)	24,7
5.2 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o sector de actividade	
5.2.1 - Primário (CAE: A)	88
5.2.2 - Secundário (CAE: B - F)	3.769
5.2.3 - Terciário (CAE: G - U)	6.971
5.3 - Ganho médio mensal dos trab. por conta de outrem, por sector de actividade	
5.3.1 - Primário (CAE: A) (em euros)	634,4
5.3.2 - Secundário (CAE: B - F) (em euros)	838,60
5.3.3 - Terciário (CAE: G - U) (em euros)	869,30
5.4 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações	
5.4.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	158
5.4.2 - 1º ciclo do ensino básico	2.153
5.4.3 - 2º ciclo do ensino básico	2.334
5.4.4 - 3º ciclo do ensino básico	2.788
5.4.5 - Ensino secundário	2.124
5.4.6 - Bacharelato	156
5.4.7 - Licenciatura	1014
5.5 - Ganho méd. mensal dos trab. por conta de outrem, segundo o nível de habilit.	
5.5.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (em euros)	654,70
5.5.2 - 1º ciclo do ensino básico (em euros)	759,50
5.5.3 - 2º ciclo do ensino básico (em euros)	762,00
5.5.4 - 3º ciclo do ensino básico (em euros)	765,00
5.5.5 - Ensino secundário (em euros)	865,10

5.5.6 - Bacharelato (em euros)	1.418,30
5.5.7 - Licenciatura (em euros)	1.433,60
6. - PROTECÇÃO SOCIAL	
6.1 - Indicadores de protecção social	
6.1.1 - Valor médio anual das pensões (em euros)	
6.1.1.1 - Invalidez	4.057
6.1.1.2 - Velhice	4.211
6.1.1.3 - Sobrevivência	2.273
6.1.2 - Valor médio do subsídio de desemprego (em euros)	2.898
6.1.3 - Número médio de dias de subsídio de desemprego	193
6.1.4 - Valor médio de subsídio de doença (em euros)	812
6.1.5 - Número médio de dias de subsídio de doença	54
6.1.6 - Valor médio das prestações familiares	--
6.2 - Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência	
6.2.1 - Invalidez	1.419
6.2.2 - Velhice	7.740
6.2.3 - Sobrevivência	3.136
6.4 - Beneficiários de subsídio de desemprego, segundo a idade	
6.4.1 - Menos de 25 anos	118
6.4.2 - 25 a 29 anos	227
6.4.3 - 30 a 39 anos	511
6.4.4 - 40 a 49 anos	457
6.4.5 - 50 a 54 anos	198
6.4.6 - 55 e mais anos	260
6.5 - Prestações familiares	
6.5.1 - Total de beneficiários	5.408
6.5.2 - Descendentes ou equiparados	8.792
6.6 - Subsídio por doença	
6.6.1 - Total de beneficiários	2.532
6.6.2 - Dias processados	137.375
6.7 - Subsídio parental inicial	
6.7.1 - Total de beneficiários	746
6.8 - Total de beneficiários do rendimento social de inserção	623
7. - ACTIVIDADE ECONÓMICA	
7.1 - Indicadores das empresas	
7.1.1 – Densidade de Empresas N.º/Km2	12,5
7.1.2 - Proporção de empresas individuais (%)	63,75
7.1.3 - Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviços (%)	100,0

7.1.4 - Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviços (%)	94,4
7.1.5 – Pessoal ao serviço por empresa	3,1
7.1.6 - Volume de negócios por empresa (milhares de euros)	239,5
7.1.7 - Taxa de dissolução de sociedades (%)	1,9
7.3 - Comércio internacional	
7.3.1 - Exportações (em milhares de euros)	44.223
7.3.2 - Importações (em milhares de euros)	63.844
7.4 - Agricultura e floresta	
7.4.1 – Superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração (ha)	2,0
7.4.2 - Número de blocos de exploração	6,29
7.4.3 – Valor da produção padrão total por exploração	11.126,40
7.4.4 – Exploração com rendimentos do produtor agrícola singular exclusivamente da exploração	1,4
7.4.5 - Explorações	502
7.4.5.1 – Com sistema de rega (%)	37,41
7.4.5.2 – Com tractor (%)	47,6
7.4.6 – Tractores por 100 hectares da superfície agrícola utilizada	27,2
7.4.7 – Bovinos por exploração	14,6
7.4.8 – Vacas leiteiras por exploração	7,2
7.4.9 – Suínos por exploração	2,9
7.4.10 – Ovinos por exploração	6,3
7.4.11 – Caprinos por exploração	4,8
7.4.12 – Cabeças normais por SAU	5,06
7.4.13 – Produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo na exploração	12,90
7.4.14 – Produtores agrícolas singulares mulheres	23,67
7.4.15 – Produtores agrícolas singulares com formação profissional agrícola	4,47
7.4.16 - Produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior	3,83
7.4.17 - Produção vinícola declarada expressa em mosto (hl)	
7.4.17.1 - Vinho licoroso com DOP	0
7.4.17.2 - Vinho com DOP	
7.4.17.2.1 - Branco	200
7.4.17.2.2 - Tinto/Rosado	423
7.4.17.3 - Vinho com IGP	
7.4.17.3.1 - Branco	323
7.4.17.3.2 - Tinto/Rosado	434
7.4.17.4 - Vinho sem certificação	
7.4.17.4.1 Branco	683
7.4.17.4.2 Tinto/Rosado	5.778
7.4.2 - Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas	

7.4.2.1 - Ameixieiras	527
7.4.2.2 - Amendoeiras	257
7.4.2.3 - Castanheiros	317
7.4.2.4 - Cerejeiras	824
7.4.2.5 - Damasqueiros	372
7.4.2.6 - Diospireiros	470
7.4.2.7 - Kiwi	525
7.4.2.8 - Laranjeiras	998
7.4.2.9 - Limoeiros	360
7.4.2.10 - Macieiras	523
7.4.2.11 - Nogueiras	174
7.4.2.12 - Pereiras	529
7.4.2.13 - Pessegueiros	698
7.4.2.14 - Tangerineiras	426
7.4.2.15 - Oliveiras	1971
7.4.3 - Incêndios florestais e bombeiros	
7.4.3.1 - Ocorrência de incêndios florestais	40
7.4.3.2 - Área ardida (ha)	
7.4.3.2.1 - Total	9
7.4.3.2.2 - Povoamentos florestais	2
7.4.3.2.3 - Matos	6
7.4.3.3 - Corporações de bombeiros	3
7.4.3.4 - Número total de bombeiros	226
7.5 - Energia	
7.5.1 - Indicadores de consumo de energia	
7.5.1.1 - Consumo de energia eléctrica por consumidor (kWh)	
7.5.1.1.1 - Total	5.396,5
7.5.1.1.2 - Doméstico	2.265,7
7.5.1.1.3 - Agricultura	3.522,6
7.5.1.1.4 - Indústria	67.878,9
7.5.1.2 - Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (milhares de kWh)	1.137,40
7.5.1.3 - Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab.)	1,0
7.5.2 - Vendas de combustíveis para consumo (t)	
7.5.2.1 - Gás	2.770
7.5.2.2 - Gasolina	5.525
7.5.2.3 - Petróleo	11
7.5.2.4 - Gasóleo rodoviário	56.932
7.5.2.5 - Gasóleo colorido	5.196

7.5.2.6 - Gasóleo para aquecimento	1.631
7.5.2.7 - Fuel	4.345
7.6 - Construção e Habitação	
7.6.1 - Indicadores de construção e habitação	
7.6.1.1- Licenciamento de construções novas para habitação familiar	
7.6.1.1.1 - Pavimentos por edifício	2,2
7.6.1.1.2 - Fogos por pavimento	0,7
7.6.1.1.3 - Divisões por fogo	5,1
7.6.1.1.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	20,3
7.6.1.2 - Conclusão de construções novas para habitação familiar	
7.6.1.2.1 - Pavimentos por edifício	2,3
7.6.1.2.2 - Fogos por pavimento	0,6
7.6.1.2.3 - Divisões por fogo	5,7
7.6.1.2.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	21,5
7.6.1.3 - Valor médio dos prédios (em euros)	
7.6.1.3.1 - Urbanos transaccionados, em propriedade horizontal	89.748
7.6.1.3.2 - Urbanos transaccionados, total	88.192
7.6.1.3.3 - Rústicos transaccionados	13.795
7.6.1.3.4 - Urbanos hipotecados, em propriedade horizontal	110.775
7.6.1.3.5 - Urbanos hipotecados, total	111.542
7.6.1.3.6 - Rústicos hipotecados	198.553
7.6.1.4 - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares p/habitante (em euros)	826
7.6.2 - Edifícios licenciados para construção	
7.6.2.1 - Construções novas	
7.6.2.1.1 - Edifícios para habitação familiar	171
7.6.2.1.2 - Edifícios, total	294
7.6.2.1.3 - Fogos para habitação familiar	166
7.6.2.2 -Ampliações, Alterações e Reconstruções	
7.6.2.2.1 - Edifícios para habitação familiar	58
7.6.2.2.2 - Edifícios, total	146
7.6.3 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
7.6.3.1 - Entidade promotora	
7.6.3.1.1 - Pessoa singular	129
7.6.3.1.2 - Empresa privada	37
7.6.3.1.3 - Outras entidades	0
7.6.3.2 - Tipologia	
7.6.3.2.1 - T0 ou T1	14
7.6.3.2.2 - T2	40

7.6.3.2.3 - T3	80
7.6.3.2.4 - T4 ou mais	32
7.6.4 - Estimativas do parque habitacional	
7.6.4.1 - Edifícios de habitação familiar clássica	23.799
7.6.4.2 - Alojamentos familiares clássicos	29.032
7.7 - Transportes	
7.7.1 - Indicadores de transportes	
7.7.1.1 - Veículos automóveis vendidos por 1000 habitantes	8,64
7.7.1.2 - Índice de gravidade dos acidentes	2,2
7.7.1.3 - Proporção de acidentes de viação com vítimas nas auto-estradas (%)	4,1
7.7.2 - Veículos automóveis vendidos	
7.7.2.1 - Total	442
7.7.2.2 - Ligeiros de passageiros	242
7.7.2.3 - Ligeiros de mercadorias	141
7.7.2.4 - Pesados de passageiros	2
7.7.2.5 - Pesados de mercadorias	4
7.7.2.6 - Pesados, tractores de espécie diversa	30
7.7.2.7 - Tractores agrícolas	23
7.7.3 - Acidentes de viação e vítimas	
7.7.3.1 - Total de acidentes de viação com vítimas	270
7.7.3.2 - Vítimas	
7.7.3.2.1 - Total	342
7.7.3.2.2 - Mortos	6
7.7.3.2.3 - Feridos graves	19
7.7.3.2.4 - Feridos ligeiros	317
7.8 - Comunicações	
7.8.1 - Indicadores de comunicações	
7.8.1.1 - Acessos telefónicos por 100 habitantes	26,15
7.8.1.2 - Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	16,91
7.8.1.3 - Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes	3,56
7.8.1.4 - Estações de correio por 100 000 habitantes	11,73
7.8.1.5 - Postos de correio por 100 000 habitantes	21,51
7.8.2 - Postos telefónicos	
7.8.2.1 - Total de acessos telefónicos	12.815
7.8.2.2 - Total de acessos telefónicos analógicos	10.757
7.8.2.3 - Total de acessos telefónicos digitais	2.058
7.8.3 - Estações e postos de correio	
7.8.3.1 - Estações de correio	

7.8.3.1.1 - Total	6
7.8.3.4.2 - Estações fixas	6
7.8.3.4.3 - Estações móveis	0
7.8.3.2 - Postos de correio	11
7.9 - Turismo	
7.9.1 - Indicadores de hotelaria	
7.9.1.1 - Estada média de hóspedes estrangeiros (número de noites)	2,0
7.9.1.2 - Estada média de hóspedes (número de noites)	1,8
7.9.1.3 - Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	113,7
7.9.1.4 - Hóspedes por habitante	5,8
7.9.1.5 - Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	61,1
7.9.1.6 - Proporção de dormidas entre Julho-Setembro (%)	37,0
7.9.1.7 - Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes	1.038,6
7.9.1.8 - Taxa de ocupação-cama (líquida) (%)	29,9
7.9.2 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento	
7.9.2.1 - Estabelecimentos	
7.9.2.1.1 - Total	42
7.9.2.1.2 - Hotéis	29
7.9.2.1.3 - Pensões	11
7.9.2.1.4 - Outros	2
7.9.2.2 - Capacidade de alojamento	
7.9.2.2.1 - Total	5.833
7.9.2.2.2 - Hotéis	4.315
7.9.2.2.3 - Pensões	1.316
7.9.2.2.4 - Outros	202
7.9.3 - Dormidas e hóspedes	
7.9.3.1 - Número total de dormidas	532.651
7.9.3.2 - Número total de hóspedes	299.926
7.9.4 - Dormidas nos estab. hoteleiros, segundo o país de residência habitual	
7.9.4.1 - Total geral	532.651
7.9.4.1.1 - Total UE 25	470.565
7.9.4.1.2 - Portugal	164.115
7.9.4.1.3 - Alemanha	12.971
7.9.4.1.4 - Espanha	115.470
7.9.4.1.5 - França	21.242
7.9.4.1.6 - Itália	86.681
7.9.4.1.7 - Países Baixos	3.720
7.9.4.1.8 - Reino Unido	6.704

7.9.4.1.9 - E.U.A.	16.475
7.10 - Sector Monetário e Financeiro	
7.10.1 - Indicadores do sector monetário e financeiro	
7.10.1.1 - Estabelecimentos de bancos e similares por 10 000 habitantes	7,8
7.10.1.2 - Taxa de depósitos de emigrantes (%)	8,3
7.10.1.3 - Taxa de crédito à habitação (%)	52,2
7.10.1.4 - Crédito à habitação por habitante (em euros)	7.135
7.10.1.5 - Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por hab. (em euros)	,,,
7.10.1.6 - Rede nacional de Multibanco	
7.10.1.6.1 - Terminais de caixa automático Multibanco por 10 000 habitantes	12,5
7.10.1.6.2 - Operações por habitante	63
7.10.1.6.3 - Levantamentos nacionais por habitante (em euros)	2.064
7.10.1.6.4 - Compras através de terminais de pag. automático por hab (em euros)	1.456
7.10.2 - Estabelecimentos de outra intermediação monetária	
7.10.2.1 - Bancos e caixas económicas	
7.10.2.1.1 - Número de estabelecimentos	35
7.10.2.1.2 - Pessoal ao serviço	193
7.10.2.2 - Caixas de crédito agrícola mútuo	
7.10.2.2.1 - Número de estabelecimentos	5
7.10.2.2.2 - Pessoal ao serviço	16
7.10.3 - Movimentos estabelecidos por outra intermediação monetária	
7.10.3.1 - Depósitos	
7.10.3.1.1 - Total (milhares de euros)	806.786
7.10.3.1.2 - De Emigrantes (milhares de euros)	67.156
7.10.3.2 - Crédito concedido	
7.10.3.2.1 - Total (em milhares de euros)	697.742
7.10.3.2.2 - Para habitação (em milhares de euros)	363.949
8. - JUSTIÇA	
8.1 Indicadores de Justiça	
8.1.1 - Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância	
8.1.1.1 - Cíveis (meses)	26
8.1.1.2 - Penais (meses)	8
8.1.1.3 - Trabalho (meses)	0
8.1.2 - Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1ª instância (%)	5,7
8.1.3 - Proporção de não condenações por desistência de queixa (%)	44,1
8.1.4 - Proporção de não condenações por absolvição/carência de prova (%)	47,5
8.1.4 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes (%)	
8.1.4.1 - Crimes contra a integridade física	4,1

8.1.4.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	0,3
8.1.4.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	3,2
8.1.4.4 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	1,9
8.1.4.5 - Condução sem habilitação legal	0,6
8.1.5 - Principais actos notariais celebrados por escritura pública	
8.1.5.1 - Total de escrituras	2.507
8.1.5.2 - Compra e venda de imóveis	684
8.1.5.3 - Constituição de propriedade horizontal	20
8.1.5.4 - Constituição de sociedades com. e civis	,,,
8.1.5.5 - Doação	198
8.1.5.6 - Habilitação de herdeiros	298
8.1.5.7 - Hipoteca	48
8.1.5.8 - Justificação	535
8.1.5.9 - Mútuo	180
8.1.5.10 - Partilha	149
8.1.6 - Crimes registados pelas autoridades policiais	
8.1.6.1 - Total	1.471
8.1.6.2 - Contra as pessoas	
8.1.6.2.1 - Total	335
8.1.6.2.2 - Contra a integridade física	212
8.1.6.3 - Contra o património	
8.1.6.3.1 - Total	785
8.1.6.3.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	16
8.1.6.3.3 - Furto em veículo e em veículo motorizado	165
8.1.6.4 - Contra a vida em sociedade	
8.1.6.4.1 - Total	218
8.1.6.4.2 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	96
8.1.6.5 - Contra o Estado	11
8.1.6.6 - Legislação avulsa	
8.1.6.6.1 - Total	121
8.1.6.6.2 - Condução sem habilitação legal	33
9. - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	
9.1 - Câmara Municipal (2009)	
9.1.1 - Mandatos	
9.1.1.1 - PS	4
9.1.1.2 - PPD/PSD	3
9.2 - Assembleia Municipal (2009)	
9.1.2 - Mandatos	

9.1.2.1 - PS	9
9.1.2.2 - PPD/PSD	10
9.1.2.3 - PCP/PEV	1
9.1.2.4 - CDS/PP	1
9.3 - Assembleias de Freguesias (2009)	
9.3.1 - Presidências de Assembleias de Freguesias	
9.3.1.1 - PS	6
9.3.1.2 - PPD/PSD	10
9.3.1.3 – Grupos de cidadãos	2

2. Enquadramento interno

2.1 Alterações no órgão executivo

No decurso de 2011, não se verificaram alterações de distribuição de funções gerais do Órgão Executivo.

Desta forma, a composição dos membros do Órgão Executivo e as respectivas funções atribuídas apresentam-se no quadro abaixo exposto.

Quadro – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas

Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Presidente	01/01 a 31/12	Coordenação Geral
			Desenvolvimento Económico
			Segurança e Protecção Civil
			Estudos e Projectos
			Relações Externas/Internacionais
			Apoio ao Investimento
			Apoio às Freguesias
			Relações Públicas/Imagem
			Prospectiva e Planeamento/Fundos Comunitários
			Gestão Financeira (excepto Taxas e Licenças)
José Manuel Pereira Alho	Vice-Presidente	01/01 a 31/12	Ambiente
			Planeamento e Ordenamento do Território
			Desenvolvimento Rural e Florestas
			Educação e Acção Social
			Acção Cultural
Nazareno José Menitra do Carmo	Vereador a Tempo Inteiro	01/01 a 31/12	Representação da Câmara Municipal (no território de Fátima)
			Relacionamento Institucional
			Acompanhamento das políticas municipais sectoriais
			Desenvolvimento económico
			Obras municipais
			Licenciamento e autorização de operações urbanísticas
			Taxas e Licenças
			Fiscalização
			Contra-ordenações

Quadro – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas (continuação)

Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
Maria Lucília Martins Vieira	Vereadora a Tempo Inteiro	01/01 a 31/12	Administração e Planeamento
			Recursos Humanos
			Planeamento Estratégico
			Licenciamento e autorização de operações urbanísticas (excepto p/ território da freguesia de Fátima)
			Taxas e Licenças (excepto p/ território da freguesia de Fátima)
			Apoio Jurídico
			Contra-ordenações (excepto p/ território da freguesia de Fátima)
			Fiscalização (excepto p/ território da freguesia de Fátima)
			Modernização Administrativa
			Tecnologias da Informação e Comunicação
Vítor Manuel de Jesus Frazão	Vereador	01/01 a 31/12	--
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Vereador	01/01 a 31/12	--
Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira	Vereadora a Tempo Inteiro	01/01 a 31/12	--

2.2 Política de recursos humanos adoptada

2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal

Em 2011 foi aprovada uma nova estrutura orgânica, com publicação em Diário da República, 2ª Série, n.º 123, em 29 de Junho de 2011 (Despacho n.º 87452-A/2011).

2.2.2 – Evolução dos recursos humanos

No âmbito da análise à evolução dos recursos humanos exposta, importa considerar o efeito decorrente da transferência de competências, na área educativa, ou seja, o pessoal não docente transferido para o Município de Ourém, em 1 de Janeiro de 2010

(189 trabalhadores transferidos do Ministério da Educação para o Município de Ourém resultante de protocolo de Delegação de Competências).

Pessoal segundo o grupo profissional

Quadro – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional

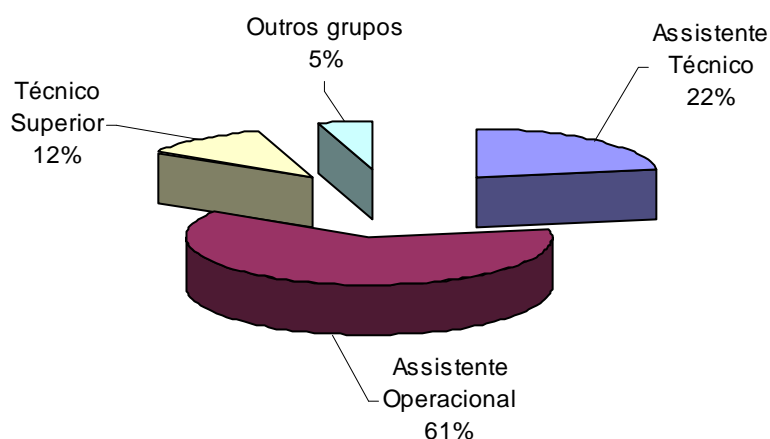
Designação	2010	2011	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal Dirigente	11	11	0	0,00
Técnico Superior	56	55	-1	-1,79
Informática	6	3	-3	-50,00
Assistente Técnico	114	106	-8	-7,02
Assistente Operacional	341	293	-48	-14,08
Outros Grupos	8	8	0	--
Total	536	476	-60	-11,19
Grau de Tecnicidade Superior	12,50	13,87	1,37	10,92
Grau de Tecnicidade Geral	34,89	36,76	1,88	5,38

O ano de 2011 demonstra uma variação negativa do número de funcionários da autarquia, na ordem de 11%, que, em termos absolutos, significou uma diminuição em 60 funcionários. A variação ocorrida foi influenciada pelo decréscimo verificado ao nível do pessoal técnico superior (-1), informática (-3), assistente técnico (-8) e assistente operacional (-48).

No final do período em análise, o grau de tecnicidade geral dos recursos humanos afectos ao Município foi de 36,8 ou seja, aproximadamente 37% dos trabalhadores do Município, enquadravam-se no grupo de pessoal técnico superior, informática e assistente técnico. O grau de tecnicidade superior situou-se em torno dos 13,9%, tendo assinalado um aumento absoluto deste indicador em 1,37 pontos base.

A estrutura do pessoal, segundo o grupo profissional, caracteriza-se pela predominância do pessoal assistente operacional (61%), assistente técnico (22%) e técnico superior (12%).

Gráfico – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional



Escalão etário e sexo

Na estrutura dos recursos humanos existentes, o número de mulheres manifesta uma dominância, significando estas cerca de 58% do total dos recursos humanos disponíveis.

O escalão etário dos 50-59 é o mais representativo com 168 funcionários, embora com uma variação absoluta, relativa ao ano anterior, em -13.

Analisando o escalão etário segundo o grupo profissional, verifica-se que a predominância das idades mais baixas está adstrita ao pessoal de informática e técnico superior. Em oposição, a predominância escalões etários mais elevados ocorrem no pessoal assistente operacional.

Importa realçar que 202 funcionários têm mais de 50 anos. Destes, 33 têm idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos.

Quadro – Evolução segundo o escalão etário e sexo

Designação	2010	2011	Var. Abs.	Var. (%)
Até aos 20 anos	0	0	0	--
20-24	9	6	-3	-33,33
25-29	16	11	-5	-31,25
30-39	143	125	-18	-12,59
40-49	145	132	-13	-8,97
50-59	181	168	-13	-7,18
60-69	41	33	-8	-19,51
70 ou mais	1	1	0	--
TOTAL	536	476	-60	-11,19
Número de Homens	218	198	-20	-9,17
Número de Mulheres	318	278	-40	-12,58
Média de Idades	40,78	40,78	0	0,00

Absentismo

Face a 2010, o ano de 2011 regista um substancial decréscimo do número de dias de ausência próximo de 22%, apresentando uma variação absoluta negativa de 2.082,5 dias.

Relativamente ao valor apurado *per capita*, verifica-se uma diminuição em 4 dias, pelo que o número de ausência *per capita* se situou próximo de 16 dias.

Com um peso representativo preponderante, surgem as faltas relativas a doença, as quais totalizaram 4.846 dias (diminuição de 36%) e a de protecção na parentalidade com um total de 2.018 dias (aumento de 7,8%).

Desta forma, o número total de dias de ausência situou-se em 7.555,5 dias em detrimento dos 9.638 dias ocorridos em 2010.

Quadro – Evolução do Absentismo

Designação	uni: dias			
	2010	2011	Var. Abs.	Var. (%)
Casamento	89	35	-54	-60,67
Protecção na Parentalidade	1872	2018	146	7,80
Falecimento Familiar	0	148	148	--
Doença	7577	4846	-2731	-36,04
Doença Prolongada	0	0	0	--
Assistência a Familiares	100	194	94	94,00
Trabalhador Estudante	0	314,5	314,5	--
Cumprimento - Pena Disciplinar	0	0	0	--
Injustificadas	0	0	0	--
Outras	0	0	0	--
TOTAL (dias de ausência)	9638	7555,5	-2082,5	-21,61
Dias de ausência (per capita)	17,98	15,87	-2,11	-11,73

Acidentes ocorridos em serviço

O ano de 2011 demonstra um aumento do número de acidentes (+3), verificando-se um total de 16.

O número de dias perdidos com baixa sofreu um exponencial acréscimo absoluto em 950 dias, face ao verificado no ano anterior. Deste modo, verificou-se um total de 1.016 dias perdidos com baixa resultante de acidentes ocorridos no local de trabalho ou no percurso para o respectivo local.

Quadro – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço

Designação	2010	2011	Var. Abs.	Var. (%)
Número total de acidentes				
1 a 3 dias de baixa	0	2	2	--
4 a 30 dias de baixa	9	6	-3	-33,33
Superior a 30 dias de baixa	4	8	4	100,00
Mortais	0	0	0	--
Total parcial (a)	13	16	3	23,08
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano				
1 a 3 dias de baixa	0	3	3	--
4 a 30 dias de baixa	124	101	-23	-18,55
Superior a 30 dias de baixa	548	700	152	27,74
Mortais	0	0	0	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores				
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	0	0	0	--
Superior a 30 dias de baixa	0	212	212	--
Mortais	0	0	0	--
Total parcial (a1)	672	1016	344	51,19
Número total de Acidentes "in itinere"				
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	0	0	0	--
Superior a 30 dias de baixa	1	0	-1	-100,00
Mortais	0	0	0	--
Total parcial (b)	0	0	0	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano				
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	0	11	11	--
Superior a 30 dias de baixa	66	0	-66	-100,00
Mortais	0	0	0	--
Total parcial (b1)	66	0	-66	--
N.º Total de acidentes (a) + (b)	13	16	3	23,08
N.º de dias perdidos com baixa (a1)+(b1)	66	1016	950	1.439,39

Concursos de pessoal

No decurso de 2011 verificaram-se 13 ofertas de emprego não se tendo verificado qualquer concurso interno, sendo ainda de referir que se encetou o início do procedimento para a abertura de 11 concursos para cargos dirigentes.

Quadro – Ofertas de Emprego

Designação	Qt.
Especialista de Informática com Licenciatura em Eng. de Informática - Redes e Sistema de Comunicação	1
Especialista de Informática com Licenciatura em Informática de Gestão	1
Técnico Superior com licenciatura em Gestão e Administração Pública	1
Técnico Superior com Licenciatura em Ciências da Comunicação	1
Técnico Superior com Licenciatura em Direito	1
Técnico Superior com Licenciatura em Contabilidade e Finanças	1
Técnico Superior com Licenciatura em Engenharia Civil	2
Técnico Superior com Licenciatura em Psicologia	1
Técnico Superior com Licenciatura em Educação Básica	1
Técnico Superior com Licenciatura em História	1
Técnico Superior com Licenciatura em Novas Tecnologias da Comunicação	1
Assistente Técnico	1
Total	13

Quadro – Início de abertura de concursos para cargos dirigentes

Designação	Qt.
Diretor do Departamento de Administração e Planeamento	1
Chefe de Divisão de Gestão Financeira	1
Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Planeamento e Administração	1
Chefe de Divisão de Ação Cultural	1
Chefe de Divisão de Educação e Ação Social	1
Chefe de Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território	1
Chefe de Divisão de Ambiente	1
Chefe de Divisão de Estudos e Projetos	1
Chefe de Divisão de Obras Municipais	1
Chefe de Divisão de Gestão Urbanística	1
Chefe de Divisão de Tecnologias de Informação e Comunicação	1
Total	11

Quadro – Concursos internos

Designação	Qt.
inexistentes	

2.3 Actividades desenvolvidas

2.3.1 – Departamento de Administração e Planeamento

No decurso de 2011, as funções gerais administrativas estiveram sujeitas, essencialmente, ao Departamento de Administração e Planeamento, o qual é constituído Secção de Contencioso, Secção de Fiscalização, pela Divisão de Recursos Humanos, Planeamento e Administração e Divisão de Gestão Financeira.

No Quadro abaixo é apresentado o resumo das actividades da Divisão Jurídica (de 01/01/2011 a 30/06/2011) agora secção de Contencioso e Secção de Fiscalização.

Quadro – Resumo das actividades desenvolvidas

Tipologia de trabalho	Quantidade	Observações
Informações elaboradas e registadas em sistema informático SGD e SPO (inclui pareceres técnico-jurídicos e informações administrativas)	389	185 – pela então chefe da DAJ e depois técnica superior, Paula Faustino 179 - pelos juristas afectos ao Contencioso (81 por João Monteiro; 40 por Patrícia Ribeiro; 33 por Hugo Neves; 25 por Lúcia Palma) 25 – pela Coordenadora Técnica do Contencioso (Jael Simões)
Pedidos de indemnização movidos contra a CMO por responsabilidade civil extracontratual – por acidentes	17	Pedidos feitos contra a CMO, no montante total de €9.462,64. Total de importâncias pagas = €0,00 (análise técnica: Paula Faustino)
Pedidos de indemnização formulados pela CMO contra terceiros – por danos provocados em património municipal	3	Montante pedido = €1.076,44 Montante recebido = €786,50 (análise técnica: Paula Faustino)
Processo de contra-ordenação em que é arguida a CMO	1	Minist. Ambiente e Ordenamento do Território (defesa feita por João Monteiro)
Notas de acusação elaboradas	80	Por estarem incompletos os autos ou participações (62 por João Monteiro, de entre elas 23 em colaboração c/ Lúcia Palma e 8 em colaboração com Hugo Neves; 18 por Patrícia Ribeiro, algumas em colaboração com Hugo Neves)

Processos de contra-ordenação instaurados pela CMO contra terceiros	180	Por infracções de diversas leis e regulamentos
Processos de contra-ordenação decididos	486	<p>Decisão expressa, por técnico, e período de trabalho afecto à tarefa:</p> <p>23 - Patrícia Ribeiro - de Janeiro a Junho (com decisões já pré-feitas por Jael Simões);</p> <p>29 - Paula Faustino (+ 6 em conjunto c/ João Monteiro) – de Setembro a Dezembro</p> <p>43 - Hugo Neves - de Abril a Dezembro</p> <p>53 – João Monteiro (6 deles em conjunto c/ Paula Faustino) – de Junho a Dezembro</p> <p>338 – Lúcia Palma – de Abril a Dezembro</p>
Processos de contra-ordenação impugnados judicialmente	36	Por o arguido ter recorrido judicialmente da decisão
Processos de contra-ordenação remetidos a Tribunal para execução	21	Para executar a coima e custas aplicadas pela CMO
Importâncias cobradas – em Contra Ordenações	€56.977,62	Coima e custas pagas em processos de contra-ordenação
Pessoas inquiridas	67	Contra-ordenações - autos de declaração (26 por João Monteiro; 28 por Patrícia Ribeiro; 13 por Hugo Neves)
Elaboração de participações crime	2	Por João Monteiro
Organização e acompanhamento de processos judiciais em que é parte o Município (como réu e como autor)	Diversos	Não é possível contabilizar. A partir de determinada altura, por razão que se desconhece, ao Contencioso deixaram de ser remetidos os procs. judiciais
Análise de procs. de cobrança coerciva referentes a taxas de saneamento, pendentes na Divisão de Ambiente	Diversos	Análise técnica e elaboração de 100 notificações para cobrança coerciva – por Lúcia Palma
Propostas de despachos e deliberações	Diversas	Diversas matérias
Divulgação e análise de legislação	Diversos	Visto o DR diariamente e divulgado nos serviços, alguns diplomas com índices e notas interpretativas elaboradas
Atendimento presencial e telefónico, reuniões com mandatários de requerentes, colegas, dirigentes da CMO e representantes de entidades externas	Diversos	Não contabilizados. Esclarecimentos, explicação na consulta de processos, informações e consultoria jurídica não registada por escrito prestada por todas as pessoas do Contencioso em processos próprios dessa unidade e de outras
Visitas a obras ou outras situações, e desenvolvimento de diligências junto de outras entidades	Diversos	Para conhecimento dos factos e recolha de prova com vista a informação / decisão técnica dos procs. Aferição e definição de áreas do domínio público e domínio privado em Fátima (esta por Hugo Neves)

Elaboração de notificações diversas e sua expedição documentada; entrega de procs. em Tribunal; elaboração de relatórios; emissão de guias; gestão dos sistemas informáticos de processos de contra-ordenações e seus formulários; organização dos procs., contagem de prazos e sua calendarização p/ decisão; pesquisas.	Diversos	Todo o expediente e funcionalidade administrativa do Contencioso – a cargo da Coordenadora Técnica, Jael Simões
---	----------	---

O volume total de receitas cobradas no âmbito da DAJ / Contencioso cifrou-se em 57.764,12 euros, correspondendo à soma do valor cobrado em contra-ordenações e valor cobrado por indemnização.

O total de indemnizações requeridas ao Município de Ourém, e não pago, em resultado de contestação ocorrida, ascende a um montante de 9.462,64 euros, significando o referido valor uma poupança para o erário desta autarquia.

No seu cômputo poder-se-á referenciar um proveito económico de 67.226,76 euros, resultante da soma do valor cobrado com a soma do montante reclamado por terceiros, mas não pago face à contestação ocorrida.

2.3.1.1 – Divisão de Gestão Financeira

Controlo Interno

A Administração Pública Local está hoje sujeita a um dilema funcional e conceptual que percorre transversalmente todo o sector público.

Por um lado, verificam-se fortes constrangimentos financeiros, induzidos pelo cumprimento do Plano de Estabilidade e Crescimento, ou mesmo pela crise conjuntural e estrutural que devasta e caracteriza o espectro económico nacional. Noutro sentido, deparamo-nos com uma sociedade civil cada vez mais ávida de mais e melhores serviços públicos, e, especialmente atenta ao binómio custo/benefício, impelindo a maximização do denominado “*value for money*”, em estreita observância

pelo retorno legítimo e espectável, que os cidadãos relacionam ao tributo dos seus impostos.

Neste sentido, a gestão do risco assume-se como uma preocupação crescente no seio da Administração Autárquica, o qual se encontra enleado numa complexa, vasta e desarticulada legislação que a tornam burocratizante, obstaculizando a criatividade e impedindo uma correcta gestão dos meios materiais e dos recursos humanos, potenciando o risco do cometimento de irregularidades.

Porém, o contexto burocrático é um requisito essencial ao regular funcionamento das organizações nos Estados de Direito Democrático, sendo fundamental na definição do relacionamento estabelecido entre os cidadãos e a Administração, ou mesmo no adequado funcionamento das Instituições, circunstâncias que impelem a premência em se definirem e implementarem mecanismos de controlo interno.

Note-se que o controlo interno permite acompanhar, pilotar, corrigir e melhorar, em permanência a organização, pelo que é uma componente essencial da gestão do risco, funcionando como uma salvaguarda à rectidão da tomada de decisões, uma vez que permite prevenir e detectar situações anormais.

Note-se que os débeis sistemas de controlo interno existentes foram sendo concebidos para facilitar o trabalho dos “controladores”, ou seja, dos líderes. Consequentemente tornava-se necessário e fundamental redireccioná-los, no sentido de optimizarem a economia, a eficiência, a eficácia e a qualidade dos bens e serviços produzidos pela organização.

Face ao exposto, em 1 de janeiro de 2011 entrou em vigor uma nova norma de controlo interno, a qual parametriza procedimentos internos nas seguintes áreas: Disponibilidades; Fundos de Maneio; Receitas; Despesas; Gestão Orçamental; Existências; Imobilizado; Investimentos Financeiros; Apoios Concedidos e Subsídios; Tribunal de Contas; Informática; Gestão de Recursos Humanos e Documentos Oficiais.

Controlo Externo

O controlo externo exercido sobre a actividade das autarquias locais assistiu, em 2011, a um espiral de novos reportes, crescentemente mais pormenorizados e frequentes, nomeadamente ao Tribunal de Contas, Direcção Geral das Autarquias Locais, Direcção Geral do Orçamento e Inspecção Geral de Finanças. A referida circunstância tem representado um acréscimo substancial das actividades necessárias desenvolver, impelindo ainda particular ênfase no cumprimento rigoroso de aspectos burocrático-legais inerentes às finanças públicas locais, numa senda de novas e crescentes exigências.

Ainda no âmbito do controlo externo será de referir que, no decurso de 2011, se verificou uma inspecção ordinária promovida pela Inspecção Geral das Autarquias Locais. O referido organismo remeteu relatório preliminar dando a faculdade ao Município de apresentar contraditório, circunstância que de imediato se verificou. Consequentemente, aguarda-se que o mencionado organismo de controlo externo remeta o relatório final, o qual resultará da análise ao contraditório apresentado por esta autarquia, para que este possa ser disposto aos órgãos municipais.

Sector Empresarial Local

No decurso de 2011 encetou-se a reestruturação do sector empresarial local, tendo ficado extinta a entidade Centro de Negócios, Lda. e em fase de liquidação a entidade Ambourém E.E.M..

Atendimento de serviços

No decurso de 2011, vigoraram regras no atendimento presencial ou telefónico a fornecedores, estabelecendo-se a quarta-feira no período da tarde e a sexta-feira no período da manhã, para o efeito. Esta circunstância permitiu induzir ganhos operacionais significativos, dada a inexistência de constantes interrupções no desenvolvimento das actividades regulares desenvolvidas pelo serviço em referência.

Contabilidade de custos

Sendo a contabilidade de custos uma ferramenta de gestão, útil na tomada de decisões e que poderá auxiliar a melhor direccionar o uso dos recursos públicos disponíveis, no decurso de 2011 efectuaram-se melhorias significativas almejando maior detalhe e rigor nos reportes por funções, centros de responsabilidade, centros de custos e por serviços.

Gestão de Tesouraria

Em 2011, tendo em vista ganhos de operacionalidade, controlo e comodidade, os pagamentos foram, quase exclusivamente, efectuados com recurso a transferência bancária, ficando o uso do cheque cingido a situações muito pontuais, e, estritamente necessárias.

Face aos reduzidos níveis de liquidez, houve necessidade em se promover uma cuidada gestão das dívidas a fornecedores, com o objectivo de se debelarem eventuais conflitos, garantindo algum equilíbrio financeiro às empresas e acautelando continuidade no fornecimento de bens e serviços essenciais que pudessem comprometer o funcionamento regular de diversos serviços municipais, designadamente, os de interesse económico geral.

Pagamento de taxas – referência multibanco

Um dos desafios actuais da Administração Pública, deriva da necessidade em se encontrarem novas formas de relacionamento com o cidadão, indo ao encontro das crescentes exigências e expectativas por estes constituídas.

Neste contexto, foi implementado um pagamento de serviços pelos munícipes (taxas) com recurso a uma rede multibanco, através da adesão a um serviço criado pela SIBS, tendo por intermediário uma instituição financeira (a SIBS não contratualiza directamente o serviço em causa aos potenciais clientes).

Deste modo, o munícipe possuidor de um cartão bancário, passou a poder pagar determinadas taxas municipal, na rede multibanco (ex. caixas automáticas, terminais de pagamento automático, programa de acesso ao multibanco, ...).

Com a implementação deste serviço, no documento remetido ao munícipe, passou a constar a indicação de um número de entidade, a referência da factura e o montante a pagamento em euros.

Como área piloto para a implementação desta valência, determinou-se a subunidade Taxas e Licenças da Divisão de Gestão Financeira, e apenas nas temáticas respeitantes à utilização do domínio público e publicidade, sendo expectável que no decurso de 2012 novas áreas venham a ser implementadas.

Protocolos

A Divisão de Gestão Financeira promoveu a elaboração de um conjunto de protocolos ou contratos-programa conforme o quadro que abaixo se apresenta.

Quadro – Protocolos e Contratos-Programa elaborados em 2011

Natureza do contrato	Entidade	Designação	Apoio Financeiro	Ob s.
Contrato - Programa	Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família	Apoio para financiar os encargos decorrentes da execução de arranjos exteriores à creche e edifício polivalente	268.027,01 €	
Protocolo	Centro de Recuperação Infantil de Ourém	Apoio para financiar os encargos correspondentes à contratação de um motorista	7.500,00 €	
Protocolo	Freguesia de Caxarias	Ampliação da Casa Mortuária de Caxarias	114.583,90 €	
Protocolo	Freguesia de Espite	Apoio para financiar os encargos decorrentes da execução de duas obras de arte comemorativas das História de Espite	10.000,00 €	
Protocolo	Freguesia de Espite	Ampliação do Cemitério de Espite	122.811,00 €	
Protocolo	Freguesia de Nossa Senhora da Piedade	Ampliação do Cemitério de Vale Traverso	91.267,71 €	
Protocolo	Freguesia de Rio de Couros	Ampliação do Cemitério de Rio de Couros	72.502,96 €	
Contrato - Programa	Centro Desportivo De Fátima	Apoio para financiar os encargos decorrentes da execução obras de beneficiação do Pavilhão Desportivo do Campo João Paulo II	75.000,00 €	

Protocolo	Freguesia de Caxarias	Beneficiação de Diversas Estradas em Chã - Caxarias	74.200,00 €	
Protocolo	Freguesia de Freixianda	Beneficiação de Caminhos na Freguesia de Freixianda e Pavimentação da Estrada Real	311.391,83 €	
Protocolo	Freguesia de Matas	Alargamento da Rua do Cubal em Matas	12.928,82 €	
Protocolo	Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Beneficiação de Cruzamento em Caneiro e Arranjo urbanístico em Santo Amaro	115.460,53 €	
Contrato - Programa	Fábrica da Igreja Paroquial de N.ª Sr.ª da Piedade	Apoio para financiar os encargos decorrentes da execução de um muro de suporte de terras junto à Capela das Louças	24.318,61 €	
Contrato - Programa	SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, E.E.M.	Requalificação da Rua das Covinhas – Fátima	349.781,98 €	
Contrato - Programa	Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama	Apoio para financiar os encargos decorrentes do “Arrelvamento Sintético do Campo de Jogos do Clube Vasco da Gama	349.983,84 €	
Protocolo	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém	Apoio para financiar os encargos decorrentes da aquisição de um VECI (Veículo Especial de Combate a Incêndios)	318.176,40 €	
Contrato - Programa	Associação de Bem-estar de Urqueira	Apoio para financiar os encargos decorrentes da construção de lar, centro de dia e serviço de apoio domiciliário	650.541,15 €	a)
Contrato - Programa	Centro Social de Casal dos Bernardos	Apoio para financiar os encargos decorrentes das obras necessárias à criação do serviço de apoio domiciliário	74.025,00 €	a)
Contrato - Programa	Centro Social de Matas	Apoio para financiar os encargos decorrentes da construção de lar, centro de dia e serviço de apoio domiciliário	685.238,05 €	a)
Contrato - Programa	Centro de 3.ª Idade de Gondemaria	Apoio para financiar os encargos decorrentes da conclusão das obras de construção de lar	252.692,16 €	a)

a) elaborado conjuntamente com a Divisão de Educação e Acção Social

Contratação Pública

Quadro – Procedimentos desenvolvidos no decurso de 2011

TIPO DE PROCEDIMENTO:	N.º DE PROCEDIMENTOS:
Ajuste Directo em Regime Simplificado	1735
Ajuste Directo (valor superior a 5 mil euros)	90
Concurso Público	5
Concurso Público Internacional	0

Durante o ano de 2011 foram desenvolvidos 1.735 procedimentos de ajuste directo em regime simplificado, 90 procedimentos de ajuste directo (valor superior a 5 mil euros) e 5 concursos públicos.

Quadro – Proced. desenvolvidos (excluindo o ajuste directo - regime simplificado)

Adjudicatário	Fundamentação da Escolha do Procedimento	Designação	Preço Base	Preço Contratual s/ IVA
Vítor Xavier - Comércio e Ind. Tecidos & Malhas, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P001/2011 - Aquisição de Tenda Insuflável para o Centro Municipal de Protecção Civil	13.000,00 €	12.875,00 €
S.N.S.V. - Sociedade de Sinalização Vertical, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P004/2011 - Rede Viária e Sinalização - Recuperação e Beneficiação de Caminhos Diversos - Guardas de Segurança - Casais da Abadia - Caxarias	2.370,00 €	1.660,00 €
LCA - Leal, Carreira & Associados SROC	Ajuste Directo	P005/2011 - Aquisição de serviços de auditoria externa das contas do Município, nos termos do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais)	-----	16.000,00 €
Vianas, S.A.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P008/2011 - Aquisição de Equipamento Básico - Aquisição de 2 reboques: um com gerador e compressor para ARICAS e outro com gerador de 55 kva e equipamento de iluminação, para o Centro Municipal de Protecção Civil	50.000,00 €	47.599,26 €
Scalea - Combustíveis, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P010/2011 - Aquisição de 15.000 litros de Gasóleo Rodoviário para as viaturas Municipais	16.756,10 €	15.090,00 €
Vítor Xavier - Comércio e Ind. Tecidos & Malhas, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P011/2011 - Aquisição de fardamento para o Centro Municipal de Protecção Civil	5.195,00 €	5.195,00 €
Américo Marques Duarte, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P012/2011 - Ramal de abastecimento de Energia Eléctrica ao Edifício do Antigo Seminário dos Monfortinos	2.031,75 €	2.031,75 €
COLUM - Sociedade de Construção Civil, Lda.	Conc. Público	P013/2011-Fornecimento e Transporte Contínuo de Vários Tipos de Calçada	68.705,00 €	61.280,16 €
Construções J.J.R. & Filhos, S.A.	Ajuste Directo	P015/2011 - Aplicação de Microaglomerado Betuminoso em Moimento / Fátima	-----	17.105,00 €
Construções J.J.R. & Filhos, S.A.	Ajuste Directo	P016/2011 - Aplicação de Microaglomerado Betuminoso na Rua da Aveleira e Rua Casal do Aroeiro - Ourém	-----	41.057,36 €
Construções J.J.R. & Filhos, S.A.	Ajuste Directo	P017/2011 - Aplicação de Microaglomerado Betuminoso na Rua Principal em Lagoa do Grou / Freixianda	-----	115.496,93 €
Edecine - Empresa de Cinemas, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P019/2011 - Aquisição de tela e videoprojector	5.957,10 €	5.256,00 €

Eyssa Tesis, S.A.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P020/2011 - Rede Viária e Sinalização - Sinalização Semafórica - Relocalização de Semáforos existentes na estrada de Leiria em Fátima	6.266,60 €	6.028,98 €
Construções Divireis, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P021/2011 - Requalificação Urbana da Envolvente da Capela da Moita Redonda - Fátima	4.962,00 €	4.896,00 €
Construções Divireis, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P022/2011 - Ensino Básico - Reparação das coberturas da Escola Básica 2º. E 3º. Ciclos Cónego Drº. Manuel Lopes Perdigão - Caxarias	88.000,00 €	86.450,00 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P023/2011 - Ramais domiciliários de esgotos domésticos e águas pluviais Implantação de 3 ramais omésticos e 1 ramal de águas pluviais na freguesia de Fátima	2.845,00 €	2.834,00 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P024/2011 - Ramais domiciliários de esgotos domésticos e águas pluviais - Implantação de 6 ramais domésticos de esgotos	4.855,00 €	4.832,00 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P025/2011 - Ramais domiciliários de esgotos e águas pluviais - Implantação de 2 ramais de esgotos domésticos e pluviais nas freguesias de N.ª S.ª Piedade e N.ª S.ª. Das Misericórdias.	2.805,00 €	2.793,00 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P026/2011 - Ramais domiciliários de esgotos e águas pluviais - Ampliação da rede de esgotos domésticos na rua do Rosmaninho - Atouguia - Ourém	6.185,07 €	6.175,57 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P027/2011 - Recuperação e beneficiação de estradas e caminhos Municipais - Estrutura de contenção de terras - Rua da Fonte Fria, Areeiro - Espite	23.690,88 €	22.961,36 €
LCA - Sociedade de Advogados	Ajuste Directo (alínea b) n.º 1 do art. 27º do CCP)	P028/2011-Prestação serviço em Regime de Tarefa, de Acompanhamento de Processos Expropriativos para a Requalificação Urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva - Cova da Iria - Fátima	7.000,00 €	7.000,00 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P029/2011 - Ramais domiciliários de esgotos e águas pluviais - Encaminhamento das águas pluviais - Rua José V. Faustino, freguesia de Caxarias	2.388,00 €	2.360,15 €
Construções Julio Lopes, S.A.	Público	P030/2011 - Aquisição de 2.212Ton. Massas betuminosas tipo binder-Cercal-Matas-Ninho de Água	99.540,00 €	78.015,28 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P032/2011 - Fornecimento continuado de cimento a saco para as diversas obras a realizar por admisntração directa na area do concelho durante 12 meses até ao limite de 20.000,00 Euros	20.000,00 €	20.000,00 €
Tagusgás - Propano, S.A.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P033/2011 - Fornecimento contínuo de gás propano, durante 2 anos para os Centros Escolares de N.ª S.ª das Misericórdias, Gondemaria e Atouguia	81.670,50 €	46.683,20 €
Trigénus - Sistemas Informáticos, Lda.	Público	P034/2011 - Aquisição de Equipmaneto informático para apetrechamento dos Centros Escolares de Nossa Senhora das Misericórdias, Ourém e Beato Nuno	87.805,00 €	67.424,00 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P035/2011 - Despoluição das Bacias Hidrográficas do Concelho - Ampliação e Remodelação - Ampliação da Rede de Esgotos Domésticos - Rua da Texugueira - Carvalhal - Seíça	3.700,00 €	3.683,07 €

Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P036/2011 - Redes de Esgotos - Drenagem de Águas Pluviais com Implantação de Poço Sumidouro-R.Colégio S. Miguel- Fátima	2.280,81 €	2.279,30 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P037/2011 - Beneficiação de arruamentos na envolvente ao Lar e Jardim de Infância do Bairro	26.849,34 €	26.798,63 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P038/2011 - Ramais domiciliários de esgotos - Implantação de um ramal de esgotos domésticos na EN 113, Km 33 - Alburitel - Ourém	2.543,60 €	2.541,27 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P039/2011 - Ramais domiciliários de esgotos - Implantação de 3 ramais de esgotos domésticos na Freguesia de Seixa	2.115,00 €	2.113,20 €
Connect Vision, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P040/2011 - Equipamento Básico - Aquisição de Central de Comunicações para o Centro Municipal de Protecção Civil	65.000,00 €	63.658,55 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P041/2011 - Urbanização da Vila de Vilar dos Prazeres - Beneficiação de Arruamentos do Centro Escolar de Nossa Senhora das Misericórdias	149.408,57 €	148.418,30 €
LCA - Sociedade de Advogados	Ajuste Directo (alínea b) n.º 1 do art. 27º do CCP)	P042/2011 - Fornecimento serviço - Honorários relativos ao Processo - IC9 - Traçado referente ao concelho de Ourém - Apoio Judicial	15.100,00 €	15.100,00 €
Plenavia, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P043/2011 - Requalificação das ruas envolventes ao Centro Escolar de Ourém - N.ª S.ª da Piedade	149.161,27 €	147.928,87 €
Valente e Carreira, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P044/2011 - Remodelação do Cine-Teatro Municipal - Trabalhos no Hall do Cine-teatro de Ourém	9.597,46 €	9.597,46 €
Areal - Editores, S.A.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P045/2011 - Aquisição de material didáctico para apetrechamento dos Centros Escolares de Nossa Senhora das Misericórdias, Caridade, Beato Nuno e Cova da Iria	72.800,00 €	44.171,04 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P46/2011- Ramais domiciliários de esgotos - Implantação de 3 ramais de esgotos domésticos nas Freguesia de Caxarias e Freixianda	2.100,00 €	2.098,00 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P472011- Ramais domiciliários de esgotos - Implantação de 3 ramais de esgotos domésticos e um pluvial na Freguesia de Fátima	2.910,00 €	2.904,00 €
Francisco Manso - Produção de audiovisuais, Unipessoal	Ajuste Directo (alínea b) n.º 1 do art. 27º do CCP)	P048/2011 - Prestação de serviços de direcção do Festival de Cinema - "Tolerância e Diálogo de Culturas"	34.900,00 €	34.900,00 €
Oficina da Ilusão - Produção de espetáculos, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P049/2011 - Prestação serviço - Concertos c/João Pedro Pais e GNR - Festas da cidade - 2011	33.000,00 €	33.000,00 €
Lisboa agência - Actividades artísticas, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P050/2011 - Prestação serviços - Concerto c/Quinta do Bill - Festas da cidade - 2011	12.915,00 €	10.500,00 €
Multitendas	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P051/2011 - Prestação serviço de aluguer de Insufláveis diversos - Festas do Município -2011	9.700,00 €	9.700,00 €
Auditório - Promoção de Espetáculos, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P052/2011 - Fornecimento de som, luz e palcos para as Festas do Município 2011	14.750,00 €	14.750,00 €
Construções Divireis, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P053/2011 - Urbanização da Sede do Município - Revitalização da Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida	19.975,31 €	19.775,00 €

Proman - Centrop de Estudos e Projectos, S.A.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P054/2011 - Planeamento Urbanístico - Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Fátima - Estudo Geológico	8.000,00 €	6.100,00 €
Gustavo da Cunha, Consultoria e Promoção de Negócios, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P055/2011 - Concepção do Programa funcional e Estudo de Impacto Social, Económico e Cultural do Forum Cultural de Ourém	74.600,00 €	74.600,00 €
Construções Divireis, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P057/2011 - Recuperação do pavilhão desportivo e do telheiro central da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos D. Afonso, IV Conde de Ourém	148.606,19 €	147.406,70 €
Lena - Agregados, S.A.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P059/2011 - Fornecimento continuo de massas a frio para um período de 12 meses	32.000,00 €	31.500,00 €
Rodoviária do Tejo, S.A.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P061/2011 - Prestação de serviços de Transporte colectivo de passageiros para a actividade "Passeio Sénior 2011"	12.000,00 €	12.000,00 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P062/2011 - Ramais domiciliários de esgotos domésticos - Implantação de 4 ramais, nas Freguesias de Freixianda e Seiça	3.005,00 €	2.992,50 €
LCA - Sociedade de Advogados	Ajuste Directo (alínea b) n.º 1 do art. 27º do CCP)	P063/2011 - Prestação serviço para apresentações contra-alegações no Tribunal Administrativo do Sul do proc.736/06.2 BECBR	6.097,56 €	6.097,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P064/2011 - Ampliação e remodelação - Esgotos Pluviais da Avenida Beato Nuno / Rua das Terras Novas - Fátima	8.337,08 €	8.273,29 €
Eurocálcio - Calcários e Inertes, S.A.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P066/2011/CPA - Fornecimento continuado de betão pronto, para diversas obras a realizar por admissão directa na ara do concelho durante 12 meses	22.140,00 €	14.060,00 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P067/2011/CPA - Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Cova da Iria - Fátima - Arranjos Exteriores	24.167,31 €	24.084,32 €
Soresime, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P068/2011/CPA - Aquisição de Equipamentos de Refeitório e Cozinha para os novos Centros Escolares de: N.ª S.ª das Misericórdias; Beato Nuno; Cova da Iria e Caridade	19.350,00 €	18.894,53 €
Marsefal , Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P069/2011/CPA - Fornecimento de Mosaico SPI Granito para a Praça Paulo VI em Fátima	7.355,40 €	5.980,00 €
Soresime, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P070/2011/CPA - Aquisição de Palamenta para os Refeitórios e Cozinhas dos novos Centros Escolares de N.ª S.ª das Misericórdias, Beato Nuno, Cova da Iria e Caridade	28.227,64 €	28.016,28 €
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, Lda.	Público	P072/2011 - Aquisição de serviços de seguros para o ano de 2011	100.000,00 €	91.175,38 €
Bripealtos, Agregados e Construção, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P073/2011 - Aquisição de inertes-Tout-venant, Pó de pedra,Britas, e Pedra rachão, para obras por administração directa - 12 meses	35.800,00 €	32.884,00 €
Ouripneus - Industria de Pneus, Lda.	Público	P074/2011 - Fornecimento e montagem de pneumáticos e serviços complementares, em regime de fornecimento contínuo	35.000,00 €	35.000,00 €

Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P076/2011 - Sistema de drenagem de águas residuais - Implantação de 6 ramais de esgotos domésticos nas freguesias de Atouguia (Rede da Bacia 49 - 1.ª fase) , Freixianda (Rede da Freixianda) e Seixa (Rede da Bacia 47)	3.750,00 €	3.739,00 €
Consórcio: Asibel, S.A. e CMR - Construções Martins & Reis, Lda.	Ajuste Directo (alínea c) do n.º 1 do art. 24.º do CCP)	P077/2011 - Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva - Parte B - Troços entre a Passagem Desnívelada e as Rotundas Norte e Sul inclusive	8.441.362,25	6.246.000,00 €
Construções Valtacão, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P078/2011 - Beneficiação da ER 356 Ourém - Alvaiázere - Reforço do Muro Ala do Pontão na localidade de Abadia - Caxarias	32.015,78 €	32.015,78 €
Irial, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P079/2001 - Melhoramento na EB1 de Boleiros - Execução de estrutura em alumínio e vidro e outros trabalhos	3.362,00 €	2.875,00 €
Socrinel - Sociedade de Construtora Irmãos Neves, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P080/2011 - Ensino Básico - Arranjos Exteriores - Envolvente escola Primária da EB1 de Ourém	37.534,80 €	37.144,10 €
Construções Julio Lopes, S.A.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P081/2011 - Aquisição de 300 toneladas de massas asfálticas do tipo binder e 600 kg de cola ECR1 para a beneficiação da Rua Arcanjo São Miguel - Fátima	14.169,00 €	13.158,00 €
Transogás, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P082/2011 - Aquisição de 20.000 litros de Gasóleo Rodoviário para as viaturas Municipais	22.422,76 €	22.422,76 €
Socrinel - Sociedade Construtora Irmão Neves	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P083/2011 - Edifício dos Paços do Concelho – Alterações no Edifício dos Paços do Concelho	15.280,80 €	14.399,98 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P084/2011 - Implantação de 3 ramais de esgotos domésticos (1 na rede de Fátima Antiga e 2 na Bacia 49 B) e 2 ramais de águas pluviais no sistema de renagem de Fátima - Freguesia de Fátima - Ourém	3.640,00 €	3.639,00 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P085/2011 - Recuperação e Beneficiação de estradas e caminhos municipais - Alargamento da estrada de Fontainhas - Alburitel	22.073,23 €	22.024,10 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P086/2011 - Ramais Domiciliários de esgotos e águas pluviais - Implantação de 2 ramais de esgotos domésticos nas freguesias de Alburitel (Rede da Bacia 51) e Atouguia (Rede da Bacia 49 - 1ª. Fase) - Ourém	1.525,00 €	1.501,00 €
Auto Taxi da Cumeada, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P087/2011 - Fornecimento de serviço de transporte de táxi para três crianças que frequentam o Agrupamento de Escolas de Freixianda-Ano lectivo 2011/2012	8.400,00 €	7.708,00 €
José Candido Oliveira	Ajuste Directo (alínea b) n.º 1 do art. 27º do CCP)	P088/2011 - Fornecimento serviço - Honorários relativos ao Processo - 1326/11.3 TBVNO - Apoio Judicial	15.000,00 €	15.000,00 €
Transogás, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P089/2011 - Fornecimento e transporte de 30.000 litros de gasóleo para abastecimento das viaturas do Município de Ourém	35.000,00 €	35.000,00 €
EBES - Estudos de benchmarking e engenharia de sistemas	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P092/2011 - Assessoria técnica para lançamento do concurso de concessão do serviço municipal de saneamento	44.500,00 €	44.500,00 €

GASPE - Combustíveis, Lda.	Público	P093/2011 - Fornecimento e transporte continuado de 161.500 litros de gasóleo Rodoviário para abastecimento das viaturas do Município de Ourém	190.000,00 €	172.482,00 €
José Candido Oliveira	Ajuste Directo (alínea b) n.º 1 do art. 27º do CCP)	P094/2011 - Prestação serviço – Honorários relativos ao Processo 1209/11.7BELRA – Massa Insolvente da Firma Aquino Construções, S.A. – Apoio Judicial	20.000,00 €	20.000,00 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P095/2011 - Ramais Domiciliários de esgotos e águas pluviais - Implantação de 3 ramais de esgotos domésticos na da bacia 49 B - freguesia de Fátima - Ourém	2.244,00 €	2.243,00 €
Américo Marques Duarte, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P096/2011 - Rede infra-estruturas media tensão, rede de tubagem e caixas de visita - Centro Escolar da Freixianda	16.425,00 €	13.641,00 €
1)	Ajuste Directo	P097/2011 - Prestação de serviços de fiscalização (Engenharia Civil), para os Centros Escolares de Freixianda, Olival e Ourém Nascente e o Pavilhão Gimnodesportivo de Olival	30.000,00 €	
Matos & Neves, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P098/2011 - Requalificação da Travessa da Fonte Velha - Nossa Senhora da Piedade	38.032,83 €	37.700,00 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P099/2011/CPA - Arranjos de espaços públicos - Arranjo do espaço entre a Capela e Salão do Caneiro	34.966,59 €	34.150,10 €
Construções Divireis, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P100/2011/CPA - Redes da Freguesia de Fátima - Implantação de parte do colector 33.1 - Rua Visconde Montelo - Fátima - Ourém	8.747,99 €	8.734,80 €
Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P101/2011/CPA - Ensino Básico - Reconstrução da cobertura do edifício da APDAF	7.469,48 €	7.469,47 €
2)	Ajuste Directo	P102/2011/CPA - Prestação de serviço de Apoio Jurídico no âmbito do Direito do Urbanismo e do Direito do Ordenamento do Território	21.000,00 €	21.000,00 €
LCA - Sociedade de Advogados	Ajuste Directo (alínea b) n.º 1 do art. 27º do CCP)	P103/2011/CPA - Prestação serviço de Patrocínio Judiciário em regime de avença	31.200,00 €	31.003,44 €
Fernando Major - Construções Unipessoal, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P104/2011/CPA - Rede da Bacia 51 - Implantação de um troço de colector e um ramal em Fontainhas de Seça, um ramal em Alburitel e um ramal em Pêras Ruivas	4.495,90 €	4.489,00 €
Nádia Pereira	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P105/2011/CPA - Prestação de Serviços Jurídicos - 1º. Semestre de 2012	10.800,00 €	10.800,00 €
Américo Marques Duarte, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) do art. 19.º do CCP)	P106/2011 - Instalação de Ramal Provisório de Energia para alimentação da Pista de Gelo em Fátima	7.299,30 €	6.634,23 €
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	Ajuste Directo (alínea b) n.º 1 do art. 27º do CCP)	P107/2011 - Aquisição de serviços - Implementação de Formulários nos Serviços Online (Mynet)	5.900,00 €	5.900,00 €
PAMAFE, Lda.	Ajuste Directo (alínea a) n.º 1 do art. 20.º do CCP)	P108/2011 - Aquisição de servidor de armazenamento de dados (projecto LRD Simplex Autárquico)	17.460,00 €	13.866,00 €

- 1) Aguarda lançamento do procedimento
- 2) Aguarda compromisso

Taxas e Licenças

No que respeita a taxas e licenças gerais, apresenta-se quadro de caracterização dos processos, o qual foi objecto de levantamento no ano em análise.

Quadro – Caracterização dos processos reportados às Taxas e Licenças

Tipo de Receitas	Quantidade	Receita
Alvará de Licenciamento Sanitário	1	43,10 €
Casa Mortuária	29	4.376,10 €
Cemitério – Inumação/Exumação	32	8.264,83 €
Cemitério - Terreno	22	16.107,00 €
Contra-Ordenação	232	56.977,62 €
Concessão de Carta de Caçador	7	72,25 €
Elevadores - Empresas	140	13.611,85 €
Elevadores - Particulares	14	1.108,60 €
Exame – Carta de Caçador	24	1.172,10 €
Feira de Santa Iria	12	11.699,05 €
Feira de Santa Iria-Caução s/consumo eléctrico	5	448,92 €
Horário de Funcionamento	181	4.608,70 €
Licença de Representação (espectáculos)	6	90,00 €
Licença de Arraial	84	3.025,10 €
Licença Especial de Ruído	91	3.418,32 €
Licença Exploração - Anual	4	391,60 €
Licença Exploração - Semestral	5	246,00 €
Concessão Circuito Turístico	12	3.287,88 €
Mercado Semanal	29	24.911,50 €
Ocupação da Via Pública	12	408,40 €
Provas Desportivas – Licenciamento	12	304,70 €
Colocação Publicidade Temporária	14	2.691,08 €
Rendas	61	4.127,69 €
Rendas – Lojas Mercados e quiosques	92	45.105,80 €
Rendas – Antenas de Telecomunicações c/iva	12	5.041,68 €
Rendas – Antenas de Telecomunicações s/iva	23	11.100,17 €
Rendas lojas mercado s/iva	5	2.787,54 €
Renovação de Carta de Caçador – Dentro do Prazo	53	538,41 €
Renovação de Carta de Caçador – Fora do Prazo	20	385,20 €
Segunda Via – Carta de Caçador	3	30,85 €
Substituição/alteração dados carta de caçador	37	195,85 €
Terrado – Empresas	25	7.629,18 €
Terrado – Particulares	715	119.680,35 €
Terrado Feira Santa Iria – Empresas	3	73,50 €
Terrado Feira Santa Iria – Particulares	131	4.450,00 €

Trabalho por conta de particulares	2	952,63 €
Venda Ambulante de Lotarias	2	22,90 €
Vistorias – restauração e bebidas	1	91,18 €
Licenciamento Venda de Bilhetes - Espectáculos	1	27,00 €
Guia de Emissão de Cartão de Vendedor Ambulante	1	24,26 €
Guia de Licença de Publicidade	834	74.533,92 €
Guia Renovação de cartão de Mercado	1	14,80 €
Guia de Licença de Publicidade - DF	10	1.460,54 €
Guia de Renovação de Cartão de Vend. Ambulante	33	483,92 €
Guia de Troca de Licença de Condução	1	25,11 €
Guia em Branco	4	502,24 €
TOTAL		436.549,92 €

Património

Neste contexto, atendendo a que os Documentos de Prestação de Contas dispõem de detalhe pormenorizado sobre o inventário municipal, documento complementado pelas notas ao balanço à demonstração de resultados, não se dispõem elementos adicionais.

Notariado

No âmbito da actividade desenvolvida no Notariado, destacam-se os seguintes elementos:

- 6 escrituras públicas
 - 5 de compra e venda;
 - 1 de expropriação amigável;
- 43 contratos avulso:
 - 19 contratos de empreitadas dos quais 4 foram remetidos ao Tribunal de Contas (3 para fiscalização prévia);
 - 17 contratos de fornecimento;
 - 7 contratos de prestação de serviços.

Será ainda reportar as seguintes ações:

- Envio mensal via internet à Direcção Geral dos Impostos (DGCI), a relação dos atos praticados no Notário Privativo do Município, nos termos da Portaria n.º 975/2004, de 3 agosto;
- Envio mensal via internet ao Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, informação sobre as escrituras de compra e venda celebradas no Notário Privativo do Município.

Metrologia

Quadro – Verificações efectuadas pelo serviço de metrologia municipal

Instrumentos de peso e medida	2010	2011	variação absoluta	variação %
Verificados em serviço interno	203	249	46	22,66
Verificados em serviço externo	264	300	36	13,64
Total	467	549	82	17,56

No decurso do ano em análise, o serviço de metrologia municipal efectuou a verificação de 549 instrumentos de peso e medida, denotando um acréscimo absoluto em 82, circunstância que representa uma variação percentual próxima de 18%.

Importa referir que 300 verificações foram efectuadas em serviço externo, ou seja aproximadamente 55% do total do serviço desenvolvido é efectuado nas instalações do utente, derivando na cobrança de uma taxa de deslocação.

2.3.1.2 – Divisão de Recursos Humanos, Planeamento e Administração

Recursos Humanos

Neste âmbito destacam-se as seguintes ações:

- Afetação de trabalhadores às unidades orgânicas da Estrutura Orgânica e recolha de elementos/contributos para com vista à elaboração de documento com a descrição de postos de trabalho;
- Processos de recrutamento excecional para provimento de 11 postos de trabalho previstos no mapa de pessoal 2011, nomeadamente, a efetivação das fases e métodos de seleção previstos;
- Início ao procedimento concursal de recrutamento de cargos dirigentes
- Aplicação do Sistema de Avaliação de Desempenho (finalização do processo relativo ao Sistema de Avaliação de Desempenho de 2010, execução das fases pendentes relativas ao Sistema de Avaliação de Desempenho de 2011 e início das fases previstas relativas ao Sistema de Avaliação de Desempenho de 2012;
- Revisão do Regulamento do Conselho Coordenador da Avaliação.

Expediente, reprografia e arquivo

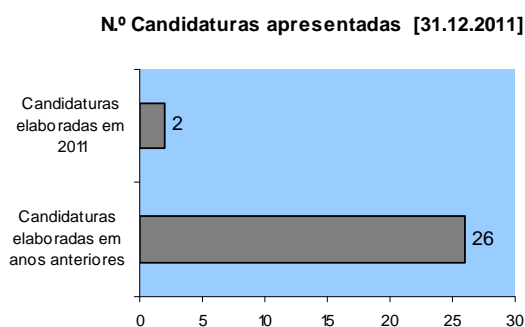
Relativamente a estas funções reportam-se os seguintes elementos estatísticos.

- Elaboração de 29 agendas/atas das reuniões camarárias e respetivas convocatórias;
- Registo, classificação e digitalização da correspondência entrada diariamente (13671);
- Emissão de 756 guias correspondentes a:
 - Certidões (404);
 - Fotocópias autenticadas de processos arquivados (227);
 - Fotocópias simples (84)
 - Licenças, averbamentos e transferências de licenças de táxis (15);
 - Registo de cidadãos da União Europeia (24);
 - Licença de plantação de árvores (2)
- Reencaminhamento do e-mail geral do Município, registando uma média diária de 100 e-mails;

- Atendimento telefónico, registando uma média diária de 120 telefonemas do exterior.
- Correio Expedido: 18.383
- Plantas de Localização emitidas: 705
- Reprodução de fotocópias na Reprografia: 357.811

Gestão de candidaturas

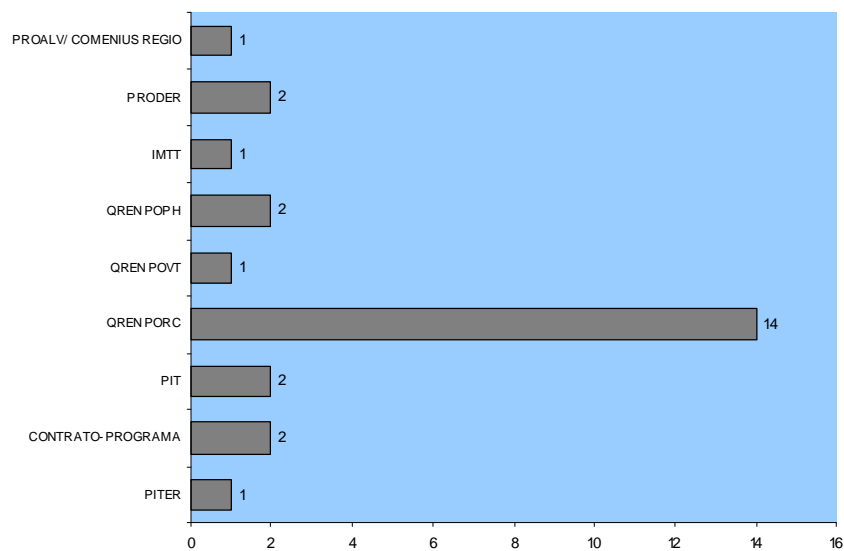
Em 2011, procedeu-se à elaboração de 2 candidaturas, a qual acresceu a execução física e financeira de 26 já elaboradas em anos anteriores.



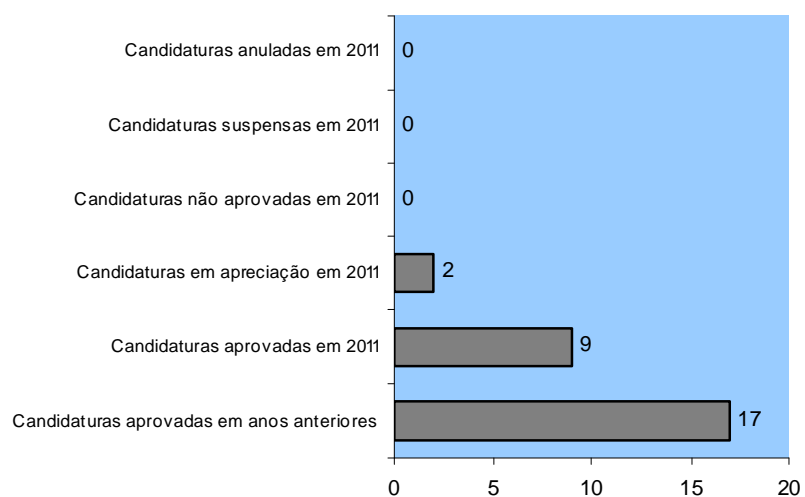
No que concerne ao tipo de financiamento/programa, destacam-se o QREN/PORC com 14 candidaturas, surgindo ainda com destaque o PRODER, o POPH e o PIT. Face à situação das candidaturas em sede de análise, em 2010, verificou-se a aprovação de 9 candidaturas, permanecendo 2 em fase de apreciação.

Será ainda de salientar que das 26 candidaturas aprovadas em anos anteriores, 4 estão encerradas fisicamente e financeiramente.

Candidaturas Apresentadas_Tipo de Programa de Financiamento [31.12.2011]



Candidaturas_Face à análise | [31.12.2011]



Ano de Abertura	Ano de Encerramento	Programa	N.º Processo	N.º Projeto	Designação do projeto	Entidade promotora	Shooting em voo aberto	Investimento Elegível (1)	Montante do Financiamento (3)	Despesa Justificada (4)	Financiamento já absorvido justificado (5)	Compart. recorrido em voo aberto (6)	2009 (7)	2010 recorrido em voo aberto (8)	2011 (9)	Total Elegível (10) (7+8+9)	Financiamento por Recorrido da despesa já absorvida (11)	Shooting em voo aberto (12)	CRS
2002	2003	Cooperação Programática de Cooperação Técnica Franciosa	--	--	Centro de Apoio ao Novo Edifício dos Paços do Concelho de Fátima	DOAU CCDRH_VT	Aprovada	4.837.863,00 €	10,33%	770.671,08 €	4.817.733,23 €	787.465,22 €	200.855,02 €	432.854,09 €	693.809,02 €	-	-	Execução Financiarmente Implementada	-
2004	2007	PTER	--	--	União Regional - Rega de Fátima	TP - Turismo de Pontevedra, IP	Aprovada	1.021.053,79 €	13%	132.726,89 €	1.021.053,79 €	113.384,57 €	-	-	-	113.384,57 €	13.382,42 €	Execução Financiarmente Implementada	-
2008	2008	QREN - PORC - Regulamento Específico Qualificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	10.726	10.726	Centro Escolar de Ourense (Gratidade)	CCDRHC	Aprovada	1.900.897,46 €	80%	1.541.517,27 €	1.698.988,41 €	1.359.807,73 €	-	-	-	1.359.807,73 €	-	Em execução	-
2008	2008	QREN - PORC - Regulamento Específico Qualificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	08.08/PORC 523	08.08/PORC 523	Centro Escolar Beato Nuno	CCDRHC	Aprovada	1.937.153,50 €	80%	1.549.722,80 €	1.732.989,77 €	1.386.079,82 €	-	-	-	1.386.079,82 €	-	Em execução	-
2008	2008	QREN - PORC - Regulamento Específico Qualificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	08.08/PORC 523	10.735	Ampliação de Escola do 1.º CEB de Cova de Vila	CCDRHC	Aprovada	1.900.524,31 €	80%	1.302.810,45 €	1.181.531,83 €	894.852,46 €	-	-	-	894.852,46 €	-	Em execução	-
2008	2008	QREN - PORC - Regulamento Específico Qualificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	10.06/PORC 748	10.744	Centro Escolar Nossa Senhora das Mercês das	CCDRHC	Aprovada	2.124.591,31 €	80%	1.689.666,05 €	1.938.032,11 €	1.591.946,09 €	-	-	-	1.591.946,09 €	-	Em execução	-
2008	2009	QREN - POCT - Ação Intersectorial para o Desenvolvimento Urbano	11.08.04/PORC 25	11.08.04/PORC 25	Gestão Integrada da Mobilidade da Cova de Vila	DOGOTU/POUT	Aprovada	1.356.177,28 €	70%	960.724,10 €	103.248,60 €	107.482,82 €	-	-	-	107.482,82 €	-	Em execução	-
2009	2010	PT - Programa de Intervenção no Turismo	19.09.07/P25 100.0001	19.09.07/P25 100.0001	Gestão da Mobilidade da Cova de Vila	Turismo de Pontevedra	Aprovada	794.441,80 €	35%	250.754,56 €	80.105,30 €	28.008,86 €	-	-	-	28.008,86 €	-	Em execução	-
2009	2009	QREN - PORC - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Incendios - Ação Intersectorial	UNIVA	UNIVA	Projeto de Apoio, Proteção e Recuperação do Centro Histórico de Ourense	DOAU/POPH	Aprovada	36.477,34 €	70%	25.534,49 €	20.009,82 €	20.306,73 €	-	-	-	20.306,73 €	-	Execução Financiarmente Implementada por parte do POPH	-
2009	2009	QREN - PORC - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Incendios - Ação Intersectorial	17.08/PORC 523	10.3496	Centro Municipal de Proteção Civil	CCDRHC/CMT	Aprovada	274.278,00 €	80%	219.422,88 €	274.195,50 €	219.341,20 €	-	-	-	219.341,20 €	-	Execução Financiarmente Implementada	-
2009	2009	QREN - PORC - Regulamento Específico Mobiliário Turístico	18.09/PORC 523	10.1912	Requalificação de BA 113-1	CCDRHC/CMT	Aprovada	604.973,34 €	80%	747.979,67 €	172.401,14 €	137.906,11 €	-	-	-	137.906,11 €	-	Execução Financiarmente Implementada	-
2009	2010	QREN - PORC - Regulamento Específico Prioridade para a Regeneração Urbana	21.09/PORC 523	10.2294	Congresso Fátima 2009	CCDRHC	Aprovada	62.963,61 €	80%	50.375,89 €	62.969,81 €	50.375,89 €	-	-	-	50.375,89 €	-	Execução Financiarmente Implementada	-
2009	2010	PRODER	22.09/PORC 523	T2207/0256-000.0001	Rede de Pontas de Apoio do Conselho de Ourense	PRODER	Aprovada	82.792,00 €	70%	67.367,40 €	3.425,00 €	2.799,40 €	-	-	-	2.799,40 €	-	A secutar	-
2009	2009	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres	25.09/PORC 25	--	Centro de Apoio ao Terminal Rodoviário	MTT	Aprovada	1.620.964,25 €	58,46%	961.135,05 €	-	-	-	-	-	-	-	Projeto de Apoioção em execução	-
2010	2010	Cooperação Programática de Cooperação Técnica e Franciosa	01/00/P252 S	--	Requalificação de infra-estruturas urbanas na cidade de Fátima - Preparação da oferta do Paga	CCDRH_VT	Aprovada	700.373,00 €	30%	210.111,90 €	675.477,63 €	202.240,29 €	-	-	-	202.240,29 €	-	Execução Financiarmente Implementada	-
2010	2010	PT - Programa de Intervenção no Turismo	02.09/P252 S	--	Requalificação de infra-estruturas urbanas na cidade de Fátima - Preparação da oferta do Paga	Turismo de Pontevedra	Aprovada	752.570,58 €	30%	225.771,17 €	752.570,58 €	225.771,17 €	-	-	-	225.771,17 €	-	Execução Financiarmente Implementada	-
2010	2010	QREN - PORC - Regulamento Específico Prioridade para a Regeneração Urbana	03.09/PORC 523	10.2847	Requalificação de Av. D. José Alves Correia da Silva Pórtico B	CCDRHC	Aprovada	6.180.210,33 €	80%	4.944.173,06 €	28.004,12 €	22.103,50 €	-	-	-	22.103,50 €	-	Em execução	-
2010	2010	QREN - PORC - Regulamento Específico Prioridade para a Regeneração Urbana	04.09/PORC 523	10.2826	Centro Escolar da Freixadura	CCDRHC	Aprovada	1.740.777,32 €	80%	1.392.021,96 €	103.589,27 €	80.467,42 €	-	-	-	80.467,42 €	-	Em execução	-
2010	2010	QREN - PORC - Regulamento Específico Qualificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	05.10/PORC 523	10.3230	Centro escolar Ourense Nascente	CCDRHC	Aprovada	1.516.214,50 €	80%	1.212.571,92 €	189.745,58 €	155.796,06 €	-	-	-	155.796,06 €	-	Em execução	-
2010	2010	QREN - PORC - Regulamento Específico Prioridade para a Regeneração Urbana	06.10/PORC 523	10.3415	Requalificação da Casa de Administrador a Nabeiro Municipal	CCDRHC/CMT	Aprovada	446.334,38 €	61,65%	300.980,26 €	435.603,46 €	303.225,47 €	-	-	-	303.225,47 €	-	Execução Financiarmente Implementada	-
2010	2010	QREN - PORC - Regulamento Específico Qualificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	07.10/PORC 523	10.3429	Centro Escolar de Ourense	CCDRHC	Aprovada	1.420.856,25 €	80%	1.143.886,24 €	133.307,03 €	-	-	-	-	-	-	Em execução	-
2010	2010	QREN - PORC - Regulamento Específico Qualificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	08.10/PORC 748	10.3623	Requalificação de Agrupamento 2º ano	CCDRHC/CMT	Aprovada	331.832,16 €	80%	265.466,73 €	77.054,32 €	61.659,46 €	-	-	-	61.659,46 €	-	Em execução	-
2010	2010	QREN - PORC - Regulamento Específico Prioridade para a Regeneração Urbana	09.10/PORC 523	10.3688	Perfil do Despertar do Ourense	CCDRHC/CMT	Em execução	1.736.691,15 €	80%	-	-	-	-	-	-	-	-	A secutar	-

Ano de Apresentação	Ano de Gestão	Programa	Nº Processo	Nº Projeto	Designação de projeto	Entidade promotora	Resolução em assembleia	Investimento Elegível (1)	Taxa Comp. (2)	Montante de Financiamento (3)	Despesa Justificada (4)	Financiamento justificado (5)	Compart. R. em anos anteriores (6)	2009 (7)	Financiamento recebido em anos anteriores (8) = (6) x (7)	2010 (9)	2011 (10)	Total Recebido (11) = (9) + (10)	Financiamento por Recursos da dotação orçamental (12)	Situação em termos de liquidação	OBS
2010		QREN-PODC - Regulamento Estabelecimento Conselho Local	1010/PODC/ 525	ID 3906	Remodelação do Anexo Edifício das P.ças do Concelho	CCDR/C/CMF	Em aprovação	751.600,00 €	80%	601.280,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	
2010	2011	PROG-RENOV. Rota do S.2 - Melhoria da Qualidade da Vida	1118/PRODE R/205	PA n.º 2010	Batalha@ Ourém - Percursos em Rede Sénior	PRODE/ADUE	Aprovada	68.540,00 €	70%	51.462,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	
2011	2011	PROGVAL - COMENUS REGIO	1211/PROCAL V/525	2011-1501- 2011-1501- 2	Comenius Regio - Ourense Plural	Agrupada Nacional	Aprovada	25.000,00 €	80%	23.790,00 €	- €	10.000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	10.000,00 €	- €	Em execução	
2011	2011	QREN-POPH - Esclipeiro na Administração Pública	UN/IA		PEPAL IV	DGAL/POPH	Aprovada	57.461,59 €	70%	40.216,30 €	46.254,24 €	31.677,07 €	- €	- €	- €	- €	- €	27.766,55 €	3.917,42 €	Em execução	
				TOTAL				35.675.321,02 €		23.156.982,47 €	17.688.626,36 €	9.534.666,23 €	3.861.395,9 €	433.879,00 €	814.118,68 €	1.894.647,73 €	5.526.547,41 €	8.235.513,82 €	620.263,61 €		

UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa)

Quadro – Estatísticas de 2009 a 2011 no âmbito da UNIVA

N.º de Inscritos à Procura de Emprego		2011	2010	2009	Var (2011/2010)
<u>Por sexo:</u>					
	H	182	166	189	10%
	M	515	627	588	-18%
	T	697	793	777	-12%
<u>Por faixa etária:</u>					
	15-19	33	45	52	-27%
	20-24	156	220	242	-29%
	25-29	162	203	179	-20%
	30-34	134	134	150	0%
	35-39	86	95	68	-9%
	40-44	63	47	47	34%
	>45	63	49	39	29%
	T	697	793	777	-12%
<u>Por habilitação literária:</u>					
	4º ano	15	13	27	15%
	6º ano	28	27	68	4%
	7º - 8º ano	2	10	17	-80%
	9º ano	127	119	116	7%
	10 - 11º ano	17	26	37	-35%
	12º ano	312	311	262	0%
	Bachelorato	2	10	11	-80%
	Freq. Ensino Superior	0	0	1	0%
	Licenciatura	194	277	238	-30%
	T	697	793	777	-12%
<u>Por freguesia:</u>					
	Alburitel	23	25	19	-8%
	Atouguia	21	30	33	-30%
	Casal dos Bernardos	6	5	10	20%
	Caxarias	27	43	37	-37%
	Cercal	7	11	10	-36%
	Espite	13	9	8	44%
	Fátima	92	100	88	-8%
	Formigais	6	2	3	200%
	Freixianda	15	28	30	-46%
	Gondemaria	11	30	30	-63%
	Matas	3	4	5	-25%
	Nª Sª Misericórdias	79	80	99	-1%
	Nª Sª Piedade	220	220	203	0%
	Olival	36	32	19	13%
	Ribeira do Fárrio	1	7	10	-86%
	Rio de Couros	21	26	26	-19%
	Seiça	32	37	54	-14%
	Urqueira	17	14	23	21%
	Outras	67	90	70	-26%
	T	697	793	777	-12%

Em observância ao quadro exposto na página anterior, verifica-se que no decurso de 2011, este serviço registou 693 utentes (uma média de 58 pessoas por mês) denotando uma diminuição, face ao volume ocorrido em 2010, na ordem dos 12%. No âmbito da procura, salienta-se o facto de 74% dos utentes serem do sexo feminino.

Relativamente à faixa etária, o escalão mais representativo é o dos 20 aos 34 anos, os quais representam 65% do universo total de utentes do serviço em análise.

No que concerne às habilitações literárias, a maior representatividade é referente a utentes com o 12º ano e com licenciatura, os quais significam, respectivamente, 45% e 28% do total.

Atendendo ao local de residência dos utentes, destaca-se a Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade com 220 utentes, sendo ainda importante referir que 67 dos utentes que recorreram a este serviço no ano de 2011, não residiam na área territorial adstrita ao Município de Ourém.

Quadro – Caracterização das ofertas de emprego e colocação

Ofertas de Emprego	2011	2010	2009	Var (2011/2010)
<u>N.º Total de Ofertas de Emprego:</u>	268	498	328	-46%
<u>Por área de actividades:</u>				
Serviços	39	57	50	-32%
Construção Civil	81	107	82	-24%
Restauração e Hotelaria	46	116	83	-60%
Operários Fabris	35	104	25	-66%
Téc. e Técnicos Superiores	31	75	53	-59%
Outros	36	39	35	-8%
T	268	498	328	-46%
<u>Colocação de Pessoas ao serviço (Nº):</u>	206	240	232	-14%

No que concerne à oferta verificou-se um decréscimo, em 14%, face ao volume verificado em 2010.

Cumpra analisar o número de colocação de pessoas ao serviço (206), por relação à procura de emprego (697), circunstância que resulta na taxa de colocação de pessoas ao serviço, ou seja, na percentagem de utilizadores que viram satisfeitas as suas pretensões em matéria de emprego. Neste contexto, verifica-se uma taxa de colocação na ordem dos 30%.

GIAC – Gabinete de Informação Autárquica ao Consumidor

A Lei n.º 24/96 de 31 de julho, estabelece o regime aplicável à defesa dos consumidores e estatui a competência do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais na protecção do consumidor (art. 1º). Consequentemente, dando expressão às competências dos municípios, estabelecidas na Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, e particularmente em observância à Lei n.º 24/96, o Município de Ourém estabeleceu um protocolo de cooperação com a DECO, em 10 de abril de 2006, dada a sua grande expressão nacional no que se refere à defesa do consumidor.

Desta forma, o referido gabinete iniciou o seu funcionamento em Junho de 2006, contando com uma técnica de apoio ao gabinete que se encontra afecta a tempo inteiro, bem como uma técnica de apoio jurídico da DECO, que se desloca a este gabinete, uma vez por mês.

Este serviço tem vindo a prestar informação económico-jurídica, efectuando ainda mediação de conflitos de consumo. No âmbito das suas atribuições e competências, poderá ainda promover mecanismos extra-judiciais para a resolução de conflitos de consumo, ou mesmo desenvolver acções de sensibilização relativas ao consumo, facultando aos consumidores maiores conhecimentos no que concerne aos seus deveres e direitos.

No período de 2011, contactaram este gabinete 329 consumidores, dos quais 98% foram atendidos presencialmente. Caracterizando os utentes, denota-se uma maior predominância da faixa entre os 46 e os 55 anos.

Relativamente aos pedidos de mediação organizados no ano de 2011 (43), 17 foram resolvidos a favor do munícipe, 4 contra a pretensão inicial, 14 permanecem em curso e em 8 verificou-se a desistência.

Quadro – Municípios atendidos e tipologia de informação

N.º Municípios atendidos	2011	2010	2009
<u>Por sexo:</u>			
H	168	120	110
M	161	132	116
T	329	252	226
<u>Por modalidade de atendimento:</u>			
Presencial	323	245	218
Telefone	5	5	7
Email	1	2	1
T	329	252	226
<u>Por faixa etária:</u>			
18-25	18	15	20
26-35	70	63	51
36-45	68	74	73
46-55	73	43	35
56-65	65	42	35
66-75	35	13	11
76-90	0	2	1
T	329	252	226
<u>N.º Pedidos de Informação</u>	286	228	205

Em 2011, desenvolveram-se as seguintes acções de informação:

- Educação Financeira;
- Direitos dos Consumidores;
- Gerir e Poupar – Faça contas à vida;
- Televisão Digital Terrestre.

2.3.2 – Departamento de Ambiente, Ordenamento do Território e Obras

2.3.2.1 – Divisão de Ambiente

Fiscalização Ambiental

A Fiscalização Ambiental tem por objectivo a protecção do meio ambiente, através da promoção das políticas ambientais do Município, sensibilizando, constantemente, os munícipes para práticas ambientais adequadas ao meio ambiente. Sempre que o comportamento exceda o bom senso e o previamente legislado, esta equipa tem competências para sensibilizar à sua correcção ou levantar autos de notícia, se for caso disso.

Em 2011 verificou-se uma diminuição do número de processos em 14, destacando-se as reclamações relacionadas com insalubridade (10), animais (7) e resíduos (4).

Quadro – Evolução do número de processos 2009/2011

Tipo	N.º de Processos 2009	N.º de Processos 2010	N.º de Processos 2011
Atividades Económicas	5	3	0
Ambiente	1	0	3
Animais	0	2	7
Insalubridade	6	15	10
Ocupação da Via Pública	1	0	0
Poluição Atmosférica	0	2	3
Proteção e Segurança	1	0	1
Recursos Hídricos	2	2	4
Resíduos	6	12	6
Ruído	1	2	1
Saneamento	8	10	3
Vegetação	0	4	0
Total	31	52	38

Sistema de Abastecimento Público de Água

- Gestão do sistema de abastecimento de água

Na área do Município de Ourém, o abastecimento de água está concessionado à empresa CGE(P) desde 1996. Em 2005, verificou-se um aditamento ao contrato inicial,

o qual prorrogou por mais 5 anos o período da concessão, transferindo-se simultaneamente para a concessionária responsabilidades em matéria de investimento, num montante total de 15 milhões de euros, actualizáveis, anualmente, em janeiro de cada ano, com base na variação do IPC. Complementarmente, caso se verifique que a concessionária realizou, num determinado ano, Investimento Produtivo, esta deverá ainda assumir a responsabilidade de um investimento adicional de 3% do referido Investimento Produtivo, em acréscimo à actualização ordinária baseada no IPC. Para além da remodelação de infraestruturas, o Plano de Investimentos previa uma pequena verba para ser dispendida em ampliações de redes de água, no valor de 245 mil euros. Este aditamento ao contrato veio responsabilizar a concessionária pela realização de obras de remodelação dos sistemas de abastecimento de água do concelho de Ourém, através de um Plano de Investimentos, onde está discriminado o montante de investimentos a realizar pela concessionária e o respetivo calendário. Será de referir que o actual contrato de concessão vigora até 2027.

Ampliações da Rede de Água efetuadas pela Veolia em 2012 - Plano de Investimentos

N.º Projecto SOE	Designação	Valor(€) - PI	Data da comunicação	Ponto de Situação
0057/2010- DA/654	Ampliação e ramais domiciliários - Travessa do Val da Greda - Matas – Ourém	8.681,10 €	02-03-2011	Realizada
0067/2009- DA/654	Ampliação e ramais domiciliários - Barreirinho - Cova da Iria - Fátima - Ourém	3,348,50€	16-03-2011	Anulada por desistência do município
0042/2010- DA/180	Ampliação e ramais domiciliários - Rua Vitorino da Silva - Moitas - Fátima	10.547,00 €	16-03-2011	Realizada
068/20120- DA/343	Ampliação da rede pública de abastecimento de água - Rua da Ladeirinha - Moita Redonda- Fátima	3.585,50 €	22-03-2011	Realizada
0074/2010/D A/343	Ampliação da rede pública de abastecimento de água -Travessa Maria Luciana - Casa velha - Estrada dos Carvalhinhos - Giesteira - Fátima Ourém	8.246,00 €	22-03-2011	Realizada e a da Giesteira anulada por desistência do município
0051/2010- DA/654	Ampliação da rede pública de abastecimento de água - Rua do Lagar – Bairro	4.029,00 €	22-03-2011	Realizada
0052/2010- DA/654	Ampliação da rede pública de abastecimento de água - Rua do Outeiro - Lagoa do Grou - Freixianda e rua Vale do Milho de Baixo - Mata do Fárrio - Ribeira do Fárrio	5.795,98 €	16-05-2011	Realizada

N.º Projecto SOE	Designação	Valor(€) - PI	Data da comunicação	Ponto de Situação
0022/2011 - DA/343	Ampliação da rede pública de abastecimento de água - Travessa da Serradinha - Castanheirinho - Matas	3.395,90 €	16-05-2011	Realizada
0029/2011 - DA/343	Ampliação da rede pública de abastecimento de água - Rua da Texugueira - Carvalhal de Seixa - Ourém	4.040,50 €	16-05-2011	Realizada
0032/2011 - DA-343	Ampliação da rede pública de abastecimento de água - Rua da Cavadinha - Freixianda - Ourém	3.292,40 €	16-05-2011	Realizada
0033/2011 - DA/343	Ampliação da rede pública de abastecimento de água - Rua da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Urqueira - Ourém	2.803,40 €	28-06-2011	Realizada
	Mudança da conduta de abastecimento de água - Rua do Outeiro - Fonte Fria – Freixianda	3.379,95 €	12-09-2011	Realizada
0059/2011 - DA/343	Ampliação da rede pública de abastecimento de água - Rua Dr. Carlos Vaz de Faria e Almeida - Vilar dos Prazeres, freguesia de NSM	3.441,40 €	12-09-2011	Realizada

No que concerne à ligação à rede, verifica-se que apenas 75% dos fogos se encontram ligados.

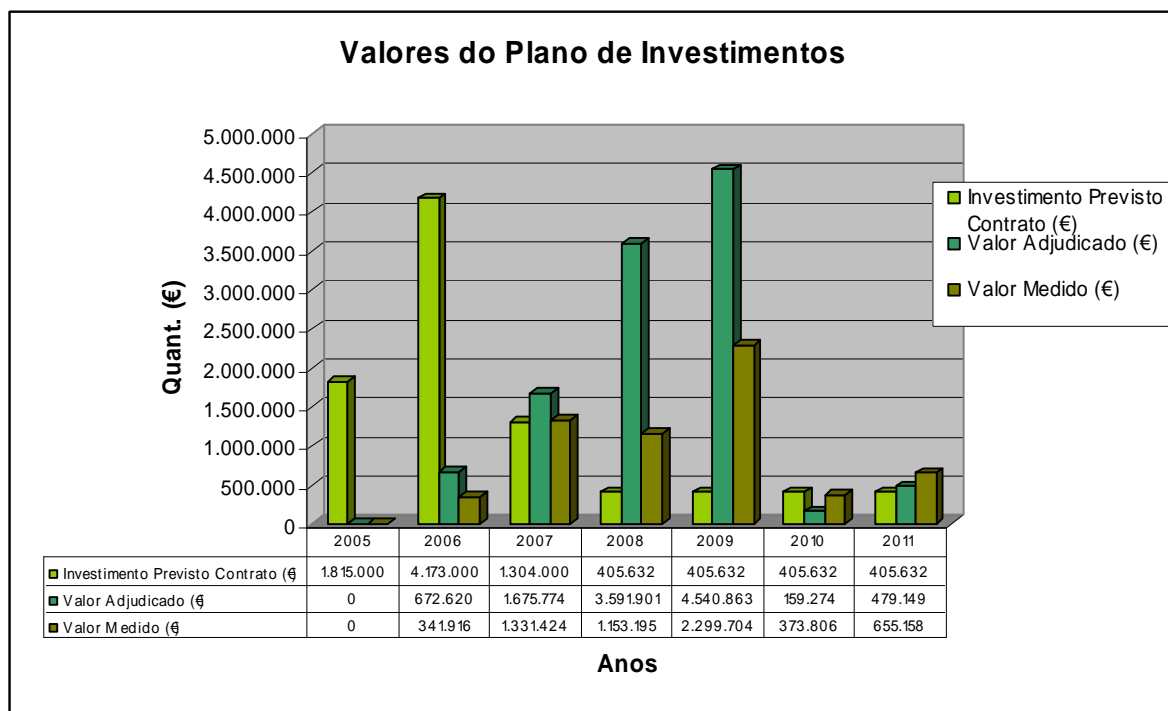
Deste modo, destacam-se as freguesias de Urqueira, Olival e Gondemaria, as quais apresentam uma percentagem de ligação de 43,1, 51,2 e 52, respectivamente. Em sentido oposto salientam-se as freguesias de Atouguia, N.ª Sr.ª da Piedade e Alburitel com uma percentagem de ligação de 91,7, 87,6 e 87,1, respectivamente.

- Plano de Investimentos

Nos primeiros anos verificou-se um atraso considerável no cumprimento desses valores, razão pela qual, de acordo com o artigo 86.º do Aditamento ao Contrato de Concessão, o montante de investimentos previsto e não realizado em cada ano transitou para ano seguinte.

Seguidamente apresenta-se um gráfico com os valores previstos no contrato, adjudicado e medidos em cada ano.

Gráfico - Valores do Plano de Investimentos



Através da representação gráfica verifica-se que, nos primeiros anos, o investimento realizado ficou muito aquém do previsto. No ano de 2008/2009 o valor adjudicado sofreu um aumento significativo, situação relacionada com o elevado valor das obras adjudicadas, principalmente a obra de Remodelação do Sistema de Abastecimento do Olival/Aldeia Nova/Gondemaria/Tomareis; Remodelação do Sistema de Abastecimento de Caxarias e Urqueira, Reservatório da Fazarga – Fátima e a conceção/construção dos novos reservatórios de São Gens, Achada, Estreito, Lagoíinha, Balancho e Pederneira no valor total de 1.780.062,81 euros

O valor faturado em 2009 foi bastante superior ao faturado em anos anteriores, diferença que se justifica com o transitar de investimento previsto e não realizado em anos anteriores, nomeadamente as obras de Remodelação do Sistema de Abastecimento do Olival/Aldeia Nova/Gondemaria/Tomareis; Remodelação do Sistema de Abastecimento de Caxarias e Urqueira e o novo Reservatório da Fazarga – Fátima.

Em 2010 e 2011 o valor faturado é ligeiramente superior ao previsto no contrato de concessão (considerando que no período compreendido entre 2008-2027 o valor a investir em cada ano é igual).

Para os cálculos dos valores executados e a executar será necessário efetuar as respetivas atualizações, assim como considerar 3% nos casos do investimento produtivo. No âmbito da renegociação do contrato a ocorrer em 2012 esses cálculos serão realizados, tendo-se posteriormente uma noção mais rigorosa dos valores.

No ano de 2011 foram realizadas as seguintes empreitadas, algumas das quais já tinham sido adjudicadas no(s) ano(s) anterior(es):

Quadro – Obras realizadas em 2011 por Sistema

Sistema	Denominação	2011
Casal Ribeiro	Conduta elevatória Casal da Fonte	51.041,27 €
	ETA Casal Ribeiro	18.852,45 €
	Estação elevatória Casal da Fonte	14.654,09 €
	Ampliação do Agroal	71.974,40 €
	Total	156.522,21 €
Olival	Reservatórios - Conceição/construção - Reservatório Achada - Barrocária	286.777,77 €
	Total	286.777,77 €
Sistema Fátima - Caridade	Rua Pinhal do Rei - Regato	
	EN 113 - Olaia/Estremadouro	163.665,84 €
	Ampliação Centro Escolar Vilar Prazeres	3.503,72 €
	Rua dos Casanhos, Rua Moinho Velho - Moita Redonda	4.056,00 €
	Total	171.225,56 €
Vários	Terrenos Reservatórios	9.700,00 €
	Rua do Outeiro	3.379,95 €
	Ampliação Rua Caixa Crédito Agrícola	2.787,90 €
	Remodelação da rede de distribuição de Cercal e Outeiro das Matas - Rua Moinhos, Rua Barreira e Rua Outeiro	10.017,59 €
	Várias Ampliações no Concelho de Ourém	14.746,55 €
	Total	40.631,99 €
TOTAL GERAL		655.157,53 €

De acordo com o estipulado no n.º 2, do artigo 86.º, do Contrato de Concessão, até 30 de setembro de cada ano, a Concessionária apresentará o Programa Anual respeitante a todas as obras a realizar nos termos do contrato de concessão, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro do ano seguinte.

A Concessionária apresentou o Programa Anual de 2012 a 30 de setembro, onde estão propostas obras em remodelações de rede, execução de cinco reservatórios e quatro captações (uma dependendo da ARH-Tejo).

Tabela 1: Obras Previstas para 2012

Sistema	Descrição	Total (€) (estimado)
Caridade	Rede adutora/distribuidora São Gens/Olaia	288.000
Rio de Couros	2 x Captações no Estreito + PT	165.000
Rio de Couros	Rede a ligar os Sistemas "Rio de Couros (Estreito)" - "Sistema Caxarias (Chã)"	122.100
Misto	Reservatório da Pederneira+Pimenteira+Balancho+Estreito+Lagoínha	1.239.063
Olival	Rede do Cercal (Vales)+ Gondomaria + Barrocaria	240.000
Olival	Remanescente das obras adjudicadas à Leirislina (rede de distribuição e hidropressores no Olival)	148.000
Olival	1 Captação na Achada+PT	113.000
Caxarias	1 Captação (substituição do AC8)	40.000
TOTAL		2.355.163

O Programa prevê que a principal intervenção ocorra na Avenida D. Nuno Álvares Pereira. O objectivo desta obra é separar a adutora da distribuidora, com a vantagem de ser possível fornecer água em mais quantidade e com mais pressão. A obra tem de ser coordenada com a empreitada da Autarquia.

A ligação entre o sistema de Rio de Couros e Caxarias vai permitir fornecer água a Caxarias com mais pressão, uma vez que existem bastantes problemas principalmente nas zonas mais altas da vila.

A rede implantada nas povoações de Cercal, de Barrocara e de Gondemaira apresenta muitos problemas de roturas, pelo que será uma mais valia a sua substituição, reduzindo as avarias e consequentemente melhorar a continuidade do serviço de fornecimento de água.

Na rede do sistema do Olival, a empresa Leirislina entrou em insolvência, faltando ainda terminar alguns trabalhos, pelo que a empresa concessionaria propõe terminar os mesmos em 2012.

Está prevista a execução de cinco reservatórios já adjudicados à Lena Construções, sendo necessário que a autarquia disponibilize os terrenos atempadamente. Estes reservatórios irão aumentar a capacidade de reserva, sendo possível fornecer água em quantidade adequada.

As captações a realizar são quatro, servindo, principalmente, para o fornecimento de água aos reservatórios a construir. A AC8, por sua vez, já atingiu o tempo de vida útil e é necessário encontrar uma alternativa para a extração de água.

Para o ano de 2012 o contrato prevê um montante de investimento de 435.697,00€. A empresa concessionária propõe um valor de 2.355.163,00€, valor este que se deve principalmente à execução dos reservatórios. Espera-se que durante o ano de 2012 seja possível recuperar parte do atraso verificado no cumprimento do Plano de Investimentos.

- Sistema em alta

O sistema de abastecimento de água na área do Município de Ourém possui cerca de 101 Km de rede para Adução (rede que se destina a abastecer os reservatórios, após ter sido submetida ao tratamento adequado nas ETAs).

Captações

O Município dispõe actualmente de 24 captações de água subterrânea activas, das quais 20 são exploradas pela concessionária para consumo público e as restantes são utilizadas pelo Município para rega ou uso industrial.

Armazenagem – Reservatórios

O sistema é constituído por 64 reservatórios, com uma capacidade total de 15.035 m³.

Tendo em vista reforçar a capacidade do sistema de abastecimento público de água do Município de Ourém, impelindo-se um aumento de eficiência e independência o Plano de Investimentos contempla novos reservatórios a executar.

Quadro – Reservatório de água a executar

Sistema	Localização	Capacidade (m3)	Fase do processo
Fátima	Fazarga	6.000	Execução da empreitada concepção/execução
Olival	Achada	2.000	Em projecto
Casal dos Bernardos	Pederneira	400	Em projecto
	Estreito	200 +200	Em projecto
Caridade	Pimenteira/São Gens	4000	Em projecto

Qualidade da Água

De acordo com o previsto no Decreto-lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, a CGE(P) submete anualmente à aprovação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), os respetivos Programas de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) do ano seguinte.

O PCQA, tendo como objetivo analisar a qualidade da água para consumo humano distribuída. A frequência de amostragem é determinada, tendo como base a população servida e o volume diário distribuído. Os parâmetros a analisar são definidos no referido Decreto-Lei e estão divididos em três grupos, cuja constituição varia consoante a origem da água:

- Controlo de Rotina 1 (CR1);
- Controlo de Rotina 2 (CR2);
- Controlo de Inspeção (CI).

O PCQA divide-se em dois planos de análises:

- PCQA em Baixa que inclui as análises realizadas nas torneiras dos consumidores finais do concelho de Ourém;
- PCQA em Alta que integra os pontos de entrega aos utilizadores em Alta (PEA), Câmara Municipal de Pombal e SMAS de Leiria.

Durante o ano de 2011, a concessionária realizou os seguintes colheitas e controlos.

Quadro – Controlo por Baixa/Alta

Tipo de controlo	Baixa		Alta
	N.º colheitas p/ tipo Controlo	N.º Controlos p/tipo	N.º colheitas p/ tipo Controlo
CR1	134	198	-
CR2	50	64	3
CI	14	14	2

A entidade reguladora ERSAR, também controla a qualidade de água, através de fichas de avaliação, cujos resultados constam dos seus relatórios anuais. Segue-se o registo da qualidade da água do concelho de Ourém disponível no site da ERSAR, onde é apresentada uma caracterização geral ao nível do concelho com dados específicos quer para os incumprimentos da frequência mínima de amostragem, quer para os incumprimentos dos valores paramétricos, especificados nos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

Pela análise da tabela que seguidamente se expõe pode-se concluir que a qualidade da água tem vindo a melhorar ao longo dos anos, dado que a percentagem de cumprimento dos parâmetros de controlo da qualidade da água passou de 99,65% em 2008, para 99,67% em 2009 e para 99,67 em 2010.

Relativamente a 2011 o valor ainda não está disponível no site da ERSAR, embora deva ser de praticamente 100%.

Conclui-se que a água distribuída no Concelho de Ourém cumpriu as disposições legais aplicáveis, nomeadamente as estipuladas no Decreto-Lei n.º 306/2007, sendo uma das águas com maior qualidade a nível nacional.

Quadro – Dados da Qualidade da Água (disponíveis até 2010)

Ano	Concelho	% Análises efetuadas em relação ao regulamentar	% Análises em cumprimento VP
2010	Ourém	100,00	99,95
2009	Ourém	100,00	99,67
2008	Ourém	100,00	99,60
2007	Ourém	100,00	99,38
2006	Ourém	86,33	99,21
2005	Ourém	100,00	98,82
2004	Ourém	100,00	99,40
2003	Ourém	100,00	99,62
2002	Ourém	100,00	100,00

Reclamações e interrupções do serviço de águas

Em 2009 houve um total de 163 reclamações, das quais apenas 28,22% foram considerados com fundamento. Em 2010 houve um total de 67 reclamações, das quais apenas 22,39% foram consideradas com fundamento. Em 2011 foram apresentadas 78 reclamações de acordo com o quadro que posteriormente se expõe.

Em relação às interrupções, antes do PI (2005) existiam 1600. No ano de 2009, ocorreram 51 programadas e 850 não programadas e em 2010, 62 programadas e 652 não programadas. Em 2011 ocorreram 485 avarias não programadas, 197 avarias programadas, 70 avarias provocadas não programadas e 37 interrupções programadas.

Quadro – Reclamações por Anos

Por tipologia	2009		2010		2011	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Ped. abast água	2	1,23	1	1,49%		
Ramal	0	-	2	2,99%		
Contratos	2	1,24	0	-		
Faturação	83	50,92	35	52,24%	32	41,0%
Interrupções no Abastecimento	3	1,84	0	-	21	26,9%
Má prestação do serviço	47	28,83	12	17,91%	19	24,4%
Uso abusivo	1	0,61	2	2,99%		
Outros	9	5,52	7	10,45%		
Qualidade água	7	4,29	3	4,48%	2	2,6%
Avaria na rede	3	1,84	4	5,97%		
Sinistros	6	3,68	1	1,49%	1	1,3%
Totalizador	0	-	0	-		
Atendimento					3	3,8%
Sugestões					0	0,0%
Total	163	100%	67	100%	78	100%

Nota: Não são consideradas as questões associadas à faturação dos Clientes CMO, porque não se trata de um serviço prestado pela Veolia.

Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água

No ano de 2011 a empresa concessionária voltou a apresentar uma proposta de Regulamento do Serviço, melhorada e adaptada ao novo DL n.º 194/09, de 20 de agosto. Esta proposta não foi analisada pelos serviços, uma vez que com a renegociação do contrato de concessão irão surgir novas alterações, que terão de ficar contempladas no Regulamento. As alterações propostas no novo Regulamento estão relacionadas com: obrigações da concessionária; obrigações dos clientes/utentes; obrigações de ligação; pedidos de contrato de fornecimento de água, novas modalidades e prazos; inspeções aos sistemas prediais; contadores, leituras, fornecimento e manutenção; faturação e pagamentos; reclamações e contraordenações.

- Sistema em baixa

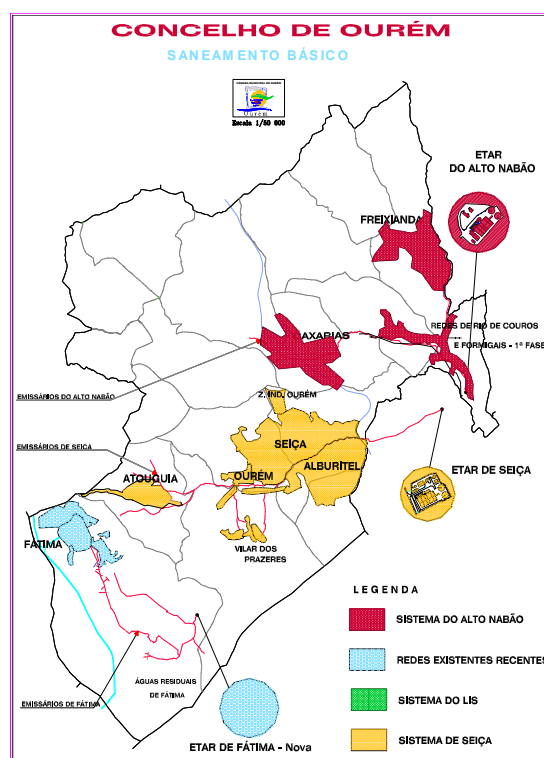
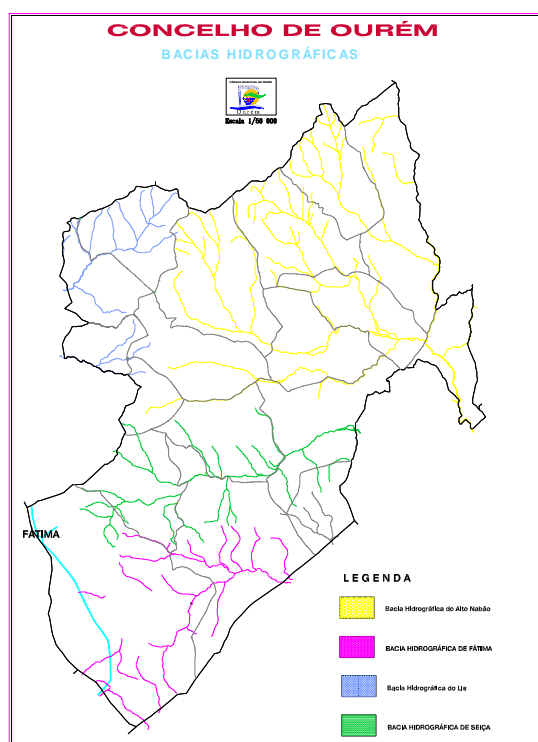
A rede total do sistema em baixa estende-se por cerca de 856 Km de distribuição. A taxa de cobertura é de aproximadamente 100%, estando disponível o acesso à rede de água em todas as povoações existentes na área do Município.

Saneamento e Águas Residuais

A área do Município de Ourém é constituída, basicamente, por quatro bacias (regiões ou zonas em que as linhas de água convergem todas para o mesmo lugar ou linha de água mãe): Bacia Hidrográfica do Alto Nabão; Bacia Hidrográfica de Fátima; Bacia Hidrográfica do Lis e Bacia Hidrográfica de Seica.

Os sistemas de saneamento são geridos pela autarquia, desde a análise de pedidos de ampliação da rede, de ligação de esgotos domésticos e industriais e de despejo nas ETAR's, até à elaboração de projectos, fiscalização das obras e entrega das mesmas.

Mapa – Bacias Hidrográficas



Para completar a gestão dos sistemas existem duas empresas que efectuem serviços complementares, nomeadamente:

- A OurémViva que através do contrato de gestão efectua a manutenção e exploração das ETAR's, a manutenção das redes de saneamento e a limpeza e despejo de fossas.;
- A SIMLIS que através da concessão efectua a gestão do sistema multimunicipal em alta no Concelho de Ourém (Sistema em Alta de Fátima e do Lis, abrangendo as Freguesias de Fátima, Cercal, Espite e Matas.
- Ramais domiciliários de esgotos

N.º de Processo por Anos

Anos	N.º de Processos
Até 2002	Não quantificados
2003	411
2004	262
2005	411
2006	707
2007	755
2008	430
2009	315
2010	172
2011	315
Total	3779

No ano de 2011 os processos de ramais foram distribuídos da seguinte forma: 3 ligações de águas residuais industriais; 296 de ligações ao coletor doméstico e 17 de ligação ao coletor pluvial (uma das ligações foi incluída no processo de um ramal de esgotos domésticos).

Neste contexto será de referir uma estimativa na ordem dos 2 mil ramais por executar. Note-se que a ligação à rede é uma obrigatoriedade de todos os munícipes, sempre que esta esteja disponível.

- Redes de águas pluviais

As redes de águas pluviais em zonas urbanas são praticamente inexistentes. À excepção das redes de Ourém e Fátima, as redes de Caxarias e Freixianda são de reduzida dimensão.

Numa parte significativa das redes, constata-se problemas de escoamento, resultantes essencialmente do facto de terem sido construídos imóveis e muros, sobre linhas de água.

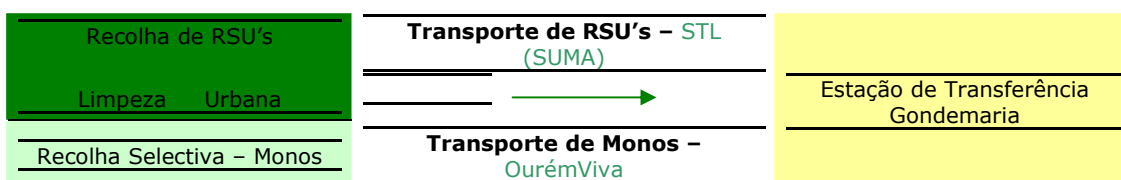
Resíduos e Limpeza

- Gestão do Sistema de Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's Indiferenciáveis e Recicláveis e Limpeza Urbana

Esquematização dos sistemas:

➤ Sistema em Baixa

A limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU's) até à Estação de Transferência de Gondemaria (ETG) é efectuada pela empresa STL – Sociedade de Transportes e Limpezas, Lda., actualmente, SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. A recolha e transporte de resíduos de grandes dimensões (monstros/monos) até ao Ecocentros de Gondemaria é desenvolvido pela OurémViva.



No decorrer dos anos, a área de limpeza urbana tem vindo a aumentar, em resultado da expansão dos núcleos urbanos.

No ano de 2008 foi alterado o horário de limpeza urbana, o qual se configurou do seguinte modo:

- 6:00 às 12:45 horas (Segunda, Terça, Quarta, Sexta e Sábado);
- 7.30 às 12:15 e das 14:00 às 17:00 horas (Quinta).

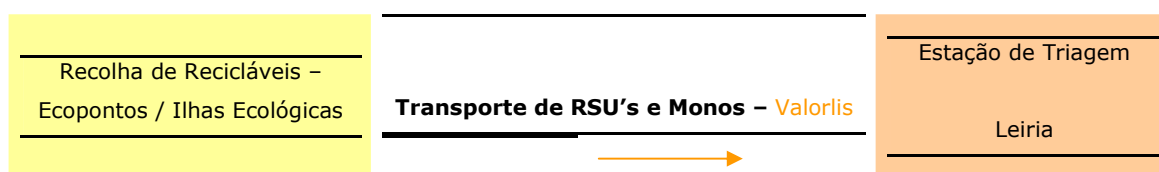
➤ Sistema em Alta

O transporte e tratamento de RSU's desde a ETG até ao Aterro Sanitário em Leiria é efectuado pela Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.



➤ Sistema da Recolha Selectiva

A recolha, transporte e valorização dos resíduos recicláveis até à Estação de Triagem de Leiria está a cargo da Valorlis, S.A.



Periodicidade de Recolhas

Nos centros urbanos de Ourém e Fátima a recolha é efectuada diariamente, excluindo os domingos e feriados no que concerne a Ourém. Nos restantes pontos do Município a recolha é efectuada, em regra, duas vezes por semana.

Recolha de recicláveis

Equipamentos por Freguesias em 2011

Freguesias	Ecopontos	Ilhas Ecológicas	Outros Equipamentos			TOTAL
			Papelão	Vidrão	Embalão	
Alburitel	3	0	0	1	0	4
Atougua	4	0	0	1	0	5
Casal dos Bernardos	2	0	0	0	0	2
Caxarias	5	0	0	3	0	8
Cercal	1	0	0	0	0	1
Espite	4	0	0	0	0	4
Fátima	30	24	1	21	3	79
Formigais	2	0	0	0	0	2
Freixianda	5	0		1	0	6
Gondemaria	2	0	0	1	0	3
Matas	2	0	0	1	0	3
Olival	4	0	0	0	0	4
N. ^a Sr. ^a da Piedade	19	6+2	0	8	0	35
N. ^a Sr. ^a das Misericórdias	11	2	0	5	0	18
Ribeira do Fátio	2	0	0	0	0	2
Rio de Couros	4	0	0	1	0	5
Seiça	4	0	0	0	0	4
Urqueira	4	0	0	0	0	4
TOTAL	108	34	1	44	3	189

Nos últimos tempos, têm-se disponibilizado novos sistemas de deposição de resíduos (contentores subterrâneos ou “ecotainers” de 3.000 litros), particularmente nas zonas urbanas das cidades de Ourém e Fátima. Este sistema tem a vantagem de tornar as ruas mais limpas e os contentores mais enquadrados. Note-se a existência de 108 ecopontos e 34 ilhas ecológicas.

Em 2011 foram instalados no concelho de Ourém três novos ecopontos para deposição de materiais nas três fileiras. Foram instalados mais cinco vidrões para reforço de ecopontos existentes ou em novas localizações. Em relação à manutenção de contentores, no total foram substituídos cinco contentores, designadamente, dois papelões e três vidrões.

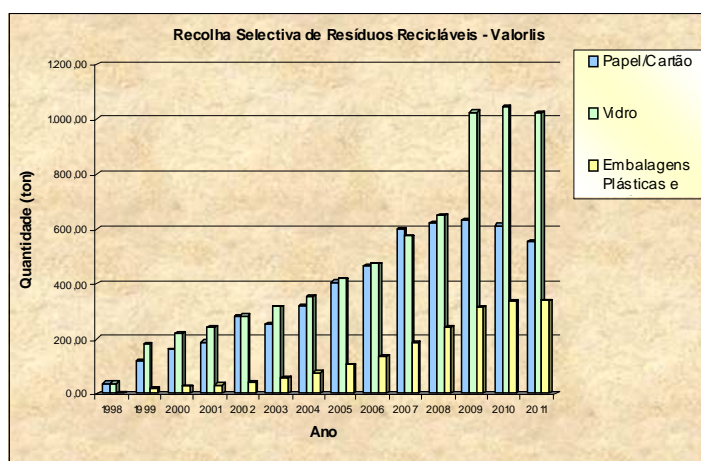
Em relação à periodicidade das recolhas, esta é efectuada em conformidade com o seguinte quadro:

Quadro – Periodicidade da recolha de resíduos recicláveis

	Papel/Cartão		Embalagens		Vidro
	Periodicidade	Dias	Periodicidade	Dias	Periodicidade
Ourém	3 vezes/semana	2. ^a , 4. ^a e 6. ^a feiras	2 vezes/semana	3. ^a e 6. ^a feiras	3 em 3 semanas
Fátima	3 vezes/semana	2. ^a , 4. ^a e 6. ^a feiras	2 vezes/semana	3. ^a e 6. ^a feiras	15 em 15 dias
		+ reforço 5. ^a feira		+ reforço 5. ^a feira	
Resto da área do Município	1 vez/semana	5. ^a feira	1 vez/semana	5. ^a feira	3 em 3 semanas
		+ reforço 3. ^a feira (Caxarias)			

Evolução na Recolha Selectiva

Ano	Papel/Cartão		Vidro		Embalagens Plásticas e Metálicas	
	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)
2004	320,00	-	355,00	-	76,80	-
2005	408,00	21,57	419,00	15,27	106,00	27,55
2006	464,00	12,07	473,00	11,42	136,00	22,06
2007	598,00	22,41	574,00	17,60	190,00	28,42
2008	619,91	3,53	649,46	11,62	244,93	22,43
2009	632,38	1,97	1.027,21	36,77	314,48	22,12
2010	613,00	-3,16	1.044,00	1,61	339,00	7,23
2011	555,00	-9,46	1.023,00	-2,0%	340,00	0,29



A manutenção e lavagem de ilhas ecológicas é da responsabilidade da autarquia, estando o serviço previsto no contrato existente com a SUMA. As ilhas são lavadas mensalmente no período de novembro a abril e quizenamente de maio a outubro.

A recolha de papel/cartão denota uma quebra de 9,5% face ao volume verificado em 2010, ou seja, verificando-se uma quebra absoluta em 58 tn. Relativamente ao vidro verifica-se um decréscimo em 2%. No que concerne às embalagens plásticas e metálicas, o montante recolhido é similar ao verificado no ano anterior.

Recolha Seletiva de Óleo Usado

Sujidade provocada pela Má Utilização dos Oleões



No ano de 2009 foram colocados quatro Oleões no Concelho de Ourém, dois na cidade de Ourém e dois na cidade de Fátima, na via pública, ao abrigo de um protocolo celebrado com a empresa Oleotorres, aprovado em reunião de Câmara de 20/04/2009.

Contudo cedo se verificou que os equipamentos eram mal utilizados, sendo depositados todo o tipo de resíduos e ocorrendo derrame de óleo no chão, colocando em causa, o asseio e a limpeza pública. A empresa Oleotorres quando era chamada para resolver os problemas não mostrava vontade de colaborar.

Por estes motivos no final de 2010, os equipamentos foram retirados da via pública, com o objetivo de serem cedidos às escolas inscritas no programa Eco-Escolas, através de um protocolo a celebrar entre escolas, Município de Ourém e a empresa Bioeste. A Bioeste foi a empresa que apresentou as melhores contrapartidas, sendo de referir que por cada 1000L recolhidos, a empresa entrega à escola 150 euros para atividades escolares.

Contudo, por considerar a importância destes equipamentos e por serem um importante veículo de sensibilização ambiental, a autarquia disponibilizou o mesmo serviço, no Fundo Social da Câmara Municipal de Ourém, sito na Centro de Negócios, com o horário de funcionamento das 9h00 às 18h00, dias úteis.

No ano de 2012 terá de ser encontrada uma solução definitiva para a reciclagem de óleos usados, uma vez que a encontrada no Fundo Social tem um cariz provisório.

Sensibilização ambiental

A entidade SUMA, S.A. disponibiliza 1% das receitas provenientes do concelho para a realização de ações de sensibilização e educação ambiental. Ao longo do ano 2011 decorreram algumas campanhas de sensibilização previstas no Plano Estratégico de Intervenção, destacando-se:

- Ponto Azul – Ação visa dar vida nova a todo o Papel e Cartão

Com vista a sensibilizar para a problemática dos Resíduos Sólidos Urbanos e a destacar a importância da reciclagem como meio de reduzir a quantidade de resíduos que é encaminhada para aterro sanitário, foi instalado nos centros escolares de Caridade, das Misericórdias (Vilar dos Prazeres), Cova de Iria e Beato Nuno um sistema de recolha seletiva de papel / cartão “Ponto Azul”.

Campanha de Sensibilização/Formação “Ponto Azul” aos Funcionários



- Código Cívico – Regras de Conduta Cívica a respeitar sempre que viajam de automóvel

Material da Campanha “Código Cívico”



Com o objetivo de sensibilizar os automobilistas para as regras de civismo na estrada, o Município de Ourém e a SUMA realizaram no dia 17 de agosto a campanha “Código Cívico”.

Os postos de abastecimento existentes na área do Município foram os locais de intervenção privilegiada com o público-alvo desta iniciativa, onde se pretendeu premiar comportamentos de referência com objetos utilitários do universo de quem tem o automóvel como transporte de eleição (nomeadamente, sacos para colocação de pequenos lixos produzidos em viagem e ambientadores para as viaturas).

- Eco-Rabisca - Direccionada aos mais pequenos, esta campanha ensina, através de jogos e actividades pedagógicas, como preservar o ambiente

A ação foi promovida no âmbito do trabalho que as duas entidades têm desenvolvido em conjunto, no campo da sensibilização ambiental e da cidadania.

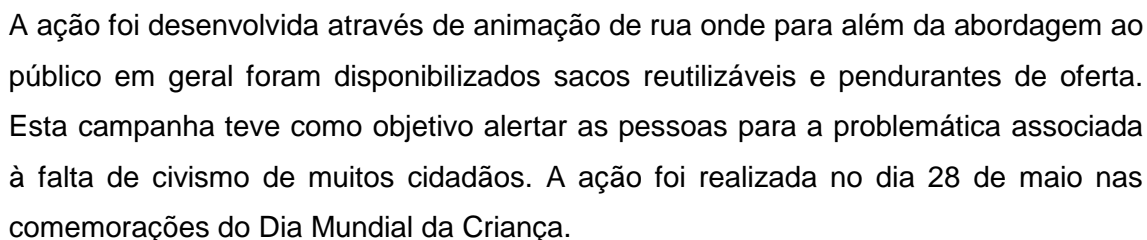
Baseia-se na distribuição qualitativa de livro de eco-aprendizagens, o “Eco-Rabisca”, para ser trabalhado em múltiplos contextos (na escola, individualmente ou em grupo, em casa com a família. Estimular aprendizagens sobre o exercício da Cidadania, pela transmissão de regras ambientais de Sustentabilidade, aplicando a política dos 5R’s.

A campanha foi desenvolvida nos Jardins de infância, nos dias 5, 10,11, 16, 17, 19, 20, 23, 25 de maio de 2011

Material da Campanha “Eco-Rabisca”



- Material da campanha “Lixo espalhado prato envenenado”



- O Município de Ourém e a Suma voltaram a apostar no Projeto “Pratos Limpos” que já atribuiu o certificado de “Restauração Ecológica” a 16 restaurantes do Município.

No dia 21 de junho, realizou-se no auditório do Edifício Sede do Município, uma sessão de apresentação formal da campanha de sensibilização “Pratos Limpos” que visa identificar Estabelecimentos de “Restauração Ecológica” apelando a um nicho de mercado emergente constituído por consumidores esclarecidos, que optam por soluções de qualidade, credíveis e completas, para além de um certificado. Os estabelecimentos distinguidos receberam ainda um dístico para colocar na porta, sinónimo de conduta responsável perante as exigências da atualidade.

A campanha é composta por uma ação informativa e duas auditorias de aferição do envolvimento e empenho no que concerne a triagem, acondicionamento e deposição de resíduos valorizáveis e indiferenciados, a campanha resulta na entrega de um certificado de “Restauração Ecológica” para os estabelecimentos que chegaram com sucesso ao final do processo de verificação e certificação das boas práticas.

Campanha de Sensibilização Pratos Limpos “Restauração Ecológica”



Espaços Verdes, Cemitério e Canil

Os espaços verdes estes são mantidos por uma empresa municipal (Ambiourém, agora OurémViva), desde 2004. No decurso de 2010, os espaços verdes de Fátima passaram a ser geridos pela SRU Fátima.

Em 2011, a OuremViva procedeu à beneficiação dos seguintes espaços:

- Jardim do Parque de Estacionamento do Liceu – Ourém;
- Jardim do Recinto Escolar na Rua St.^a Teresa de Ourém (acesso APDAF) – Ourém;

- Jardim da Praça do Município – Canteiro Junto ao Parque Infantil – Ourém;
- Floreiras e Margem do Rio Nabão – Agroal – Formigais.

A manutenção do cemitério municipal é efectuada pela empresa municipal OurémViva, no âmbito de contrato de gestão estabelecido e a limpeza do recinto é da responsabilidade da SUMA.

Assim sendo, os serviços relacionados com o arranjo de canteiros e de limpeza de casas de banhos passaram a ser feitos pela OurémViva, no âmbito do contrato de gestão, sem mais encargos para a Autarquia. Em relação à limpeza do recinto, esta passou a ser efectuada pela empresa SUMA, no âmbito do contrato existente, sem mais encargos para a Autarquia.

No ano de 2011 os muros do cemitério foram pintados com recurso à administração direta do Município, sendo de referir que se verifica a necessidade de efectuar mais melhoramentos, designadamente no que concerne à drenagem de águas pluviais.

A gestão desta infra-estrutura é efectuada pela subunidade Taxas e Licenças da Divisão de Gestão Financeira,

Ar, Ruído e Energia

- Ar

No ano de 2011 foi monitorizada a qualidade do ar na cidade de Ourém, a qual foi efectuada durante aproximadamente duas semanas em duas zonas distintas, numa zona urbana de fundo (uma semana em contínuo), no parque linear, por ser uma zona com baixa influência de tráfego rodoviária, e outra numa zona de maior tráfego (uma semana em contínuo) junto à Av. D. Nuno Alvares Pereira, conforme representado nos extratos de plantas que se seguem.

Campanha Urbana de Fundo



Neste contexto foram avaliados os poluentes atmosféricos constantes do anexo XX do D.L n.º 102/2010 de 23 de setembro que fazem parte do cálculo do índice de qualidade do ar e que são os mais comuns, especialmente nas áreas urbanas e industriais quotidianas. São cinco os poluentes englobados no índice de qualidade do ar: Monóxido de carbono (CO); Dióxido de azoto (NO₂); Dióxido de enxofre (SO₂); Ozono (O₃); Partículas finas ou inaláveis (medidas como PM₁₀).

Relativamente aos Índices diários da Qualidade do Ar, constatou-se que o índice mais frequente em ambas as campanhas foi o “Bom”.

- Ruído

Todos os processos relativos ao ruído são analisados, sempre que necessário, recorrendo a medições de ruído para avaliação da incomodidade causada por atividades ruidosas e elaboração os relatórios de avaliação acústica.

Em 2011 foram analisados 12 processos dos anos anteriores e seis processos que deram entrada neste ano, de acordo com a tabela que seguidamente se apresenta, verificando-se que a maioria das situações acústicas reclamadas são referentes na sua maioria a atividades ruidosas permanentes de diversão noturnas e a atividades temporárias.

Processos do Ruído

N.º	Fontes de Incomodidade	Morada	Ponto de situação
Processo de 2011			
1	Excesso de barulho impedindo o descanso das pessoas	Anónimo	Resolvido
2	Ruído provocado por aerogerador	Bairro – N.ª Sr.ª das Misericórdias	Fiscalização municipal
3	Ruído provocado por obras do supermercado Pingo Doce, em Fátima, nas horas de descanso	Fátima	Resolvido
4	Empreitada de "Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva - Parte A - Passagem Desnivelada - Santuário de Fátima"	Fátima	Resolvido
5	Denúncia de Ruído provocado por cães de um vizinho	Alburitel	Resolvido
6	Denúncia de Ruído provocado pelo Bar Café "FLASH BAR"	Freixianda	Notificação do estabelecimento para cumprir o estipulado no RGR
Processo entrados em anos anteriores			
1	Restaurante 2000	Alburitel	Resolvido
2	Pastelaria vida Nova II	Caxarias	Análise do processo – novas reclamações
3	IC9	Obra	Resolvido
4	Plaza Bar	Ourém	Processo de licenciamento do estabelecimento
5	Estabelecimento Industrial Sousas & Sousas, Lda	Gondemaria	Processo remetido à entidade licenciadora – DRE – LVT
6	Elevador no Edifício João Paulo II	Fátima	Reanálise de todo o processo, medições, informação...
7	Gerador de energia – Hotel 4 Estações	Fátima	Fiscalização municipal
8	A.C. Viana Pedras, Lda	Fátima	Resolvido
9	Festa na APDAF	Ourém	Resolvido – Licença especial de ruído
10	Obras no estabelecimento comercial Pingo Doce – Av. D. José Alves Correia da Silva	Fátima	Resolvido
11	Oficina Batista & Graça Lda	Ourém	Processo de regularização da oficina
12	Inc Lounge Caffé"	Ourém	Resolvido

Em 2011 os serviços não efetuaram avaliações acústicas. Cerca de 50% dos processos analisados, encontram-se definitivamente solucionados, a sua resolução resultou da correções das situações existentes e da implementação de medidas minimizadoras de ruído.

Atendendo que em 2009 existiam oito processos relativos ao ruído para análise, em 2010 quinze e em 2011 dezoito, pode-se concluir que se verificou um aumento significativo deste tipo de processo.

Em 2011, os casos mais difíceis de resolver foram o do "Inc Lounge Caffé", o do elevador no edifício João Paulo II e o da Pastelaria "Vida Nova".

- Energia

Atualmente e cada vez mais, a gestão da energia deve ser uma das prioridades dos municípios, não só pelas questões ambientais relacionadas, como também pelos elevados encargos que o seu gasto provoca no orçamento municipal. Os estudos existentes indicam que, se nada for feito, os custos com a energia podem atingir um peso de aproximadamente 10% do total do orçamento dos Municípios.

Deste modo, seguindo uma estratégia relacionada não só com a troca de conhecimentos, uma vez que as tecnologias estão em constante evolução e exigem conhecimentos especializados, como também relacionada com o aumento da capacidade de intervenção, por exemplo na EDP (iluminação pública), uma vez que se tratam de metas comuns a um grupo de vários municípios e não só de um único, o Município de Ourém resolveu pertencer a duas Agências de Energia, mais concretamente à Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul e à Enerdura – Agência Regional de Energia da Alta Estremadura.

Em ambas as agências de energia estão a ser realizados projetos relacionados com a sustentabilidade energética. Dos projetos em curso, destaca-se o “IP+, Iluminação Pública Mais Eficiente no Médio Tejo e Pinhal Interior Sul”.

Este projeto tem como missão desenvolver um sistema piloto de gestão, informação, monitorização e controlo da eficiência da iluminação pública nos municípios da área de intervenção e é feito em parceria entre os municípios, a agência regional da energia, a empresa concessionária e outras empresas com soluções tecnológicas.

As ações já efetuadas a nível deste projeto foram:

- ✓ Levantamento dos pontos de iluminação pública em algumas ruas dos concelhos aderentes;
- ✓ Estudo das tecnologias mais adequadas de iluminação pública relacionadas com a redução de potência, com o sistema de gestão (lista

de intervenções prioritárias), com a utilização de sistemas inovadores e com a telegestão;

- ✓ Cálculo do investimento associado e retorno do mesmo.

A 30 de junho de 2011 este projeto foi submetido a uma candidatura conjunta ao Programa MaisCentro, pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e pela Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul, no valor total de 887.806 €/15 Municípios, estando-se a aguardar decisão.

2.3.2.2 – Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

O tratamento e integração no Sistema de Informação Geográfica dos planos em vigor, em elaboração e em revisão, induz uma mais valia para a gestão do território e facilidade de manipulação e cruzamento de informação no que diz respeito à análise do território, tendo em conta a capacidade desta ferramenta de cruzar a informação, permitindo assim a emissão de pareceres sustentados de um modo mais fiável, fator primordial para as tomadas de decisão.

A aposta continua no desenvolvimento e funcionamento do SIG transversal à autarquia, disponibilizando informação territorial aos restantes serviços que desta necessitam para melhor gerir a sua área de atuação e para o exterior para os municípios e população em geral.

Neste contexto promoveu-se a criação de sites geográficos para o registo das sugestões no âmbito da revisão e discussão pública dos planos municipais de ordenamento de território, uma inovação no que concerne à participação pública em procedimentos de planeamento, conseguindo-se uma abordagem transparente, levando a uma adesão exemplar nesta fase da revisão do PDM.

Complementarmente fomentaram-se as parcerias internas – contributo para a diminuição dos custos – numa aposta na capacidade e conhecimento dos técnicos da autarquia para a elaboração e revisão de PMOT, não só nos inerentes à DPOT, como todos os outros que colaboram em parceria nos procedimentos de planeamento em curso.

O ano de 2011 considera-se como um ano de consolidação das parcerias estabelecidas em 2010 e na melhoria dos procedimentos e de formas de colaboração entre serviços internos.

Integração de tratamento de dados de base em SIG

Em termos de integração e tratamento de dados de base em SIG, em 2010, resumem-se alguns trabalhos no quadro que a seguir se apresenta:

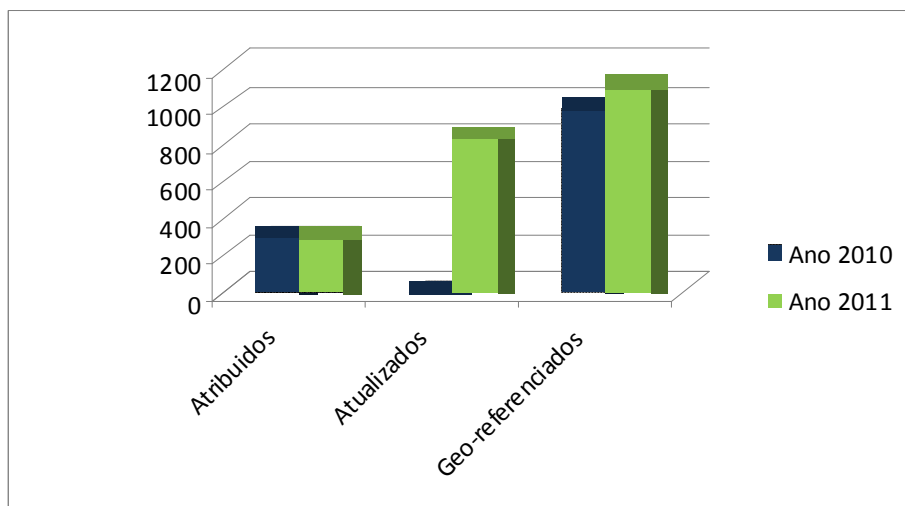
Números de Polícia		Placas Toponímicas	Topónimos
Atribuídos	Geo-referenciados	Geo-referenciadas	Atribuídos Geo-referenciados Atualizados
301	990	159	35 48 31
Vias Públicas/Privadas	Edificado	Processos de obras Particulares	Plantas de localização
Informações	Atualização	Integrados e enquadrados face aos IGT	Elaboração
8	8691	382	705

Relativamente aos números de polícia, em 2011 verifica-se um aumento de produtividade, motivado essencialmente pelo projeto relativo à geo-referenciação de moradas contribuindo para diminuição das deslocações ao terreno aquando dos requerimentos, reduzindo a despesa relativas a estas.

Ainda no âmbito da atribuição dos números de polícia a DPOT, procedeu-se à criação de um novo modelo de requerimento para os números de polícia com uma nova metodologia de registo. O registo geográfico dos pedidos são atualmente efetuados no momento em que dão entrada nos serviços municipais, em que a localização da moradia a numerar é efetuada através de um código único, dispensando-se a impressão de planta de localização, e, com a mais valia da mesma ficar de imediato registada na base de dados central do SIG, poupando tempo na sua geo-referenciação.

O gráfico seguinte pretende comparar os números atribuídos, atualizados e geo-referenciados, constatando-se que em 2011 se atribuíram 299 números de política (em 2010 haviam sido 301).

Gráfico – N.º de Polícia



De 2010 a 2011, salientam-se melhorias consideráveis, com a automatização de procedimentos no SIG. As melhorias implementadas, nomeadamente, no âmbito dos processos de obras particulares implicaram uma diminuição do tempo médio de resposta do SIG à integração dos processos que passou de 4 dias em 2010 por cada 382 processos, para 1 dia em 2011 por cada 400 Processos registados com saída do Serviço do SIG.

Os técnicos da DGU, através do site interno da Gestão de Processos, dispõem atualmente de acesso, a toda a informação existente no SIG, que possa contribuir para o aperfeiçoamento da análise dos processos de obras particulares e atendimento ao requerente, circunstância que anteriormente não era possível.

Esta é com certeza uma mais-valia, para os serviços, em termos aperfeiçoamento e de melhoria no tempo da análise dos processos de obras particulares, contribuindo para mais celeridade na respetiva tramitação.

Informatização do Cadastro Geométrico de Propriedade Rústica

O trabalho referente ao cadastro geométrico da propriedade rústica contempla a vetorização, controlo de qualidade e integração em SIG, com a associação do respectivo nº. de prédio e parcelas. Foram concluídas 128 Secções em 2010 e 68 em 2011, tendo-se verificado um decrescimento no total de secções vetorizadas devendo-se ao facto das técnicas afectas a esta tarefas se encontrarem a desenvolver outros trabalhos, nomeadamente no âmbito da revisão do PDM, tendo-se conseguido entretanto alocar outra técnica em julho 2011, com o objetivo de não comprometer este projecto.

Quadro – Informatização do cadastro geométrico da propriedade rústica

FREGUESIA	TOTAL SECÇÕES	SECÇÕES CONCLUÍDAS		PRÉDIOS CONCLUÍDOS		CONTROLO DE QUALIDADE	INTEGRADO EM SIG
		2010	2011	2010	2011		
Alburitel	13	13	-	4085	-	Sim	Sim
Atougua	19	19	-	5743	-	Sim	Sim
Casal dos Bernardos	20	20	-	12955	-	Sim	Sim
Caxarias	21	21	-	4621	-	Sim	Sim
Cercal	11	11	-	1579	-	Sim	Sim
Espite	18	18	-	6890	-	Sim	Sim
Fátima	60	20	5	5755	953	Sim	24
Formigais	14	6	8	1385	1818	Sim	-
Freixianda	30	-	14	-	6532	Sim	-
Gondemaria	9	-	9	-	2565	Não	-
Matas	13	-	13	-	4291	Não	-
Nossa Senhora das Misericórdias	46	-	19	-	4342	Não	-
Nossa Senhora da Piedade	21	-	-	-	-	-	-
Oliveira	24	-	-	-	-	-	-
Ribeira do Fátima	21	-	-	-	-	-	-
Rio de Couros	20	-	-	-	-	-	-
Saiz	29	-	-	-	-	-	-
Urqueira	27	-	-	-	-	-	-
Total	416	128	68	43013	20501		

O Instituto Geográfico Português – entidade responsável pelo cadastro predial, entrou em contacto com o Município, para aferir o ponto de situação deste processo, demonstrando interesse na sua conclusão durante o ano de 2012.

Geo-referenciação de moradas e caracterização da rede viária municipal

A geo-referenciação de moradas consiste em associar aos eixos de via os n.º de polícia, o que implica, para além do trabalho em gabinete, deslocações ao terreno para

confirmar a existência ou não de números de polícia nos locais para os quais ainda não se efetuou recolha de dados em campo nem qualquer atribuição de número.

Esta ação pretende consolidar a base de dados de moradas geo-referenciadas de forma a passar a ser utilizada por todos os sistemas de informação do município, com a vantagem de ter associada a componente geográfica, possibilitando a realização de pesquisas por moradas cuja resposta retribuída pelo sistema é a localização geográfica. Em 2011, verifica-se que se concluiu o trabalho de gabinete para 50% do área territorial adjacente ao Município de Ourém.



GEO-REFERÊNCIAÇÃO DE MORADAS

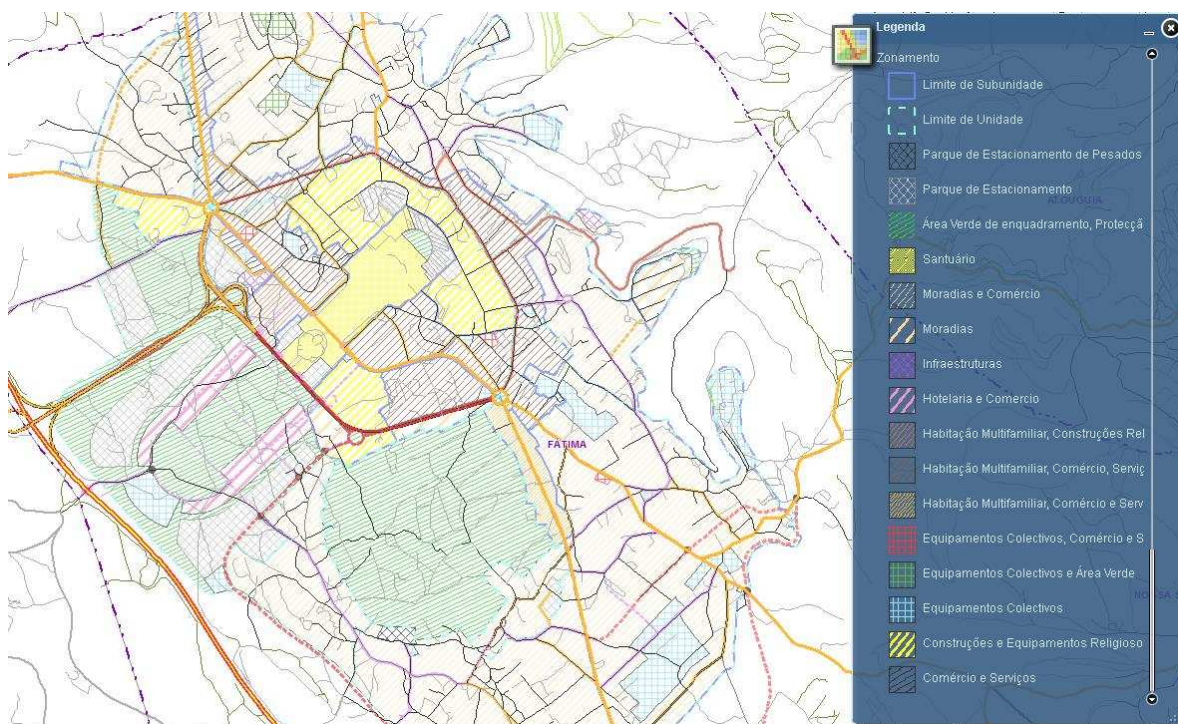
- Validar construção
- Morada confirmada
- Validar morada

Equipamentos de Ensino e Percursos Escolares

Neste âmbito procedeu-se à integração em SIG dos Percursos Escolares, paragens de autocarro, bem como do número de alunos por estabelecimento de Ensino – este trabalho teve como objectivo associar o número de alunos que partiam de um determinado lugar para uma determinada escola do Ensino Básico e Secundário.

Integração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)

A integração dos planos de ordenamento de território em SIG, veio permitir a automatização do processo de confrontações de uma área ou prédio face aos IGT em vigor.



Plano de Pormenor da Tapada

Integração do Plano de Pormenor da Tapada em ambiente SIG e o respectivo cadastro associando cada parcela ao nome do proprietário, artigo e área registada. De salientar que na integração deste plano nos vimos confrontados com o facto dos limites das Unidades de Execução, se encontrarem preparados para a representação em papel no ficheiro original, levando o seu desfasamento, implicando a necessidade de tratamento e ainda questões relativas a sobreposição com instrumentos de planeamento do mesmo nível, de onde se verifica a importância de cruzar e sobrepor a informação através da respetiva integração em SIG.



Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII (PPAPJ)

Integração do Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII (PPAPJ) em ambiente SIG (este trabalho inclui o tratamento dos dados ao nível da topologia para a sua correcta utilização em SIG):

- 302 Lotes
- 302 Lotes
- 302 Polígonos de implantação
- 257 Edifícios com os respectivos pisos
- Rede viária, condicionante, usos e unidades.



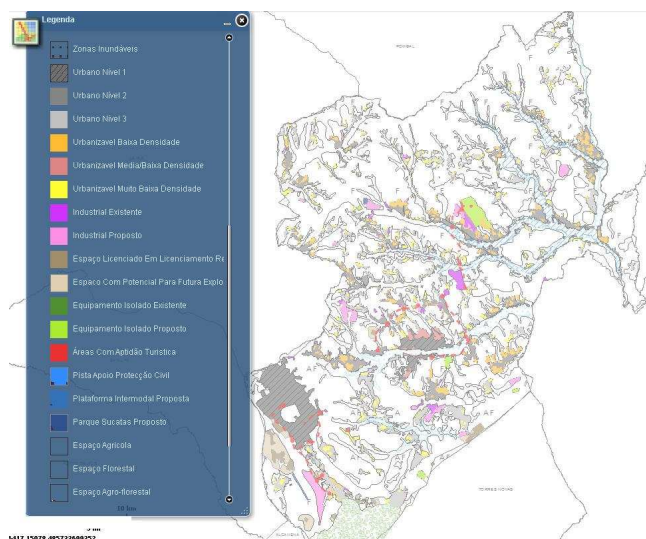
Plano de urbanização de Ourém (PUO)

Em 2011, integrou-se em SIG a proposta de plano de 2005, o que possibilitou uma análise mais correcta ao zonamento, rede viária índices e parâmetros de construção.

Deste modo, foi possível cruzar a informação relativa ao levantamento funcional dos edifícios, números de pisos, dados estes também recolhidos pela equipa dos SIG dentro do perímetro urbano de Ourém, para a atualização da BD geográfica e para apoio a este procedimento de planeamento.

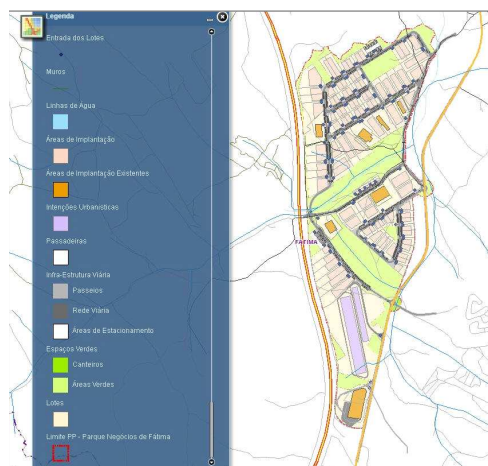
PDM (Ordenamento, RAN e REN)

Em 2011 procedeu-se a estudos dos aglomerados urbanos, à redelimitação da REN e da RAN, bem como à possibilidade de cruzar os vários temas do Plano com a informação geográfica de referência municipal.



PP do Parque de Negócios de Fátima

Em 2010 e 2011 procedeu-se à integração do PP do Parque de Negócios de Fátima (em elaboração) bem como do cadastro da propriedade, associando a cada um dos 327 prédios, o nome do proprietário, a área total do prédio a área dentro do plano e fora do plano.



Foram ainda tratados e integrados:

- 103 lotes
- 96 áreas de implantação
- Tratamento da RAN, identificação das áreas a manter e a excluir
- Rede viária
- Condicionantes
- Infra-estruturas

PP da zona industrial de Casal do Frades

A integração deste PP em SIG foi consideravelmente complexa, face aos elementos disponíveis para o efeito, tendo ainda em consideração os desfasamentos relativamente à planta de implantação do PP e ao que atualmente se encontra materializado no terreno, segundo o que, se conclui que existem algumas situações de configuração de lotes e áreas que diferem do que se encontra representado na referida planta do PP.



Integração do Património Municipal

Esta integração teve como objetivo principal, permitir conhecer, para além da caracterização do património municipal, a respectiva localização. Esta informação é relevante e complementar à que existe na base de dados utilizada pelo serviço do património. Pretende-se com esta acção, melhorar o apoio aos decisores, sendo igualmente relevante para o planeamento do território. As entidades geográficas referentes a esta temática estão preparadas para a ligação ao referido sistema de informação utilizado pelo Serviço do Património.

Parcerias Externas

As parecerias externas verificam-se essencialmente ao nível do acesso à informação geográfica em ambiente SIG, sempre com a possibilidade de partilha de informação.

A **parceria com a EBSO**, permitiu a realização de dois trabalhos interessantes um dos quais ganhou um prémio num concurso regional lançado pelo IPL, sobre as acessibilidades na cidade de Ourém – espaço e edifícios públicos.



Em 2011, elaborou-se um site geográfico através do qual os alunos acediam a partir da escola, mediante a introdução de utilizador e palavra passe

com o objetivo de registarem as ocorrências de poluição visual existentes na cidade de Ourém.

Considerando a ESRI Portugal um parceiro da autarquia, enquanto fornecedor de software de SIG, o Município de Ourém foi convidado a realizar uma apresentação no Encontro de Utilizadores ESRI 2011, um evento nacional que decorreu no Centro de Congresso em Lisboa, de forma a dar a conhecer aos utilizadores, os trabalhos desenvolvidos nesta município no âmbito do SIG. Nesse evento, e no âmbito do desenvolvimento aplicacional, o município apresentou “Ourém Unívoca”, o qual consiste num desenvolvimento aplicacional que permite aceder a vários sites através de um acesso único, tendo, inclusivamente, sido premiado.

Revisão do PDM 2011 – Fase de caracterização e diagnóstico

Foram realizadas três reuniões de acompanhamento internas nas quais foi efectuado o ponto de situação dos trabalhos, contando com a presença dos dirigentes municipais, cuja participação nesta fase de caracterização e diagnóstico do território era fundamental, no sentido de recolher contributos.

De entre os trabalhos desenvolvidos, os que tinham de ser concluídos até ao final de 2011, referiam-se à:

- Caracterização e diagnóstico do território, realizada em colaboração com todos os serviços municipais. Esses trabalhos inserem-se na elaboração dos cadernos sectoriais. Salienta-se a colaboração das juntas de freguesia, na caracterização de equipamentos desportivos e culturais, através do site geográfico criado para o efeito;
- Análise à execução do PDM em vigor, nomeadamente quanto à taxa de execução dos espaços urbanos: (áreas concretizadas + áreas comprometidas) / livres;
- Definição de âmbito para a AAE - elaboração do relatório e factores críticos (equipa externa);
- Diagnóstico prospectivo e orientações estratégicas para o modelo de desenvolvimento territorial.

No que diz respeito a outros trabalhos em curso e que permanecem em 2012, a par do início da elaboração da proposta de plano são:

- No âmbito da **RAN**:
 - a) Identificação das áreas que integram a RAN bruta de acordo com a legislação em vigor;
 - b) Análise das áreas para identificação de erros de escala e outras discrepâncias;
 - c) Incluindo a RAN publicada – redelimitação da RAN bruta praticamente concluída.
- No âmbito da **REN**:

- a) Iniciou-se o estudo das linhas de água e identificaram-se algumas áreas a integrar em leito de cheia;
 - b) efetuou-se a ordenação das linhas de água segundo o método de sthraler;
 - c) realizaram-se deslocações ao terreno para a determinação de linhas de água permanentes e temporárias.
- O modelo estratégico territorial encontra-se em elaboração pelo consórcio CESO/SAER.

2.3.2.3 – Divisão de Estudos e Projectos

Esta divisão, tem como principal missão realizar ou acompanhar o desenvolvimento por equipas exteriores aos serviços da autarquia, de estudos e projectos em consonância com o interesse do município. Assim, enumeram-se os mais significativos:

- Actividades no âmbito da arquitectura e desenho urbano:
 - Ampliação do edifício da protecção civil, Ourém;
 - Novo arruamento da Caridade, Ourém;
 - Requalificação da Praça Central da Freixianda;
 - Ligação dos 2 edifícios na Gondemaria;
 - Telheiro de ligação entre os blocos A e B da EB 2,3 Conde de Ourém;
 - Requalificação do Pavilhão Desportivo da EB 2,3 Conde de Ourém;
 - Recuperação do pavilhão existente no espaço a EB 1 da Mata do Fárrio,
 - Projecto de parque infantil em Caxarias;
 - Edifício polivalente das Matas (loteamento);
 - Praça Mouzinho Albuquerque;
 - Contenção Periférica da Creche de Ourém e Arranjos Exteriores;
 - Requalificação da Fonte do Povo, Cavadinha, Urqueira;
 - Beneficiação de arruamentos - Zona do lar e jardim de infância do Bairro;
 - Rotunda junto à Capela de Santo Amaro;

- Ampliação do cemitério de Rio de Couros;
- Arranjos exteriores do jardim de infância da Lagoa do Furadouro;
- Parque para caravanismo de Ourém;
- Requalificação urbanística em Vilar dos Prazeres;
- Escola do Ninho de Águia - Rampa de acesso automóvel;
- Requalificação da rua do campo de futebol, Caridade, Ourém;
- Beneficiação de arruamentos - centro escolar da Cova de Iria, Fátima;
- Colocação de vedação na escola do Cercal;
- Requalificação da Travessa da Fonte Velha, Ourém;
- Reconstrução da cobertura do edifício da APDAF, Ourém;
- Canil gatil Municipal de Ourém;
- Arranjos Exteriores junto à futura instalação da PSP de Ourém;
- Beneficiação da Rua das Oliveirinhas, Ourém;
- Beneficiação da Rua do Cubal, Matas;
- Reabilitação da cobertura do pavilhão gimnodesportivo da Freixianda;
- Proposta de estacionamento - Loteamento do Ribeirinho, Ourém;
- Adaptação da E.B.1 a pré-escolar;
- Placa de Informação Complementar Agroal;
- Alterações no edifício dos Paços do Concelho, Ourém;
- Cineteatro Municipal de Ourém alargamento de passeios, Ourém;
- Complexo escolar da Gondemaria – Licenciamento do ATL;
- Reabilitação do largo público e do Fontanário, Pinheiro;
- Estacionamento na Rua de Castela junto ao Notícias de Ourém;
- Alterações nos Centros Escolares:
 - Centro Escolar Misericórdias;
 - Centro Escolar Cova de iria;
 - Centro Escolar Caridade;
- Cruzamento junto à escola E.B. 2,3 Conde de Ourém;
- Instalações da PSP;
- Recuperação da Capela de N^a Sr.^a do Testinho;
- Beco da Portela (alterações ao projecto), Alburitel;
- Parque de lazer no lugar do Zambujal;
- Requalificação do recreio da escola da Amieira;

- Municipal de Ourém – Projecto de mobiliário para exposição do brinquedo;
- Pavilhão Multiusos de Caxarias;
- Proposta de criação de um recreio coberto na EB 1 de Espite;
- Parque de Merendas da Conceição;
- Ampliação do jardim de infância de Atougua;
- Melhoramentos na EB 1 de Boleiros;
- Vedação da EB 1 da Carvoeira;
- Estrada das Fontainhas - Rua Artur Vieira Dias;
- Requalificação Av. D. Nuno Alvares Pereira;
- Construção de pala de sombreamento - E.B.1 Carvoeira;
- Projecto do Adro da Capela nova do Estreito;
- Alterações no armazém do estaleiro municipal;
- Rua 1º Dezembro - Execução de passeio;
- Centro de Interpretação Ambiental do Agroal.
- Especialidades:
 - Alinhamento e correcção muro pederneira, Urqueira;
 - Muro para alargamento de passeios junto Cinema Municipal, Ourém;
 - Alargamento de faixa de rodagem, Pederneira, Urqueira;
 - Cobertura da Igreja de Nossa Senhora do Testinho, Urqueira;
 - Muro de contenção, instalações da PSP, Ourém;
 - Muro na Rua de Santa Teresa, Ourém;
 - Muro de suporte na envolvente à Capela das Louças;
 - Reconstrução de edificação na Rua Artur Vieira Dias;
 - Ligação da EB1 e ATL da Gondemaria;
 - Rua das Oliveirinhas;
 - Requalificação da Rua Acácio Paiva, Ourém;
 - Requalificação do Largo na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro;
 - Ampliação do edifício da Protecção Civil, Estaleiro Municipal;
 - Divisão do pavilhão do Estaleiro Municipal;
 - Requalificação da Avenida D. Nuno Alvares Pereira, Ourém;
 - Muro de suporte, Caridade, Ourém.
- Requalificação na E.R.356 junto à empresa Alaço; Acompanhamento de estudos desenvolvidos por entidades externas:

- Requalificação da Rua da Covinhas – Fátima;
- Arranjo do espaço entre a Capela e o Salão de Festas do Caneiro;
- Revitalização da Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida;
- Estacionamento junto ao terminal rodoviário.
- Levantamentos Topográfico:
 - Para delimitação do terreno envolvente ao Quartel da GNR;
 - Para elaboração de projecto de muro de vedação, Boieiro, Olival;
 - Zona envolvente à Capela do Caneiro, N^a Sr.^a das Misericórdias,
 - Dos muros de vedação existentes na zona do Parque de Negócios de Fátima;
 - Estremas para cálculo de expropriação EN 113-1, Seiça,
 - De terreno, Vermoeira, Formigais;
 - De Casa em Ruínas, Vilar dos Prazeres, N^a Sr.^a das Misericórdias;
 - De Terreno para Implantação da Casa Mortuária;
 - De Terreno para Implantação do Multiusos, Rua da Casa do Povo, Caxarias;
 - Rua da Paz, Olival;
 - Terreno Fonte do Povo, Urqueira;
 - Terreno para ampliação do Cemitério de Rio de Couros;
 - Terrenos para Estudo de Variante do Olival;
 - Ligação ao Ramal de Esgotos, Aljustrel, Fátima;
 - Ligação ao Ramal de Esgotos, Alburitel;
 - Cruzamento Ventilharia - Tomareis, Olival;
 - Terreno Fonte do Povo, Urqueira;
 - Antiga ETAR de Fátima;
 - Antigo edifício do DECAS;
 - Rua das Oliveirinhas, N^a Sra. Da Piedade / Seiça;
 - Ligação ao ramal de esgotos, Zona Industrial, Caxarias;
 - Ligação ao ramal de esgotos, Caxarias;
 - Capela das Louças;
 - Pontão da Abadia, Caxarias;
 - Terreno junto ao cemitério para futuro Ecocentro, Caxarias;
 - Lote da NOC, Parque Industrial de Fátima;

- Terreno junto ao cemitério do Vale Travesso;
- Estrada da Mata, Caridade – Ourém;
- Estrada Alburitel / Fontainhas;
- Avenida D. Nuno Álvares Pereira, Ourém (junto ao ciclo);
- Edifício da Quercus, sito na mata municipal, (Ourém);
- Rua Afonso Gaio, (Ourém);
- Rua Santo André, Andrés (Caxarias);
- Rua D. Nuno Álvares Pereira, Aldeia Santa Teresa (Freixianda);
- Terreno para futuro parque infantil, Chã (Caxarias);
- Terreno para futuro parque infantil, junto á associação desportiva (Bairro),
- Rua 1º Dezembro (execução de passeio), (Ourém);
- Quinta no Regato (apoio ao SIG);
- IC9 – restabelecimento em Areias, (Gondemaria);
- Rua Santo André, Andrés (Caxarias);
- Rua dos Álamos, (Ourém);
- Reservatório de águas, (Tomareis);
- Capela de São Sebastião, (Atouguia);
- Pederneira – Muro de Vedação (Urqueira);
- Caridade – Muro de Vedação (Piedade);
- Pinheiro – Fonte (Piedade);
- Largo da Feira (Urqueira).
- Implantações:
 - Alargamento da estrada Alburitel / Fontainhas;
 - Lancil Rua de Castela, Nª Sr.ª da Piedade;
 - Sondagens Geológicas, Parque de Negócios de Fátima;
 - Sondagens arqueológicas no castelo de Ourém;
 - Muro na variante da Freixianda;
 - Lancil na avenida D. Nuno Álvares Pereira com a rua dos Álamos, Ourém;
 - Lancil junto às finanças;
 - Lancil na rua de Castela;
 - Lancil em frente ao Centro de Saúde, (Ourém);
 - Marcos na estrada do Cubal / Formigal, (Matas);
 - Marcação dos limites do Lote para implantação do Centro Social, (Matas);

- Verificação de Implantações, Fátima;
- Verificação de Implantações, Ourém;
- Verificação de Implantações, Sobral;
- Arruamento Centro Escolar da Freixianda;
- Muro junto ao centro escolar, (Vilar dos Prazeres);
- Verificação de Implantações, (Fátima);
- Verificação de Implantações, (Caxarias).
- Estudos Viários:
 - Envolvente ao Centro Escolar de Nossa Senhora das Misericórdias;
 - Estacionamento para Autocarro junto ao Lar e Jardim de Infância no Bairro;
 - Cruzamento entre a EM 559 e a EM 560 Caneiro;
 - Rotunda de Santo Amaro, Nossa Senhora das Misericórdias;
 - E.N. 113-1. Cálculo de Polígonos para Expropriação, Seiça;
 - Correção de Traçado Pederneira (Urqueira);
 - Projecto da semi-circular, (Olival);
 - Alteração do projecto Beco da Portela, (Alburitel);
 - Cálculo de Coordenadas para implantação de eixo na estrada Fontainhas / Alburitel;
 - Rua Santo André, Andrés (Caxarias).

Mobilidade e Trânsito

Análises:

- Regulamento de Trânsito de Ourém;
- Plano de acessibilidades do Centro Social e Paroquial da Freixianda;
- IC9 – Plano de desvios;
- Solução para o tráfego de pesados no Casal Farto;
- Análise do estudo de tráfego da unidade de cuidados continuados para a Caridade;
- Proposta de introdução de sentido único na Rua António Pereira Afonso;
- Análise de sinalização diversa a colocar ou a retirar, no concelho;

- Plano de Sinalização Temporária da PI5, do IC9, na Rua Principal da Cabiçalva, Gondemaria;
- Projecto de Farmadrive no Alto das Nogueiras em Fátima;
- Pedidos de lugar:
 - Estacionamento;
 - Estacionamento para cargas e descargas;
 - Espelhos;
 - Sinalização direcciona;l;
 - Pedido de abrigos para:
 - Rua Principal no lugar de Resouro – Urqueira;
 - Paragem de autocarro na ER356, Rua Cidade de Ourém na Freguesia de Caxarias;
- Pedido de colocação de sinalização na EM 525 no cruzamento com a Rua da Igreja;
- Pedido de estacionamento para portadores de mobilidade condicionada junto ao atendimento complementar do Centro de Saúde de Ourém;
- Alteração de trânsito:
 - Rua Artur de Oliveira Santos em Ourém;
 - Rua Dr. Albano Rodrigues em Ourém;
- Colocação de pilaretes na Rua Artur de Oliveira Santos e Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida;
- Plano de Sinalização Temporária da PI5, do IC9, na Rua Principal da Cabiçalva, Gondemaria;
- Projecto de Farmadrive no Alto das Nogueiras em Fátima;
- Pedido de informação da sinalização no cruzamento das Ruas Tenente Moreira Lopes, dos Combatentes, Santa Teresa de Ourém e Teófilo de Braga em Ourém;
- Pedido de realocação de sinal de passadeira na Estrada de Fátima, para proceder ao alteamento do muro com rede em Atouguia;

Proposta de Colocação de Sinalização Diversa:

- Colocação de espelhos: Tomareis, Mossomodia, Freixianda; Urqueira; Ourém; Casais da Abadia, Fátima;
- Sinais de início de localidade: Formigais, Caxarias;
- Colocação de Lombas: Ourém, Atouguia; Fátima;
- Colocação de sinalização: Fátima, Vilar dos Prazeres, Formigais; Caxarias;
- Colocação de Abrigos: Vale; Matas, Pinheiro
- Autorização de paragem: Fátima;
- Colocação de Pórtico: Ourém;
- Colocação de pilaretes: Ourém.

Análise de Sinalização Diversa:

- Sinalização horizontal existente na Estrada de Minde em 2010/08/21;
- Abrigo na Rua Engenheiro Torres, em Gondemaria.

Estudos e Projetos:

- Proposta de sinalização semafórica na ER 356 (Rio de Couros)
- Situação: Concluído
- Relocalização de lugar para deficientes do parque da Refer para a junto do BPI em Caxarias;
- Proposta de sinalética existente no Vale do Zambujo, Fátima;
- Identificação de placas da PRP e obras executadas;
- Estudos de caracterização e diagnóstico no caderno das Acessibilidades, Mobilidade e Transportes da Revisão do PDM de Ourém.

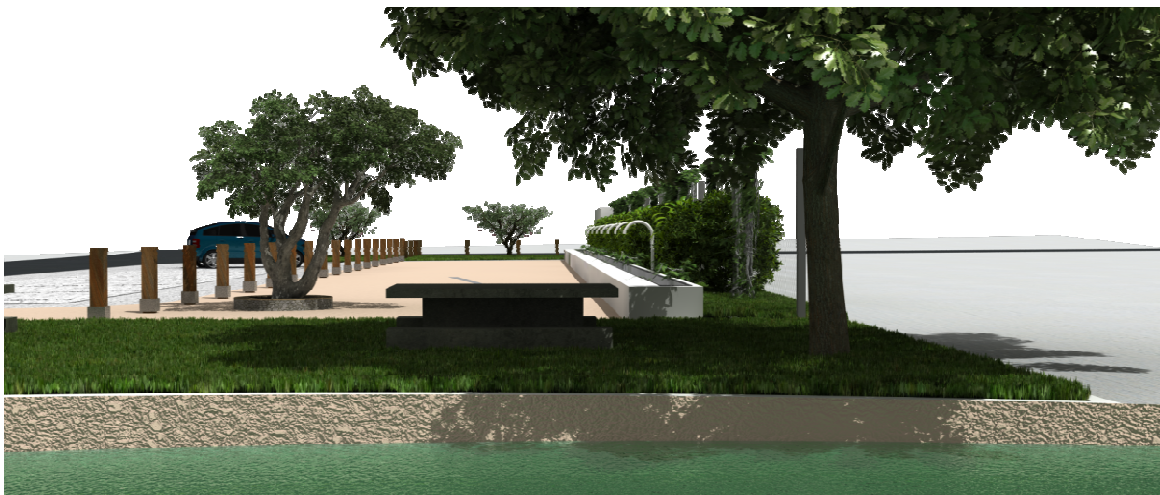
Acompanhamento de Estudos Desenvolvidos por Entidades Externas:

- Estudo da “Rede de Transportes e do Serviço de Transporte a Pedido no Médio Tejo”;
- Estudo de “Sinalização Turística”;
- Estudo técnico “Caminhos de Fátima – Rota das Carmelitas a Fátima”.

- Validação do levantamento de sinalização da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo.

Portfólio de alguns dos projectos desenvolvidos:

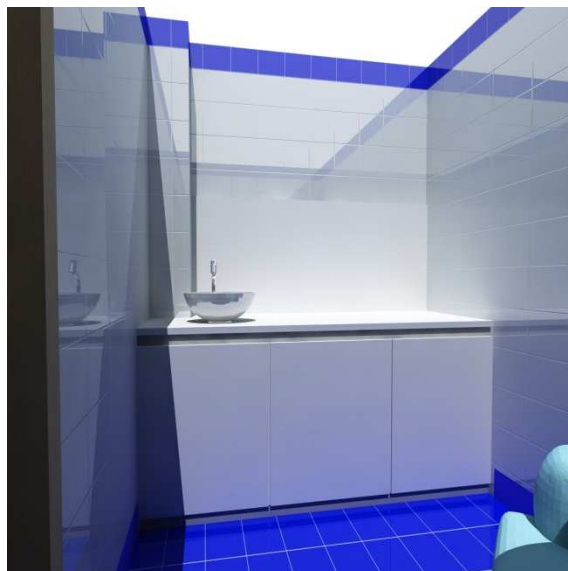
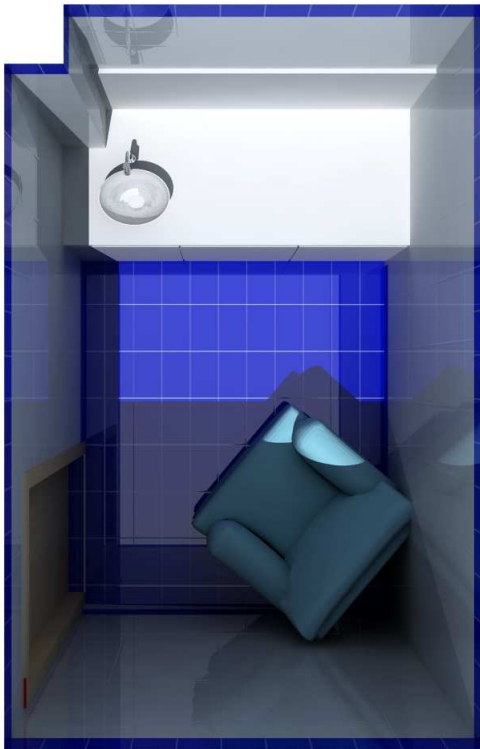
- **Fonte do Povo – Urqueira**



- **Ampliação do Centro Escolar de Atougua**



- Alterações do Edifício Sede do Município – Fraldário



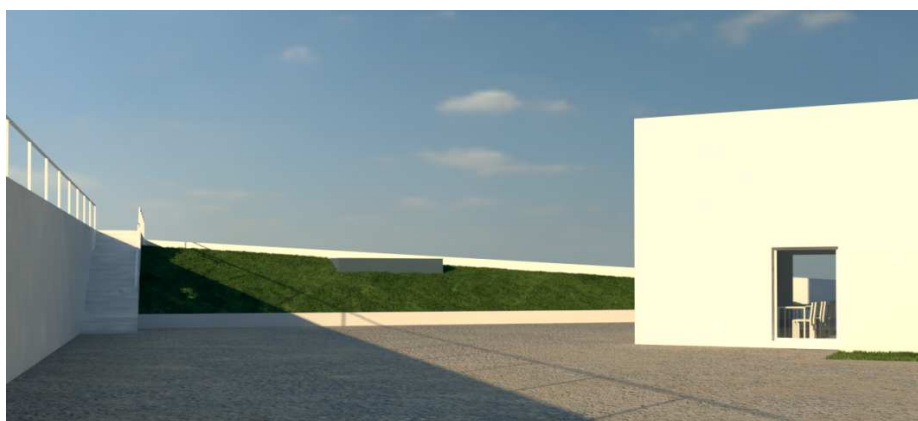
- Arranjos na Capela do Estreito – Urqueira



- Centro Escolar de Freixianda



- Centro Escolar de Ourém Nascente



- Modelação da Capela da Perucha



- Levantamento da Capela de S. Sebastião



2.3.2.4 – Divisão de Obras Municipais

A Divisão de Obras Municipais compreende, o Sector de Apoio Administrativo, o Sector de Fiscalização de Obras, o Sector de Obras por Administração Directa, o Sector de Conservação e Manutenções Diversas, o Sector de Gestão, Manutenção e Reparação do Parque de Máquinas e Viaturas. Sector de Gestão de Energia e o Sector de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho.

Sector de Fiscalização de Obras

A sua actividade reparte-se, essencialmente, nas seguintes áreas:

- Fiscalização das empreitadas promovidas pelo Município e adjudicadas a empreiteiros;
- Realização de projectos relativos a beneficiação de caminhos e estradas municipais, pontões, muros de suporte de terras e de vedação, medições e orçamentos diversos; Pareceres sobre projectos de obras públicas realizados por gabinetes projectistas; Acompanhamento de obras promovidas por outras entidades, ex. VEOLIA, juntas de freguesia; Acompanhamento de intervenções na via pública Tagusgás, PT, EDP;
- Outras acções relevantes, como por exemplo vistorias para análise de anomalias em edifícios, vias de comunicação, obras de arte, infra-estruturas de drenagem pluvial.

Fiscalização

- Centro Escolar da Caridade – Ourém;
- Centro Escolar Nº Sr.ª das Misericórdias - Vilar dos Prazeres – Ourém;
- Centro Escolar Beato Nuno – Fátima;
- Centro Escolar Cova de Iria – Fátima;
- Centro Escolar da Freixianda – Freixianda;
- Centro Escolar do Olival – Olival;
- Centro Escolar Ourém Nascente – Fontainhas ;
- Pavilhão Gimnodesportivo do Olival – Olival – (em execução);
- Arranjos exteriores do lar de Idosos/Creche/jardim-de-infância no Bairro;

- Beneficiação da EN 113.1 – Troço entre Olaia e o Estremadouro (limite do Concelho).
- Recuperação do pavilhão desportivo e telheiro central da escola básica, 2º e 3º ciclos, D. Afonso IV, Conde de Ourém.
- Ensino Básico - Reparação das Coberturas da Escola Básica 2º e 3º ciclo Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias
- Urbanização da Vila de Vilar dos Prazeres – Beneficiação de arruamentos Centro Escolar de Nª Sra. das Misericórdias
- Requalificação das ruas envolventes ao Centro Escolar de Ourém - Nª Sra. da Piedade.
- Beneficiação de caminhos (vários), na freguesia de Freixianda.
- Beneficiação de caminhos – pavimentação da Estrada Real/Freixianda.

Fiscalização de empreitadas promovidas pelas Juntas de Freguesia

- Beneficiação da rede viária das freguesias do concelho, por empreitada da CMO ou por protocolo com as juntas de freguesia – Freixianda;

Fiscalização de empreitadas promovidas por outras entidades (Veolia, Tagusgás, PT, EDP):

- Acompanhamento de empreitadas da VEOLIA;
- Remodelação da rede de distribuição na Rua dos Moinhos, Rua da Barreira e Rua do Outeiro;
- Concepção / Construção Reservatórios de Águas no Concelho;

Obras por administração directa

Trata esta vertente da acção da Divisão de Obras em que são executados os trabalhos com recurso aos meios humanos, de equipamento e de materiais do município, sendo talvez os trabalhos de beneficiação da rede viária, aqueles que mais visibilidade têm no público em geral, pela comodidade que geram na sua utilização e

pela qualidade com que são realizados, dada a experiência que neste domínio tem vindo a ser acumulada ao longo dos anos.

2.3.3 – Departamento de Cidadania

2.3.3.1 – Divisão de Educação e Ação Social

A Divisão de Educação e Ação Social (DEAS) tem como principal missão garantir o cumprimento das linhas estratégicas para as áreas da educação, social e saúde, assegurar a realização da política educativa e social e dos objectivos municipais neste domínio, com vista à promoção da educação e da qualidade de vida e bem-estar social dos munícipes.

Neste sentido implementaram-se alguns serviços novos como o serviço de dietética e nutrição, o Núcleo de Apoio à Vítima, o alojamento de emergência social, a aprovação do Banco de Voluntariado Municipal, o Banco de Ajudas Técnicas e a preparação do Centro Comunitário de Voluntariado. No domínio da educação o destaque vai para a inauguração de quatro centros escolares, Caridade, Misericórdias, Beato Nuno e Cova da Iria, bem como a adaptação do St.^a Teresa a CE. Melhorou o atendimento aos cidadãos, reforçaram-se as parcerias locais, aprofundou-se a intervenção no terceiro sector e dinamizaram-se projectos locais e europeus no domínio da intervenção social, designadamente o Comenius Regio com Pitesti.

Educação

Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

O Contrato de Execução prevê que o ME-DRELVT transfira o montante global de 702.000,00€, a repartir pelos anos 2010, 2011 e 2012 para realização de intervenções de manutenção em escolas, tendo sido já realizado o montante de 247.888,11 euros, conforme descrito no quadro seguinte:

Quadro – Montantes gastos no âmbito da gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos

Estabelecimento Escolar	Descrição sumária dos trabalhos executados	Valor
Escola Básica 2º e 3º Ciclos D. Afonso IV, Conde de Ourém	Recuperação do pavilhão desportivo e do telheiro Central	9.742,76 €
Escola Básica 2º e 3º Ciclos D. Afonso IV, Conde de Ourém	Recuperação do pavilhão desportivo e do telheiro Central	137.050,65 €
Escola Básica 2º e 3º Ciclos D. Afonso IV, Conde de Ourém	Recuperação do pavilhão desportivo e do telheiro Central	9.457,70 €
Escola Básica 2º e 3º Ciclos Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Caxarias	Reparação das coberturas	91.637,00 €
Total		247.888,11 €

Programa de distribuição de fruta escolar

No seguimento da publicação da Portaria nº 1242/09, de 12 de outubro, preparou-se o processo de implementação do programa de distribuição de fruta escolar. Para o efeito a comunidade escolar foi sensibilizada para a importância da inclusão da fruta na alimentação diária. O Instituto para o Financiamento da Agricultura e Pescas passou a apoiar os municípios que se candidatassem ao referido regulamento com uma verba destinada à compra dos produtos, com o objectivo dos mesmos serem distribuídos nas escolas do 1º Ciclo do concelho. O Município de Ourém apresentou a candidatura e foi aprovada, para o ano 2009-2010, cuja verba financiada foi fixada em 14.324,60€, tendo-se procedido à abertura de concurso para fornecimento da fruta com prorrogação de prazo até 27 de abril. No entanto, o procedimento ficou deserto e consequentemente foi cancelado. Na sequência deste facto, no ano em apreço, o mesmo não foi implementado perspectivando-se a sua dinamização para o ano lectivo 2012-2013.

Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições escolares

Considerando o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Ministério da Educação nos

termos do regulamento de acesso ao financiamento desse programa, aprovado pelo Despacho nº 22 251/2005, de 25 de Outubro, retificado pelo Despacho nº 12037/2007 de 18 de Junho, e nos termos do Decreto-Lei nº 55/2009 (conjugado com o despacho da Acção Social Escolar a publicar anualmente), o Município de Ourém celebrou vários protocolos de cooperação com diferentes entidades de âmbito local.

Componente de Apoio à Família

A Componente de Apoio à Família tem uma dupla vertente, a alimentação e o complemento de horário. Integra ainda atividades de animação sócio-educativa dos alunos do ensino Pré-Escolar.

De forma a regular as condições relativas à participação ativa no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação pré-escolar de acordo com os princípios consagrados na Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, no Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de Março (conjugado com o despacho da acção social escolar a publicar anualmente) e no Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de Junho, artigo 6º, pontos 1 e 2, o Município de Ourém procedeu à alteração dos protocolos de cooperação em vigor, com diferentes entidades de âmbito local, de modo a garantir a oferta de refeições e serviços de apoio à família para os alunos do pré-escolar, uniformizando o documento ao qual foi ainda introduzida uma nota sobre a aplicação do Sistema de HACCP. Como resultado da reformulação da rede escolar consequente à construção dos novos Centros Escolares foi necessário proceder à alteração das condições de fornecimento de refeições escolares, tanto a nível de instalações, como a nível das entidades responsáveis pelo fornecimento de refeições.

Centros Escolares

O início do ano lectivo contou com a abertura de quatro novos centros escolares: Centro Escolar de Misericórdias, Centro Escolar de Caridade, inaugurados a 26 de novembro, e Centro Escolar Beato Nuno e Centro Escolar Cova da Iria a 10 de dezembro.

- Centro Escolar de Misericórdias

O Centro Escolar de Misericórdias está situado na Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, sendo a gestão efectuada pelo Agrupamento de Escolas Conde de Ourém. A componente de apoio à família e o centro de actividades de tempos livres são da responsabilidade do Centro Social Espírito Santo da Lagoa do Furadouro, contando ainda com a colaboração da Associação de Pais de Vale Porto a qual presta igualmente serviços a crianças residentes em Caneiro, Vale Porto, Matas e Sobral. É frequentado por 4 turmas do ensino pré-escolar e 8 turmas do 1.º CEB, o que perfaz um total de 243 alunos.



- Centro Escolar de Caridade

O Centro Escolar de Caridade está situado na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, sendo a gestão efectuada pelo Agrupamento de Escolas Conde de Ourém. A componente de apoio à família e o centro de actividades de tempos livres são da responsabilidade do ATL Mágico do Jardim Infantil de Ourém. É frequentado por 3 turmas do ensino pré-escolar e 7 turmas do 1.º CEB, o que perfaz um total de 206 alunos. O Centro Escolar dispõe de 10 salas com actividade lectiva, três salas de actividades, uma biblioteca, um espaço internet, um centro de recursos, um auditório, duas salas de docentes e um refeitório. Tem permanentemente 7 colaboradores não docentes e 7 docentes, um dos quais acumula a coordenação de estabelecimento.



- Centro Escolar Beato Nuno

O Centro Escolar Beato Nuno está situado na Freguesia de Fátima, sendo a gestão efectuada pelo Agrupamento de Escolas Ourém. A componente de apoio à família e o centro de actividades de tempos livres são da responsabilidade da Apajefátima. É frequentado por 3 turmas do ensino pré-escolar e 8 turmas do 1.º CEB, o que perfaz um total de 251 alunos. O Centro Escolar dispõe de 11 salas com actividade lectiva, dois espaços para actividades, uma biblioteca, uma sala de docentes, 2 gabinetes técnicos e um refeitório. Será de referir que integra uma unidade de ensino estruturado (sala teacch).



- Centro Escolar Cova da Iria

O Centro Escolar Cova da Iria está localizado na Freguesia de Fátima, a gestão é do Agrupamento de Escolas Ourém. A componente de apoio à família e o centro de actividades de tempos livres são da responsabilidade da Apajefátima. É frequentado por 4 turmas do ensino pré-escolar e 8 turmas do 1.º CEB, o que perfaz um total de 273 alunos. O Centro Escolar dispõe de 12 salas com actividade lectiva, dois espaços para actividades, uma biblioteca, um espaço internet, uma sala de docentes e um refeitório. Será de referir que integra uma sala de ensino estruturado para multideficiência.



Transportes escolares

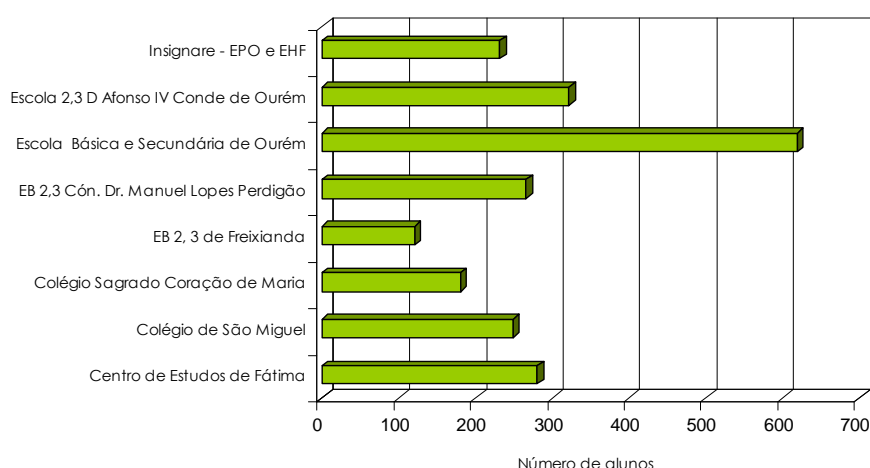
Os transportes escolares dos alunos do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico são assegurados na sua maioria por mini-autocarros de 18 ou 26 lugares e carrinhas de 9

lugares municipais, adquiridos em 2000, 2001 e 2008, para garantir o transporte dos alunos de cerca de 64 estabelecimentos de ensino suspensos.

O Município de Ourém possui também um autocarro de 51 lugares a fim de assegurar as deslocações dos alunos do Concelho para a realização de visita de estudo anuais, sendo um recurso também potenciado para o apoio ao associativismo, às instituições particulares de solidariedade social e demais atividades de interesse municipal. Para o funcionamento da frota, o Município e a OuremViva EEM dispõem de 13 motoristas e 16 vigilantes, devidamente credenciados de acordo com a Lei n.º13/2006, de 17 de Abril.

Consultados os dados transmitidos pelos estabelecimentos de ensino, estima-se que são transportados diariamente 2269 alunos para os respectivos centros escolares. Conforme consta do gráfico que se apresenta, a maior parte dos alunos são transportados para a Escola Básica e Secundária de Ourém, dada a cobertura concelhia do Ensino Secundário, seguindo-se a Escola EB 2,3 D. Afonso IV Conde de Ourém, o Centro de Estudos de Fátima, a Escola EB2,3 Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão-Caxarias e o Colégio de São Miguel. O menor número de alunos transportados regista-se com destino à Escola EB 2,3 de Freixianda.

Gráfico - Número dos alunos inscritos nos transportes escolares, para o ano lectivo 2011/2012



Assuntos Sociais

Actividade corrente da Rede Social

O Núcleo Executivo reuniu, periodicamente, para a emissão de pareceres sobre várias candidaturas posteriormente abordadas em plenário. É enviada, sistematicamente, informação aos parceiros através da qual se divulga informação recebida nos serviços municipais. A Rede está preparada e disponível para difundir pela parceria qualquer assunto considerado pertinente. Foi relançado o convite para que as entidades que ainda não integram a Rede Social possam fazer parte dela, com vista a um trabalho social mais articulado e cada vez mais mobilizador.

Comissões Sociais de Freguesia.

Dinamizou-se o processo de constituição das Comissões Sociais de Freguesia através de 8 sessões de esclarecimento realizadas nas respectivas autarquias locais, designadamente: Matas, Espite, Fátima, N.^a S.^a da Piedade, Olival, Caxarias, Urqueira, Atougua. Foram criadas formalmente as CSF de Fátima e N.^a S.^a da Piedade.

Modelo de Intervenção Integrada: fase de preparação do projecto

A 22 de Março de 2011 foi aprovado o modelo integrado de atendimento supra-concelhio, estando prevista a sua implementação local em 2012. O trabalho foi desenvolvido nas Plataformas Supraconcelhias da Lezíria e do Médio Tejo. Neste contexto foi definida a implementação de um Modelo Supraconcelhio de concertação e articulação dos recursos existentes, adiante designado por Modelo de Intervenção Integrada, com os seguintes objectivos: planificar uma intervenção global e integrada; criar respostas mais adequadas aos problemas sociais, específicos de cada concelho, rentabilizando os recursos existentes, quer humanos, quer materiais, de modo a criar uma nova organização e gestão dos serviços de atendimento social já existentes no território; reduzir a sobreposição de intervenções no atendimento e acompanhamento

a indivíduos e famílias; reduzir o tempo de resposta aos pedidos de apoio solicitados por indivíduos/ famílias, de modo a responder de forma adequada e em tempo útil à situação-problema; implementar uma abordagem multidimensional na elaboração do diagnóstico social das situações, através da discussão e análise dos casos em equipa multidisciplinar; qualificar a intervenção junto dos indivíduos/famílias, através da atribuição de um gestor a cada processo, privilegiando a relação gestor de caso com indivíduo/família, com vista a apoiar-los na definição do seu projecto de vida, promovendo a autonomia dos indivíduos/famílias. O modelo comporta uma série de parceiros, designadamente a Segurança Social, os Municípios e os principais parceiros sociais. Pressupõe uma metodologia própria, a existência de uma Equipa Concelhia de Intervenção Integrada com as seguintes competências: garantir o atendimento e o acompanhamento social aos indivíduos e famílias; atribuir um gestor de caso a cada processo em reunião semanal para discussão e análise das situações; articular e rentabilizar os recursos existentes na comunidade; identificar os constrangimentos e as potencialidades, elabora relatórios de progresso trimestralmente que são colocados à discussão do Grupo Operativo e enviados para conhecimento ao CLAS. Cada Município terá que definir a sua forma de organização.

Intervenção Social

No âmbito da intervenção social, pretende-se promover melhoria de qualidade de vida dos Municípios numa óptica de trabalho integrado, pluridisciplinar e interinstitucional, apoiar os mais desfavorecidos e desprotegidos, proteger as famílias, as crianças, os jovens e os idosos nas suas diversas problemáticas.

Realizaram-se consultas de psicologia, entrevistas, visitas domiciliárias. Receberam-se pedidos relacionados com a acção social escolar, integração em respostas sociais, intervenção social, tarifas sociais, recuperação habitacional, apoio ao arrendamento e à recuperação habitacional, tarifas sociais, transportes escolares especiais, entre outros. Elaboram-se informações e pareceres técnicos que suportam decisões superiores, tanto internamente como externamente, junto dos tribunais ou outros serviços da administração central.

Subsídios escolares

Foram analisadas as candidaturas a subsídios escolares para este ano lectivo tendo sido atribuído ao escalão A um subsídio de 45 euros e ao B um de 28,60 euros, mantendo-se os valores adoptados por deliberação de Câmara de 31.08.2009. Concluído o processo de análise das 1037 candidaturas, apresentamos os seguintes resultados:

Quadro – Montantes globais atribuídos – ano lectivo

Resultado da análise das candidaturas	N.º de candidaturas	Valor por escalão (€)	Total (€)
Escalão A	266	45,00 €	11.970,00 €
Escalão B	439	28,60 €	12.555,40 €
Excluídos	16	_____	_____
Não Subsidiados	316	_____	_____
TOTAL	1037	_____	24.525,40 €

Bolsas de estudo para apoiar alunos que frequentam o ensino superior

Na sequência do processo de candidatura a bolsas de estudo iniciado no ano 2010, das 11 bolsas candidatas, foram atribuídas duas a alunos que frequentam o ensino superior, conforme previsto no Regulamento em vigor. Para o ano lectivo 2011-2012 o processo ficou suspenso até que se proceda à revisão do Regulamento cujo conteúdo enferma de desadequação ao processo de Bolonha e desajustamento dos critérios de análise para efeitos de determinação da situação de fragilidade económico-social.

O Núcleo de Apoio à Vítima

O NAV iniciou a sua actividade a 22 de Fevereiro, Dia Europeu da Vítima de Crime. É um espaço reservado para receber vítimas, designadamente as de violência doméstica, num ambiente de total privacidade. Aqui a vítima pode receber apoio social

e psicológico, sentindo-se confortável e segura para falar sobre a situação vivenciada. O NAV tem ainda uma outra vertente que se prende com encaminhamento para estruturas de apoio especializado e o acolhimento em situação de emergência.

A criação desta resposta social prende-se fundamentalmente com o facto de chegarem a estes serviços, designadamente à CPCJ de Ourém, um número considerável de pedidos de intervenção motivados por situações de violência doméstica. Este facto está extremamente ligado às questões de género uma vez que, dos 51 pedidos recebidos no ano transacto apenas em dois deles o agressor é a figura feminina do casal, nos restantes o agressor é homem o que nos remete para uma interpretação sociológica das questões do género associadas à violência doméstica. Por este motivo entendeu-se que a iniciativa seria integrada no Plano de Acção para a Igualdade para que a Conselheira possa acompanhar e dinamizar esta medida de política local.

Foram atendidas 10 pessoas neste novo serviço, às quais foi efectuado um projecto de vida, dado o encaminhamento ajustado à situação e efectuado o apoio psicossocial.

Protocolo com CRIO: Projecto de Intervenção Precoce

No âmbito do protocolo celebrado com o Centro de Recuperação Infantil Ouriense para a intervenção precoce um dos técnicos participa nas reuniões da equipa, apoia, no âmbito das suas competências, as famílias que beneficiam do projecto e analisa os pedidos de transporte para consultas, sempre que o CRIO não tem disponibilidade para o efeito.

O Voluntariado e o Banco de Voluntariado Municipal

O Município avançou para a criação de um documento regulador do Banco de Voluntariado Municipal, instituindo-se como um local de encontro entre pessoas que expressam a sua disponibilidade e vontade para serem voluntárias e entidades que

reúnam condições para integrar voluntários. É um projecto integrado que promove o encontro entre a procura e a oferta de voluntariado.

O Banco de Voluntariado Municipal pretende ser um projecto integrado que promove o encontro entre a procura e a oferta de voluntariado, disponibilizando informação, formação e apoios diversos às organizações e aos voluntários. A proposta de Regulamento foi aprovada a 18/10/2011, tendo sido publicada através do Edital 1181/2001, publicado em Diário da República a 30/11/2012.

Centro Comunitário de Voluntariado

Simultaneamente, dando expressão ao propósito de construir um Município de excelência social, materializa numa estrutura física, no edifício onde funcionou o Jardim de Infância de Ourém, o Centro Comunitário de Voluntariado.

O Centro Comunitário de Voluntariado constitui um equipamento social que visa dar resposta a necessidades da comunidade através da prática do voluntariado e de acções solidárias. Contempla serviços que se destinam ao apoio às famílias, como o banco de ajudas técnicas, dirigido a pessoas em situação de dependência e /ou dificuldades de mobilidade; os ateliers ocupacionais para voluntários, reformados, beneficiários do Rendimento Social de Inserção, pessoas com doença mental e deficiência; o espaço de comércio social, lugar de partilha e solidariedade que visa contribuir para a melhoria das condições de vida dos munícipes do concelho socialmente mais vulneráveis, através da atribuição de bens, bem como potenciar respostas adequadas aos problemas sociais através da rentabilização dos recursos existentes; e a sala destina a projectos específicos na área do voluntariado, salientando-se neste ponto a iniciativa já em curso, “Tempo para ensinar...Tempo para aprender”, dirigida a menores em risco, oriundos de meios sócio-educativos desfavorecidos e com dificuldades na aquisição das aprendizagens. O exterior constituirá um lugar privilegiado de socialização.

Durante o ano foi feita a recuperação interior dos espaços bem como adquiridas as ajudas técnicas.

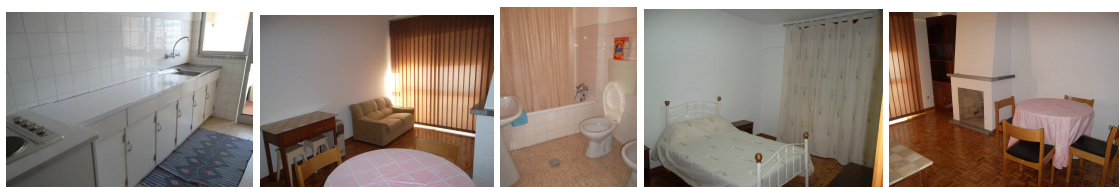


Apartamento de Emergência Social

É uma resposta social, através de um imóvel do Município, situado na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Nº 48, 1º esquerdo, 2490 – 548 Ourém, para fins habitacionais que visa o acolhimento de pessoas em situação de emergência ou risco, mediante caracterização da situação social, económica ou de risco fundamentadamente pelos serviços técnicos da DEAS. São considerados essencialmente dois tipos de situações:

- Crise – caracteriza-se por uma situação de grave vulnerabilidade e desprotecção, resultante de não estarem asseguradas, a breve prazo, as condições mínimas de sobrevivência pelo que se impõe uma intervenção urgente e encaminhamento para os serviços locais de acção social.
- Emergência – caracteriza-se por uma situação de grande vulnerabilidade e desprotecção, resultante de não estarem asseguradas, as condições mínimas de sobrevivência e que constituam um perigo real, actual ou iminente, para a integridade física, psíquica e emocional do indivíduo/família, necessitando de intervenção imediata.

Poderão beneficiar deste equipamento social munícipes que revelem vulnerabilidade económica, social ou risco, situação devidamente fundamentada pelos serviços técnicos da DEAS.



Projecto “Diz não a uma seringa em segunda mão”

O Município de Ourém assinou um protocolo entre a Associação Nacional de Farmácias/Ministério da Saúde, cujos registos processuais remontam a 1999. O seu objecto prende-se com a recolha de seringas utilizadas por toxicodependentes para troca de outras esterilizadas. Este projecto tem como objectivo a entrega de um Kit, que inclui uma seringa esterilizada, um toalhete embebido em álcool, um preservativo (prevenção da transmissão do VIH ou outras doenças) e um folheto informativo, a pessoas que façam consumos de drogas. Este kit é facultado pelas farmácias, no acto da entrega da seringa velha, que é colocada num contentor lacrado, e posteriormente recolhido por uma empresa especializada na recolha de material “perigoso” – Canon Higiene (Leiria). O papel do município é o de mediador, entre as farmácias e a empresa responsável pela entrega dos Kit’s. Com carácter mensal solicita-se informação às farmácias sobre a existência de contentores de seringas para recolha para posteriormente se informar a empresa da necessidade de entrega dos kit’s.

Unidade de Cuidados Continuados

Os serviços municipais participam em diversas reuniões de trabalho com equipa da unidade de cuidados continuados, sendo efectuada a referenciação de processos e articulados os projectos de intervenção individual ou familiar com a área da saúde. Complementarmente, faculta transporte para familiares de doentes de modo a que estes participem nas sessões da saúde sobre o apoio a doentes.

Comemorações do Dia Mundial da Diabetes

O Município de Ourém associou-se às comemorações nacionais do “Dia Mundial da Diabetes”, 14 de Novembro, promovidas pelo Ministério da Saúde através do Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Diabetes, assinalando o acontecimento com a iluminação do Edifício Sede do Município de cor azul, a



que assinala a data mundialmente. Pretendeu-se, de forma simbólica, alertar a população para o facto de a diabetes ser uma das principais causas de morte. A

doença aumenta o risco de doença coronária e de acidente vascular. A ela estão também associadas a cegueira e a amputação dos membros inferiores.

Serviço de Nutrição e Dietética (SND)

A preocupação com questões relacionadas com a alimentação tem sido cada vez mais uma constante na nossa sociedade. São cada vez mais as iniciativas lançadas por entidades públicas relacionadas com este assunto e que têm como principal objectivo a redução das doenças provocadas por maus hábitos de vida, entre eles, os maus hábitos alimentares e a vida sedentária.

Os municípios têm cada vez mais à sua responsabilidade a saúde da sua população, sendo aconselhável que estes mantenham um papel activo no que respeita à saúde.

Tendo em conta o exposto criou-se um espaço destinado ao esclarecimento de questões relacionadas com a temática da alimentação, onde se realiza aconselhamento nutricional destinado aos trabalhadores do Município e Entidades Empresariais Municipais, assim como às crianças e familiares acompanhados no âmbito da CPCJ/DEAS. A este projecto da área da saúde deu-se o nome de Serviço de Nutrição e Dietética (SND), que conta com uma técnica superior de nutrição.

O atendimento ao público realiza-se à terça-feira até às 20.00h, devendo haver marcação prévia da consulta (preferencialmente).

Projecto CAIS

O Município mantém activo o protocolo com a Associação Cais para a implementação do Programa: “Centro de acompanhamento e venda da revista Cais”, destinado a apoiar pessoas sem-abrigo, assinado a 26 de Junho de 2010. O objectivo do programa é, acima de tudo, proporcionar às pessoas que estão a ser acompanhadas pela acção social uma fonte de rendimento e uma actividade laboral, para que, pelo menos enquanto aguardam o melhor encaminhamento da sua situação, possam estar ocupadas e, ao mesmo tempo, beneficiarem de algum tipo de rendimento. As contrapartidas são as seguintes: 70 por cento do valor de capa da revista “Cais” ao

vendedor integrado no projecto; 15 por cento das vendas totais à entidade promotora do acompanhamento social; 15 por cento das vendas totais à Associação Cais.

Hortas Biológicas Sociais

O Projecto Hortas Biológicas Sociais resulta de uma parceria entre a Agrobio-Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (promotor), o Centro de Recuperação Infantil de Ourém, Quinta do Montalto e, numa fase posterior a Ambiourém (agora OurémViva). O mesmo destina-se a pessoas com deficiência mental e visa:



- a) Promover a capacitação de pessoas com deficiência mental para aplicação das praticadas agrícolas utilizadas em horticultura biológica;
- b) Promover a participação activa na sociedade das pessoas com deficiência mental, através da prática da agricultura biológica;
- c) Promover a alteração de comportamentos discriminatórios a nível individual e colectivo em relação à deficiência.

O produto desta actividade foi vendido directamente ao público, no Mercado Municipal no dia 12 de Maio, tendo a receita revertido a favor do CRIO.



Passeio Sénior 2011

Considerando as atribuições do Município em matérias relacionadas com os tempos livres, acção social, cultura, turismo, realizou-se o Passeio Sénior 2011, cujo destino escolhido foram os Municípios de Tomar e Batalha. Ao longo dos 8 dias, no período de 11 a 27 de Julho, participaram na actividade 2554 cidadãos, uma média diária de 319.

Estes cidadãos tiveram a oportunidade de conhecer o Convento de Cristo, considerado património mundial pela UNESCO, o Museu dos Fósforos e uma oficina de olaria e azulejaria situados no Convento de São Francisco, tudo isto na cidade de Tomar. No concelho da Batalha, visitaram a aldeia da Pia do Urso, onde percorreram o parque temático/sensorial adaptado para invisuais e apreciaram a paisagem natural envolvente.



Dia Internacional do Idoso

O Dia Internacional do Idoso foi assinalado com participação de 262 idosos e 15 instituições na Sessão de Cinema Português: *A Canção de Lisboa*, realizada no dia 1 de Outubro. O documentário “Ciclos Agrícolas de Ourém” integrava ainda o programa das Comemorações.

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ourém

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial, não judiciária, que visa proteger e promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar o seu desenvolvimento (Lei nº 147/99 de 1 de setembro).

De acordo com a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, considera-se que a criança ou jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;

- c) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) é obrigada a actividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança e o seu equilíbrio emocional;
- f) assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Neste âmbito, considera-se criança ou jovem a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos.

A CPCJ está vocacionada para intervir no sentido de proteger e promover os direitos da criança e do jovem, dando resposta a pedidos de intervenção de entidades, instituições ou de pessoas singulares e quando estejam em causa a segurança, bem-estar, educação, saúde e formação da criança ou do jovem.

Quando a CPCJ intervém, analisa a situação, contactando e ouvindo a criança ou jovem bem como a respectiva família e promove o apoio dos serviços e instituições existentes na comunidade. Obtido o consentimento dos responsáveis pela criança ou pelo jovem, a CPCJ aplica a(s) medida(s) de promoção e protecção e elabora um acordo de promoção e protecção adequado à situação em causa, definindo no quadro desse acordo as acções necessárias.

Os destinatários da CPCJ são todas as crianças e jovens até aos 18 anos que se encontrem em situação de perigo, nomeadamente em casos de abandono escolar, maus tratos físicos e psíquicos, abuso sexual, trabalho infantil e comportamentos e/ou actividades que prejudiquem a criança ou jovem, entre outros.

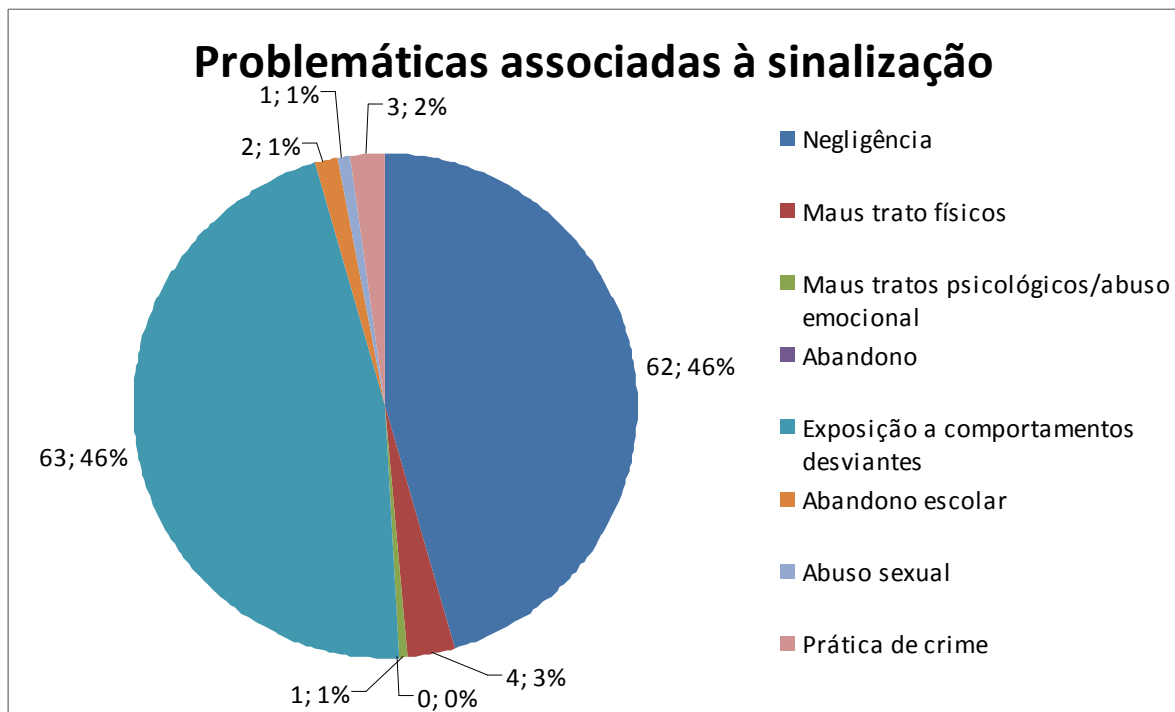
A CPCJ funciona das 9h às 17h00, estando um técnico permanentemente contactável para acolher as situações de urgência, através do telemóvel desta comissão. A sua sede situa-se no Edifício Sede do Municípios.

Mapa – Distribuição geográfica dos menores acompanhados pela CPCJ



A maior parte dos menores têm idades compreendidas entre os 6-10 anos e 11-15 anos , 43,28% e 43,29 %, respectivamente.

Gráfico – Problemáticas sinalizadas



2.3.3.2 – Divisão de Acção Cultural

Uma das prioridades do plano de acção cultural de 2011 consistiu nas seguintes medidas de intervenção:

- Consolidação do modelo de gestão do Museu Municipal, fundado em 2009;
- Reestruturação funcional e de gestão da Biblioteca Municipal, dotando-a de novas valências (audiovisuais e zona infantil) e conferindo maiores áreas e dinâmicas a outras já existentes (tais como: leitura juvenil, áreas de estudo e leitura, ala de exposição....);
- Instalação da Oficina de Artes – Vale da Perra.

Descentralização de manifestações e projectos de fruição cultural

Alguns exemplos:

- Bibliomóvel (Lares e Centros de Dia);
- O Museu vai às Escolas (oficinas lúdico-pedagógicas);
- O Museu em volta (exposições itinerantes).

Reforço do Programa de Exposições

Consolidação da agenda de iniciativas/exposições para a sala anexa ao Edifício Sede do Município e para a ala expositiva da biblioteca municipal.

Alcançou-se um aumento do número de espaços disponíveis para exposição e outras manifestações culturais por via do “reaproveitamento” de espaços sem uso, e sem aumento de recursos humanos do Município.

Implementação/consolidação do programa de workshops e oficinas Lúdico-Pedagógicas

Foram reforçados e afinados modelos de gestão de duas modalidades de oficinas com cariz formativo:

- Oficinas lúdico-pedagógicas do Museu Municipal: Concebidas, produzidas e executadas pelo Museu Municipal, direccionadas especialmente aos públicos infanto-juvenis. Os encargos assentam na aquisição de bens mínimos, que são ressarcidos com o pagamento de inscrição. São oficinas temáticas, sintonizadas com celebrações anuais e com a exposição temporária;
- Workshops/Oficinas: Em 2011 decorreram várias oficinas com sede na Casa do Administrador e da Oficina de Artes, a exemplo de oficinas de fotografia, cerâmica, teatro, pintura etc... tentando responder a uma pluralidade de interesses.

Intervenção no Património Cultural do Município

- Programação, projecto e execução em patrimónios tutelados pelo Município de Ourém: São exemplos as calçadas do Centro Histórico (intervenção concluída em 2011); Programa e projecto no edifício – sede do Museu (aguarda execução, por administração directa); Plano de conservação da Cripta; Conservação e restauro do acervo móvel do Museu Municipal. Programa funcional e modelo de gestão da Galeria Municipal;
- Programação, projecto e acompanhamento técnico a entidades sedeadas do Município: A título de exemplo foram prestados apoios técnicos à Junta de Freguesia de Espite (conservação e arquivo dos livros de actas); proposta de interpretação de ruína arqueológica (Junta de Freguesia de Seiça); Proposta de beneficiação de espaços públicos (Junta de Freguesia de Cercal); Plano de conservação da antiga Colegiada de Ourém (Paróquia de N.^a Sr.^a das Misericórdias); Plano de conservação da Capela do Testinho (Estreito – Urqueira); Programa, projecto e acompanhamento técnico à recuperação da Capela da Perucha – Freixianda.

Regista-se um reforço do apoio técnico municipal direto, minimizando-se o recurso a outsourcing com o objetivo de controlar os custos inerentes ao processo de concepção e acautelando eventuais danos nos patrimónios.

Rubricas/Manifestações culturais e científicas

Nomeadamente o ACONTECE, que primou pela diversidade de oferta de qualidade para pequenos formatos, com públicos e uma importante participação e debate nas diferentes dinâmicas.

Aumento do acervo museológico, bibliográfico e documental do Município

Incorporados e tratados pelo Museu Municipal, pela Biblioteca Municipal e pelo Arquivo, tais como: colecção de brinquedos de 2000 peças; incorporação da vasta colecção da Casa de Ourém; incorporação de livros (alguns antigos e raros) e de relevância para a documentação da história e cultura ourense.

Sinopse de iniciativas desenvolvidas

Biblioteca Municipal

- Pesquisa e concepção dos conteúdos da Exposição “Memórias da Livraria e Editora Som da Tinta: um espaço de cultura e debate”, inaugurada a 12 de Fevereiro;
- Acompanhamento do processo de doação da Biblioteca Pessoal de António Rodrigues Baptista à Biblioteca Municipal;
- Elaboração de candidatura no âmbito do Programa Gulbenkian de Língua Portuguesa – Projectos de promoção da leitura;
- Colaboração no I Concurso Concelhio de Leitura, com todos os Agrupamentos de Escolas e Colégios do Concelho;
- Reorganização dos serviços e espaços funcionais da Biblioteca Municipal e inauguração dos espaços multimédia e infantil. Apresentação pública em 15.2.2011. Implementação da “Bebeteca” no espaço infantil
- Catalogação de aquisições e ofertas à BMO;
- Projecto mensal de livros em itinerância – Bibliomóvel;
- "Fora da estante" - destaque temático de livros (mensal);
- Permuta de publicações com outras entidades;
- Conclusão do registo de livrarias/pontos de difusão de livros na região (para posterior difusão da bibliografia do Município);
- Rubrica "(Con)tributos" (tertúlias com escritores convidados), de 2 em 2 meses;
- Projecto de Verão “A Biblioteca vai à Piscina”;
- Organização e participação nas reuniões de trabalho do Grupo de Trabalho Concelhio da Rede de Bibliotecas do Município de Ourém;
- Recolha e distribuição de livros do som da tinta pelas bibliotecas/postos de leitura do Município;
- Nova cotação/Etiquetagem de material não livro já tratado (conversão retrospectiva).
- Feira do Livro – 2011 (de 21 a 27 de Março):

- Em destaque: presença dos escritores recomendados pelo Plano Nacional de Leitura Teresa Guimarães, Natália Bebiano, António Piedade, Augusto Carlos, do escritor oureense Carlos Frias de Carvalho e do vencedor do Prémio de Melhor Romance em 2010, Rui Cardoso Martins (jornalista do Público e escritor humorista das Produções Fictícias).
- Parcerias com a Insignare, o Clube de Cultura e Artes da Escola Secundária e Básica de Ourém, a Orquestra de Clarinetes da Ourearte, o Clube de Português do Centro de Estudos de Fátima e a UC Band de Coimbra; Concurso Concelhio de Leitura.
- Realização de Acção de Sensibilização “A importância da Higiene Oral nas crianças” no dia 9 de Abril. Comemoração do Dia Mundial da Saúde.
- Sessão de Psicomotricidade na Biblioteca Municipal de Ourém, destinada a crianças até aos 6 anos, no dia 18 de Junho;
- Tratamento documental material não livro do Agrupamento de Escolas da Freixianda.

Arquivo municipal

Neste sector, foi levado a cabo trabalho de tratamento, organização e classificação de documentos, o que se resume do seguinte modo:

- Número de requisições de documentos. 332;
- Recenseamento, registo e inventário do acervo documental da Casa de Ourém;
- Continuação da introdução de dados relativos aos conjuntos documentais na plataforma digital do Arquivo Municipal.
- Tratamento conservativo de documentos do Fundo do Administrador;
- Apoio à Junta de Freguesia de Espite na conservação e acondicionamento de livros de actas e correspondência do século XIX/XX.

Museu Municipal. Galeria e Património Cultural

- Programação e acompanhamento das exposições mensais na Galeria Municipal;
- Rubrica “Acontece no Museu” – 7 edições;
- 1179 visitas guiadas ao Centro Histórico e 2874 visitas às exposições da Galeria.
- Inventário e tratamento conservativo de brinquedos e peças etnográficas do acervo do MMO;
- Programação e trabalhos de reabilitação e interpretação das Calçadas Históricas – Centro Histórico;
- Visitas guiadas a patrimónios do Município;
- Fornecimento de informação e apoio técnico a públicos/estudantes/investigadores, sobre o Património, a História e as expressões culturais de Ourém;
- Realização das oficinas lúdico-pedagógicas produzidas pelo serviço educativo do Museu Municipal (foram realizadas aproximadamente 33 oficinas); registaram-se 903 participantes;
- Realização de workshops no Museu Municipal, com a participação de 350 participantes;
- Acolhimento de Oficinas realizadas por especialistas em vários domínios do saber (Teatro, Vídeo, Literatura, Línguas estrangeiras...);
- Exposição de Brinquedos no MMO;
- Ciclos de cinema, com sessões semanais no Museu Municipal – Casa do Administrador e (durante Julho e Agosto) no Largo Dr. Agostinho Albano de Almeida. Registou-se 352 espectadores.
- Implementação do projecto “o Museu em volta”, com itinerância das exposições temporárias.
- Parecer técnico relativo à recuperação da Capela do Testinho – Estreito, Urqueira.
- Programa e projeto de recuperação da Capela da Perucha – Freixianda; elaboração de conteúdos para a candidatura de financiamento PRODER, acompanhamento técnico da obra.

- Acompanhamento das escavações arqueológicas em curso no Centro Histórico (de iniciativa privada – Projecto hoteleiro);
- 6ª edição das Férias Arqueológicas no Centro Histórico de Ourém, de 5 a 9 de Abril;
- Pareceres e apoio técnico em processos de recuperação/valorização patrimonial (sítio arqueológico em Seiça, fontes de Gondemaria...)
- Relatório técnico de intervenção de conservação e restauro, do Pelourinho do Centro Histórico e Galeria Municipal;
- Reabilitação da Cripta - Centro Histórico;
- Estudo e elaboração de conteúdos no âmbito da revisão do PDM – Património Arqueológico e arquitetónico.
- Estudo e concepção de programa de intervenção em Moinho da Fazarga.
- Apoio técnico ao Projecto de Arquitectura do edifício localizado na Rua S. José – Centro Histórico da Fundação Oureana.
- Execução de projecto “Centro de Educação Ambiental” – QUERCUS;
- Limpeza e inventário de peças arqueológicas provenientes do acompanhamento arqueológico da estrada N113 (Seiça);
- Organização, em parceria com o CEPAE, do 1.º Congresso de História e Património da Alta Estremadura, em parceria com o CEPAE (de 28 a 30 de Outubro);
- Ciclos Rurais do CEPAE - O espaço rural em Olival/Ourém – 25 de Junho.
- Conceção de programa e projeto de reabilitação do edifício sede do Museu Municipal.

Acção Cultural

- Preparação 25 de Abril (cerimónia oficial);
- Continuação da actividade “maratona fotográfica” e “Passeios Fotográficos”;
- Gestão do espaço adjacente aos Paços do Concelho (exposições) – 10 exposições;
- Programação conjunta com a OuremViva, da Semana das Florestas e da celebração do Ano Internacional das Florestas;
- Agenda mensal de acção cultural;

- Gestão e acompanhamento das actividades a realizarem na Oficina de Artes em Vale da Perra;
- Co-Organização do desfile de Carnaval;
- Co-Organização do da Via-sacra;
- Apoio ao projecto para a realização de edição em Ourém de projecto – a Escola de Pintura “Il Pittore Italiano”;
- Participação na preparação do Festival Internacional de Cinema “Tolerância e diálogo de culturas”;
- Projecto “Comemoração do Dia dos Avós”;
- Lançamento de Voucher – Produto Turístico do Museu Municipal de Ourém;
- Estudo e elaboração de conteúdos no âmbito da revisão do PDM – Equipamentos de cultura, desporto e lazer;
- Conceção de projeto de intervenção na Praça Mouzinho de Albuquerque.

Associativismo, Desporto e Juventude

- Organização do Encontro de Mérito Associativo – dia 15 de Julho;
- Organização/análise do apoio ao Associativismo 2010 e 2011;
 - Foram identificadas 93 associações com atividade em 2009;
 - 61 Associações procederam ao registo;
 - 54 Associações apresentaram candidatura;
- Gestão e acompanhamento administrativo às associações;
- Acompanhamento do Gira-volei;
- Acompanhamento do processo “Chamar a Música (convite da Endemol ao Município);
- Apoio/Articulação com Loja Ponto Já.

2.3.4 – Divisão de Gestão Urbanística

A Divisão de Gestão Urbanística encontrava-se certificada pelo IQNET, desde Março de 2005, ao abrigo da Norma NP EN ISSO 90001:2000. Este trabalho de

implementação da qualidade baseia-se nos seguintes vectores: satisfação do munícipe, cumprimento da legislação, formação, inovação e modernização.

No decurso de 2010, face aos custos inerentes à manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade, comunicou-se à APCER a decisão da cessação da prestação dos serviços de certificação, pelo que o referido serviço municipal não dispôs de certificação da qualidade em 2011.

A actividade desenvolvida na Divisão de Gestão Urbanística (DGU) tem como finalidade principal, o licenciamento/admissão/autorização de operações urbanísticas.

A seguir descrevem-se as principais vertentes desta actividade:

- Apreciação e informação de processos respeitantes a pedidos relativos a controlo prévio de licenciamento, de comunicações prévias e de autorização de utilização. Esta análise é feita, verificando o enquadramento dos processos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, e na legislação e normas em vigor.
- Realização de vistorias, com vista à concessão de licenças de utilização, ao abrigo do DL n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as respectivas alterações.
- Análise e informação de Pedidos de Certidões, com vista à certificação (certidões de destaque, de propriedade horizontal, etc.).
- Análise e informação de exposições, pedidos de esclarecimentos, área de parcela edificável, reclamações, denúncias, ou outras, relacionadas com assuntos da DGU.
- Emissão de alvarás de licença de obras/utilização.

Atendimentos efectuados pelos colaboradores da DGU:

Os técnicos da DGU efectuam atendimento diariamente, perfazendo, em 2011, um total de 2540 atendimentos (dados retirados das agendas de atendimento e dos relatórios mensais elaborados por cada um).

O aumento em relação a 2010 deve-se ao facto, de esclarecer técnicos e munícipes/requerentes antes da instrução dos processos, e também pelo facto, dos

processos serem recebidos pelos técnicos no sentido de se fazer uma análise para verificar se o mesmo se encontra bem instruído.

Relativamente aos atendimentos efectuados pelo Balcão de Atendimento da DGU, apurou-se um total de 8.400 atendimentos (12.022 atendimentos em 2010).

Quadro – Alvarás emitidos (por tipo)

Alvarás emitidos por tipo	Quantidades		Variação	
	2010	2011	Absoluta	(%)
Ocupação de Via Pública	21	18	-3	-14,29
Obras	292	262	-30	-10,27
Demolição	14	11	-3	-21,43
Utilização	268	263	-5	-1,87
Utilização de Fracção Autónoma (Licença de exploração industrial)	5	0	-5	-100,00
Loteamentos sem obras de Urbanização	1	1	0	0,00
Trabalhos de remodelação de terrenos	4	1	-3	-75,00
Especial de Acabamentos (artigo 88)	5	5	0	0,00
Combustíveis	3	0	-3	-100,00
Título de Exploração – Licença Industrial	0	1	1	--
Título Exp. Lic. Industrial - Leg Antiga	4	7	3	75,00
Certidão de Destaque	1	12	11	1100,00
Obras de Urbanização	0	1	1	--
Adiantamento de Alvarás de Loteamento	0	5	5	--
Adiantamento Alvarás de Obras	0	10	10	--
Comunicações Prévias Emitidas	0	28	28	--

Quadro – Requerimentos (por tipo) recebidos pelos serviços da DGU

Requerimento por tipo de pedido (totais)	Quantidades		Variação	
	2010	2011	Absoluta	(%)
501 - Pedido de Destaque	7	10	3	42,86
503 - Ocupação da Via Pública	23	21	-2	-8,70
506 - Pedido de Informação Prévia - edificação	20	36	16	80,00
508 - Pedido de Autorização de Utilização	261	255	-6	-2,30
512 - Pedido de Licenciamento Op. Loteamento	5	14	9	180,00
513 - Pedido de Licenciamento	352	310	-42	-11,93
515 - Projectos de Especialidade	221	266	45	20,36
528 - Pedido Licenciamento Instalação Combustíveis	5	7	2	40,00
533 - Pedido de Substituição	79	86	7	8,86
535 - Anexação de Elementos ao Projecto	9	7	-2	-22,22
538 - Prorrogação Alvará/Comunicação Prévia	77	87	10	12,99

Quadro – Requerimentos (por tipo) recebidos pelos serviços da DGU

Requerimento por tipo de pedido (totais)	Quantidades		Variação	
	2010	2011	Absoluta	(%)
549 - Pedido de Emissão de Alvará de Utilização	273	267	-6	-2,20
558 - Pedido de área de Parcela Edificável	5	6	1	20,00
560 - Obras de Urbanização	1	3	2	200,00
561 - Comunicação Prévia - Obras	27	56	29	107,41
567- Remodelação de Terrenos	12	8	-4	-33,33
568 - Pedido de Emissão de Alvará	301	312	11	3,65
572 - Pedido de Averbamento - Combustíveis	1	1	0	0,00
574 - Pedidos Vários - Licenciamento Industrial	10	8	-2	-20,00
575 - Pedido de Vistoria -Licenciamento Industrial	1	2	1	100,00
576 - Registo de Alojamento Local	26	10	-16	-61,54
582 - Pedido Autorização Localização - Pedreiras	4	0	-4	-100,00
583 - Pedido de Licenciamento de Pedreiras	5	0	-5	-100,00
586 - Pedido Auditoria Empreendimento Turístico	3	2	-1	-33,33
700 - Pareceres Entidades	30	11	-19	-63,33
701 - Ficha Técnica de Habitação	30	18	-12	-40,00
702 - Declaração Prévia - DL - 259/07	30	34	4	13,33
703 - Declaração Prévia - Restauração e Bebidas	81	72	-9	-11,11
706 - Pedido Certidão Propriedade Horizontal	4	4	0	0,00
707- Pedido de Vistoria	2	0	-2	-100,00
708 - Pedido de Recepção Provisória/ Definitiva	2	3	1	50,00
709 - Informação Técnica	2	0	-2	-100,00
711 - Pedido de Emissão de Licença de Exploração	1	0	-1	-100,00
712 - Pedido de Vistoria a Obras Degradadas	2	0	-2	-100,00
713 - Declaração de Impacte Ambiental	8	22	14	175,00
714 - Declaração de Interesse Público	1	2	1	100,00
715 - Entrada SGD	31	32	1	3,23
716 - Pedido Autorização Instalação - Industrias	6	3	-3	-50,00
718 - Exposição	467	333	-134	-28,69
Pedido Autorização Alteração de Utilização	12	0	-12	-100,00
Pedido Emissão Alvará Loteamento/Urbanização	4	0	-4	-100,00
Pedido de Averbamento de Requerente	22	0	-22	-100,00
Pedido de Emissão de Alvará - DL 555/99	32	0	-32	-100,00
Prorrogação Alvará - 445/91	3	0	-3	-100,00
Pedido de Informação Prévia - Loteamentos	0	1	1	--
Renovação Licença ao Abrigo do art.º 72º	0	1	1	--
Pedido de Escavação e Contenção Periférica	0	1	1	--

Quadro – Requerimentos (por tipo) recebidos pelos serviços da DGU

Processo por tipo de pedido (totais)	Quantidades		Variação	
	2010	2011	Absoluta	(%)
501 - Pedido de Destaque	7	12	5	71,43
503 - Ocupação da Via Pública	18	19	1	5,56
506 - Pedido de Informação Prévia - edificação	20	36	16	80,00
508 - Pedido de Autorização de Utilização	3	13	10	333,33
512 - Pedido de Licenciamento Op. Loteamento	5	14	9	180,00
513 - Pedido de Licenciamento	344	304	-40	-11,63
528 - Pedido Licenciamento Instalação Combustíveis	5	6	1	20,00
558 - Pedido de área de Parcela Edificável	5	6	1	20,00
560 - Obras de Urbanização	1	3	2	200,00
561 - Comunicação Prévia - Obras	27	51	24	88,89
567- Remodelação de Terrenos	12	8	-4	-33,33
574 - Pedidos Vários - Licenciamento Industrial	3	0	-3	-100,00
576 - Registo de Alojamento Local	3	0	-3	-100,00
582 - Pedido Autorização Localização - Pedreiras	1	0	-1	-100,00
583 - Pedido de Licenciamento de Pedreiras	3	0	-3	-100,00
586 - Pedido Auditoria Empreendimento Turístico	1	1	0	0,00
702 - Declaração Prévia - DL - 259/07	6	10	4	66,67
703 - Declaração Prévia - Restauração e Bebidas	21	14	-7	-33,33
706 - Pedido Certidão Propriedade Horizontal	2	0	-2	-100,00
707- Pedido de Vistoria	1	1	0	0,00
712 - Pedido de Vistoria a Obras Degradadas	2	0	-2	-100,00
716 - Pedido Autorização Instalação - Industrias	2	0	-2	-100,00
718 - Exposição	1	0	-1	-100,00
Pedido Autorização Alteração de Utilização	12	0	-12	-100,00

2.3.5 – Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação

Os indicadores de atividade comprovam que em 2011 houve um aumento do volume de trabalho, tendo-se mantido inalterado o número de recursos humanos afetos a esta área funcional.

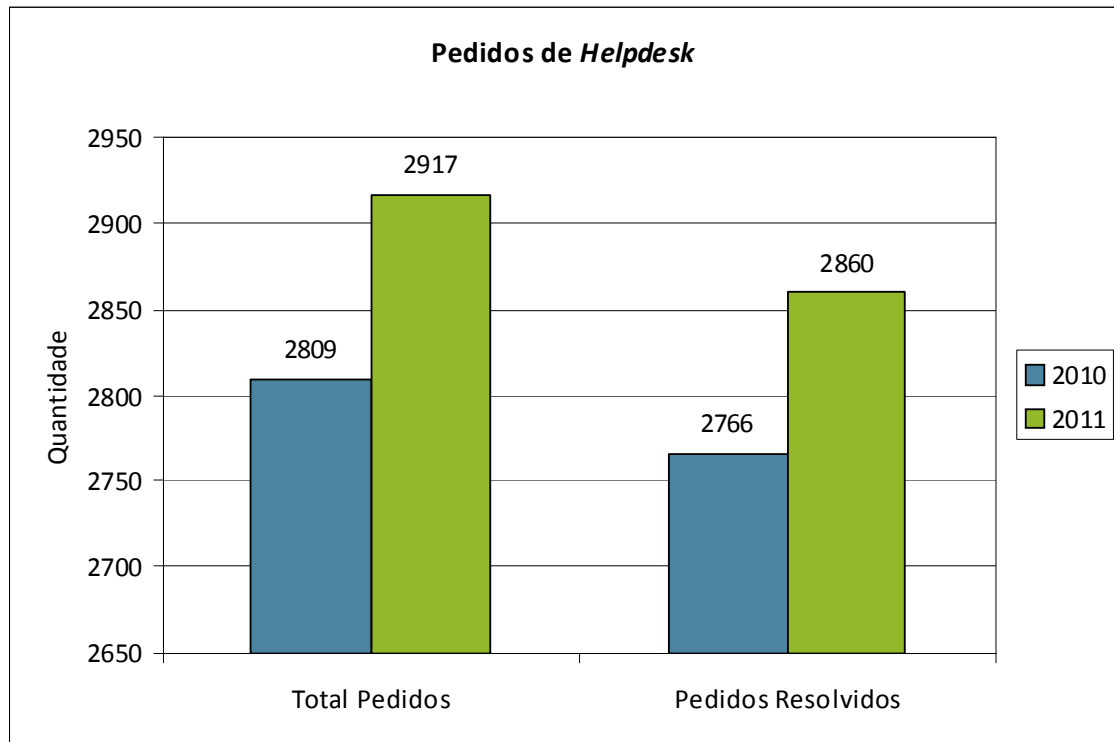
Por outro lado, existiram durante o ano alguns factos marcantes que merecem destaque neste relatório:

- a) Pela primeira vez, foi dada a possibilidade de se efetuar o pagamento das taxas referentes a publicidade por multibanco/homebanking.

- b) No período em análise foi concluída a primeira fase do projeto de modernização administrativa de Ourém, que se caracteriza pelo levantamento e inventariação de todos os procedimentos administrativos das quatro áreas com maior impacto na vida dos munícipes: taxas e licenças; expediente; urbanismo/obras particulares e ambiente.
- c) Em meados de 2011 foram instalados novos equipamentos para impressão e cópia, que permitiram uma redução superior a 30% no custo unitário da cópia a cores. Para além da redução de custo, estes equipamentos trouxeram outras vantagens tais como a deteção automática de cópia a cores ou preto e branco, todas as impressões apenas se realizam mediante a introdução das credenciais do utilizador. Esta última impede a existência de impressões que depois não são levantadas evitando o consequente desperdício de papel e permite a impressão de documentos confidenciais para impressoras partilhadas.
- d) A abertura de novos Centros Escolares no final de 2011 induziu a instalação e configuração cerca de 150 computadores, 10 impressoras, 25 telefones VOIP, 5 sistemas de vídeo-vigilância e vários ativos de rede.
- e) Consolidação de sistemas com recurso a virtualização. Foram transferidos para máquinas virtuais um total de 10 servidores, repartidos por duas máquinas físicas. Deste modo, consegue-se uma melhor rentabilização dos equipamentos existentes e, ao mesmo tempo, prestar aos nossos utilizadores um melhor serviço.
- f) Em 2011 foram desenvolvidos internamente alguns sistemas e/ou softwares de entre os quais salientamos o SGCI (Sistema de Gestão e Controlo de Impressoras), o Sistema para envio de SMS a partir do ERP Autárquico AIRC, o "Miligrana" (programa para preparação do CD com os documentos necessários à instrução de um processo de obras particulares).

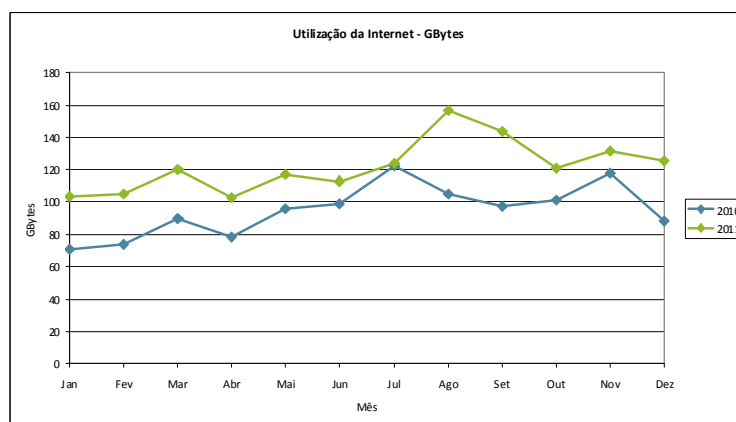
Indicadores de Atividade

Serviço de Helpdesk



Em 2011 assistimos a um incremento no número de intervenções de *helpdesk* em cerca de 4% quando comparado com o ano anterior. A taxa de resolução dos pedidos manteve-se em 98%.

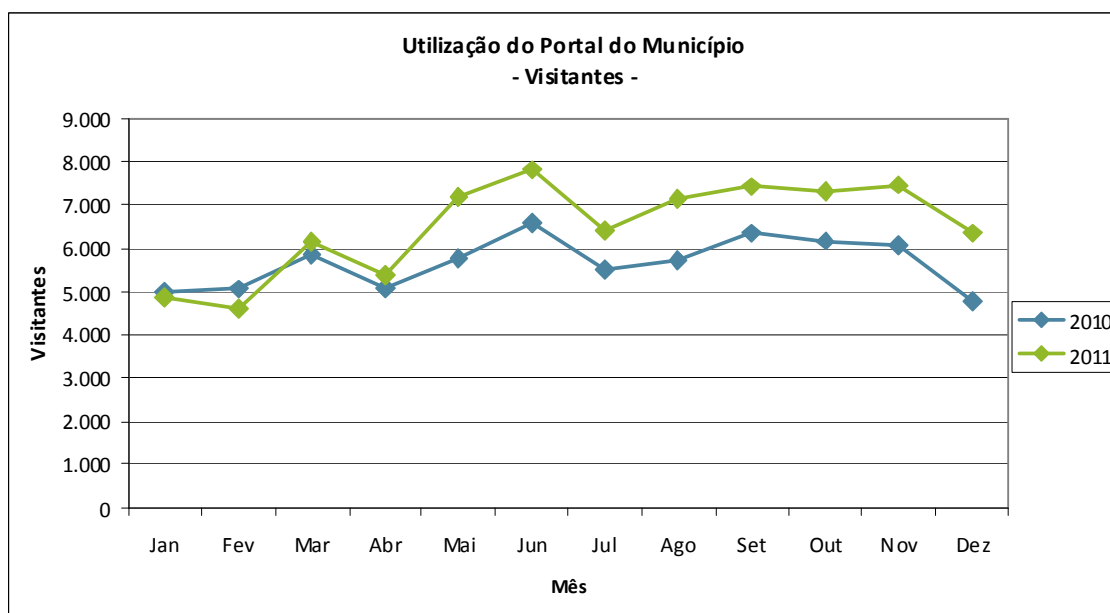
Tráfego Internet



Como reflexo de um maior número de serviços suportados por meios electrónicos, temos um aumento de 28% no tráfego de Internet, tendo ficado numa média mensal de 122Gbytes.

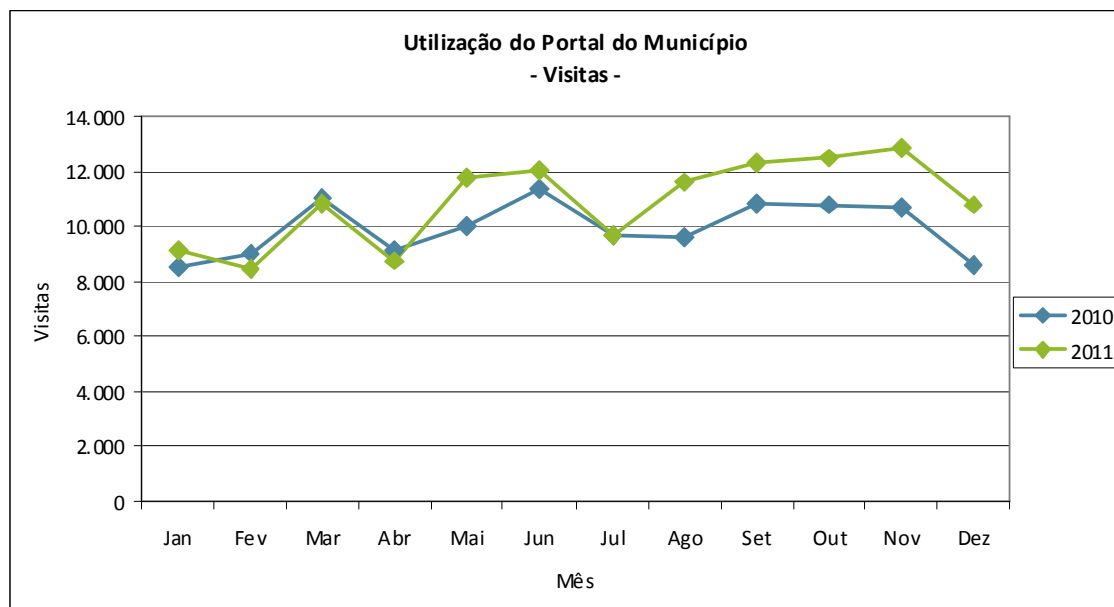
Portal Municipal

No início de 2011 foi lançado uma nova versão do portal municipal. Desde março que o número de visitantes tem crescido quando comparado com os períodos homólogos do ano anterior. Em 2011 o portal municipal teve mais 10.118 visitantes que no ano anterior, correspondendo a um aumento de 15%.



Como cada visitante pode fazer mais do que uma visita ao portal, apresentamos de seguida os dados relativos a visitas.

Em 2011 o portal municipal teve mais 11.376 visitas que no ano anterior, correspondendo a um aumento de 10%.



2.3.6 – Serviço Municipal de Proteção Civil

O concelho de Ourém, está sujeito a vários tipos de vulnerabilidades que podem fragilizá-lo, potenciando os seus riscos, decorrentes não só de causas naturais e tecnológicas, como da sua situação sócio-geográfica, da concentração de pessoas, bens e infraestruturas, meios de produção e serviços, entre outros.

Nesse sentido o Município de Ourém criou há uns anos o Gabinete de Segurança e Proteção Civil, através do qual tem vindo a desenvolver a sua política municipal de segurança, no âmbito da Proteção Civil.

A atuação na luta contra as catástrofes deve ter um cunho eminentemente local, por razões de ordem prática e porque a abordagem espacial restrita propicia um conhecimento mais direto e exato dos cidadãos, do seu grau de preparação face aos riscos a que estão sujeitos e ainda das suas próprias representações sociais, fatores indispensáveis para uma atuação que se pretende eficaz.

Na sequência do acordo realizado entre a agência para a Prevenção de Incêndios Florestais e o Município de Ourém, foi criada, no dia 04 de novembro de 2004, a Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios e posteriormente, em 01 de março de 2005, a entrada em funcionamento o Gabinete Técnico Florestal.

Com a publicação do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil, o Gabinete Técnico Florestal foi inteiramente integrado no Serviço Municipal de Proteção Civil.

Proteção Civil

Enquadramento Institucional

De acordo com o artigo 10.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, compete ao Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal e nacional.

No âmbito dos seus poderes de *planeamento e operações*, dispõe o SMPC das seguintes competências:

- Acompanhar a elaboração e atualização do plano municipal de emergência e os planos especiais, quando estes existam;
- Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC;
- Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no município, com interesse para o SMPC;
- Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequência dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude e do local previsível da sua ocorrência; promover a cartografia do concelho de modo a prevenir, quando possível, as manifestações de risco, avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;
- Manter a informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência,

às medidas adotadas para fazer face às consequências; avaliação da eficácia das ações empreendidas em cada caso;

- Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situações de emergência;
- Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situações de emergência;
- Elaborar planos prévios de intervenção, preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;

Resumo das atividades

Lista de documentos elaborados

- Plano Municipal de Emergência do concelho de Ourém (em fase de elaboração):
 - a. Levantamentos de dados no terreno;
 - b. Tratamento dos dados;
 - c. Elaboração de mapas;
 - d. Preparação da base de dados com a Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território;
 - e. Análise de risco.
- Celebração de protocolo respeitante à aquisição da Viatura Especial de Combate a Incêndios, entre o Município de Ourém e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém;
- Elaboração do protocolo entre o Município, a Veolia – Águas de Ourém e a Associação de Radioamadores do Distrito de Leiria;
- Elaboração do protocolo para georreferenciação da sinistralidade rodoviária no concelho de Ourém, entre o município e a Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Tomar;

- Celebração dos protocolos entre o Município de Ourém e as diversas Associações Humanitárias de Bombeiros, no que concerne ao apoio com as despesas de funcionamento.

Tarefas Operacionais

- Colaboração em exercícios e simulacros em estabelecimentos de ensino e empresas localizadas no concelho de Ourém;
- Acompanhamento e resolução de situações de perigo coletivo;
- Coordenação entre várias entidades e organismos na Operação Migrante 2011 – Fátima, entre os dias 12 a 15 de agosto;
- Desenvolvimento e acompanhamento da Operação Festa dos Afetos 2011, no âmbito da segurança do espetáculo;
- Participação e apoio na concretização do Curso Elementar de Gestão de Campo de Deslocados, ministrado pela Associação Nacional de Alistados da Formação Sanitária (ANAFS);
- Participação no *briefing* técnico-operacional distrital, no Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém;
- Acompanhamento e resolução de ocorrências, nomeadamente inundações, aluimento de terras, abate de árvores, entre outros, no concelho de Ourém;
- Acompanhamento e participação no Exercício Multivítimas – Rotunda Sul – Fátima, em conjunto com a Corporação dos Bombeiros Voluntários de Fátima;
- Preparação, acompanhamento e execução do exercício internacional ANAFS-GREM 2011 Ourém;
- Participação em jornadas temáticas na área da Proteção Civil;
- Análise conjunta com a empresa Veolia – Águas de Ourém, sobre locais estratégicos para instalações futuras de marcos de água, no concelho de Ourém;
- Elaboração do processo de candidatura ao Projeto “Centro Municipal de Proteção Civil de Ourém” no âmbito do Regulamento Específico – Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Materiais;
- Atendimento semanal aos munícipes.

Gabinete Técnico Florestal

Enquadramento Institucional

A constituição do Gabinete Técnico Florestal (GTF), a funcionar desde março de 2005, resulta de um acordo entre o município de Ourém e o Ministério de Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Durante o presente ano foi estabelecido um contrato programa com a empresa municipal OuremViva de modo a operacionalizar este Gabinete, estando dois colaboradores destacados nas instalações do Serviço Municipal de Proteção Civil.

O objetivo do GTF consiste em desenvolver tarefas de planeamento, operacionais, de gestão e controlo, administrativas e de formação e treino, entre as quais:

- Elaboração e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Plano Operacional Municipal, participação nos processos de planeamento e de ordenamento dos espaços rurais e florestais;
- Acompanhamento dos programas de ação previstos no Plano de Desenvolvimento Florestal, centralização da informação relativa a incêndios florestais, promoção do cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, acompanhar e divulgar o índice diário do risco de incêndio florestal, relacionamento com as entidades públicas e privadas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (DFCI), coadjuvar o Exmo. Sr. Presidente da Câmara na Comissão Municipal de Proteção Civil em reuniões e situação de emergência;
- Supervisão e controlo das obras municipais e subcontratadas relativas à DFCI, construção e gestão do sistema de informação geográfica para DFCI, gestão da base de dados para DFCI, envio de propostas e pareceres de DFCI;
- Elaboração de relatórios de atividade relativos aos programas de ação previstos no plano de defesa da floresta; elaboração de informações periódicas (mensais)

acerca dos incêndios ocorridos no município, elaboração de informação especial sobre os grandes incêndios.

Tarefas Operacionais

- Levantamento das áreas ardidas através de GPS e correção em Sistema de Informação Geográfica (setembro a outubro);
- Desenvolvimento das faixas de gestão de combustível com a EDP;
- Acompanhamento do processo das câmaras de videovigilância e elaboração de relatório referente às mesmas;
- Revisão dos Pontos de Água do concelho, em conjunto com a Força Especial de Bombeiros (FEB);
- Programação e acompanhamento do projeto “Videovigilância de Incêndios Florestais 2011 – Ourém”, Voluntariado Jovem para as Florestas;
- Acompanhamento, ao longo do período crítico, das ocorrências de incêndios florestais no concelho de Ourém e zonas limítrofes;
- Programação e participação em ações de sensibilização em feiras e mercados, sobre a temática “Incêndios Florestais”;
- Apoio e participação, nos processos de contraordenação respeitantes a queimas de sobranes agrícolas e florestais;
- Dar seguimento aos requerimentos apresentados diariamente pelos munícipes, em relação à limpeza de vegetação herbácea e arbustiva, árvores em risco de queda e alteração do revestimento vegetal, entre outros;
- Atendimento semanal aos munícipes;
- Execução dos programas de ação previstos nos Planos Operacionais Municipais;
- Colaboração no estudo do abandono agroflorestal e os processos de defesa da Floresta contra incêndios à escala municipal;
- Construção da base de dados das ocorrências de incêndios florestais;

- Acompanhamento de candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional, designadamente, construção e beneficiação de pontos de água, beneficiação de rede viária florestal, limpeza de vegetação herbácea e arbustiva.

Comandante Operacional Municipal

Enquadramento Institucional

De acordo com o artigo 14.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, compete em especial ao Comandante Operacional Municipal:

- Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho;
- Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;
- Promover reuniões periódicas de trabalho sobre materiais de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros;
- Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município;
- Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;
- Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um grupo de bombeiros.

3. Análise Orçamental

3.1 Evolução do orçamento da receita por classificação económica

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Impostos directos	6.729.334,47	7.020.215,66	4,32	7.262.116,39	3,45
Imposto municipal sobre imóveis	3.195.538,91	3.736.265,59	16,92	4.216.961,00	12,87
Impostos municipal sobre veículos	647.956,36	681.181,17	5,13	819.027,81	20,24
Impostos municipal sobre transmissões	1.950.456,64	2.040.682,08	4,63	1.474.433,31	-27,75
Derrama	863.312,54	527.631,23	-38,88	652.495,09	23,66
Impostos abolidos	72.070,02	34.455,59	-52,19	99.199,18	187,90
Impostos diversos	0,00	0,00	-	0,00	-
Impost. indirectos, taxas, multas ...	1.850.803,20	1.727.585,23	-6,66	2.623.775,30	51,88
Mercados e feiras	130.998,64	121.081,30	-7,57	157.268,01	29,89
Loteamentos e obras	731.620,28	441.947,56	-39,59	429.514,65	-2,81
Ocupação da via pública	5.205,94	2.408,00	-53,75	1.852,70	-23,06
Publicidade	45.843,92	78.337,08	70,88	77.429,18	-1,16
Saneamento	758.910,37	934.240,38	23,10	1.058.046,73	13,25
Multas	75.666,09	59.545,89	-21,30	826.557,49	1288,10
Outras	102.557,96	90.025,02	-12,22	73.106,54	-18,79
Rendimentos de Propriedade	1.471.534,99	1.751.147,67	19,00	1.608.493,64	-8,15
Transferências correntes	9.785.214,96	12.332.614,58	26,03	11.595.403,86	-5,98
Administração Central - Estado	9.448.057,73	12.152.171,01	28,62	11.407.287,76	-6,13
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	129.952,03	50.983,49	-60,77	46.392,20	-9,01
Outras (transferências correntes)	207.205,20	129.460,08	-37,52	141.723,90	9,47
Venda de bens e serviços correntes	1.849.307,18	1.824.644,98	-1,33	1.956.879,97	7,25
Venda de bens	15.914,34	10.429,57	-34,46	9.102,95	-12,72
Serv. sociais recreat., cult. e de desporto	6.440,60	593,00	-90,79	10.036,00	1592,41
Saneamento - Ligação	122.283,90	79.633,54	-34,88	147.029,37	84,63
Resíduos Sólidos	1.431.123,67	1.455.754,80	1,72	1.612.370,41	10,76
Trabalhos por conta de particulares	22.309,79	45.332,14	103,19	13.071,26	-71,17
Cemitérios	11.211,50	27.759,43	147,60	24.371,83	-12,20
Parques de estacionamento	82.591,69	13.357,42	-83,83	0,00	-100,00
Rendas	84.616,65	79.412,97	-6,15	52.021,03	-34,49
Outras (venda de bens e serv. correntes)	72.815,04	112.372,11	54,33	88.877,12	-20,91

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Outras receitas correntes	279.833,33	302.065,45	7,94	279.618,89	-7,43
Venda de bens de investimentos	4.856.520,80	4.805.480,00	-1,05	5.677.746,00	18,15
Transferências de capital	5.263.245,09	7.878.792,08	49,69	10.190.802,57	29,34
Administração Central - Estado	4.575.416,20	4.551.719,30	-0,52	4.033.412,99	-11,39
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	687.829,89	3.321.597,78	382,91	6.147.689,58	85,08
Outras (transferências de capital)	0,00	5.475,00	--	9.700,00	--
Activos financeiros	0,00	0,00	--	585.665,01	--
Passivos financeiros	12.970.000,00	2.652.552,69	-79,55	1.857.660,25	-29,97
Outras receitas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Rep. não abatidas nos pagamentos	395,46	3.311,74	--	324,06	-90,21
Total	45.056.189,48	40.298.410,08	-10,56	43.638.485,94	8,29
Total ¹	27.229.668,68	32.840.377,39	20,61	36.103.079,69	9,94

¹ Receitas Totais (excluindo os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento e de passivos financeiros)

Impostos directos

Compreende as receitas advindas dos impostos directos municipais estabelecidos na lei das finanças locais, designadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Municipal sobre Veículos, o Imposto Municipal sobre Transmissões e a Derrama.

As receitas relativas a estes impostos, as quais apresentaram, nos últimos anos, uma notória tendência para o acréscimo, excepção efectuada ao ano económico de 2009, apresentam um aumento na ordem dos 3,5%, que em termos absolutos significa um aumento das receitas desta natureza na ordem dos 241,9 mil euros.

Para a referida circunstância contribuíram os aumentos verificados no imposto sobre imóveis (12,9%), imposto municipal sobre veículos (20,2%), derrama (23,7%) e impostos abolidos (188%).

Em sentido oposto será de registar a quebra verificada no imposto sobre transmissões onerosas (-27,8%), que em termos absolutos significou um decréscimo destas receitas

num valor ligeiramente superior a 566,2 mil euros, reflectindo a conjuntura económica nacional adversa, particularmente na área do setor imobiliário.

Impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades

Os impostos indirectos compreendem as receitas que recaem, exclusivamente, sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais, nomeadamente, as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se neste capítulo as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.

Estas receitas denotam um acréscimo próximo de 52%, essencialmente por influência do aumento das receitas reportadas a mercados e feiras (29,9%), saneamento (13,3%) e multas (1.288%, variação absoluta na ordem dos 767 mil euros). Ao invés, observa-se uma diminuição das receitas com ocupação da via pública (-23%), loteamentos e obras (-2,8%) e publicidade (-1,2%).

De referir que as receitas referentes a loteamentos e obras assinalam uma variação absoluta negativa ligeiramente superior a 1,056 milhões de euros se efetuada comparação com o ano económico de 2006, ou seja, no referido ano as receitas neste âmbito, a preços correntes, eram 3,5 vezes superiores às ocorridas em 2011.

As receitas desta natureza com maior representatividade são as resultantes do saneamento (1,058 milhões de euros) e multas (826,6 mil euros).

Rendimentos de Propriedade

Compreende as receitas provenientes do rendimento de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de activos não produtivos, nomeadamente terrenos e activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Estes rendimentos apresentam uma quebra, face ao período homólogo do ano anterior, na ordem dos 8%, atingindo um valor ligeiramente superior a 1,6 milhões de euros.

A expressividade destas receitas é decorrente, essencialmente, do contrato de concessão em curso com a EDP, no âmbito da distribuição de energia em baixa.

Neste âmbito será de referir o impacto resultante de parte da renda de concessão da EDP relativa ao 4º trimestre de 2009, apenas ter ocorrido no início de 2010.

Destacam-se ainda as receitas inerentes a torres eólicas instaladas na área territorial adstrita ao Município, tendo estas ascendido a um montante ligeiramente superior a 90 mil euros.

Transferências correntes

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação pré-estabelecida.

As receitas desta natureza demonstram uma diminuição em 6% face ao ano anterior, essencialmente reflectindo a variação absoluta negativa verificada no âmbito das transferências da Administração Central – Estado (-744,9 mil euros) e da comparticipação de financiamentos comunitários de natureza corrente (-4,6 mil euros). A variação absoluta negativa global situou-se na ordem dos 737,2 mil euros.

Venda de bens e serviços correntes

Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Estas receitas evidenciavam, nos últimos anos, uma forte tendência para o crescimento, circunstância invertida em 2009 (-3,6%) e 2010 (-1,3%).

Em 2011 verifica-se um aumento absoluto destas receitas em 132,2 mil euros o que significa um aumento de 7,3%.

Este facto repercute, essencialmente, o aumento das receitas com a ligação ao saneamento (+67,4 mil euros), e resíduos sólidos (+156,6 mil euros). Contrariamente, salienta-se uma quebra nas receitas inerentes a trabalhos por conta de particulares (-32,3 mil euros), rendas (-27,4 mil euros) e parques de estacionamento, esta última circunstância decorrente da transferência desta atividade para a empresa municipal OurémViva.

A receita com maior expressividade neste contexto é a inerente aos resíduos sólidos a qual ascendeu a um valor ligeiramente superior a 1,6 milhões de euros, ou seja, representando 82% do total das receitas desta natureza económica.

Outras receitas correntes

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

Estas receitas sofreram uma diminuição em 7,4% que, em termos absolutos, significou uma variação negativa de 22,4 mil euros.

Venda de bens de investimento

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Por comparação com o período económico anterior, estas receitas de efeito extraordinário, apresentam uma variação absoluta positiva na ordem dos 872,2 mil euros, resultante, essencialmente, da alienação do Pavilhão Gimnodesportivo de Ourém sito junto à Escola Secundária de Ourém à Parque Escolar.

Salienta-se que esta receita liquidada repercute a alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém, à entidade Maisourém, S.A (entidade na qual o Município de Ourém participa em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada.

Transferências de capital

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui as receitas relativas a heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados. Abrange também as quantias ou valores apreendidos, bem como a venda de géneros e mercadorias apreendidos e ainda as receitas referentes a fianças-crime quebradas e depósitos de contratos não cumpridos.

No que respeita a estas receitas, o ano de 2011 denota um acréscimo em 29%, que em termos absolutos significa um aumento destas receitas na ordem dos 2,3 milhões de euros.

Neste capítulo, importa referir o aumento de 85%, verificada ao nível da captação de fundos comunitários para apoio ao investimento. Será de referir que, embora o QREN esteja estabelecido para o período de 2007 a 2013, apenas a partir do ano de 2010 se sentiram efeitos decorrentes da captação de financiamentos neste âmbito, face a um notório atraso face às programações por parte das entidades gestoras destes fundos.

As transferências de capital advindas da Administração Central – Estado, apresentaram uma variação negativa (-11%), que em termos absolutos significou um decréscimo em 518,3 mil euros.

Activos Financeiros

Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e acções ou outras formas de participação.

O ano de 2011, não apresenta uma receita de 585,7 mil euros decorrente do encerramento das entidades Centro de Negócios de Ourém (276.866,01 euros) e MéciaGolfe (92 mil euros). De reportar ainda o recebimento de 200.836,16 euros relativos à massa insolvente da Cooperativa Agrícola de Ourém.

Passivos Financeiros

Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto, a médio e longo prazos.

Ao nível destas receitas cujo efeito é extraordinário, registou-se uma diminuição em aproximadamente 30%, que em termos absolutos significa uma quebra em 794,9 mil euros.

Note-se ainda no que no que concerne ao empréstimo de curto prazo (montante total utilizado de aproximadamente 1,3 milhões de euros), não transita qualquer montante em dívida, observando-se as disposições legais aplicáveis, pelo que se reflecte igual montante no orçamento da despesa, inclusive no pagamento.

Outras receitas de capital

Rubrica de natureza residual onde se incluem receita, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de know-how.

Durante o ano de económico de 2011, não se verificaram quaisquer receitas desta natureza, em similaridade com o ocorrido no ano anterior.

Reposições não abatidas aos pagamentos

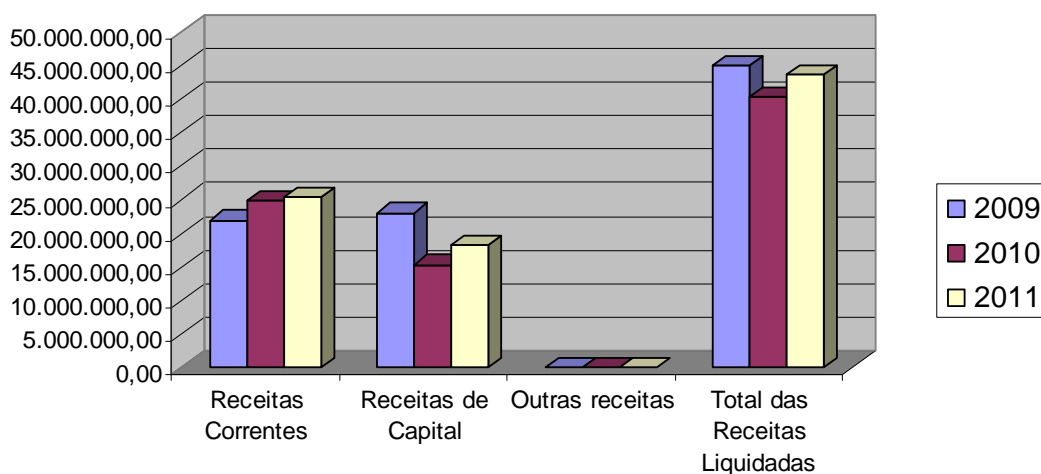
Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam. No decurso do ano em reporte, registaram-se reposições abatidas aos pagamentos, ligeiramente superiores a 324 euros.

Resumo das Receitas Liquidadas

Quadro – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes

Descrição da Receita Liquidada	uni: Euro				
	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Receitas Correntes	21.966.028,13	24.958.273,57	13,62	25.326.288,05	1,47
Receitas de Capital	23.089.765,89	15.336.824,77	-33,58	18.311.873,83	19,40
Outras receitas	395,46	3.311,74	737,44	324,06	-90,21
Total das Receitas Liquidadas	45.056.189,48	40.298.410,08	-10,56	43.638.485,94	8,29

Gráfico - Resumo das Receitas Liquidadas



No cômputo geral, o total das receitas liquidadas manifesta um aumento em 8,3%.

Será relevante referir que, excluindo os efeitos extraordinários que se associam às receitas resultantes da venda de bens de investimento e de passivos financeiros, face a 2010, verificou-se um aumento das receitas liquidadas em aproximadamente 10% que em termos absolutos representou um aumento próximo de 3,3 milhões de euros.

Em termos de variação absoluta, as receitas liquidadas denotam um acréscimo ligeiramente superior a 3,3 milhões de euros, atingindo em termos totais, um valor na ordem dos 43,6 milhões de euros.

3.2 Evolução do orçamento da despesa por classificação económica

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Despesas com pessoal	5.836.747,29	8.103.437,80	38,83	7.594.605,09	-6,28
Remunerações certas e permanentes	4.566.232,42	6.514.493,05	42,67	6.047.905,79	-7,16
Abonos variáveis ou eventuais	160.870,28	129.465,13	-19,52	122.080,19	-5,70
Segurança social	1.109.640,32	1.459.479,62	31,53	1.424.619,11	-2,39
Aquisição de bens	2.541.342,04	1.893.236,43	-25,50	1.625.727,77	-14,13
Matérias-Primas e subsidiárias	751.421,47	413.067,00	-45,03	350.697,81	-15,10
Combustíveis e lubrificantes	650.477,97	339.742,06	-47,77	369.794,43	8,85
Material de escritório	107.699,43	75.792,27	-29,63	74.335,72	-1,92
Alimentação - refeições confeccionadas	642.719,30	797.254,16	24,04	648.398,90	-18,67
Material de transporte-peças	91.371,72	53.406,26	-41,55	48.878,95	-8,48
Outros bens	111.947,27	100.685,13	-10,06	66.139,94	-34,31
Aquisição de serviços	10.572.595,27	10.233.640,36	-3,21	10.027.470,25	-2,01
Encargos das instalações	441.018,42	463.153,83	5,02	463.815,96	0,14
Limpeza e Higiene	165.419,78	128.128,83	-22,54	128.128,83	0,00
Conservação de bens	475.590,31	403.913,97	-15,07	344.267,53	-14,77
Locação de edifícios	183.111,44	132.644,83	-27,56	74.148,14	-44,10
Comunicações	85.256,87	83.425,49	-2,15	84.867,57	1,73
Transportes	1.342.694,75	1.418.081,12	5,61	1.352.096,30	-4,65

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Despesa	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Seguros	83.827,54	61.565,60	-26,56	73.483,31	19,36
Estudos, pareceres, proj. e consultadoria	280.659,31	439.004,20	56,42	324.045,90	-26,19
Publicidade	63.715,22	51.651,67	-18,93	61.537,40	19,14
Vigilância e segurança	180.712,47	218.868,14	21,11	56.519,93	-74,18
Assistência Técnica	52.580,89	28.821,80	-45,19	27.847,52	-3,38
Encargos de cobrança	238.293,29	207.940,73	-12,74	165.951,77	-20,19
Manutenção de espaços verdes	559.145,75	546.767,06	-2,21	906.877,85	65,86
Exploração e manutenção de ETAR's	895.884,94	874.994,88	-2,33	862.734,87	-1,40
Recolha, transp. e tratam, RSU's	2.426.407,43	1.781.878,86	-26,56	1.590.829,83	-10,72
Iluminação Pública	660.603,29	1.118.565,08	69,32	1.021.924,02	-8,64
Outros serviços	2.437.673,57	2.274.234,27	-6,70	2.488.393,52	9,42
Juros e outros encargos	848.789,57	310.075,83	-63,47	466.734,83	50,52
Transferências correntes	1.624.243,56	966.893,34	-40,47	1.081.083,20	11,81
Administração Local	608.957,88	136.855,11	-77,53	74.036,46	-45,90
Instituições sem fins lucrativos	980.051,16	770.657,55	-21,37	653.941,67	-15,14
Outras (transferências correntes)	35.234,52	59.380,68	68,53	353.105,07	494,65
Subsídios	548.849,10	685.500,57	24,90	842.400,62	22,89
Outras despesas correntes	443.401,68	551.601,79	24,40	750.906,19	36,13
Aquisição de bens de capital	14.308.259,35	9.597.101,09	-32,93	13.535.200,92	41,03
Investimentos	8.126.186,98	6.249.618,30	-23,09	9.323.518,60	49,19
Locação financeira	156.352,39	149.520,41	-4,37	154.268,97	3,18
Bens de domínio público	6.025.719,98	3.197.962,38	-46,93	4.057.413,35	26,87
Transferências de capital	3.472.594,98	4.676.509,96	34,67	2.720.388,00	-41,83
Administração Local	736.797,57	2.126.370,20	188,60	565.923,00	-73,39
Instituições sem fins lucrativos	1.075.721,31	433.936,36	-59,66	975.871,55	124,89
Empresas Públicas	1.660.076,10	2.116.203,40	27,48	1.177.043,45	-44,38
Empresas Privadas	0,00	0,00	--	0,00	--
Outras (transferências capital)	0,00	0,00	--	1.550,00	--
Activos financeiros	0,00	0,00	--	51.000,00	--
Passivos financeiros	3.099.053,96	4.132.673,17	33,35	4.366.864,66	5,67
Outras despesas de capital	100.532,44	100.000,00	-0,53	100.000,00	0,00
Total	43.396.409,24	41.250.670,34	-4,94	43.162.381,53	4,63

Despesas com pessoal

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem contudo serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

As despesas desta natureza apresentam uma diminuição próxima de 6,3% que, em termos absolutos, significou uma quebra na ordem dos 509 mil euros.

Aquisição de bens

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

O ano económico de 2011 regista um decréscimo destas despesas em 14%, influenciadas pela quebra verificada nas matérias-primas e subsidiárias (-15%), na alimentação – refeições confeccionadas (-19%) e no material de transporte-peças (-8,5%). Em sentido inverso, destacam-se os aumentos verificados nas despesas com combustíveis e lubrificantes (+8,9%).

Em termos absolutos totais, a aquisição de bens significa um valor ligeiramente superior a 1,6 milhões de euros.

Aquisição de serviços

Compreende as despesas efectuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transportes, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras despesas com serviços.

Face a 2010, o ano económico de 2011 regista uma variação negativa em 2%, traduzindo, essencialmente, a diminuição verificada nas despesas relacionadas com a conservação de bens (-15%), locação de edifícios (-44%), transportes (-4,7%), estudos, pareceres, projetos e consultadoria (-26%), vigilância e segurança (-74%), encargos de cobrança (-20%), recolha, transporte e tratamento de RSU's (-11%) e iluminação pública (-8,7%).

Em oposição, verifica-se um acréscimo das despesas relativas a comunicações (+1,75%), seguros (+19%), publicidade (+19%) e manutenção de espaços verdes (+66%)

Em termos globais, as despesas com a aquisição de serviços representam um valor na ordem dos 10 milhões de euros.

Juros e outros encargos

Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

Estas despesas apresentam um aumento em 51, atingindo em 2011, um valor na ordem dos 466,7 mil euros. Embora seja de referir uma quebra ocorrida nas taxas de juro de referência, as quais se manifestamente reduzidas, tem-se observado a aplicação crescente de juros moratórios resultantes das dívidas a terceiros em atraso.

Transferências correntes

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As despesas desta natureza sofreram um aumento de 12%, reflectindo o aumento das transferências para empresas do setor empresarial local, tendo em vista a cobertura dos resultados obtidos. Em sentido inverso verificou-se uma diminuição das transferências correntes efetuadas para a administração local (-46%), agregado em que se inserem as freguesias, bem como para as instituições sem fins lucrativos (-15%). No total, estas despesas representaram aproximadamente 1,1 milhões de euros.

Subsídios

Compreendem os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou factores de produção.

Estas despesas sofreram um aumento em 23% e reportam na sua totalidade a indemnizações compensatórias concedidas a empresas municipais, resultantes da vigência de preços sociais (inferiores aos custos), em determinados equipamentos, cuja responsabilidade de gestão incide sobre uma empresa do sector empresarial local, nomeadamente no âmbito das piscinas municipais e equipamentos desportivos.

Em termos absolutos, as despesas reportadas a subsídios atingiram um valor na ordem dos 842,4 mil euros.

Outras despesas correntes

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações, tendo sofrido uma variação positiva em 36%.

Em termos absolutos, estas despesas atingiram um valor de 750,9 mil euros.

Aquisição de bens de capital

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando, em regra, um aumento do activo, designadamente terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros, as despesas relativas a contratos de locação financeira e as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público.

No que respeita a este capítulo, o ano de 2011, por comparação ao ano anterior, verifica um acréscimo de 41%, que em termos absolutos representa uma variação na ordem dos 3,9 milhões de euros, para um total de despesas desta natureza ligeiramente superiores a 13,5 milhões de euros.

Transferências de capital

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As transferências de capital concedidas inverteram a forte tendência de crescimento verificada em anos anteriores, assinalando uma quebra próxima de 42%. Deste modo, verificou-se uma variação absoluta negativa próxima de 2 milhões de euros.

Neste contexto, destaca-se a diminuição ocorrida para a Administração Local (-73%), onde assumem particular relevo as Freguesias e para as empresas do sector empresarial local (-44%). Em sentido inverso regista-se um aumento das transferências de capital para as instituições sem fins lucrativos (+125%).

Estas despesas assinalaram um valor total próximo de 4,7 milhões de euros.

Activos Financeiros

Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, acções, quotas e outras formas de participação.

No ano de 2011, verificou-se uma despesa neste âmbito de 51 mil euros, dos quais 50 mil euros se reportam a aumento do capital da entidade Fatiparques e mil euros à subscrição de capital da entidade MaisOurém.

Passivos Financeiros

Compreende as operações financeiras, designadamente amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Estas despesas apresentam um aumento em 5%. Em termos totais, a amortização de empréstimos de médio e longo prazo representou um valor ligeiramente superior a 3,1 milhões de euros.

Outras despesas de capital

Nesta rubrica, encontra-se afecto o pagamento de 100 mil euros referente à liquidação de uma das prestações consignadas à aquisição à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria dos créditos referentes à Cooperativa Agrícola de Ourém, CRL.

Resumo das Despesas Realizadas

No cômputo geral, o total das despesas realizadas exibem um aumento em 4,6% face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor total obtido na ordem dos 43,1 milhões de euros. As despesas de capital assinalam um crescimento de 12%, ascendendo a um valor próximo de 20,8 milhões de euros. Em sentido inverso regista-

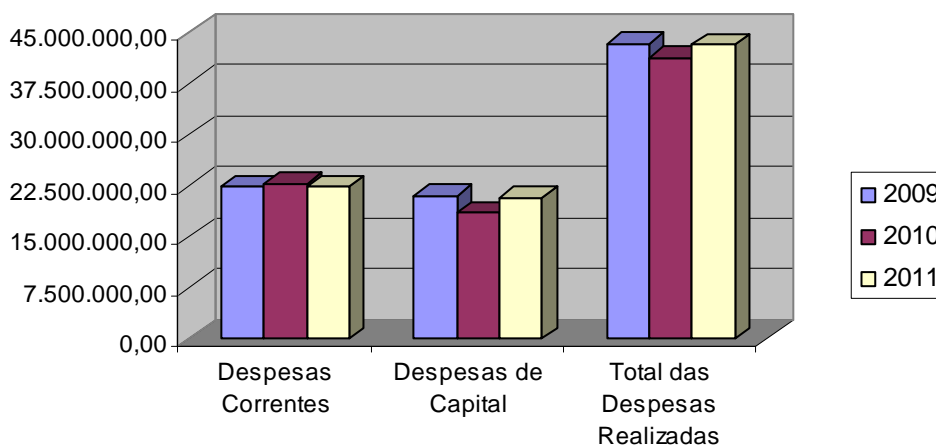
se uma diminuição das despesas correntes em 1,6%. Em suma, as despesas totais realizadas denotam uma variação absoluta positiva superior a 1,9 milhões de euros.

Quadro – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Despesas Correntes	22.415.968,51	22.744.386,12	1,47	22.388.927,95	-1,56
Despesas de Capital	20.980.440,73	18.506.284,22	-11,79	20.773.453,58	12,25
Total das Despesas Realizadas	43.396.409,24	41.250.670,34	-4,94	43.162.381,53	4,63

Gráfico - Resumo das Despesas Realizadas



3.3 Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas

3.3.1 Evolução das GOP's

As despesas incidentes nas Grandes Opções do Plano sofreram um aumento na ordem dos 10,2%, face ao valor ocorrido em 2010. O volume total realizado situou-se próximo de 27,4 milhões de euros.

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Educação	6.384.664,91	8.859.078,06	38,76	10.831.237,11	22,26
Ensino Básico	4.045.009,21	5.193.858,00	28,40	7.475.597,59	43,93
Ensino Secundário e Profissional	759.295,01	125.000,00	-83,54	125.000,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	--	0,00	--
Ações de Cooperação e Apoio ao Ensino	1.580.360,69	3.540.220,06	124,01	3.230.639,52	-8,74
Cultura, Desporto e Tempos Livres	2.977.310,95	1.667.306,32	-44,00	1.807.956,17	8,44
Cultura	461.652,49	629.646,97	36,39	454.808,77	-27,77
Desporto e lazer	2.409.427,98	1.019.160,64	-57,70	1.335.094,90	31,00
Património	106.230,48	18.498,71	-82,59	18.052,50	-2,41
Ação Social	191.243,29	205.664,82	7,54	342.206,89	66,39
Habituação e Urbanismo	3.420.348,09	4.110.357,23	20,17	4.941.998,58	20,23
Habituação	0,00	0,00	--	0,00	--
Planeamento Urbanístico	87.359,48	55.924,40	-35,98	240.631,31	330,28
Iluminação	840.337,44	1.222.345,79	45,46	1.123.784,52	-8,06
Urbanização	2.492.651,17	2.832.087,04	13,62	3.577.582,75	26,32
Urbanismo Comercial	0,00	0,00	--	0,00	--
Saneamento e Salubridade	4.933.031,96	3.696.496,25	-25,07	3.598.195,96	-2,66
Despoluição das Bacias Hid. do Concelho	1.756.684,92	1.431.114,96	-18,53	1.471.672,16	2,83
Resíduos Sólidos	3.161.048,14	2.252.308,03	-28,75	2.033.543,10	-9,71
Higiene Pública	15.298,90	13.073,26	-14,55	84.608,60	547,19
Cemitérios	0,00	0,00	--	8.372,10	--
Protecção Civil	378.099,55	272.192,31	-28,01	451.729,99	65,96
Serviços Municipais de Protecção Civil	88.323,09	84.870,91	-3,91	104.566,28	23,21
Bombeiros	289.776,46	187.321,40	-35,36	347.163,71	85,33
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	1.950.450,50	754.638,88	-61,31	857.628,50	13,65
Água	232.442,86	185.512,06	-20,19	173.932,93	-6,24
Energia	0,00	0,00	--	0,00	--
Turismo	1.405.041,82	84.484,29	-93,99	248.385,88	194,00
Feiras e Mercados	77.302,65	109.605,40	41,79	4.656,50	-95,75
Apoio ao Tecido Empresarial	80.471,42	34.968,00	-56,55	73.609,74	110,51
Outras Ações de Desenvolvimento	155.191,75	340.069,13	119,13	348.407,37	2,45
Ações de Cooperação com o Exterior	0,00	0,00	--	8.636,08	--

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Comunicações e Transportes	2.767.744,57	2.058.329,07	-25,63	2.308.474,51	12,15
Rede Viária e Sinalização	2.364.652,05	1.876.653,68	-20,64	2.128.603,23	13,43
Transportes	403.092,52	181.675,39	-54,93	179.871,28	-0,99
Defesa do Meio Ambiente	1.142.136,12	602.174,42	-47,28	933.833,30	55,08
Parques e Jardins	585.249,82	602.174,42	2,89	906.877,85	50,60
Protecção Ambiental	596,22	0,00	--	26.955,45	--
Acção Integrada - Valourém	556.290,08	0,00	-100,00	0,00	--
Freguesias	1.258.822,92	2.243.652,52	78,23	719.918,60	-67,91
Apoio ao Investimento	318.110,76	469.649,17	47,64	183.096,89	-61,01
Deleg. de competências - âmbito do Invest.	384.665,92	1.653.741,67	329,92	353.124,20	-78,65
Apoio a despesas correntes	12.494,57	68.439,44	447,75	173.760,66	153,89
Deleg. de compet. - âmbito de desp. corr.	543.551,67	51.822,24	-90,47	9.936,85	-80,83
Instalações e Serviços Municipais	3.288.641,41	393.233,85	-88,04	599.422,90	52,43
Edifícios	3.096.722,34	254.241,98	-91,79	88.779,76	-65,08
Medidas de Modernização e Eficiência	154.751,40	84.652,53	-45,30	432.559,59	410,98
Outros investimentos	37.167,67	54.339,34	46,20	78.083,55	43,70
Total	28.692.494,27	24.863.123,73	-13,35	27.392.602,51	10,17

Educação

No decurso de 2011, as despesas realizadas no presente objectivo manifestam um aumento em 22%, circunstância que deriva, essencialmente, dos aumentos verificados nos programas “Educação Ensino Básico” (43%). Será de referir a quebra verificada no programa “Acções de Cooperação e Apoio ao Ensino” (-8,7%).

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Construção do Centro Escolar de Ourém (Caridade);
- Ampliação da Escola do 1º CEB de Cova da Iria – Fátima;
- Centro Escolar de N.ª Sr.ª das Misericórdias;
- Centro Escolar Beato Nuno – Fátima;

- Aquisição do edifício dos Monfortinos em Fátima (aquisição por fases);
- Intervenções em Escolas Básicas (Delegação de Competências):
 - Escola – IV Conde de Ourém;
 - Escola – Cónego Dr. Manuel L. Perdigão;
- Acordos de prolongamento de horários;
- Generalização de refeições escolares;
- Actividades de enriquecimento curricular;
- Transporte escolar;
- Gestão do parque escolar;
- Acção social escolar;
- Protocolos no âmbito do PARES (Centro de Bem Estar de Bairro e APDAF).

Cultura, Desporto e Tempos Livres

Este objectivo evidencia um aumento (8,4%), face ao valor verificado no ano transacto, verificando-se acréscimo no “Desporto e Lazer” (+31%) em detrimento de uma quebra no programa “Cultura” (-28%) e Património (-2,4%). O total das despesas inerentes a este objectivo ascendeu a um valor ligeiramente superior a 1,8 milhões de euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Remodelação do Cine-Teatro Municipal;
- Programa Cultural;
- Apoios correntes e de capital atribuídos a diversas associações culturais, desportivas e recreativas com sede na área do Município de Ourém;
- Indemnizações compensatórias (preços sociais praticados nas piscinas municipais em equipamentos desportivos municipais e na Galeria e Museu Municipal).

Acção Social

O ano de 2011 registou um aumento das despesas verificadas ao nível deste objectivo em 66%. Neste âmbito, as despesas ascenderam a um montante na ordem dos 342,2

mil euros, as quais se reportam, essencialmente, ao contrato de gestão nesta área existente com a empresa municipal Verourém, bem como a apoios ao investimento concedidos a Instituições Particulares de Solidariedade Social, designadamente no âmbito do PARES e na aquisição de um terreno para futuras instalações do CRIO.

Habitação e Urbanismo

O volume total das despesas verificadas neste objectivo denota um aumento destas em 20%, atingindo um valor total ligeiramente superior a 4,9 milhões de euros. Neste contexto salientam-se os aumentos verificados nos programas de “Planeamento Urbanístico” (330%) e Urbanização (26%), em oposição à quebra ocorrida no programa “Iluminação” (-8%).

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Revisão do Plano Director Municipal;
- Iluminação Pública (remodelação, ampliação e consumos);
- Requalificação da Av. D. José Alves Correia da Silva;
- Requalificação das 4 principais vias de entrada em Fátima – Estrada de Minde (realização financeira);
- Sistema Integrado de Mobilidade;
- Requalificação da Rua de Castela (expropriações/aquisições de terrenos);
- Construção de Rotunda (Av. D. Nuno/Álamos/5 de Outubro – Ourém) (execução financeira);
- Diversas intervenções de urbanização das cidades e vilas existentes na área do Município.

Saneamento e Salubridade

Este objectivo sofreu um decréscimo em 2,7%, mantendo um valor de despesas realizadas bastante significativo (\pm 3,6 milhões de euros).

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação de esgotos;
- Manutenção das redes de esgotos (limpeza/desobstrução, ...);
- Ramais domiciliários de esgotos;
- Exploração e manutenção de ETAR's;
- Implantação de Ilhas Ecológicas;
- Recolha, tratamento e transporte de RSU's..;
- Limpeza urbana.

Protecção Civil

As despesas inseridas neste objectivo sofreram um aumento em 66%, apresentando um valor total realizado de 451,7 mil euros. Os programas “Serviços Municipais de Protecção Civil” e “Bombeiros” denotam uma variação positiva em 23% e 85%, respectivamente.

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

Este objectivo, apresenta um acréscimo, o qual se situa na ordem dos 31,7%, reportando um valor total das despesas realizadas ligeiramente superior a 857,6 mil euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação das redes e sistemas de abastecimento de água;
- Aquisição de equipamentos para a Casa do Administrador – Núcleo Museológico (realização financeira);
- Requalificação do Agroal (2.ª fase);
- Gestão do Agroal e promoção do turismo de natureza;
- Dinamização comercial das cidades de Ourém e Fátima;
- Acções de apoio ao emprego;
- CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) – Quotização e comparticipação do Município nos projectos em que aderiu;

Comunicações e Transportes

O ano de 2011 apresentou um aumento das despesas afectas a este objectivo em 12%. Em termos totais, estas despesas situavam-se num valor ligeiramente superior a 2,3 milhões de euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Beneficiação da E.R. 356 Ourém – Alvaiázere (realização financeira);
- Beneficiação do C.M. 1001 (Espite/Freiria – Limite do Concelho) (realização financeira);
- E.N. 113-1 (Seiça);
- Sinalização viária do concelho;
- Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões;
- Beneficiação de diversos caminhos municipais;
- Aquisição de equipamentos de transporte (execução financeira – locação financeira).

Defesa do Meio Ambiente

As despesas realizadas e inseridas neste objectivo denotam um acréscimo em 55%, para o qual contribuíram o aumento verificado no programa relativo a “Parques e Jardins” (+51%). O valor total de despesas realizadas no presente objectivo foi na ordem dos 933,8 mil euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Manutenção de espaços verdes públicos;
- Vigilância de espaços verdes públicos;
- Gestão da Mata Municipal;
- Gabinete Técnico Florestal.

Freguesias

O presente objectivo denota uma quebra em 68%. As despesas totais realizadas neste âmbito ascenderam a um montante próximo de 720 mil euros.

Neste contexto, importa destacar o apoio concedido para construção/beneficiação de cemitérios (95,3 mil euros), construção/beneficiação de casas mortuárias (44,4 mil euros), delegação de competências no âmbito da rede viária (253,9 mil de euros), parque escolar (22 mil euros), ou ainda o “Apoio Técnico às Freguesias e Promoção do Desenvolvimento Rural” (171,1 mil euros).

Instalações e Serviços Municipais

O ano de 2011 assinala um aumento nas despesas realizadas adjacentes a este objectivo (+52%). Estas despesas totalizaram um valor superior na ordem dos 599,4 mil euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Aquisição de equipamento informático;
- Aquisição de software informático;
- Aquisição de diverso equipamento básico e administrativo.

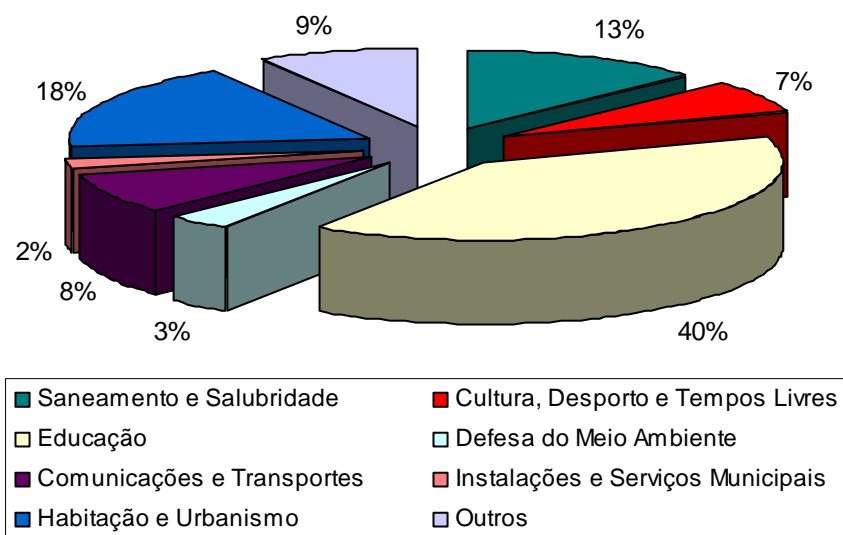
3.3.2 Estrutura das GOP's

Conforme decorre da leitura do quadro e do gráfico seguidamente apresentado, a maior fatia das despesas realizadas em GOP's, no ano de 2011, reporta-se aos objectivos de “Educação” , “Habitação e Urbanismo” e “Saneamento e Salubridade”, tendo um peso no cômputo total das despesas em GOP's de, respectivamente, 40%, 18% e 13%.

Quadro – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's

Descrição	Uni:Euro	
	2011	Peso (%)
Educação	10.831.237,11	39,54
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.807.956,17	6,60
Acção Social	342.206,89	1,25
Habitação e Urbanismo	4.941.998,58	18,04
Saneamento e Salubridade	3.598.195,96	13,14
Protecção Civil	451.729,99	1,65
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	857.628,50	3,13
Comunicações e Transportes	2.308.474,51	8,43
Defesa do Meio Ambiente	933.833,30	3,41
Freguesias	719.918,60	2,63
Instalações e Serviços Municipais	599.422,90	2,19
Total	27.392.602,51	100,00

Gráfico - Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's



3.4 Evolução da execução orçamental

3.4.1 Orçamento da Receita

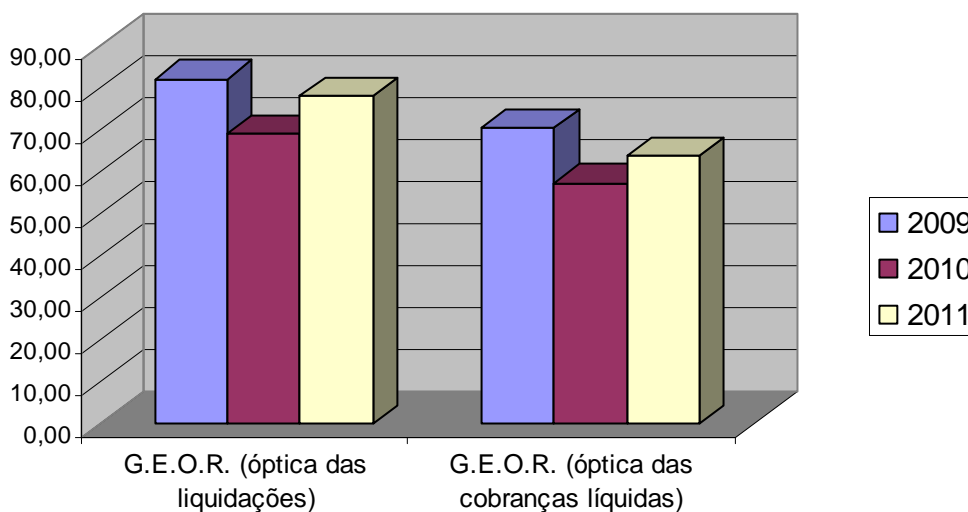
Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita

Uni: Euro

Descrição	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
<i>(óptica das liquidações)</i>					
G.E.O.R (Corrente)	90,40	100,13	10,77	106,23	6,09
G.E.O.R (Capital)	75,37	45,93	-39,05	57,00	24,10
G.E.O.R. (Total)	82,02	69,11	-15,74	77,97	12,83
<i>(óptica das cobranças líquidas)^a</i>					
G.E.O.R (Corrente)	85,85	96,82	12,78	96,61	-0,21
G.E.O.R (Capital)	58,36	27,93	-52,15	39,53	41,56
G.E.O.R. (Total)	70,52	57,38	-18,63	63,85	11,28

^{a)} considera os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições

Gráfico - Grau de Execução do Orçamento da Receita



O grau de execução orçamental da receita visa apurar a relação entre o valor de receita cobrada líquida (óptica das cobranças líquidas) na qual se consideram os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições e da receita liquidada (óptica das

liquidações), ambos os fatores comparativamente ao valor total previsto no orçamento da receita num determinado ano económico.

Na óptica das liquidações, o grau de execução orçamental da receita obtido foi na ordem dos 78%, sofrendo uma variação positiva em 8,86 p.p. face ao valor ocorrido no ano anterior. O grau de execução da receita corrente na óptica das liquidações foi ligeiramente superior a 100% (106,2%), ou seja, verificando-se a integralidade das receitas inicialmente definidas em observância às regras previsionais estabelecidas no POCAL. Em oposição, o grau de execução da receita de capital quedou-se pelo 57%.

3.4.2 Orçamento da Despesa

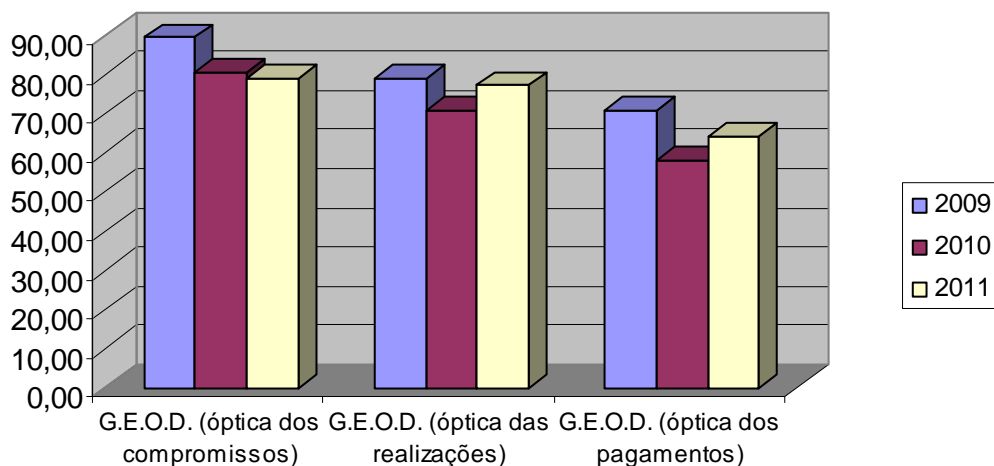
O grau de execução orçamental da despesa visa apurar a relação entre o valor da despesa comprometida (óptica dos compromissos), a despesa realizada (óptica das realizações) e da despesa paga (óptica dos pagamentos), e o total previsto no orçamento da despesa, num determinado ano económico.

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa

Uni: Euro

Descrição	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
<i>(óptica dos compromissos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	94,17	97,61	3,65	97,28	-0,34
G.E.O.D (Capital)	85,52	68,46	-19,95	65,77	-3,93
G.E.O.D. (Total)	89,34	80,41	-9,99	78,81	-2,00
<i>(óptica das realizações)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	92,42	95,11	2,91	96,68	1,65
G.E.O.D (Capital)	68,38	53,80	-21,33	63,32	17,70
G.E.O.D. (Total)	79,00	70,74	-10,45	77,12	9,03
<i>(óptica dos pagamentos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	87,66	84,16	-3,99	86,45	2,72
G.E.O.D (Capital)	57,18	40,10	-29,87	48,24	20,27
G.E.O.D. (Total)	70,64	58,17	-17,65	64,05	10,10

Gráfico - Evolução do Grau de Execução do Orçamento da Despesa



Os graus de execução referidos denotam, na óptica das realizações e na óptica dos pagamentos, um aumento do grau de execução orçamental da despesa. Na óptica dos compromissos, o grau de execução orçamental foi de aproximadamente 78,8%. Na óptica das realizações, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, o valor apurado demonstra que se executaram, aproximadamente, 77% das despesas previstas. Na óptica dos pagamentos, o grau de execução situou-se pelos 64%, denotando uma variação positiva em 5,88 p.p. face ao valor ocorrido no ano anterior.

3.4.3 Grandes Opções do Plano

O nível de execução anual das GOP's (Grandes Opções do Plano), que inclui o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMR's (Actividades Mais Relevantes), visa estabelecer a relação entre o valor da despesa comprometida (óptica dos compromissos), a despesa realizada (óptica das realizações) e da despesa paga (óptica dos pagamentos), e o total previsto, num determinado ano económico.

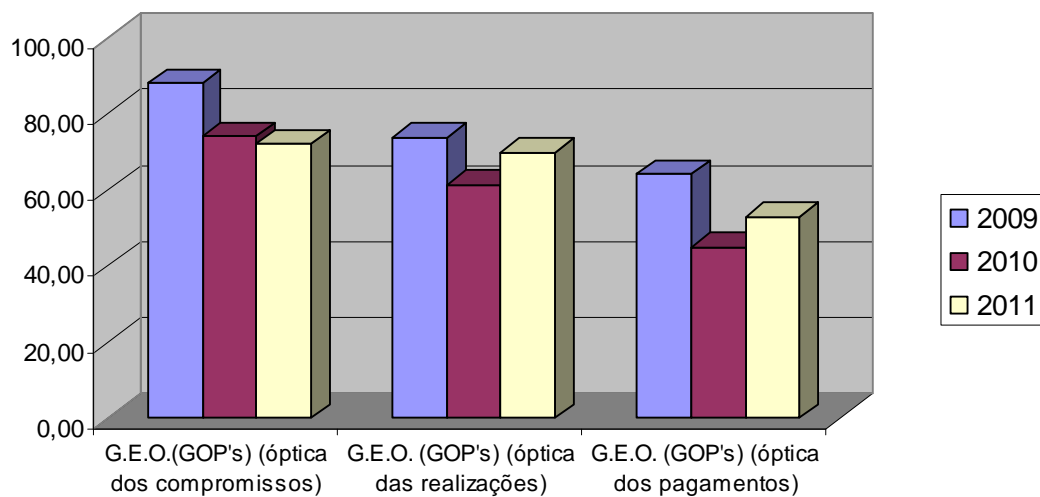
Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's

(inclui desagregação pelo PPI e AMR's)

Uni: Euro

Descrição	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
<i>(óptica dos compromissos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	88,00	74,18	-15,70	72,17	-2,71
G.E.O. (PPI)	84,85	63,14	-25,58	60,25	-4,59
G.E.O. (AMR's)	91,29	87,19	-4,49	90,52	3,81
<i>(óptica das realizações)</i>					
G.E.O. (GOP's)	73,86	61,31	-16,99	69,90	14,00
G.E.O. (PPI)	71,95	43,73	-39,22	56,97	30,29
G.E.O. (AMR's)	75,86	82,06	8,17	89,80	9,43
<i>(óptica dos pagamentos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	64,09	45,14	-29,57	52,92	17,25
G.E.O. (PPI)	56,47	29,03	-48,59	40,67	40,09
G.E.O. (AMR's)	72,07	64,13	-11,02	71,78	11,93

Gráfico - Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's



A análise do gráfico anteriormente exposto permite aferir que o grau de execução orçamental anual das GOP's, na óptica das realizações e dos pagamentos, sofreu no decurso de 2011, um aumento face aos valores apurados em 2010.

Assim, importa mencionar que, na óptica dos compromissos, na óptica das realizações e na óptica dos pagamentos, o grau de execução orçamental anual das GOP's foi, respetivamente, de 72%, 70% e 53%.

No que concerne ao PPI, este apresenta um grau de execução orçamental na óptica das realizações de 57%, quedando-se na óptica dos pagamentos para os 41%.

As AMR's apresentam um grau de execução orçamental, na óptica das realizações de 90% e na óptica dos pagamentos de 72%.

3.5 Compromissos assumidos para anos seguintes

Quadro – Mapa resumo dos compromissos assumidos³

uni: euro

Ano	Montantes
2012	16.086.212,57
2013	4.117.249,76
2014	2.065.176,47
Seguintes	1.256.645,30
TOTAL	23.525.284,10

No término do ano económico em relato, verificava-se a existência de um total de 23,5 milhões de euros de compromissos (atos que ainda não conferem dívida por ainda não estarem realizados pela outra parte interveniente).

Do montante reportado, e de acordo com os contratos assumidos, e face à sua potencial realização, os encargos irão incidir, essencialmente, nos anos económicos de 2012 (16 milhões euros) e de 2013 (4,1 milhões de euros).

³ Compromissos assumidos ainda sem realização, pelo que ainda não conferem dívida

Note-se que os compromissos assumidos reportados não contemplam a dívida sobre a qual já existe realização, designadamente os empréstimos bancários (amortização que ocorre no médio longo prazo) mas somente os actos assumidos perante terceiros, os quais apenas após cumprimento pela outra parte interveniente, do estabelecido se podem constituir como uma dívida municipal.

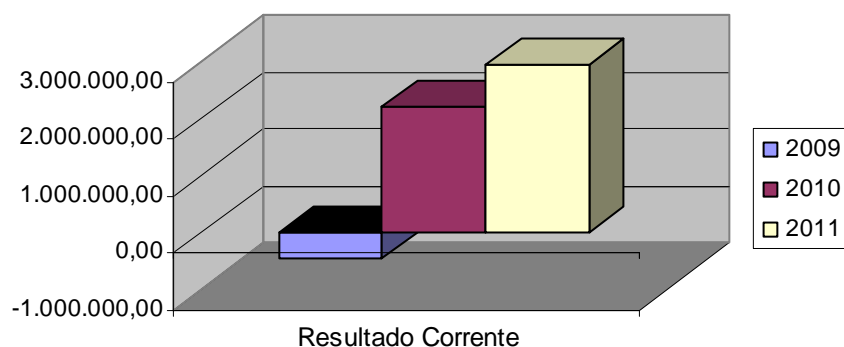
3.6 Evolução dos resultados orçamentais

3.6.1 Resultado corrente

Quadro – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes

Descrição	uni: Euro				
	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Receitas correntes liquidadas	21.966.028,13	24.958.273,57	13,62	25.326.288,05	1,47
Despesas correntes realizadas	22.415.968,51	22.744.386,12	1,47	22.388.927,95	-1,56
Resultado Corrente	-449.940,38	2.213.887,45	-592,04	2.937.360,10	32,68
Nota Orçamental	défice corrente	poupança corrente		poupança corrente	

Gráfico - Evolução dos Resultados Correntes



O ano de 2011 evidencia a ocorrência de um superavit corrente ligeiramente superior a 2,9 milhões de euros, ou seja, as receitas correntes liquidadas foram superiores às despesas correntes realizadas, permitindo a ocorrência de uma poupança corrente.

Contudo, importa observar dois factores que influenciam a análise ao valor disposto e que contextualizam uma análise mais efectiva ao resultado apresentado.

O primeiro factor reporta-se às receitas liquidadas e às despesas realizadas que transitam de ano económico e que, deste modo, têm uma influência directa no resultado apurado.

Consequentemente, tendo por referência a influência decorrente do primeiro factor enunciado e extraíndo a sua influência do apuramento do resultado em análise, verifica-se que o resultado corrente se situa ligeiramente superior a 4,7 milhões de euros, manifestando uma variação absoluta positiva próxima de 2,5 milhões de euros face ao volume apurado para o ano económico de 2010 (na ordem dos 2,3 milhões de euros).

Quadro – Evolução dos resultados correntes excluindo o impacto derivado do anterior a p.c.

uni: Euro

Descrição	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Resultado corrente obtido	-461.563,73	2.213.887,45	-579,65	2.937.360,10	32,68
Receitas liquidadas correntes que transitaram de ano	802.693,02	1.105.127,31	37,68	825.992,75	-25,26
Despesas realizadas correntes que transitaram de ano	5.412.391,51	1.154.907,58	-78,66	2.618.170,56	126,70
Resultado orçamental corrente, excluindo o impacto derivado do ano anterior	4.148.134,76	2.263.667,72	-45,43	4.729.537,91	108,93

Como segundo factor, salienta-se ainda o impacto da despesa corrente inerente à aquisição de matérias-primas, a qual ascendeu a 350,7 mil euros, na medida em que as referidas despesas são transformadas em investimento, através da execução de obras por administração directa.

3.6.2 Resultado orçamental

Quadro – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total das Receitas Liquidadas	45.056.189,48	40.298.410,08	-10,56	43.638.485,94	8,29
Total das Despesas Realizadas	43.396.409,24	41.250.670,34	-4,94	43.162.381,53	4,63
Resultado Orçamental	1.659.780,24	-952.260,26	-157,37	476.104,41	-150,00
Nota Orçamental	Superávit Orçamental	Défi ce Orçamental		Superávit Orçamental	
(%) Total da Receita	-3,68	2,36	-164,15	-1,09	-146,17
(%) Total da Despesa	-3,82	2,31	-160,36	-1,10	-147,78

O ano de 2011 regista um superavit orçamental ligeiramente superior a 476 mil euros. Em termos de representatividade, o superavit ocorrido significa 1,1% do total das despesas realizadas.

Quadro – Evolução do resultado orçamental obtido excluindo o impacto derivado do anterior a p.c.

uni: Euro

Descrição	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Resultado orçamental obtido	1.659.780,24	-952.260,26	-157,37	476.104,11	-150,00
Receitas liquidadas que transitaram de ano	6.718.850,26	6.316.128,62	-5,99	6.838.907,61	8,28
Despesas realizadas que transitaram de ano	15.331.310,31	4.590.697,54	-70,06	7.328.788,83	59,64
Resultado orçamental, excluindo o impacto derivado do ano anterior	10.272.240,29	-2.677.691,34	-126,07	965.985,33	-136,08

Importa contudo, considerar o efeito resultante da alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém e Fátima, à entidade Maisourém, S.A. (entidade na qual o Município participa em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada, cujo montante ascende a 4,8 milhões de euros.

Excluindo o impacto decorrente das receitas liquidadas e das despesas realizadas que transitam de ano económico, verificou-se a ocorrência de um resultado orçamental positivo próximo de 966 mil euros, invertendo o défi ce apurado em 2010 (-

2.677.691,34 euros). Na análise comparativa com o valor apurado em 2009, será relevante referir a influência decorrente da contratação do PREDE no ano em causa, o qual se sistematizou numa receita extraordinária, a qual configura um mútuo bancário na ordem dos 12,6 milhões de euros.

4. Fontes de Financiamento

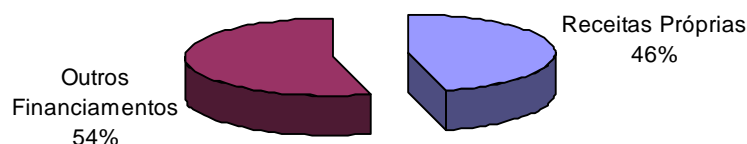
4.1 Receitas Próprias

4.1.1 Estrutura das Receitas Próprias

São consideradas Receitas Próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

A análise destas receitas permite aferir a capacidade da autarquia em gerar, localmente, recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objectivos propostos.

Gráfico - Estrutura da Receita

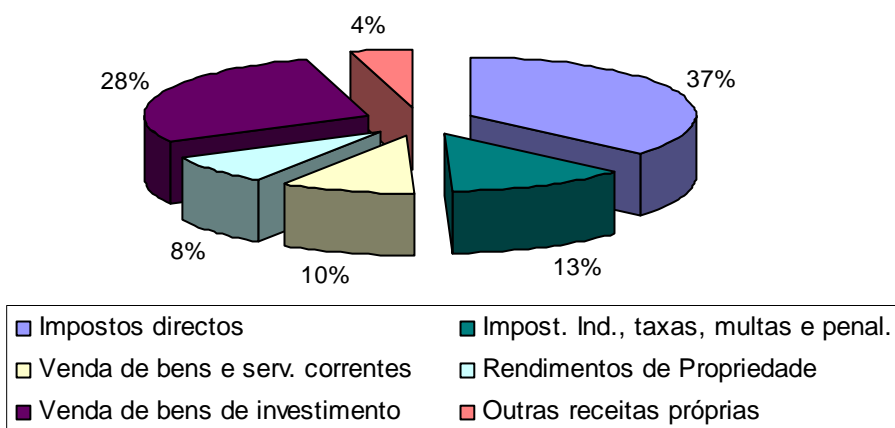


O gráfico acima apresentado denota que as receitas próprias do município representam 46% das receitas totais, valor que indicia, que esta autarquia, no ano de 2011, esteve maioritariamente dependente de financiamentos externos. Será ainda de referir que o valor apresentado denota uma melhoria deste indicador em 3 p.p, face ao valor obtido no ano anterior.

Os impostos directos, onde se incluem os impostos sobre o património, são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, rondando os 37%, seguidos da venda de bens de investimento (28%).

Os impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, a venda de bens e serviços correntes e os rendimentos de propriedade, representam 13% 10% e 8%, respetivamente, do total das receitas próprias.

Gráfico - Estrutura das Receitas Próprias



4.1.2 Evolução das Receitas Próprias

Quadro – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes

uni: Euro					
Receitas Próprias	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	17.037.333,97	17.431.138,99	2,31	19.994.295,20	14,70

Em 2011, as receitas próprias assinalam um valor próximo de 20 milhões de euros, denunciando uma variação positiva na ordem dos 14,7% face ao volume verificado no ano anterior.

4.1.3 Indicadores

Através da análise dos indicadores abaixo expostos, podemos verificar que as receitas próprias aumentaram a sua representatividade nas receitas totais em 5,9%. O grau de cobertura das despesas pelas receitas próprias é de 46%. As receitas próprias, *per*

capita, foram na ordem dos 389,87 euros (+14,4%), e, por Km², de 47.993,99 euros (+14,6%).

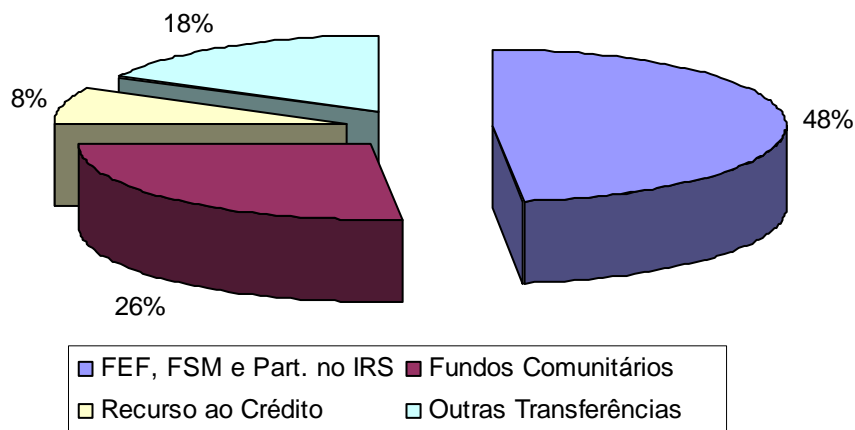
Quadro – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias

Indicadores	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,38	0,43	14,39	0,46	5,93
Receitas Próprias / Despesa Total	0,39	0,42	7,63	0,46	9,62
Receitas Próprias por Km2	40.945,29 €	41.891,71 €	2,31	47.993,99 €	14,57
Receitas Próprias <i>per capita</i>	336,81 €	340,90 €	1,21	389,87 €	14,37

4.2 Outros Financiamentos

4.2.1 Estrutura dos Outros Financiamentos

Gráfico - Estrutura dos Outros Financiamentos



Conforme resulta da leitura do gráfico apresentado, em 2011, o maior recurso financeiro relativo aos “Outros Financiamentos”, provém da participação do município nos impostos do Estado (48%), de Fundos Comunitários (26%) e de outras transferências da Administração Central (18%).

As receitas provenientes do recurso ao crédito representam 8% dos outros financiamentos.

4.2.2 Evolução dos Outros Financiamentos

Quadro – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes

uni: Euro					
Outros Financiamentos	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	28.018.855,51	22.867.271,09	-18,39	23.644.190,74	3,40

Os “Outros Financiamentos” manifestam um aumento na ordem dos 3,4%, sendo o volume total verificado, em 2011, ligeiramente superior a 23,6 milhões de euros.

4.2.3 Participação do Município nos Impostos do Estado

No decurso de 2011, a participação do município nos impostos do Estado consubstanciou-se no Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal), no Fundo Social Municipal e na participação do IRS.

O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento sendo a sua distribuição efectuada com base nos seguintes critérios:

- 5% igualmente por todos os municípios;
- 65% na razão directa da população (ponderada) residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, sendo a população residente nas Regiões Autónomas ponderada pelo factor 1.3, estabelecendo-se ainda os seguintes ponderadores marginais:
 - os primeiros 5000 habitantes – 3;
 - de 5001 a 10000 habitantes – 1;
 - de 10001 a 20000 habitantes – 0,25;
 - de 20001 a 40000 habitantes – 0,5;
 - de 40001 a 80000 habitantes – 0,75;
 - > 80001 – 1.

- 25% na razão directa da área ponderada por um factor relativo à amplitude altimétrica do município e 5% na razão directa da área afectada à Rede Natura 2000 e da área protegida; ou
- 20% na razão directa da área ponderada por um factor de amplitude altimétrica do município e 10% na razão directa da área afectada à Rede Natura 2000 e da área protegida, nos municípios com mais de 70% do seu território afectado à Rede Natura 2000 e de área protegida.

O Fundo de Coesão Municipal visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e é a soma da compensação fiscal (CF) e da compensação por desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO), os quais traduzem situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

O Fundo Social Municipal constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social, sendo a sua repartição anual efectuada proporcionalmente por cada município, de acordo com os seguintes indicadores:

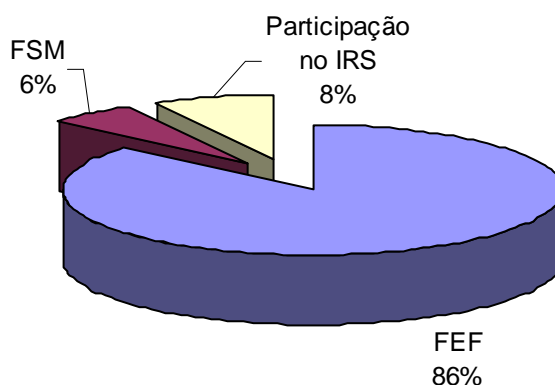
- 35% de acordo com os seguintes indicadores relativos às inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do município:
 - 4% na razão directa do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público;
 - 12% na razão directa do número de jovens a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público;
 - 19% na razão directa do número de jovens a frequentar o 2º e 3º ciclos do ensino básico público;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes inscritos na rede de saúde municipal:

- 10,5% na razão directa do número de beneficiários dos programas municipais de cuidados de saúde continuados;
- 22% na razão directa do número de utentes inscritos nos centros de saúde concelhios;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes e beneficiários das redes municipais de creches, jardins de infância, lares, centros de dia e programas de acção social de cada município:
 - 5% na razão directa do número de inscritos em programas de apoio à toxicodependência;
 - 12,5% na razão directa do número de crianças até aos 3 anos de idade, que frequentam as creches e jardins de infância;
 - 15% na razão directa do número de adultos com mais de 65 anos residentes em lares ou inscritos em centros de dia e programas de apoio ao domicílio.

Os municípios têm ainda direito a uma participação fixa de 2% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial e uma participação variável até 3% no IRS, sendo esta última aplicável em consonância com a deliberação do órgão deliberativo do município. Neste contexto, o município de Ourém deliberou manter a participação de 5%.

4.2.3.1 Estrutura dos Fundos Municipais

Gráfico - Estrutura dos Fundos Municipais



O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que representa cerca de 86% do total dos três fundos. O Fundo Social Municipal, o qual é um financiamento consignado a algumas despesas no âmbito da educação, saúde e acção social, constitui 6% dos fundos municipais, cabendo os restantes 8% à participação no IRS.

4.2.3.2 Evolução dos Fundos Municipais

Por observação do quadro abaixo exposto, verifica-se que o FEF sofreu um quebra em 5%. O FSM e a participação no IRS apresentaram quebras em 5% e 4,4%, respectivamente. No cômputo geral, face a 2010, os Fundos Municipais apresentaram, em 2011, um decréscimo na ordem de 5%, que em termos absolutos significaram uma variação absoluta negativa próxima de 602,6 mil euros.

Quadro – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes

uni: Euro

Descrição dos Fundos Municipais	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
FEF	10.172.014,00	10.416.409,60	2,40	9.890.807,00	-5,05
FSM	740.079,00	717.292,00	-3,08	681.098,00	-5,05
Participação no IRS	1.017.540,00	918.217,00	-9,76	877.419,00	-4,44
Total	11.929.633,00	12.051.918,60	1,03	11.449.324,00	-5,00

4.2.4 Cooperação Técnica e Financeira

Quadro – Evolução da Cooperação Técnica e Financeira a preços correntes

uni: Euro

Cooperação Técnica e Financeira	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	506.610,20	73.655,30	-85,46	77.089,99	4,66

Em 2011 verificou-se um aumento destas receitas em 4,7% que, em termos de variação absoluta, significam um valor na ordem dos 3,4 mil euros. O volume total registado situa-se em cerca de 77 mil euros.

4.2.5 Fundos Comunitários

Quadro – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes

uni: Euro

Fundos Comunitários	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	817.780,92	3.372.550,56	312,40	6.194.081,78	83,66

No decurso de 2011, verificou-se um aumento substancial das receitas relativas a fundos comunitários em 84%. Estas receitas ascenderam a um valor próximo de 6,2 milhões de euros, constituindo um importante recurso de financiamento, indispensável à realização de um vasto conjunto de infra-estruturas e equipamentos públicos.

4.2.6 Endividamento Municipal

4.2.6.1 Curto Prazo

Em 2011, utilizou-se um empréstimo de curto prazo contraído para fazer face a necessidades de tesouraria, tendo esse valor sido integralmente pago no mesmo ano económico. Dadas as características deste tipo de empréstimo, realça-se que, por observância às movimentações orçamentais que origina, nomeadamente reflectindo igual valor, quer no orçamento da receita, quer no orçamento da despesa, este empréstimo acaba por apresentar um efeito nulo.

4.2.6.2 Médio e Longo Prazo

Quadro – Evolução do financiamento reportado a empréstimos de m.l.p a preços correntes

uni: Euro

Empréstimos de m.l.p	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	11.360.000,00	1.552.552,69	-86,33	597.660,25	-61,50

Como se verifica no quadro acima exposto, o recurso a empréstimos de médio e longo diminuiu 62% face ao valor ocorrido no ano anterior. Deste modo, o volume total de empréstimos de médio e longo prazo, contraídos no decurso de 2011 situou-se

próximo de 598 mil euros e corresponde à utilização de empréstimo excepcionado do endividamento, contraído para financiar os quatro centros escolares iniciados ainda no decurso de 2009.

4.2.7 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos

Indicadores	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,62	0,57	-8,75	0,54	-4,52
Outros Financ. / Despesa Total	0,65	0,55	-14,14	0,55	-1,18
Outros Financiamentos por Km2	67.336,83 €	54.956,19 €	-18,39	56.755,14 €	3,27
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	553,91 €	447,21 €	-19,26	461,04 €	3,09
Fundos Municipais / Receita Total	0,26	0,30	12,95	0,26	-12,27
Fundos Municipais / Despesa Total	0,27	0,29	6,28	0,27	-9,21
Fundos Municipais por Km2	28.670,11 €	28.964,00 €	1,03	27.482,77 €	-5,11
Fundos Municipais <i>per capita</i>	235,84 €	235,70 €	-0,06	223,25 €	-5,28
Coop. Técn. Financ. / Receita Total	0,01	0,00	-83,74	0,00	-3,35
Coop. Técn. Financ. / Despesa Total	0,01	0,00	-84,70	0,00	0,03
Coop. Técn. Financeira por Km2	1.217,52 €	177,01 €	-85,46	185,05 €	4,54
Coop. Técn. Financeira <i>per capita</i>	10,02 €	1,44 €	-85,62	1,50 €	4,36
Fundos Comunitários / Receita Total	0,02	0,08	361,09	0,14	69,60
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,02	0,08	333,85	0,14	75,53
Fundos Comunitários por Km2	1.965,35 €	8.105,14 €	312,40	14.868,18 €	83,44
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	16,17 €	65,96 €	307,97	120,78 €	83,12
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,25	0,04	-84,72	0,01	-64,45
Empréstimos m.l.p. / Despesa Total	0,26	0,04	-85,62	0,01	-63,21
Empréstimos m.l.p. por Km2	27.301,13 €	3.731,20 €	-86,33	1.434,61 €	-61,55
Empréstimos m.l.p. <i>per capita</i>	224,58 €	30,36 €	-86,48	11,65 €	-61,62

O quadro que se apresenta permite aferir que o peso dos outros financiamentos no total da receita diminuiu cerca de 4,5%. As receitas resultantes dos outros financiamentos cobriram 55% das despesas totais realizadas em 2011. Os outros financiamentos, *per capita*, foram na ordem dos 461,04 euros e, por Km², de 56.755,14 euros.

Em 2011, os fundos municipais representaram 26% do total das receitas e cobriram 27% das despesas totais realizadas. Estas receitas significaram, *per capita*, um valor de 223,25 euros e, por Km², de 27.482,77 euros.

Será de salientar que os fundos comunitários significaram 14% do total das receitas e financiaram 14% das despesas realizadas, tendo sido obtido um valor de financiamento, *per capita*, de 120,78 euros.

O recurso ao crédito de médio e longo prazo contribuiu para aproximadamente 1% das receitas totais e suportou 1% das despesas realizadas, representando, *per capita*, um valor de 11,65 euros e, por Km², de 1.434,61 euros.

5. Aplicação dos Recursos Financeiros

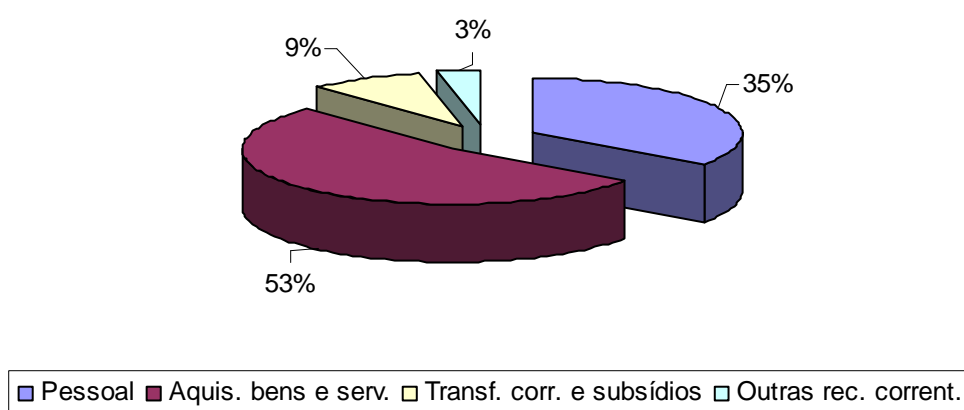
5.1 Despesas de Funcionamento

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo as despesas com a execução de projectos por administração directa que, na prática, são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas na conta residual, designada por “outras despesas correntes”.

5.1.1 Estrutura das despesas de funcionamento

Gráfico - Estrutura das Despesas de Funcionamento



Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento realizadas no decurso de 2011 reporta-se à aquisição de bens e serviços (53%). As despesas com pessoal e as despesas relativas às transferências

correntes e subsídios, representam respectivamente 35% e 9% do total das despesas de funcionamento.

5.1.2 Evolução das despesas de funcionamento

Quadro – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes

uni: Euro

Despesas de Funcionamento	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	21.567.178,94	22.434.310,29	4,02	21.922.193,12	-2,28

As despesas de funcionamento sofreram uma diminuição em 2,3%, o qual ainda é mais pronunciado, face à ocorrência um IPC positivo (Índice de Preços no Consumidor) no decurso de 2011.

Complementarmente, importa atender aos efeitos internos, relacionados com a disponibilização de novas infra-estruturas e consequentemente de novos serviços públicos, os quais induzem um crescimento natural das despesas de funcionamento.

5.1.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento

Indicadores	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	0,98	0,90	-8,45	0,87	-3,70
Desp. Func. / Despesas Correntes	0,98	0,90	-8,45	0,98	8,93
Desp. Func. / Despesas Totais	0,50	0,54	9,43	0,51	-6,61
Despesas de Funcionamento por Km ²	51.831,72 €	53.915,67 €	4,02	52.621,68 €	-2,40
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	426,36 €	447,50 €	4,96	427,47 €	-4,48

A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento registou uma quebra em 3,7%. No ano em análise, estas despesas representam 51% das despesas totais. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram na ordem dos 427,47 euros, e, por Km², de 52.621,68 euros.

5.2 Despesas com pessoal

5.2.1 Evolução das despesas com pessoal

Quadro – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes

uni: Euro

Despesas com Pessoal	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	5.836.747,29	8.103.437,80	38,83	7.594.605,09	-6,28

Estas despesas sofreram uma diminuição em aproximadamente 6,3%, sendo de referir a influência a partir do ano de 2010, decorrente da transferência de competências assumida pelo Município de Ourém no âmbito da Educação.

5.2.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,27	0,32	22,19	0,30	-7,64
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,26	0,36	36,83	0,34	-4,79
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,13	0,20	46,06	0,18	-10,43
Despesas de Pessoal por Km ²	14.027,27 €	19.474,74 €	38,83	18.229,97 €	-6,39
Despesas de Pessoal <i>per capita</i>	115,39 €	161,64 €	40,08	148,09 €	-8,38

As despesas com pessoal consumiram 30% das receitas correntes liquidadas, evidenciando um valor inferior ao ocorrido no ano anterior em 2 pontos percentuais. A representatividade das despesas com pessoal no total das despesas foi de 18% e significou *per capita*, um valor na ordem dos 148,09 euros e por Km² de 18.229,97 euros.

5.3 Aquisição de bens e serviços

5.3.1 Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços

Quadro – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

uni: Euro

Despesas c/ Aquis. Bens e Serviços	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	13.113.937,31	12.126.876,79	-7,53	11.653.198,02	-3,91

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, denota-se um decréscimo destas, face ao ano anterior, em aproximadamente 3,9%.

5.3.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,60	0,49	-18,61	0,46	-5,30
Desp. Aquis. B.S. / Desp. Correntes	0,59	0,53	-8,86	0,52	-2,38
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,29	0,30	3,39	0,27	-10,28
Despesas c/Aquis. B.S. por Km ²	31.516,31 €	29.144,14 €	-7,53	27.972,15 €	-4,02
Despesas c/Aquis. B.S. <i>per capita</i>	259,25 €	241,89 €	-6,69	227,23 €	-6,06

Em 2011, 46% das receitas correntes foram afectas às despesas com a aquisição de bens e serviços, valor que significa uma diminuição deste factor em 5,3%. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais foi respectivamente de 52% e 27%. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram de 227,23 euros e, por Km², de 27.972,15 euros.

5.4 Serviço da dívida

O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da atividade municipal no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

5.4.1 Evolução do serviço da dívida

Quadro – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes

Serviço da Dívida	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	3.947.843,53	4.442.749,00	12,54	4.833.599,48	8,80
(excluindo a amortização do emp. de curto prazo)	2.328.621,13	3.334.341,77	43,19	3.546.217,52	6,35

Estas despesas sofreram um aumento em 8,8%. No entanto, esta circunstância está influenciada pela utilização de um empréstimo de curto prazo. Excluindo o mencionado factor de influência (empréstimo a curto prazo), o qual assume um efeito nulo no âmbito orçamental (relação receita/despesa), estas despesas apresentam um aumento na ordem dos 6,4% e resultam, essencialmente, da amortização de parte do empréstimo contraído ao abrigo do PREDE e pese embora as taxas de juro tenham permanecido em níveis historicamente baixos, ao longo de todo o período.

5.4.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida

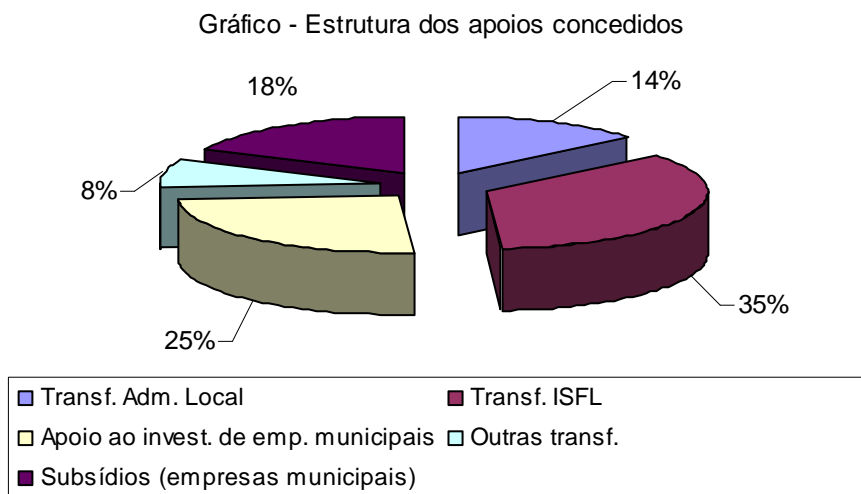
Indicadores	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,05	0,08	60,10	0,08	-1,79
Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,05	0,08	50,64	0,08	1,64
Serviço da Dívida por Km ²	5.596,30 €	8.013,32 €	43,19	8.512,28 €	6,23
Serviço da Dívida <i>per capita</i>	46,03 €	66,51 €	44,48	69,15 €	3,97

Nos indicadores acima expostos, exclui-se das despesas com o serviço da dívida, o volume reportado à amortização do empréstimo de curto prazo.

Deste modo, o serviço da dívida representa 8% das despesas totais e absorve 8% do cômputo das receitas. As despesas com o serviço da dívida, *per capita*, foram de 69,15 euros e , por Km², de 8.512,28 euros.

5.5 Apoios concedidos a terceiros

5.5.1 Estrutura dos apoios concedidos a terceiros



Aproximadamente 14% dos apoios concedidos são respeitantes a verbas cedidas à Administração Local (essencialmente, Freguesias) e 25% reportam-se ao apoio ao investimento de empresas municipais. Note-se o peso relevante dos apoios concedidos às instituições sem fins lucrativos, os quais absorveram 35% destas despesas.

5.5.2 Evolução dos apoios concedidos a terceiros

Quadro – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Apoios Concedidos	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	5.645.687,64	6.428.903,87	13,87	4.643.871,82	-27,77

No decurso de 2011, os apoios concedidos a terceiros significaram um valor na ordem dos 4,6 milhões de euros, denotando uma diminuição em 28%, face ao valor verificado no ano anterior, invertendo o acréscimo verificado no ano anterior.

5.5.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros

Indicadores	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Apoios concedidos / Receitas Totais	0,13	0,16	27,32	0,11	-33,29
Apoios concedidos / Despesas Totais	0,13	0,16	19,80	0,11	-30,97
Apoios concedidos por Km ²	13.568,10 €	15.450,38 €	13,87	11.147,08 €	-27,85
Apoios concedidos <i>per capita</i>	111,61 €	128,24 €	14,90	90,55 €	-29,39

Os apoios concedidos afectam cerca de 11% das receitas totais, significam 11% do somatório das despesas realizadas totais e uma capitação por habitante de 90,55 euros.

5.6 Investimento Municipal

5.6.1 Investimento directo

5.6.1.1 Evolução do investimento directo

Quadro – Evolução do Investimento Directo Municipal a preços correntes

uni: Euro					
Investimento Directo Municipal	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	14.151.906,96	9.447.580,68	-33,24	13.380.931,95	41,63

O período em análise evidencia um acréscimo significativo do volume de investimento directo municipal em 42%, tendo o montante realizado ascendido a um valor próximo de 13,4 milhões de euros.

5.6.1.2 Indicadores

Em 2011 o investimento directo municipal realizado absorveu 31% das receitas totais e significou 31% das despesas totais. O volume de investimentos directos, *per capita*, foi de 260,92 euros e, por Km², de 32.119,38 euros.

Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Direto

Indicadores	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Investimento Direto / Receitas Totais	0,31	0,23	-25,36	0,31	30,79
Investimento Direto / Despesas Totais	0,33	0,23	-29,77	0,31	35,36
Investimento Direto por Km2	34.010,83 €	22.705,07 €	-33,24	32.119,38 €	41,46
Investimento Direto <i>per capita</i>	279,77 €	188,45 €	-32,64	260,92 €	38,45

5.6.2 Investimento total (direto e indirecto)

Nesta análise, considerar-se-á como investimento do município não só o investimento por este realizado, denominado por investimento direto, mas também o investimento realizado por terceiros, mas que é financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

5.6.2.1 Evolução do investimento total

Quadro – Evolução do Investimento Total Municipal (direto e indirecto) a preços correntes

uni: Euro					
Investimento Total Municipal	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	17.937.206,72	14.273.611,05	-20,42	16.255.588,92	13,89

O investimento direto total reporta um acréscimo em 13,9% e representa um volume próximo de 16,7 milhões de euros.

5.6.2.2 Indicadores

A absorção das receitas totais pelas despesas de investimento totais registou um aumento em aproximadamente 2 pontos percentuais. No ano em análise, estas despesas representaram 38% das despesas totais. A capitação das despesas de investimento municipal total foi na ordem dos 316,97 euros, e por Km², de 39.019,66 euros.

Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (directo e indirecto)

Indicadores	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,40	0,35	-11,03	0,37	5,17
Investimento Total / Despesas Totais	0,41	0,35	-16,29	0,38	8,84
Investimento Total por Km2	43.107,92 €	34.303,32 €	-20,42	39.019,66 €	13,75
Investimento Total <i>per capita</i>	354,60 €	284,71 €	-19,71	316,97 €	11,33

5.6.3 O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento

Quadro – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes

uni: Euro						
Designação	2009	Peso (%)	2010	Peso (%)	2011	Peso (%)
Investimento Total a)	17.937.206,72	--	14.273.611,05	--	16.255.588,92	--
Receitas de Capital (1)	23.089.765,89	189,88	15.336.824,77	126,13	18.311.873,83	142,03
Venda de Bens de Investimento	4.856.520,80	39,94	4.805.480,00	39,52	5.677.746,00	44,04
Participação nos Impostos do Estado (Capital)	4.068.806,00	33,46	4.166.561,00	34,26	3.956.323,00	30,69
Cooperação Técnica e Financeira	506.610,20	4,17	73.655,30	0,61	77.089,99	0,60
Fundos Comunitários (Capital)	687.828,89	5,66	3.321.567,78	27,32	6.147.689,58	47,68
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso ao Crédito	11.360.000,00	93,42	1.552.552,69	12,77	597.660,25	4,64
Outras Receitas de Capital	1.610.000,00	13,24	1.417.008,00	11,65	1.855.365,01	14,39
Poupança Corrente (2)	-449.940,38	-3,70	2.213.887,45	18,21	2.937.360,10	22,78
Total das Fontes de Financiamento (b)	22.639.825,51	186,18	17.550.712,22	144,33	21.249.233,93	164,82
Fontes de Financiamento / Investimento	1,26	--	1,23	--	1,31	--
(Fontes de Financ. - Investimento Total)	4.702.618,79		3.277.101,17		4.993.645,01	

a) Investimento directo e indirecto

b) (1) + (2)

Através da análise efectuada ao quadro apresentado, verifica-se que, no ano de 2011, as fontes de financiamento de capital foram superiores ao investimento total em aproximadamente 5 milhões. Para esta circunstância contribuiu, nomeadamente, a poupança corrente verificada.

6. Cumprimentos legais na despesa

6.1 Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal

As despesas municipais com pessoal eram limitadas pelas disposições constantes no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de abril, na redacção dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro.

Contudo, o Decreto-Lei 305/2009, de 23 de outubro, o qual estabelece o regime jurídico dos serviços das autarquias locais, veio revogar a legislação referida no parágrafo anterior, pelo que, actualmente, não vigora qualquer limite legal no âmbito das despesas municipais com pessoal.

Contudo, neste âmbito importa observar à regra dos 2 para 1 (duas saídas para uma entrada), a qual é cumulativa com a verificação da obtenção de encargos inferiores resultantes do recrutamento de novos trabalhadores, comparativamente aos encargos inerentes às saídas (vide Lei 12-A/2008 de 27 de fevereiro e Lei 3-B – OE/2010), ou ainda a redução em 2% do pessoal prevista na LOE/2011.

6.2 Cumprimento do limite da capacidade de endividamento

A Lei das Finanças Locais estabelece princípios orientadores em matéria de endividamento autárquico, redefinindo quer o conceito de endividamento, quer o modelo de apuramento dos limites.

Consequentemente, define-se que o montante de endividamento líquido municipal, o qual é compatível com o conceito transposto no SEC95, é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores e a soma dos activos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido das entidades em

que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o sector empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local.

No âmbito do limite de endividamento líquido municipal, refere-se que o montante deste endividamento, em 31 de dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa no IRS e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Já o limite geral dos empréstimos a médio e longo prazo refere que o montante em dívida não pode exceder, em 31 de dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa de participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Endividamento municipal em 31 de dezembro de 2011

Da análise do quadro apresentado nas páginas seguintes, conclui-se que, o Município de Ourém, a 31 de dezembro de 2011, não se encontrava em excesso de endividamento líquido, considerando que, neste âmbito, disponha de uma margem de endividamento ligeiramente superior a 8,8 milhões de euros, cumprindo, deste modo, o estabelecido na Lei das Finanças Locais.

De referir que, em observância ao artigo 53.º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (alterado pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro), o limite legal de endividamento líquido aplicável em 2011 não é o decorrente da Lei das Finanças Locais mas o endividamento líquido obtido em 31 de dezembro de 2010, tendo em vista a sua diminuição. Neste contexto, salienta-se que o endividamento líquido obtido em 31 de dezembro de 2010 era de 17.257.389 euros. Assim, denota-se um decréscimo no nível de endividamento líquido em aproximadamente 4,1 milhões de euros, considerando o endividamento líquido apurado, tendo por referência a data de 31 de dezembro de 2011, se cifrou em 13.169.749,17 euros.

Relativamente ao endividamento de médio, longo prazo, nos termos da Lei das Finanças Locais, esta autarquia apresenta uma margem de endividamento na ordem de 1,2 milhões de euros. Porém será de referir que por aplicação da LOE/2011, a capacidade de recurso a empréstimos de médio longo prazo foi atribuída por rateio, não tendo sido atribuído qualquer valor a esta autarquia.

Será de referir que à data de 31 de dezembro de 2011, esta autarquia dispunha de um valor na ordem dos 6,1 milhões de euros, respeitante a empréstimos excepcionados.

**1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2011**

(€)				
RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)	Observações
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	6.492.584,43	190.244,54	6.302.339,89	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	3.736.265,59	66.326,37	3.669.939,22	* Valores anuais, os quais devem corresponder aos inscritos no formulário Receitas Municipais', relativo a 2011.
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	2.040.682,08	123.836,50	1.916.845,58	
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)**	681.192,58	14,00	681.178,58	
Contribuição Autárquica	837,47	67,67	769,80	
Imposto Municipal de Sisa	33.606,71		33.606,71	
DERRAMA*	527.631,23		527.631,23	
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	7.020.215,66	190.244,54	6.829.971,12	(A)
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*	-	-		(B)
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2012)	-	-	10.768.226,00	(C)
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	17.598.197,12	(D) = (A) + (B) + (C)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	-	-	1.759.819,71	(E) = 10% x (D)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	-	-	17.598.197,12	(F) = 100% x (D)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-	-	21.997.746,40	(G) = 125% x (D)

** Inclui o montante de receitas arrecadadas a título de Imposto Único Circulação (IUC).

2. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

(€)

CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	Observações
1 DISPONIBILIDADES	1.054.174,16		
11 Caixa	9.001,06		
12 Depósitos em instituições financeiras	1.045.173,10		
13 e 14 (...)			
15 Títulos negociáveis			
18 Outras aplicações de tesouraria			
2 TERCEIROS	12.432.806,39	56.152.580,47	
21 Clientes, contribuintes e utentes	1.532.423,80	26.829,59	
211 Clientes, c/c	4.089,79		
212 Contribuintes, c/c	405.392,74		
213 Utentes, c/c	148.917,87		
214 a 216 (...)			
217 Clientes e utentes c/ cauções		26.829,59	
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	974.023,40		
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
22 Fornecedores	0,00	5.124.210,33	
221 Fornecedores, c/c		1.878.274,37	
222 a 227 (...)			
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		3.245.935,96	
229 Adiantamentos a fornecedores			
23 Empréstimos obtidos		22.449.282,10	
231 Em moeda nacional		22.449.282,10	
2311 De curto prazo		0,00	
23111 Empréstimos bancários			
23112 a 23119 (...)			
2312 De médio e longo prazo		22.449.282,10	
23121 Empréstimos bancários		22.449.282,10	
23123 Outros empréstimos obtidos			



CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	Observações
24 Estado e outros entes públicos		149.775,54	
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento			
26 Outros devedores e credores	6.043.835,55	8.256.639,66	
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	5.058.509,54	
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		2.518.744,93	
2612 a 2617 (...)		1.718.390,79	
2618 Facturas em recepção e conferência		821.373,82	
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			
262 Pessoal		1.223,12	
263 Sindicatos		600,24	
264 Administração autárquica	0,00	265.045,23	
2641 Associações de municípios		84.925,99	
2642 Municípios			
2643 Serviços municipalizados			
2644 Federações de municípios			
2645 Associações de freguesias			
2646 Freguesias		180.119,24	
2647 Empresas municipais e intermunicipais			
2648 e 2649 (...)			
265 e 266 (...)			
267 Consultores, assessores e intermediários		37.719,90	
268 Devedores e credores diversos	6.043.835,55	2.893.541,63	
269 Adiantamentos por conta de vendas			
27 Acréscimos e diferimentos	4.856.547,04	20.145.843,25	15.289.296,21 €
271 Acréscimos de proveitos	4.829.420,07		
272 Custos diferidos	27.126,97		
273 Acréscimos de custos		1.486.837,55	
274 Proveitos diferidos		18.659.005,70	
2741 a 2744 (...)			

CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	Observações
2745 Subsídios para investimentos*		18.643.841,27	* Para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749.
2748 Diferenças de câmbio favoráveis			
2749 Outros proveitos diferidos*		15.164,43	
28 Empréstimos concedidos			
4 IMOBILIZAÇÕES	4.753.849,61		
41 Investimentos financeiros	4.753.849,61		
411 Partes de capital	3.538.469,68		
412 Obrigações e títulos de participação			
413 (...)	1.215.379,93		
415 Outras aplicações financeiras			
TOTAL	18.240.830,16	56.152.580,47	
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	18.240.830,16	37.493.574,77	(A)

3. ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

(€)

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para fazer face a prejuízos decorrentes de calamidades públicas (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	1		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	2		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para pagamento de dívidas à EDP (Orçamentos do Estado para 1992, 1993, 1994 e 1995)	3		

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.1		
Empréstimos contraídos em 2002, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.2		
Outros empréstimos contraídos em 2002 destinados à habitação social (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 1 6-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	4.3		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries de Dezembro de 1995 e Janeiro 1996, criadas pelo Decreto-Lei n.º 47/96, de 15.05 (n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 10-B/96, de 23.03 - OE/1996)	5		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries no Inverno 2000/2001, criada pelo Decreto-Lei n.º 38-C/2001, de 8.02 (artigo 4.º da Lei n.º 2-A/2001, de 8.02)	6	1.887.415,13	
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, ao abrigo do Programa de Reabilitação Urbana, apoiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (artigo 22.º da Lei n.º 52-C/96, de 27.12 - OE/1997 e artigo 22.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	7		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito criada pelo Decreto-Lei n.º 345/97, de 05.12 para apoio à reparação dos danos causados em infra-estruturas e equipamentos municipais (artigo 23.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	8		
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, para execução de projectos participados por fundos comunitários (artigo 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo artigo 28.º do OE/2000)	9.1	285.554,48	

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos em 2002, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	9.2		
Empréstimos contraídos durante 2002 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	10.1		
Empréstimos contraídos durante 2003 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30.12 - OE/2003)	10.2		
Empréstimos contraídos no âmbito da linha de crédito bonificado para apoio à reparação dos danos causados pelos incêndios ocorridos desde 20 de Julho de 2003 em equipamentos e infra-estruturas municipais de relevante interesse público (artigo 3.º da Lei n.º 107/2003, de 10.12)	11		
Empréstimos contraídos em 2004, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (Despacho Conjunto n.º 177/2004, de S. Ex.as os Ministros das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, publicado na II Série do D.R. n.º 71, de 27.03.2004	12		
Empréstimos contraídos em 2005, até 29.07, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12-OE/2005	13		
Empréstimos contraídos em 2005, a partir de 30.07, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12 – OE/2005, na redacção da Lei n.º 39-A/2005, de 29.7 (1.ª alteração à OE/2005)	14	771.891,33	
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 7 do artigo 33.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30.12 - OE/2006	15		

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas ou para a reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios abrangidos pelo n.º 9 do artigo 33.º do OE/2006 (Despacho 22 262/2006, de 3/11)	16		
Empréstimos contraídos para execução de programas de reabilitação urbana, abrangidos pelo n.º 5 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	17	1.002.125,00	
Empréstimos contraídos, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários, abrangidos pelo n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	18	2.150.100,08	
Empréstimos contraídos para execução de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por situações de calamidade pública, abrangidos pelo n.º 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	19		
Empréstimos contraídos para a conclusão dos PER cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até 1995 (alínea b) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	20		
Empréstimos contraídos em 2008 destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Iniciativa Operações de Requalificação e Empréstimos contraídos em 2008/09 destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Iniciativa de Requalificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (art.º 27º OE/2008, art.º 51.º, n.º 1 OE/2009)	21		
Outros empréstimos de médio e longo prazos (não excepcionados e não incluídos nos pontos anteriores)	22	16.352.196,08	
TOTAL		22.449.282,10	

Outras dívidas de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988 (alínea c) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	1		

RECAPITULATIVO			
Designação	N.º	Montante	Observações
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal (somatório das linhas 1 a 21 do quadro de empréstimos mlp)	A	6.097.086,02	
Outras dívidas de médio e longo prazos excepcionadas dos limites de endividamento municipal (dívidas EDP 1988)	B	0,00	

APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DO PERÍODO

(€)

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	22.449.282,10	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	19.252.744,61	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	16.182,17	(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos* (1)
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	14.090,58	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido* (1)
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	6.097.086,02	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	16.368.378,25	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	13.169.749,17	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	1.759.819,71	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	17.598.197,12	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	21.997.746,40	(M) = Campo (G) do Quadro 1



Situação face aos limites			
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	1.759.819,71	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso		(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem	1.229.818,87	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso		(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	Margem	8.827.997,23	

7. Análise Económico-financeira

7.1 Análise da Situação Económica

7.1.1 Condições Económicas

Quadro – Mapa de Condições Económicas

Designações	Exercícios	
	2011	2010
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira ^(a)	-3,89%	-3,30%
1.2 Económica	-2,84%	-2,46%
1.3 Vendas	-403,53%	-344,14%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	-0,033	-0,032
2.2 Alavancagem	-0,06	-0,06
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	-0,03	-0,02
3. Rotações		
3.1 Rotação do Activo	0,007	0,007
3.2 Rotação do Activo Corrente	0,17	0,19
3.3 Rotação do Activo Imobilizado	0,007	0,007
4. Gestão		
4.1 de Matérias	2,73	3,24
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	146,0	34,2
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	170,2	136,5

(a) Entendeu-se adoptar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios

Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na actividade.

Os indicadores de rendibilidade denotam uma deterioração destes indicadores, estritamente relacionadas com o facto de o exercício de 2011 apresentar um resultado líquido do exercício negativo, bastante mais expressivo que o ocorrido no ano anterior. Assim, a rendibilidade financeira situou-se em -3,89%, reflectindo a negatividade do resultado líquido do exercício obtido.

Equações fundamentais

A rendibilidade dos fundos próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu activo. Este rácio regista um valor negativo (-0,03), o qual deriva do resultado do exercício obtido.

A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2011 (-1,37) que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador, a existência de uma taxa de retorno dos capitais investidos negativa.

Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do activo. No entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da actividade do Município.

Gestão

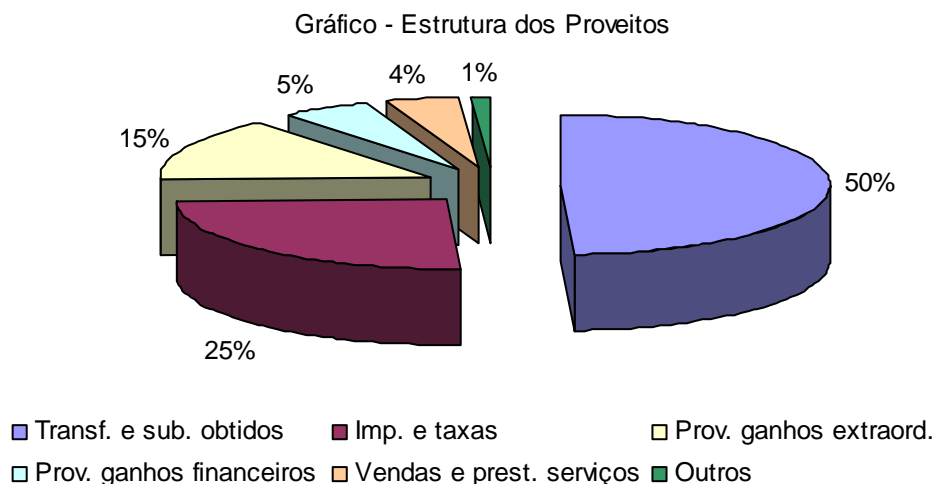
O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias, regista um aumento substancial. Desta forma, o prazo médio de cobrança expresso em dias situou-se na ordem dos 146 dias, essencialmente decorrentes de algumas dificuldades de cobrança no que concerne às áreas do saneamento e dos resíduos sólidos.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c indica uma deterioração deste indicador, pelo que o prazo médio de pagamentos, no decurso de 2011, situou-se em torno dos 170 dias (137 dias em 2010).

Neste contexto se considerada a fórmula prevista na Resolução do Conselho de Ministros, n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, para apuramento do prazo médio de pagamentos, verifica-se que na listagem publicada pela DGAL (Direcção Geral das Autarquias Locais) em 27/09/2011 (última listagem divulgada) tendo por referência a data de 30/06/2011, o Município de Ourém não surge na extensa listagem de Municípios com prazo médio de pagamento superior a final de 90 dias, reportando o referido organismo um prazo médio de pagamento de 83 dias no que concerne a esta autarquia.

7.1.2 Proveitos

7.1.2.1 Estrutura dos proveitos



A estrutura dos proveitos demonstra que 50% destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento de Estado. Os impostos e taxas representam 25 % dos proveitos totais. Os proveitos e ganhos extraordinários e os proveitos e ganhos financeiros significam 15% e 5%, respetivamente, do cômputo do total de proveitos. Os proveitos relativos à venda de bens e prestação de serviços significam 4% do total dos proveitos.

7.1.2.2 Evolução dos proveitos

Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes

uni: Euro

Proveitos	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Vendas e prestações de serviços	1.361.367,38	1.399.551,07	2,80	1.396.325,60	-0,23
Vendas	12.853,95	9.304,17	-27,62	7.819,14	-15,96
Prestação de serviços	1.348.513,43	1.390.765,02	3,13	1.399.332,27	0,62
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	5.370,47	8.609,39	60,31	482,13	-94,40
Saneamento - Tarifa de Ligação	101.903,16	66.367,57	-34,87	120.047,65	80,88
Resíduos Sólidos	1.098.922,14	1.175.748,05	6,99	1.180.826,84	0,43
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	26.223,82	29.487,86	12,45	30.260,46	2,62
Trabalho por conta de particulares	92,70	22.462,17	24131,04	11.596,66	-48,37
Cemitérios	11.211,50	27.759,43	147,60	24.371,83	-12,20
Parques de Estacionamento	73.793,60	9.497,33	-87,13	0,00	-100,00
Outros	30.996,04	24.948,38	-19,51	20.047,65	-19,64
Impostos e taxas	7.994.722,06	8.815.582,44	10,27	7.898.860,47	-10,40
Impostos directos	6.417.822,55	7.443.325,75	15,98	6.418.007,95	-13,77
Imposto municipal sobre imóveis	3.082.831,09	4.037.353,00	30,96	3.893.278,26	-3,57
Impostos municipal sobre veículos/IUC	646.317,91	687.639,07	6,39	762.907,10	10,95
Imposto municipal sobre transmissões	1.777.692,78	1.991.998,96	12,06	1.083.282,76	-45,62
Derrama	831.475,25	695.471,89	-16,36	586.661,00	-15,65
Impostos abolidos	79.505,52	30.862,83	-61,18	91.878,83	197,70

Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Proveitos	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Impostos indirectos e taxas	1.576.899,51	1.372.256,69	-12,98	1.480.852,52	7,91
Mercados e feiras	130.626,78	124.767,39	-4,49	123.938,63	-0,66
Loteamentos e obras	721.504,17	434.740,40	-39,75	418.932,72	-3,64
Ocupação da via pública	4.928,94	2.432,20	-50,65	1.828,50	-24,82
Publicidade	45.843,92	79.339,47	73,06	76.427,69	-3,67
Saneamento (Conserv. e tratamento)	574.336,06	659.436,88	14,82	787.598,96	19,44
Outros	99.659,64	71.540,35	-28,22	72.126,02	0,82
Proveitos Suplementares	132.566,21	169.346,71	27,75	128.460,09	-24,14
Transferências e subsídios obtidos	13.885.585,94	16.660.438,17	19,98	15.271.487,69	-8,34
Outros proveitos e ganhos operac.	663,52	0,00	--	0,00	--
Trabalho para a própria entidade	2.801.335,16	1.498.833,42	-46,50	202.578,07	-86,48
Proveitos e ganhos financeiros	1.538.726,43	1.603.501,57	4,21	1.646.652,57	2,69
Juros obtidos	14.014,30	4.363,26	-68,87	26.698,20	511,89
Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Rendimentos de imóveis	1.514.970,30	1.593.500,91	5,18	1.614.890,19	1,34
Proveitos e ganhos extraordinários	1.350.794,92	1.638.840,95	21,32	4.584.672,27	179,75
Ganhos em imobilizações	7.081,48	240,47	-96,60	695.174,99	288990,11
Benefícios de penalidades contratuais	79.309,71	55.780,27	-29,67	867.219,92	1454,71
Transferências de capital	678.825,75	815.339,02	20,11	1.010.168,66	23,90
Outros proveitos e ganhos extraordinários	585.577,98	767.481,19	31,06	2.012.108,70	162,17
Total	29.065.761,62	31.786.094,33	9,36	31.129.036,76	-2,07

Os proveitos totais evidenciam uma quebra em 2,1%, reflectindo, essencialmente, o decréscimo ocorrido nos proveitos relativos a imposto e taxas (-10,4%), proveitos suplementares (-24%), transferências e subsídios obtidos (-8,3%) e nos trabalhos para a própria entidade (-86%). Em sentido inverso, salientam-se os aumentos com proveitos e ganhos extraordinários (180%).

Vendas e Prestações de Serviços

Nesta conta são registadas todas as operações de venda, resultantes da actividade autárquica corrente. Complementarmente, registam-se ainda os proveitos referentes aos trabalhos e serviços prestados que sejam próprios dos objectivos ou das finalidades principais da autarquia.

Estes proveitos ostentam um valor total próximo de 1,4 milhões de euros e assinalam uma ligeiríssima variação (-0,2%), face ao volume verificado no ano anterior.

Os proveitos de maior relevância neste âmbito, são os relativos aos resíduos sólidos os quais ascendem a um valor próximo de 1,2 milhões de euros, e denotam uma variação de 0,4%, face ao período homólogo.

De salientar o acréscimo verificado nos proveitos resultantes da tarifa de ligação ao saneamento (+81%).

Relativamente à inexistência de receitas decorrentes de parques de estacionamento, será de mencionar que esta circunstância deriva da transferência da responsabilidade de gestão do estacionamento tarifado para uma empresa do setor empresarial local (OurémViva).

Impostos e Taxas

Esta conta destina-se ao registo das operações respeitantes a impostos e taxas das autarquias locais, os quais são discriminados de acordo com a elencação destas receitas definidas na Lei das Finanças Locais.

Os proveitos com impostos e taxas situaram-se em 7,9 milhões de euros e evidenciam uma quebra ligeiramente superior a 10%.

No âmbito dos impostos directos registam-se os acréscimos no Imposto Municipal sobre Veículos (+11%). Em sentido inverso denota-se uma quebra nos proveitos relativos ao Imposto Municipal sobre Imóveis (-3,6%), Imposto Municipal sobre Transmissões (-46%) e derrama (-16%). O IMI assinala um valor próximo de 3,9 milhões de euros e o IMT próximo de 1,1 milhões de euros (quebra de 908,7 mil euros

face a 2010 e próximo de 1,5 milhões de euros se efetuada comparação com o valor registado em 2008:± 2,6 milhões de euros). O Imposto Municipal sobre Veículos ascendeu a 763 mil euros e a derrama a 587 mil euros.

Relativamente aos impostos indirectos e taxas, no seu cômputo denota-se um aumento em 7,9%, essencialmente decorrente do acréscimo inerente às taxas de saneamento (+19%) e apesar do decréscimo verificado nos proveitos inerentes a loteamentos e obras (-3,6%) e publicidade (-3,7%).

Proveitos Suplementares

Neste contexto, são registados os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das actividades que não sejam próprias dos objectivos da autarquia.

Estes proveitos apresentam uma quebra em aproximadamente 24%, face ao volume verificado no ano anterior. No seu cômputo geral estes proveitos são na ordem dos 128,5 mil euros.

Transferências e subsídios obtidos

Nestas conta registam-se as transferências a que as autarquias têm direito, designadamente nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a Lei do Orçamento de Estado respeitante a cada ano económico, que sejam de natureza corrente ou de capital, excepcionando as transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinados por lei, por protocolo o por contrato-programa, as quais configuram um subsidio ao investimento.

O ano de 2011 denota um decréscimo destes proveitos em 8,3%, ou seja, verificando-se uma variação absoluta negativa próxima de 1,4 milhões de euros.

Neste âmbito assume particular preponderância a redução das transferências inerentes à delegação de competências com o Ministério da Educação (-624 mil euros face ao valor verificado em 2010), bem como as resultantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (-602 mil euros).

No seu cômputo geral estes proveitos situam-se próximos de 15,3 milhões de euros.

Outros proveitos e ganhos operacionais

Nesta conta registam-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das actividades que não sejam próprias dos objectivos principais da autarquia.

Em 2011 não se verifica a existência de qualquer proveito desta natureza.

Trabalhos para a própria entidade

Esta rubrica regista os trabalhos que a autarquia realiza para si mesma, sob a sua administração directa, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que sejam destinados ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios.

Relativamente a estes proveitos, verifica-se uma expressiva quebra (-87%), totalizando estes, em 2011, um montante próximo de 203 mil euros, em detrimento dos 1,5 milhões de euros ocorridos em 2010.

Proveitos e ganhos financeiros

Nesta conta registam-se designadamente, os proveitos inerentes aos juros obtidos, aos ganhos em entidades participadas, aos rendimentos de imóveis, aos rendimentos de participações de capital, às diferenças de câmbio favoráveis, aos descontos de pronto pagamento obtidos e aos ganhos na alienação de aplicações de tesouraria.

Os proveitos totais apurados neste âmbito são na ordem de 1,6 milhões de euros e denotam uma variação positiva, face ao volume verificado no ano anterior, em 2,7%.

Para a referida circunstância contribuiu o aumento verificado nos rendimentos de imóveis (+1,3%) e juros obtidos (+511%, variação absoluta de 22,3 mil euros).

Os proveitos mais expressivos neste âmbito são os inerentes a imóveis (representam 98% do total dos proveitos desta natureza), assumindo particular relevo a renda de concessão da energia elétrica em baixa e média tensão à EDP.

Proveitos e ganhos extraordinários

Nesta conta são registados, nomeadamente, os proveitos relativos à restituição de impostos, à recuperação de dívidas, aos ganhos em existências, aos ganhos em imobilizações, aos benefícios de penalidades contratuais, às correcções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes proveitos manifestam um assinalável aumento (+180%), decorrente do aumento verificado nos ganhos com imobilizações (variação absoluta de 695 mil euros, decorrente, essencialmente, da alienação do Pavilhão Desportivo Municipal de Ourém à Parque Escolar EPE), dos benefícios e multas contratuais (variação absoluta de 811 mil euros, resultante da multa pelos aplicada à entidade Aquino Construções S.A. pelos atrasos na empreitada de “Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B”) e de correcções relativas a anos anteriores (variação absoluta de 1,1 milhões de euros refletindo, essencialmente, um recebimento de um valor de 742 mil euros de IMI e de diversos valores do Ministério da Educação referentes a exercícios anteriores).

De referir ainda o recebimento de um montante na ordem dos 200 mil euros inerentes à Massa Insolvente da Cooperativa Agrícola de Ourém.

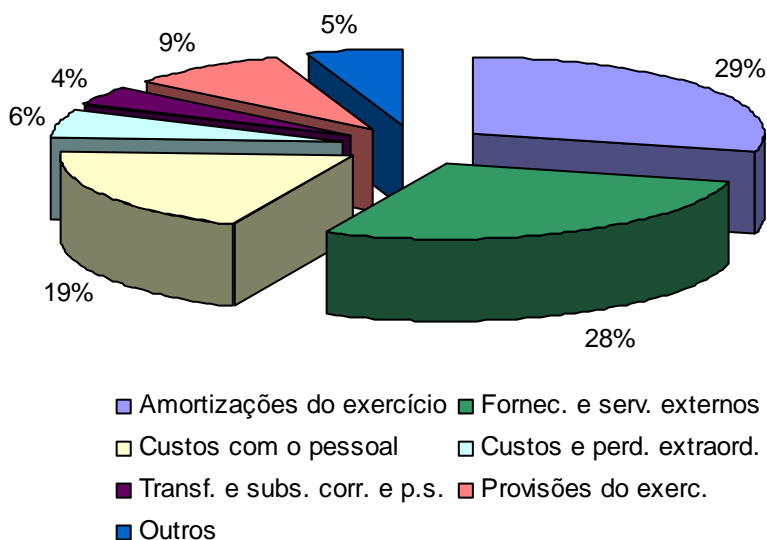
7.1.3 Custos

7.1.3.1 Estrutura dos custos

Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem as amortizações do exercício e os fornecimentos e serviços externos, os quais representam, respectivamente, 29% e 28% dos custos totais.

Realce-se ainda o peso na estrutura dos custos com pessoal (19%), provisões do exercício (9%), custos e perdas extraordinárias (6% e com as transferências e subsídios correntes e prestações sociais (4%).

Gráfico - Estrutura dos Custos



7.1.3.2 Evolução dos custos

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes

uni: Euro

Custos	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Custo das merc. vend. e mat. cons.	1.377.022,44	914.308,99	-33,60	799.392,03	-12,57
Fornecimentos e Serviços Externos	8.556.127,37	9.552.379,53	11,64	10.188.818,82	6,66
Electricidade	1.206.463,39	1.335.038,80	10,66	1.403.002,26	5,09
Combustíveis	40.893,59	23.840,45	-41,70	21.850,09	-8,35
Água	25.171,77	28.444,68	13,00	21.071,64	-25,92
Material de Escritório	33.955,68	23.897,80	-29,62	31.616,46	32,30
Rendas e Alugueres	174.399,85	134.911,83	-22,64	97.882,18	-27,45
Comunicação	81.742,17	82.239,03	0,61	86.049,33	4,63
Seguros	69.343,64	61.633,52	-11,12	63.614,84	3,21
Deslocações e Estadas	9.249,23	16.633,55	79,84	13.117,01	-21,14
Honorários	13.266,21	74.631,81	462,57	83.040,11	11,27
Conservação e reparação	887.427,26	852.854,54	-3,90	1.024.157,49	20,09
Publicidade e propaganda	8.687,40	66.279,00	662,93	51.594,74	-22,16
Limpeza, Higiene e Conforto	139.242,23	126.680,40	-9,02	128.804,60	1,68

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Vigilância e Segurança	161.032,55	191.484,44	18,91	169.165,61	-11,66
Trabalhos Especializados	243.311,54	586.659,57	141,11	614.282,16	4,71
Edições e Publicações Periódicas Municipais	43.440,60	0,00	-100,00	75.941,82	--
Exploração e Manutenção de ETAR's	617.169,69	777.250,55	25,94	760.530,27	-2,15
Encargos de Cobrança	176.656,78	191.540,59	8,43	177.280,28	-7,45
Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's	1.316.562,28	1.502.156,08	14,10	1.525.155,50	1,53
Transportes Escolares	1.006.541,51	1.123.558,76	11,63	1.420.337,14	26,41
Manutenção de espaços verdes	550.141,58	459.276,46	-16,52	536.435,46	16,80
Limpeza Urbana	300.540,14	364.903,88	21,42	376.474,67	3,17
Fornecimento de refeições	714.147,99	663.874,81	-7,04	799.587,19	20,44
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	841.084,36	962.924,15	14,49	324.859,59	-66,26
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	1.973.014,08	1.512.749,48	-23,33	1.483.599,82	-1,93
Transferências Correntes Conced.	1.410.471,74	824.639,22	-41,53	836.538,88	1,44
Freguesias	589.702,07	43.830,65	-92,53	15.271,60	-65,16
Associações de Municípios	533,58	202,92	131753,33	1.462,94	620,94
Instituições s/fins lucrativos	785.052,92	703.340,09	-10,41	434.398,10	-38,24
Famílias	28.473,17	56.204,56	97,39	27.493,60	-51,08
Outras transferências correntes concedidas	6.710,00	77.265,56	1051,50	357.912,64	363,22
Subsídios Correntes Concedidos	562.542,34	688.110,26	22,32	647.060,94	-5,97
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	559.842,34	685.410,26	22,43	644.585,94	-5,96
Custos com o Pessoal	5.777.063,47	8.474.264,85	46,69	7.059.581,36	-16,69
Remuneração dos membros dos órgãos autárquicos	397.920,08	554.013,60	39,23	417.137,58	-24,71
Remunerações do pessoal	4.475.558,41	6.558.208,12	46,53	5.420.897,35	-17,34
Pensões	3.968,85	4.749,27	19,66	1.045,15	-77,99
Encargos sobre remunerações	676.951,37	1.041.872,72	53,91	883.467,92	-15,20
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	41.656,63	51.583,16	23,83	79.621,73	54,36
Outros custos com pessoal	181.008,13	263.837,98	45,76	257.411,63	-2,44
Outros custos e perdas operacionais	134.672,47	135.203,31	0,39	167.848,74	24,15
Amortizações do exercício	10.486.202,50	10.440.584,62	-0,44	10.639.804,79	1,91
Provisões do Exercício	0,00	913.375,55	-	3.258.664,62	256,77
Custos e perdas financeiros	648.090,89	333.269,35	-48,58	989.530,58	196,92
Juros suportados - Empréstimos Bancários de médio longo prazo	623.332,71	308.928,21	-50,44	966.122,00	212,73
Outros custos e perdas financeiros	8.972,44	8.555,40	-4,65	7.622,84	-10,90

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Custos e Perdas Extraordinários	2.569.817,52	4.326.414,89	68,35	2.176.428,95	-49,69
Transf. de capital concedidas	2.435.574,84	3.612.145,01	48,31	1.560.916,01	-56,79
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.308.054,78	1.312.627,26	0,35	341.118,87	-74,01
Freguesias	570.474,60	1.951.930,05	242,16	280.247,51	-85,64
Associações de Municípios	11.947,49	2.687,52	-77,51	88.330,33	3186,69
Instituições s/fins lucrativos	545.097,97	344.900,18	-36,73	849.669,30	146,35
Outras transferências de capital concedidas	0,00	0,00	--	1.550,00	--
Outros custos e perdas extraord.	163,89	5.489,79	3249,68	6,77	-99,88
Total	31.522.010,74	36.602.550,57	16,12	36.763.669,71	0,44
Total (s/amortizações)	21.035.808,24	26.161.965,95	24,37	26.123.864,92	-0,15

Os custos totais apresentam um ligeiro aumento em 0,4%, significando, em volume monetário, um valor total próximo de 36,8 milhões de euros, ou seja denotando uma variação absoluta na ordem dos 161 mil euros. Extraíndo dos custos totais os custos relacionados com as amortizações, a variação ocorrida terá sido ligeiramente negativa (-0,15%).

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Esta conta serve de registo das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou consumo (integração no processo produtivo).

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas reflectem uma diminuição próxima de 12,6% e estão relacionadas com a diminuição do volume de obras efectuadas por administração directa, comparativamente ao verificado no ano anterior.

Fornecimentos e serviços externos

Nesta conta registam-se todos os custos incorridos com a aquisição de bens de consumo corrente (não armazenáveis) e/ou de serviços prestados por terceiros.

Os custos desta natureza sofreram um aumento na ordem dos 6,7%, que em termos absolutos significa uma variação ligeiramente superior a 636,4 mil euros, atingindo no seu cômputo um valor próximo de 10,2 milhões de euros. Os custos com electricidade, recolha, tratamento e transporte de rsu's e transportes escolares, são os mais representativos, significando 43% do total destes fornecimentos e serviços externos.

A variação ocorrida deriva, essencialmente, do aumento verificado na electricidade (+5,1%), material de escritório (+32%), comunicação (+4,6%), seguros (+3,2%), honorários (+11%), conservação e reparação (20%), trabalhos especializados (+4,7%), transportes escolares (+26%), manutenção de espaços verdes (17%), limpeza urbana (3%) e fornecimentos de refeições (20%).

Os custos inerentes à conservação e reparação refletem o aumento verificado no contrato programa com a empresa do setor empresarial local OurémViva (+171 mil euros).

O aumento com os transportes escolares (+297 mil euros) deriva do aumento do número de alunos transportados, face à abertura dos novos centros escolares, refletindo, bem como do acréscimo do custo por aluno no que concerne a este serviço.

Será ainda de mencionar o aumento em 136 mil euros relativo ao fornecimento de refeições escolares, circunstância decorrente no aumento do número de refeições.

O acréscimo relativo aos trabalhos especializados decorreu, essencialmente, da existência de um novo contrato-programa com a empresa municipal Ambiourem relacionado com o Apoio às Juntas de Freguesia e Promoção do Desenvolvimento Rural, bem como as prestações de serviços de fiscalização de construções da APDAF e do Centro Bem Estar do Bairro.

De referir em oposição, a quebra dos custos inerentes a água (-26%), rendas e alugueres (-28%), deslocações e estadas (-21%), publicidade e propaganda (-22%) e vigilância e segurança (-12%).

Relativamente à quebra reportada relativa a combustíveis (-8%), será de mencionar que, sendo este bem aprovisionado no Estaleiro Municipal, desde 2009, que o que se reporta a aquisições para armazenamento passou a ser imputado em conta específica inerente aos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas. Deste modo, será de referenciar que os custos totais com combustíveis em 2011, foram na ordem dos 326,9 mil euros (330,6 mil euros em 2010), circunstância que significou um aumento de 1,1% face ao volume verificado no período anterior, condição que face à escalada dos preços deste bem observada ao longo do ano em análise, indicia que não terá ocorrido um aumento real dos consumos verificados.

Transferências e subsídios correntes concedidos

Nesta conta são registadas as transferências correntes concedidas às unidades institucionais, ou seja, as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação directa para com o organismo dador. Complementarmente incluem-se ainda os subsídios concedidos com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos factores de produção, sem contrapartida a unidades produtivas, como é o caso das empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas.

Os custos desta natureza ostentam uma ligeira quebra (-1,9%), em resultado da quebra das transferências correntes concedidas para as Freguesias (-65%) e instituições sem fins lucrativos (-38%) e famílias (-51%). Ao invés verificou-se um aumento das transferências correntes para as empresas do setor empresarial local, relacionadas com a cobertura dos prejuízos de 2010, no valor de 318 mil euros.

Já no que concerne aos subsídios correntes concedidos, essencialmente decorrentes da prática de preços sociais nos serviços prestados pelas empresas municipais (o valor total atribuído às empresas municipais sob a forma de indemnização compensatória ascendeu a um valor próximo de 645 mil euros), assinala-se uma quebra próxima de 6%.

Custos com pessoal

Nesta conta registam-se as remunerações ilíquidas de todo o pessoal afecto ao Município, bem como todos os encargos patronais associados, designadamente: subsídio de refeição; abono para falhas; ajudas de custo; vestuário e artigos pessoais; prestações sociais directas e a ADSE.

Estes custos denotam um decréscimo em 16,7%, sendo generalizado a sua diminuição nas respectivas sub-rúbricas: remuneração dos membros dos órgãos autárquicos (-25%); remunerações do pessoal (-17%); pensões (-78%) e encargos sobre remunerações (-15%).

Esta quebra resulta da diminuição do número de funcionários (quer por aposentações, quer pela caducidade dos contratos de trabalho), da diminuição verificada nas remunerações da função pública superiores a 1.500 euros face a legislação aplicável, bem como pela redução da estimativa de encargos com o subsídio de férias a liquidar em 2012, face às normas de redução constantes na LOE/2012.

Amortizações do exercício

Esta conta destina-se ao registo da depreciação das imobilizações corpóreas (excepção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens do domínio público, atribuída ao exercício, e desde que não tenham carácter extraordinário. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respectivo imobilizado.

Estes custos denotam uma ligeira variação positiva em 1,9%, ascendendo a um valor total na ordem dos 10,6 milhões de euros, sendo os custos mais representativos de toda a estrutura.

Provisões do exercício

Esta conta regista, de forma global, no final do período contabilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos, em cada espécie de provisão entre dois períodos contabilísticos que tiver características de custo operacional.

Neste âmbito verifica-se uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 2,3 milhões de euros, resultante da constituição de provisões no valor de aproximadamente 2,7 milhões de euros e uma redução das provisões anteriormente constituídas no valor de 419,4 mil euros relativas a processos judiciais em curso, circunstância que deriva num aumento líquido das provisões para riscos em encargos num valor próximo de 2,3 milhões de euros.

Relativamente aos processos judiciais em curso assume particular relevo o processo 1326/11.3 (Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima), o qual ascende a um montante próximo de 2,3 milhões de euros.

Será de referir que se constituíram provisões para créditos de cobrança duvidosa no montante de 563,4 mil euros, o qual se associa ao utentes do serviço de recolha, transporte e tratamento de RSU's, bem como aos inerentes ao saneamento com dívida em mora há mais de 6 meses, bem como à penalização contratual aplicada à Massa Insolvente da empresa Aquino Construções S.A..

Custos e perdas financeiras

Nesta conta registam-se designadamente, os custos inerentes aos juros suportados, perdas em entidades participadas, amortizações de investimentos em imóveis, provisões para aplicações financeiras, diferenças de câmbio desfavoráveis e perdas na alienação de aplicações de tesouraria

Os custos totais apurados neste âmbito são na ordem de 989,5 mil euros e denotam uma variação positiva, face ao volume verificado no ano anterior, em 197% (variação absoluta de 656,2 mil euros).

Para a referida circunstância contribuiu a assunção de juros moratórios, essencialmente os aplicados pela SUMA, no âmbito de atrasos no pagamento referente à limpeza urbana e à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos.

Custos e perdas extraordinárias

Nesta conta são registados, nomeadamente, os custos relativos às transferências de capital concedidas, às dívidas incobráveis, às perdas em existências, às perdas em imobilizações, às multas e penalidades, aos aumentos de amortizações e de provisões, às correcções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes custos manifestam uma quebra em 50%, decorrente da diminuição verificada nas transferências de capital concedidas (-57%), nas quais assumem destaque as empresas municipais (-74%) e as Freguesias (-86%). A redução relativa às empresas municipais resulta da influência decorrente da Santo Papa a Fátima em 2010, circunstância que originou o estabelecimento de um contrato programa extraordinário com a SRU – Fátima. No que concerne à quebra das transferências de capital para as Freguesias, será de reportar a influência dos protocolos de delegação de competências definidos na área da rede viária, os quais se concluíram no segundo semestre de 2010.

Em sentido inverso importa salientar uma variação absoluta positiva para as associações de municípios (+85,6 mil euros) e para as instituições sem fins lucrativos (+504,8 mil euros).

7.1.4 Resultados

7.1.4.1 Resultado operacional

O resultado operacional apresentou um aumento da sua negatividade em aproximadamente 156%. Desta forma, o resultado foi negativo, num valor próximo de 8,7 milhões de euros.

Quadro – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes

uni: Euro

Resultado Operacional	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	-2.127.862,06	-3.399.114,52	59,74	-8.699.998,26	155,95

7.1.4.2 Resultado financeiro

Este indicador denota uma deterioração deste resultado em 48%, atingindo um valor positivo próximo de 657,1 milhões de euros.

Quadro – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

uni: Euro

Resultado Financeiro	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	890.635,54	1.270.232,22	42,62	657.121,99	-48,27

7.1.4.3 Resultado corrente

Quadro – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes

uni: Euro

Resultado Corrente	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	-1.237.226,52	-2.128.882,30	72,07	-8.042.876,27	277,80

O quadro apresentado demonstra que o resultado corrente sofreu uma deterioração expressiva (em 278%), apresentando-se negativo num montante ligeiramente superior a 8 milhões de euros.

7.1.4.4 Resultado Líquido do Exercício

Quadro – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes

uni: Euro					
Resultado Líquido do Exercício	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Resultado Líquido do Exercício	-2.456.249,12	-4.816.456,24	96,09	-5.634.632,95	16,99

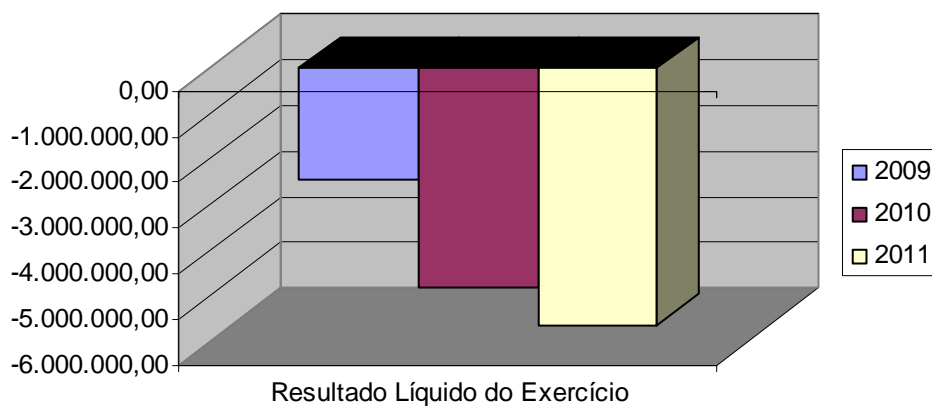
Sobre a interpretação do resultado não será consentâneo quer com os objectivos das autarquias locais, quer sob a óptica conceptual, a associação do R.L.E., ao termo lucro ou prejuízo, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos munícipes, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efectuada com base nos conceitos vigentes para o sector privado.

Importa ainda destacar a ausência de doutrina que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade do POCAL e a especificidade das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o sector privado.

Porém, será importante constatar que esta autarquia continua a evidenciar a existência de um resultado líquido do exercício negativo, o qual, em 2011 se agravou substancialmente (variação absoluta negativa na ordem dos 818,2 mil euros), tendo-se situado superior a 5,6 milhões de euros.

Neste contexto será de reportar o efeito decorrente do aumento dos custos inerentes à constituição de provisões (influência apurada num valor ligeiramente superior a 2,3 milhões de euros). Deste modo, se excluía a influência decorrente da constituição de provisões, na medida em que se tratam de custos que poderão não ocorrer, o resultado líquido do exercício de 2011 seria negativo em 2.375.968,33 euros, ou seja denotando uma melhoria deste resultado em 1.527.112,39 euros, face aos 3.903.080,69 euros negativos apurados para 2010, por aplicação do mesmo critério de exclusão.

Gráfico - Resultado Líquido do Exercício



7.2 Análise da Situação Financeira

7.2.1 Condições Financeiras

Fundo de Maneio

O fundo de maneo pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de activos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afectar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado indica que o passivo corrente não se encontra coberto pelo activo corrente. Desta forma, o fundo de maneo reflecte-se num valor negativo, indicando que a curto prazo a autarquia irá ter alguma dificuldade em fazer face ao exigível a curto prazo.

Em 2011, este indicador sofreu uma deterioração, pelo que o valor negativo apresentado se situou na ordem dos 8,4 milhões de euros, ou seja, evidenciando uma variação absoluta negativa, face ao ano anterior, na ordem dos 796,7 mil euros.

Quadro – Mapa de condições financeiras

Designações	Exercícios	
	2011	2010
(Fundo de Maneio)	-8.403.252,04 €	-7.606.580,27 €
(Cash Flow Estático (MLL))	8.263.836,46 €	6.537.503,93 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	3,36	3,61
1.2 Autonomia	0,70	0,72
1.3 Estabilidade (s.r.)	2,36	2,61
2. Estrutura do Activo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,70	0,72
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,81	0,85
2.3 Peso Relativo do A.I. no Activo Total	93,54%	93,87%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	0,49	0,49
3.2 Liquidez Reduzida	0,47	0,47
3.2 Participação - Existências no Activo Corrente	3,66%	3,83%
3.4 Financiamento do Activo Corrente	-1,05	-1,03
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,42	0,38
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	-0,20	-0,27
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	8,49	9,44
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,25	0,25
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,11	0,12
4.6 Racio de envelhecimento do Imobilizado	0,28	0,25

Cash Flow Estático

O cash flow revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.. O ano de 2011 denota uma variação positiva deste indicador, o qual se situa agora na ordem dos 8,3 milhões de euros.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta um bom nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.). Quanto à autonomia, o valor supera a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

Estrutura do Activo

No que diz respeito à estrutura do ativo, regista-se um aumento da cobertura do ativo imobilizado em capitais permanentes. O peso relativo do ativo imobilizado no ativo total é bastante pronunciado, denotando um valor de 94%.

Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados demonstram uma estabilidade destes indicadores, evidenciando a ocorrência de valores manifestamente débeis. Desta forma, salienta-se a existência de dificuldades em satisfazer os compromissos de curto prazo.

A representatividade das existências no total do activo corrente registou uma ligeiríssima variação, significando, em 31 de dezembro, 3,7% deste total.

O financiamento do activo corrente agravou ligeiramente sua negatividade, reflectindo o agravamento e o teor do fundo de maneo obtido

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento denota uma ligeira deterioração. Importa observar que o valor apresentado é inferior à unidade (1), pelo que, segundo este indicador, a autarquia dispõe de uma boa capacidade de endividamento. Contudo, convém ainda mencionar que a capacidade de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida na Lei das Finanças Locais, pelo que para melhor compreensão se aconselha leitura atenta ao ponto 6.2 do presente documento (cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento).

O financiamento do fundo de maneo pelo passivo de financiamento permanece negativo, embora tenha sofrido uma melhoria.

O grau de dependência do activo líquido total face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo reflecte que 11% do activo líquido total se deve a financiamento externo.

A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor reduzido, indiciando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

7.2.2 Dívidas de terceiros

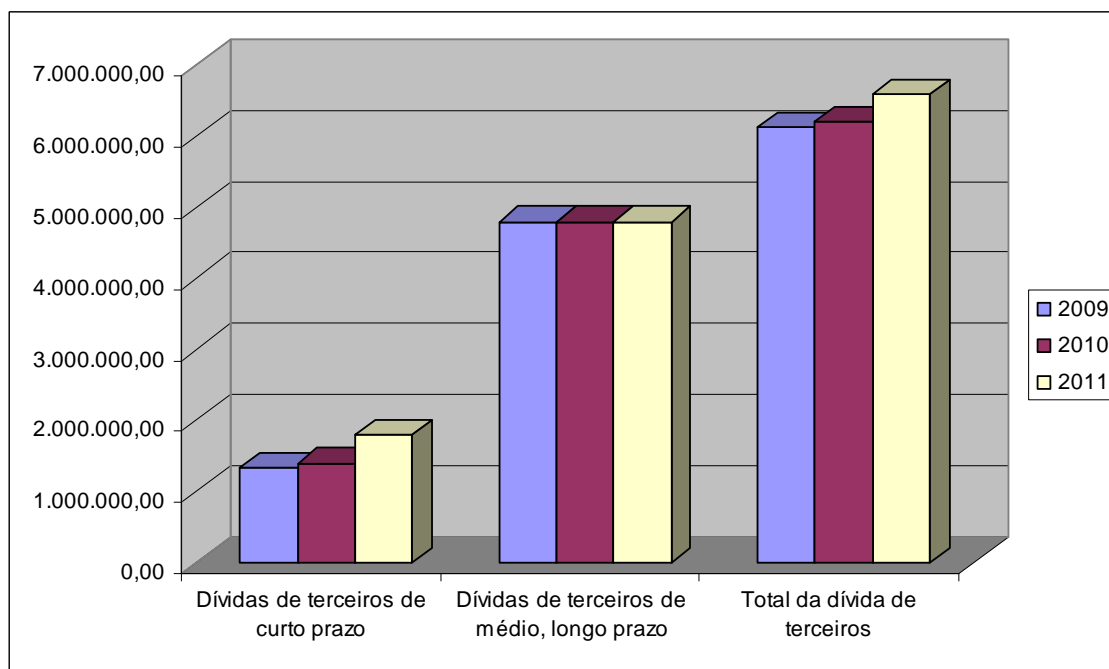
No que concerne a dívidas de terceiros de curto prazo, estas situam-se na ordem de 1,8 milhões de euros, tendo sofrido um aumento em 29%. De salientar que a dívida respeitante a alienação de activos à entidade MaisOurém se considerou de médio longo prazo, face ao teor do contrato subjacente.

O volume total das dívidas de terceiros ascendeu a um valor na ordem dos 6,6 milhões de euros, apresentando, em termos absolutos, uma variação positiva em 400,7 mil euros.

Quadro – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	1.326.226,33	1.400.043,71	5,27	1.800.735,95	28,62
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes c/c	48.148,22	15.876,99	-203,26	4.089,79	-74,24
Contribuintes c/c	173.307,62	0,00	--	405.392,74	--
Utentes, c/c	391.686,05	115.441,48	-239,29	148.917,87	29,00
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	--	974.023,40	--
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	--	0,00	--
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	--	0,00	--
Administração autárquica	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros Devedores	713.084,44	1.268.725,24	43,80	1.242.335,55	-2,08
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	4.801.500,00	4.801.500,00	0,00	4.801.500,00	0,00
Total da dívida de terceiros	6.127.726,33	6.201.543,71	1,19	6.602.235,95	6,46

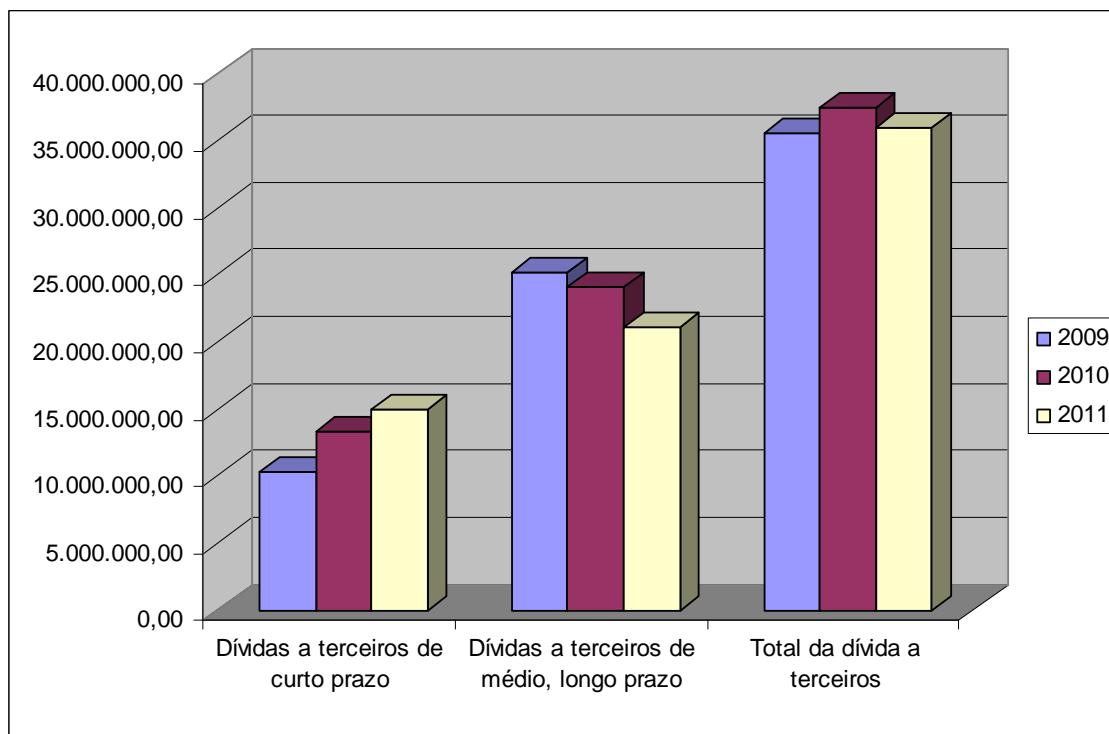


7.2.3 Dívidas a terceiros

Quadro – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	10.348.174,21	13.336.957,02	22,41	14.920.443,71	10,61
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	–	0,00	–
Empréstimos de m/l prazo (amort. prox. 12 meses)	3.080.362,23	3.070.492,20	-0,32	3.081.379,38	0,35
Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	–	0,00	–
Fornecedores, c/c	1.265.143,01	2.395.843,80	47,19	1.878.274,37	-27,56
Fornecedores, c/c - Facturas em recepção e conferência	2.056.420,18	1.519.404,46	-35,34	3.245.935,96	53,19
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	–	0,00	–
Clientes e utentes c/cauções	25.256,73	27.567,83	8,38	26.829,59	-2,75
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	–	0,00	–
Fornecedores de imobilizado, c/c	2.861.877,29	1.871.963,69	-52,88	2.518.744,93	25,68
Estado e outros entes públicos	191.578,72	196.407,63	2,46	149.775,54	-31,13
Administração autárquica	259.188,88	282.602,94	8,29	265.045,23	-6,62
Outros Credores	373.097,17	3.162.810,51	88,20	2.933.084,89	-7,83
Cedências de crédito a instituições financeiras	0,00	2.574.583,57	100,00	2.330.455,71	-10,48
Fornecedores de imobilizado - Fact. em recepção e conferência	235.250,00	809.863,96	70,95	821.373,82	1,40
Dívidas a terceiros de médio, longo prazo	25.191.139,48	24.071.807,02	-4,65	21.086.293,51	-14,16
Dívidas a instituições de crédito	23.358.244,76	21.887.994,31	-6,72	19.367.902,72	-13,01
Dívida a fornecedores imobilizado - locação financeira	282.894,72	158.812,71	-78,13	33.390,79	-375,62
Dívidas a fornecedores Imobilizado - aquis. mlp	1.550.000,00	2.025.000,00	23,46	1.685.000,00	-20,18
Total da dívida a terceiros	35.539.313,69	37.408.764,04	5,00	36.006.737,22	-3,89



No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, denota-se um acréscimo destas em 10,6%, as quais ascenderam, em 2011, a um valor ligeiramente superior a 14,9 milhões de euros, evidenciando um aumento absoluto próximo de 1,6 milhões de euros. Se excluído o montante reportado referente à amortização de empréstimos de médio longo prazo que irá ocorrer nos próximos 12 meses (pelo que transita a sua influência para o curto prazo), teremos uma dívida a terceiros de curto prazo na ordem dos 11,8 milhões de euros.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam uma diminuição em 14,2% que, em termos absolutos, significou uma quebra próxima de 3 milhões de euros. No cômputo geral, as dívidas desta natureza situam-se em 21,1 milhões de euros (24,2 milhões se acrescido o montante em dívida de empréstimos de médio e longo prazo que serão amortizados nos próximos 12 meses, razão pela qual surgem expostos nas dívidas a terceiros de curto prazo).

O valor total das dívidas a terceiros apurado situa-se na ordem dos 36 milhões de euros, apresentando uma diminuição em 3,9%, face ao valor registado em 2010 (quebra absoluta na ordem de 1,4 milhões de euros).

8. Contabilidade de custos

Enquadramento

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) veio estabelecer a obrigatoriedade da Contabilidade de Custos (CC) no apuramento dos custos de funcionamento das autarquias locais (ponto 2.8.3 do DL 54-A/99 de 22/2).

Este ramo da contabilidade, por um lado, facilita o conhecimento da realidade económica e técnica do Município a fim de efectuar um adequado controlo de gestão e, por outro lado, fornece informação económica de carácter analítico, auxiliando no processo de planificação e tomada de decisão dos gestores e administradores municipais.

Os grandes objectivos de um sistema da Contabilidade de Custos nas Autarquias Locais são os seguintes:

- a) Valorizar o custo das actividades e da prestação de serviços públicos, em relação aos quais se vai exigir como contraprestação taxas, tarifas e preços;
- b) Apoiar a tomada de decisão sobre a produção de bens ou sobre a prestação de serviços;
- c) Valorizar os activos gerados pela actividade do sector público;
- d) Analisar, numa perspectiva de eficiência, o uso dos recursos públicos;
- e) Proporcionar informação adequada ao gestor;
- f) Tendo em conta as finalidades que se pretendem atingir com a implementação deste sistema contabilístico, este deve:
- g) Fornecer informação adequada para valorizar os inventários e os trabalhos para a própria instituição;
- h) Informar sobre o custo dos produtos de actividades com fins lucrativos e compará-los com as receitas obtidas na sua venda;
- i) Realizar a planificação e controlo dos processos para avaliar responsabilidades;
- j) Informar sobre o custo por actividades e/ou centros de responsabilidade;

A implementação da Contabilidade de Custos no Município de Ourém ocorreu no ano 2009, pelo que este foi o terceiro ano em que se dispôs deste importante instrumento de gestão pelo que, em 2011, continuou-se a melhorar a aprofundar este sistema de Contabilidade, o que permitiu o apuramento dos custos do Município por funções, Centros de Responsabilidade e por Bens e serviços.

Todos os custos (óptica económica) do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos directos, indirectos e não incorporáveis.

O Município de Ourém optou por tratar também os proveitos, embora o POCAL não exija o seu registo. Os proveitos são reconhecidos quando estes são obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respectivos custos directos e indirectos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeira.

A imputação dos custos indirectos foi efectuada, após o apuramento dos custos directos por função através de coeficientes.

O coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada função corresponde à percentagem do total dos respectivos custos directos no total geral dos custos directos apurados em todas as funções.

O coeficiente de imputação dos custos de cada bem ou serviço corresponde à percentagem do total dos respectivos custos directos no total dos custos directos da função em que se enquadram.

Os custos indirectos de cada função resultam da aplicação do respectivo coeficiente de imputação ao montante total dos custos indirectos apurados.

Os custos indirectos de cada bem ou serviço obtêm-se aplicando ao montante do custo indirecto da função em que o bem ou serviço se enquadra o correspondente coeficiente de imputação dos custos indirectos.

Apuramento de resultados da Contabilidade de Custos

Através da análise dos resultados finais produzidos pela aplicação AIRC/SCA relativa aos quadros CC7 – apuramento de custos por bens, serviços e CC9 – apuramento de custos por funções e relação de movimentos, procedemos à construção de alguns mapas que consideramos mais relevantes na actividade do município. É de referir que da análise do resultado dos mapas CC's atrás referidos, não foram incluídos os custos indirectos, pelo facto destes serem superiores a 50% dos custos directos e poderem vir a desvirtuar a análise dos dados.

A Função Administração Geral compreende os custos com as actividades de âmbito geral do município, apresentando-se os centros de custos com maior relevância.

Quadro – Centros de custos de Administração Geral

Administração Geral					
	2009	2010	Var. (%)	2011	Var. (%)
Actas	21.212,39 €	16.709,43 €	-26,95	13.870,96 €	-20,46
Processo eleitoral	7.265,57 €	23.654,42 €	69,28	5.740,77 €	-312,04
Recepção e registo de correspondência	7.580,82 €	23.802,25 €	68,15	21.227,44 €	-12,13
Formação de Pessoal	7.187,87 €	46.834,16 €	84,65	5.032,73 €	-830,59
Reparação/Manutenção de edifícios Municipais	--	21.977,66 €	--	73.921,31 €	70,27
Limpeza de Instalações Municipais	--	62.077,99 €	--	65.032,75 €	4,54
Patrocínio Jurídico	--	--	--	94.190,44 €	--
Gastos Gerais do Executivo e Gab. de Apoio	--	--	--	436.434,30 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Tec. Inform. e Comunicação	--	--	--	18.954,58 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Obras Particulares	--	--	--	12.346,05 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Gestão Financeira	--	--	--	52.376,60 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Planeamento Estratégico	--	--	--	7.538,05 €	--
Gastos Gerais da Divisão Ad. e Recursos Humanos	--	--	--	17.592,36 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Apoio Jurídico	--	--	--	11.013,60 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Pla. e Orden. o Território	--	--	--	15.391,53 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Estudos e Projectos	--	--	--	30.393,22 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Obras Municipais	--	--	--	11.215,41 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Estudos e Projectos	--	--	--	82.478,71 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Ed. Desp. e Tempos Livres	--	--	--	36.310,60 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Acção Social	--	--	--	4.071,83 €	--
Gastos Gerais da Divisão de Acção Cultural	--	--	--	47.180,16 €	--

Podemos verificar que a maior variação ocorreu com a formação de pessoal, tendo esta uma variação negativa bastante acentuada.

Em 2011, foram criados alguns Centros de Custos, onde foram imputados todos os gastos gerais de cada Divisão, de acordo com a Orgânica do Município. É de ressaltar o facto de em Julho ter ocorrido alteração ao organograma do Município, tendo abolido e fundido algumas divisões, contudo, o sistema informático da AIRC utilizado no Município de Ourém não permite que ocorram modificações, e de forma a podermos fazer análises anuais, optamos por manter a descrição durante o ano 2011 e fazer essas alterações apenas em 2012.

Disposições complementares no âmbito da contabilidade de custos

Face à extensa lista de dados que são dispostos por esta valência, no decurso de 2011, serão efectuadas análises pormenorizadas por área, circunstância que permitirá uma avaliação exaustiva dos custos e proveitos referentes a cada actividade municipal, numa perspectiva de facultar importantes elementos que auxiliem as tomadas de decisões, numa óptica de uma sustentabilidade do Município de Ourém, a médio prazo.

A função protecção civil e luta contra incêndios compreende os serviços de prevenção, combate a incêndios e socorro às populações, bem como subsídios concedidos às instituições que prosseguem tais objectivos.

Protecção civil e luta contra incêndios					
	2009	2010	Var. (%)	2011	Var. (%)
Associação Humanitário Bombeiros Voluntários de Caxarias	0	19.685,33 €	100	88.014,89 €	77,63
Associação Humanitário Bombeiros Voluntários de Fátima	0	27.578,43 €	100	71.696,04 €	61,53
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém	0,00 €	114.035,35 €	100,00	166.277,78 €	31,42

A função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino reúne todos os apoios a estudantes em matéria de transportes escolares, bem como a recuperação, conservação e manutenção dos edifícios escolares.

Ensino não superior/Serviços auxiliares de ensino					
	2009	2010	Var. (%)	2011	Var. (%)
Prolongamento de horário	232.438,17 €	220.262,14 €	-5,53	298.333,01 €	26,17
Fornecimento de refeições pré escolar	256.246,59 €	285.807,27 €	10,34	377.580,01 €	24,31
Actividades de enriquecimento escolar	464.828,26 €	382.588,67 €	-21,50	190.375,77 €	-100,97
Enriquecimento Curricular áreas inic. ao desp. e artes	60.058,34 €	99.115,58 €	39,41	277.553,27 €	64,29
Fornecimento de refeições Ensino Básico	435.003,45 €	411.088,53 €	-5,82	526.999,02 €	21,99
Transporte pré-escolar e 1º CEB	699.330,90 €	224.499,39 €	-211,51	580.104,83 €	61,30
Transporte de alunos para as refeições	17.380,48 €	47.805,14 €	63,64	38.750,15 €	-23,37
Transportes alunos p/ piscinas - 1º CEB	6.449,25 €	13.210,44 €	51,18	32.725,42 €	59,63
Transportes alunos p/ piscinas - Pré-escolar	1.148,72 €	3.630,49 €	68,36	3.512,61 €	-3,36
Transporte escolar 2º e 3º ciclos	152.283,89 €	449.992,30 €	66,16	560.177,17 €	19,67
Transporte escolar Secundário e Profissional	135.267,53 €	348.452,49 €	61,18	272.376,61 €	-27,93
Visitas de estudo	11.938,50 €	25.894,22 €	53,90	65.473,18 €	60,45
Manutenção de espaços verdes nas escolas	132.608,87 €	83.985,83 €	-57,89	110.531,87 €	24,02
Recolha de efluentes e limpeza de fossas	1.385,60 €	1.134,40 €	-22,14	5.261,52 €	78,44
Reparação e Manutenção das escolas	56.824,90 €	110.146,41 €	48,41	40.251,07 €	-173,65
Aquecimento das escolas	36.087,45 €	50.712,87 €	28,84	39.382,57 €	-28,77
Parque escolar	--	--	--	170.840,04 €	--
Encargos com instalações escolares	--	--	--	188.678,81 €	--

Da análise ao quadro acima, verifica-se que houve uma variação negativa bastante acentuada no centro de custo – Actividades de enriquecimento escolar e uma variação inversa no centro de custo enriquecimento curricular áreas de iniciação ao desporto e artes. Esta situação deve-se ao facto de durante o ano 2011 se ter efectuado uma distinção firme nestes dois centros de custos, de forma a conseguirmos prestar informação no âmbito do Fundo Social Municipal.

Importa também referir que a variação negativa que houve no centro de custos Reparação e Manutenção das escolas, se deve ao facto de se ter elaborado um contrato-programa com a empresa Municipal OurémViva, passando a denominar-se Parque escolar.

A função Acção social absorve designadamente subsídios a infantários, terceira idade, deficientes e a outras instituições de assistência e de solidariedade social.

Acção Social					
	2009	2010	Var. (%)	2011	Var. (%)
Centro Bem Estar e Social - Bairro	14.414,43 €	56.969,01 €	74,70	22.370,09 €	-154,67
APDAFF - Assoc. Prom. Din. Apoio à Família	18.496,50 €	135.347,83 €	86,33	320.295,05 €	57,74
Centro Desp. Social Cult. Cercal - Vales e Ninho Água	--	126.699,27 €	--	--	--
Centro de Apoio do Olival	--	35.136,55 €	--	35.136,55 €	0,00
Centro Social Paroquial de Freixianda	--	--	--	80.000,00 €	--

Destaca-se essencialmente os apoios concedidos a algumas instituições do concelho, no âmbito do PARES, que representam cerca de 66% no peso total da função.

A função saneamento compreende todo o sistema de drenagem de águas residuais.

Saneamento					
	2009	2010	Var. (%)	2011	Var. (%)
Exploração e manutenção de Etar's	371.303,69 €	439.299,62 €	15,48	726.077,76 €	39,50
Manutenção das redes e sistemas de saneamento	93.945,18 €	86.991,05 €	-7,99	85.464,84 €	-1,79

Na Função Resíduos Sólidos está representado a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos, que comparativamente a 2010 teve uma variação positiva de 1,14%.

Resíduos Sólidos					
	2009	2010	Var. (%)	2011	Var. (%)
Recolha, transporte e tratamento de RSU's	1.178.788,06 €	1.508.880,62 €	21,88	1.526.214,18 €	1,14

A Função Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, compreende a higiene pública, cemitérios e a protecção, conservação e valorização do património natural.

Sobre o quadro que seguidamente se apresenta importa referir que, no ano 2011, foi feita a distinção entre a manutenção de jardins municipais e parques, incluindo-se neste último a manutenção dos parques de merendas e a manutenção do parque linear, daí a variação negativa verificada na Manutenção de espaços verdes públicos.

Protecção do meio ambiente e conservação da natureza					
	2009	2010	Var. (%)	2011	Var. (%)
Limpeza Urbana					
Fátima	139.577,55 €	171.476,13 €	18,60	185.313,10 €	7,47
Ourém	102.199,93 €	123.585,60 €	17,30	142.854,76 €	13,49
Sedes de Freguesia	56.649,80 €	42.063,57 €	-34,68	47.330,04 €	11,13
Defesa do meio ambiente					
Manutenção de espaços verdes públicos	406.574,84 €	380.404,89 €	-6,88	150.414,67 €	-152,90
Gestão do Agroal	--	--	--	56.819,85 €	--
Gestão da Mata Municipal	--	--	--	33.251,03 €	--
Gestão e Promoção e Desenvolvimento Rural	--	--	--	131.975,37 €	--
Parques, jardins e outros espaços verdes públicos	--	--	--	339.754,91 €	--
Higiene Pública					
Recolha de animais abandonados	12.768,28 €	6.072,09 €	-110,28	3.101,69 €	-95,77
Sanitários públicos	14.714,42 €	14.713,57 €	-0,01	18.471,63 €	20,35

Relativamente à Função Cultura do Município, destacamos as seguintes actividades do programa cultural do município:

Cultura					
	2009	2010	Var. (%)	2011	Var. (%)
Festas de Ourém	89.685,21 €	136.499,24 €	34,30	103.353,28 €	-32,07
Via-sacra	8.824,73 €	8.704,13 €	-1,39	12.223,97 €	28,79
Passeio dos Idosos	40.081,08 €	20.568,50 €	-94,87	13.109,46 €	-56,90
Carnaval	--	39.563,41 €	--	19.270,55 €	-105,31
Galeria Municipal	8.379,47 €	22.716,24 €	63,11	36.532,42 €	37,82
Cine-Teatro	3.500,97 €	12.531,26 €	72,06	28.178,36 €	55,53

A actividade com maior peso são as Festas de Ourém, contudo, houve uma diminuição dos custos em cerca de 32 % em relação ao ano 2010.

O quadro abaixo indica a imputação dos custos dos bens da Função 331 – Transportes Rodoviários, cujas obras foram concluídas e efectuadas por administração directa e que dizem respeito a intervenções realizadas em diversas estradas e caminhos municipais.

Comunicações e transporte					
	2009	2010	Var. (%)	2011	Var. (%)
Rede Viária					
Freguesia de Alburitel	1.994,51 €	99.262,39 €	97,99	21.046,16 €	-371,64
Freguesia de Atouguia	39.533,39 €	28.076,51 €	-40,81	41.212,13 €	31,87
Freguesia de Casal dos Bernardos	5.495,69 €	39.714,22 €	86,16	19.559,03 €	-103,05
Freguesia de Caxarias	22.722,88 €	13.783,53 €	-64,86	39.911,99 €	65,47
Freguesia de Cercal	9.473,55 €	14.306,90 €	33,78	17.846,13 €	19,83
Freguesia de Espite	14.323,45 €	49.970,63 €	71,34	32.602,63 €	-53,27
Freguesia de Fátima	112.978,30 €	150.013,89 €	24,69	48.000,74 €	-212,52
Freguesia de Formigais	7.229,53 €	18.596,45 €	61,12	12.987,72 €	-43,18
Freguesia de Freixianda	13.476,58 €	60.386,51 €	77,68	14.591,98 €	-313,83
Freguesia de Gondemaria	3.388,98 €	94.420,13 €	96,41	15.766,74 €	-498,86
Freguesia de Matas	27.875,59 €	83.545,43 €	66,63	32.410,51 €	-157,77
Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias	72.871,14 €	64.120,08 €	-13,65	43.595,03 €	-47,08
Freguesia de N.ª S.ª da Piedade	62.356,92 €	62.736,37 €	0,60	50.728,94 €	-23,67
Freguesia de Olival	120.905,22 €	115.988,16 €	-4,24	35.514,37 €	-226,60
Freguesia de Ribeira do Fárrio	6.470,01 €	5.679,56 €	-13,92	3.941,72 €	-44,09
Freguesia de Rio de Couros	23.340,60 €	85.944,14 €	72,84	28.178,42 €	-205,00
Freguesia de Seica	9.349,32 €	49.323,95 €	81,05	10.404,28 €	-374,07
Freguesia de Urqueira	65.527,11 €	121.718,13 €	46,16	37.066,96 €	-228,37
Sinalização Viária do Concelho					
Sinalização semafórica	36.717,84 €	24.717,38 €	-48,55	45.350,20 €	45,50
Sinalização vertical diversa	102.375,54 €	78.162,64 €	-30,98	61.395,32 €	-27,31
Sinalização horizontal	40.791,77 €	21.054,93 €	-93,74	25.643,65 €	17,89

Relativamente à Função Mercados e Feiras, salientamos o serviço de Conservação e Manutenção do Mercado Municipal, por ser a actividade mais relevante da função.

Mercados e Feiras					
	2009	2010	Var. (%)	2011	Var. (%)
Mercado Municipal	55286,11	80.788,51 €	31,56687	138.217,31 €	41,55

Análise da Distribuição dos Custos

O POCAL não obriga à apresentação da Demonstração de Resultados por Funções, no entanto, esta permite analisar comparativamente o peso de cada função do Município, pelo que optamos pela sua apresentação.

Assim, no quadro abaixo está representado a distribuição dos custos do Município por Funções. A análise é feita de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das Funções tem na distribuição dos Custos Municipais.

Demonstração de Resultados por Funções

Função	2009		2010		Var.	2011		Variação Absoluta	Var. %
	Custos p/ função	%	Custos p/ função	%	%	Custos p/ função	%		
1 Funções Gerais	350.790,03 €	1,49	850.497,76 €	2,61	58,75	1.768.913,39 €	5,94	918.415,63 €	107,99
110 Serviços gerais de administração pública									
111 Administração geral	298.130,14 €	1,26	561.694,61 €	1,73	46,92	1.306.672,37 €	4,39	744.977,76 €	132,63
120 Segurança e ordem públicas									
121 Protecção civil e luta contra incêndios	52.659,89 €	0,22	288.803,15 €	0,89	81,77	462.241,02 €	1,55	173.437,87 €	60,05
122 Polícia Municipal	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00		0,00 €	0,00	0,00 €	--
2 Funções Sociais	12.641.094,40 €	53,62	18.663.870,76 €	57,33	32,27	17.710.716,02 €	59,52	-953.154,74 €	-5,11
210 Educação									
211 Ensino não superior	4.295.372,78 €	18,22	5.905.472,24 €	18,14	27,26	5.385.091,65 €	18,10	-520.380,59 €	-8,81
212 Serviços auxiliares de ensino	655,42 €	0,00	1.324.118,41 €	4,07	99,95	1.888.612,28 €	6,35	564.493,87 €	42,63
220 Saúde	5.126,16 €	0,02	12.375,28 €	0,04	58,58	32.014,58 €	0,11	19.639,30 €	158,70
221 Serviços individuais de saúde	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
230 Segurança e acção sociais									
231 Segurança Social	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
232 Acção social	85.936,07 €	0,36	489.654,57 €	1,50	82,45	695.524,44 €	2,34	205.869,87 €	42,04
240 Habitação e serviços colectivos									
241 Habitação	87.490,99 €	0,37	82.125,64 €	0,25	-6,53	16.952,96 €	0,06	-65.172,68 €	-79,36
242 Ordenamento do território	505.465,98 €	2,14	1.139.648,93 €	3,50	55,65	384.312,75 €	3,50	-755.336,18 €	-66,28
243 Saneamento	1.715.293,27 €	7,28	2.114.866,44 €	6,50	18,89	1.982.758,51 €	6,50	-132.107,93 €	-6,25
244 Abastecimento de água	2.112.010,00 €	8,96	2.085.648,69 €	6,41	-1,26	1.959.005,34 €	6,41	-126.643,35 €	-6,07
245 Resíduos Sólidos	1.786.273,56 €	7,58	2.325.992,17 €	7,14	23,20	2.076.706,15 €	7,14	-249.286,02 €	-10,72
246 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	965.401,83 €	4,10	1.044.622,33 €	3,21	7,58	1.335.260,18 €	3,21	290.637,85 €	27,82
250 Serviços culturais, recreativos e religiosos									
251 Cultura	487.343,90 €	2,07	734.538,74 €	2,26	33,65	719.969,18 €	2,26	-14.569,56 €	-1,98
252 Desporto, recreio e lazer	588.838,20 €	2,50	1.394.615,32 €	4,28	57,78	1.230.535,34 €	4,28	-164.079,98 €	-11,77
253 Outras actividades cívicas e religiosas	5.886,24 €	0,02	10.192,00 €	0,03	42,25	3.972,66 €	0,03	-6.219,34 €	-61,02
3 Funções Económicas	10.509.314,20 €	44,58	13.020.117,08 €	39,99	19,28	10.271.665,12 €	34,52	-2.748.451,96 €	-21,11
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
320 Indústria e energia	954.718,32 €	4,05	1.117.632,46 €	3,43	14,58	1.129.574,53 €	3,43	11.942,07 €	1,07
330 Transporte e comunicações									
331 Transportes rodoviários	9.226.334,97 €	39,14	11.420.140,79 €	35,08	19,21	8.529.274,69 €	35,08	-2.890.866,10 €	-25,31
332 Transportes aéreos	4.155,62 €	0,02	877,87 €	0,00	-373,38	0,00 €	0,00	-877,87 €	-100,00
333 Transportes fluviais	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
340 Comércio e turismo									
341 Mercados e Feiras	126.192,58 €	0,54	160.477,76 €	0,49	21,36	293.605,33 €	0,49	133.127,57 €	21,36
342 Turismo	37.667,90 €	0,16	250.297,76 €	0,77	84,95	196.445,25 €	0,77	-53.852,51 €	-84,95
350 Outras funções económicas	160.244,81 €	0,68	70.690,44 €	0,22	-126,69	122.765,32 €	0,22	52.074,88 €	-126,69
4 Outras funções	73.563,09 €	0,31	23.269,65 €	0,07	-216,13	5.075,44 €	0,02	-18.194,21 €	-216,13
410 Operações da dívida autárquica	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
420 Transferências entre administrações	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
430 Diversas não especificadas	73.563,09 €	0,31	23.269,65 €	0,07	-216,13	5.075,44 €	0,02	-18.194,21 €	-216,13
TOTAL	23.574.761,72 €	100,00	32.557.755,25 €	100,00	27,59	29.756.369,97 €	100,00	-2.801.385,28 €	-8,60

Da análise da Demonstração de Resultados por funções, verifica-se que em relação a 2010 houve uma diminuição do total dos custos em termos brutos de 2.801.385.28€, o que representa em termos percentuais cerca de -8,60%.

À semelhança dos anos anteriores são as funções sociais que absorvem maior volume de recursos municipais, representando cerca de 59,62% dos custos do Município. No entanto, é a função 331 – Transportes Rodoviários (que abrange viadutos, construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais) que maior peso tem nos custos totais do município, seguida da função 211 – Ensino não Superior, que compreende toda a actividade relacionada com o ensino pré-escolar, básico, secundário. É de referir que nesta função estão também a ser incluídos todos os custos relacionados com o apoio de transportes escolares, recuperação e conservação das infra-estruturas escolares.

9. Consolidação das contas do município com as empresas municipais

Nos termos do n.º 1 do artigo 46º da Lei n.º 2/2007 (Lei das Finanças Locais), de 15 de Janeiro, “ *as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respectivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos*”.

Complementarmente, refere o n.º 2 do artigo anteriormente citado que “*os procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços dos municípios e das empresas municipais o intermunicipais são os definidos no POCAL*”. Ora, neste âmbito, verifica-se que o POCAL não dispõe de quaisquer procedimentos ou normativos adjacentes à referida consolidação, aguardando-se já há longo tempo que, o legislador, promova a elaboração e publicação dos referidos procedimentos.

Relativamente ao ano económico de 2007, não obstante as limitações decorrentes da ausência de procedimentos contabilísticos estabelecidos para a referida consolidação, bem como a circunstância de as empresas municipais adoptarem o POC e não o POC sectorial adstrito às autarquias locais (POCAL), facto que induz a necessidade de existência de uma matriz de consolidação entre os dois sistemas de contas (nunca publicado), o Município de Ourém, apresentou contas consolidadas com as empresas do sector local, nas quais detém a totalidade do capital.

No decurso de 2008, em contacto ocorrido com a DGAL, esta autarquia constatou que foi das únicas que (terão apresentado contas consolidadas, 3 municípios), relativamente à prestação de contas do ano económico de 2007, dispôs de consolidação de contas.

Consequentemente, face às condicionantes existentes (inexistência de procedimentos estabelecidos nem matriz de consolidação entre o POC e o POCAL), bem como o facto de a quase totalidade dos municípios não apresentarem consolidação (presume-se que decorre das limitações existentes já referidas), o Município de Ourém, não apresentou contas consolidadas em 2008.

Contudo, atendendo à pertinência das mesmas, pois permitem uma análise a todo o grupo autárquico do Município de Ourém, relativamente a 2009, voltaram-se a dispor contas consolidadas não obstante as limitações referenciadas.

Posteriormente foi publicada a Portaria n.º 474/2010 de 1 de Julho, a qual estabeleceu os princípios que devem estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas, no âmbito do POCP, referenciando que seria urgente enquadrar, em normativo específico, os princípios orientadores à consolidação de contas por parte do universo das administrações públicas.

Neste contexto, recentemente, o SATAPOCAL (subgrupo de apoio técnico na aplicação do POCAL, integrado na DGAL), elaborou instruções normativas tendo em vista a consolidação de contas pelos Municípios.

Face ao disposto, em 2011 o Órgão Executivo aprovou um Manual de Consolidação em observância do qual se apresentam as contas consolidadas referentes ao ano económico de 2011

9.1 Análise da Situação Económica

9.1.1 Condições Financeiras

Quadro – Mapa de Condições Económicas

Designações	Exercícios	
	2011	2010
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira ^(a)	-3,97%	-3,46%
1.2 Económica	-2,88%	-2,58%
1.3 Vendas	-251,14%	-271,70%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	-0,034	-0,033
2.2 Alavancagem	-0,07	-0,06
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	-0,03	-0,03
3. Rotações		
3.1 Rotação do Activo	0,011	0,010
3.2 Rotação do Activo Corrente	0,17	0,15
3.3 Rotação do Activo Imobilizado	0,012	0,010
4. Gestão		
4.1 de Matérias	2,53	3,19
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	122,0	36,1
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	102,4	79,7

a) Entendeu-se adoptar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprio

Rendibilidade

Os indicadores de rendibilidade denotam uma deterioração destes indicadores, estritamente relacionadas com o facto de o exercício de 2011 apresentar um resultado líquido do exercício negativo, mais expressivo que o ocorrido no ano anterior. Assim, a rendibilidade financeira situou-se em -3,97%, reflectindo a negatividade do resultado líquido do exercício obtido.

Equações fundamentais

A rendibilidade dos fundos próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu activo. Este rácio regista um valor negativo (-0,03), o qual deriva do resultado do exercício obtido.

A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2011 (-1,38) que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador, a existência de uma taxa de retorno dos capitais investidos negativa.

Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do activo. No entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da actividade do Município, bem como das entidades do setor empresarial local por esta autarquia participadas.

Gestão

O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias, regista um aumento substancial. Desta forma, o prazo médio de cobrança expresso

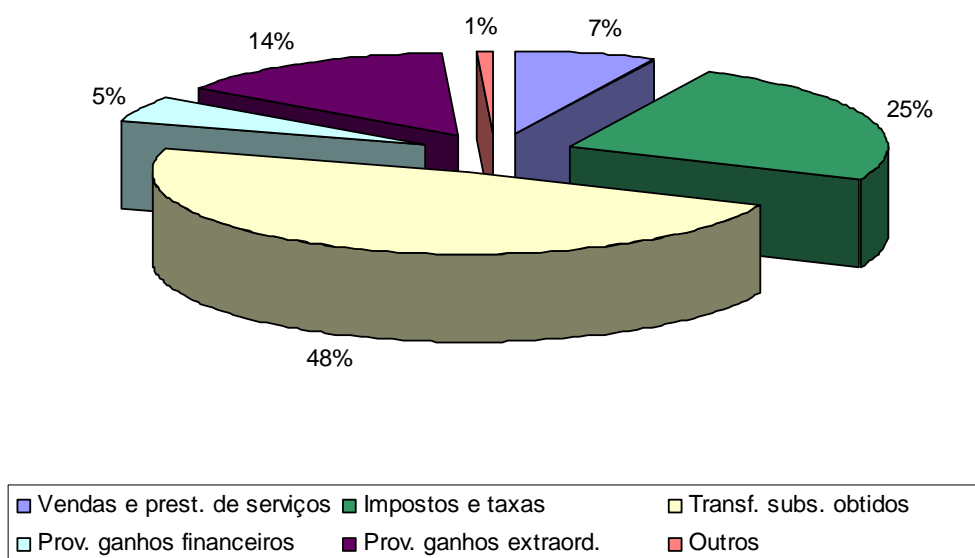
em dias situou-se na ordem dos 122 dias, essencialmente decorrentes de algumas dificuldades de cobrança no que concerne às áreas do saneamento e dos resíduos sólidos.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c indica uma deterioração deste indicador, pelo que o prazo médio de pagamentos, no decurso de 2011, situou-se em torno dos 102 dias (80 dias em 2010).

9.1.2 Proveitos

9.1.2.1 Estrutura dos proveitos

Gráfico - Estrutura de Proveitos



A estrutura dos proveitos demonstra que 48% destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assume relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento de Estado. Os impostos e taxas representam 25 % dos proveitos totais. Os proveitos e ganhos extraordinários e os proveitos e ganhos financeiros significam 14% e 5%, respetivamente, do cômputo do total de proveitos.

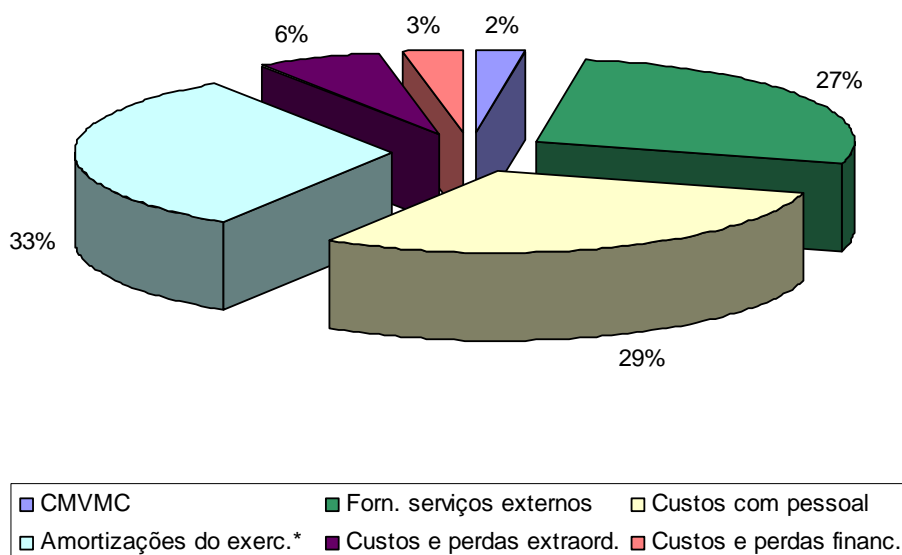
Os proveitos relativos à venda de bens e prestação de serviços significam 7% do total dos proveitos.

9.1.2.2 Evolução dos proveitos

9.1.3 Custos

9.1.3.1 Estrutura dos custos

Gráfico - Estrutura dos Custos



Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem as amortizações do exercício, os custos com pessoal e os fornecimentos e serviços externos, os quais representam, respectivamente, 33%, 29% e 27% dos custos totais.

Realce-se ainda o peso na estrutura dos custos e perdas extraordinárias (6%) e custos e perdas financeiras (3%).

9.1.3.2 Evolução dos custos

9.1.4 Resultados

9.1.4.1 Resultado operacional

O resultado operacional apresentou um aumento da sua negatividade em aproximadamente 175%. Desta forma, o resultado foi negativo, num valor ligeiramente superior a 8,8 milhões de euros.

Quadro – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes

uni: Euro

Resultado Operacional	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	-2.086.237,00	-3.206.965,00	53,72	-8.831.687,00	175,39

9.1.4.2 Resultado financeiro

Este indicador denota uma deterioração deste resultado em 48%, atingindo um valor positivo próximo na ordem dos 650,4 mil euros.

Quadro – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

uni: Euro

Resultado Financeiro	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	882.779,00	1.253.523,00	42,00	650.446,00	-48,11

9.1.4.3 Resultado corrente

Quadro – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes

uni: Euro

Resultado Corrente	2009	2010	var. (%)	2010	var. (%)
Total	-1.203.457,00	-1.953.442,00	62,32	-8.181.241,00	318,81

O quadro apresentado demonstra que o resultado corrente sofreu uma deterioração expressiva (em 319%), apresentando-se negativo num montante próximo de 8,2 milhões de euros.

9.1.4.4 Resultado Líquido do Exercício

Quadro – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes

uni: Euro					
Resultado Líquido do Exercício	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Total	-1.155.504,00	-5.053.189,00	337,31	-5.732.544,00	13,44

O Resultado Líquido do Exercício consolidado apresenta-se negativo, num montante ligeiramente superior a 5,7 milhões de euros, sendo relevante considerar o disposto no ponto 7.1.4.4 do presente documento.

9.2 Análise da Situação Financeira

9.2.1 Condições Financeiras

Fundo Maneio

O valor apresentado indica que o passivo corrente não se encontra coberto pelo activo corrente. Desta forma, o fundo de maneo reflecte-se num valor negativo, indicando que a curto prazo o Município de Ourém e as empresas por este participadas do setor empresarial local, irão ter alguma dificuldade em fazer face ao exigível a curto prazo.

Em 2011, este indicador sofreu uma deterioração, pelo que o valor negativo apresentado se situou na ordem dos 4,1 milhões de euros, ou seja, evidenciando uma variação absoluta negativa, face ao ano anterior, próxima de 1,2 milhões de euros.

Cash Flow Estático

O cash flow revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.. O ano de 2011 denota uma variação positiva deste indicador, o qual se situa agora na ordem dos 8,3 milhões de euros.

Quadro – Mapa de condições financeiras

Designações	Exercícios	
	2011	2010
(Fundo de Maneio)	-4.105.302,38 €	-2.932.083,00 €
(Cash Flow Estático (MLL))	8.287.070,00 €	6.522.128,00 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	3,31	3,58
1.2 Autonomia	0,70	0,72
1.3 Estabilidade (s.r.)	2,31	2,58
2. Estrutura do Activo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,70	0,72
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,80	0,84
2.3 Peso Relativo do A.I. no Activo Total	93,27%	93,67%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	0,77	0,81
3.2 Liquidez Reduzida	0,75	0,79
3.2 Participação - Existências no Activo Corrente	2,46%	2,67%
3.4 Financiamento do Activo Corrente	-0,31	-0,24
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,43	0,39
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	-0,45	-0,76
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	7,93	9,21
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,26	0,25
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,11	0,12
4.6 Racio de envelhecimento do Imobilizado	0,28	0,24

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta um bom nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.). Quanto à autonomia, o valor supera a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

Estrutura do Activo

No que diz respeito à estrutura do ativo, regista-se uma diminuição da cobertura do ativo imobilizado em capitais permanentes. O peso relativo do ativo imobilizado no ativo total é expressivo, denotando um valor de 93%.

Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados demonstram uma estabilidade destes indicadores, evidenciando a ocorrência de valores manifestamente débeis. Desta forma, salienta-se a existência de dificuldades em satisfazer os compromissos de curto prazo.

A representatividade das existências no total do activo corrente registou uma pequena variação, significando, em 31 de Dezembro, 2,5% deste total.

O financiamento do activo corrente agravou ligeiramente sua negatividade, reflectindo o agravamento e o teor do fundo de maneio obtido

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento denota uma ligeira deterioração. Importa observar que o valor apresentado é inferior à unidade (1), pelo que, segundo este indicador, a autarquia dispõe de uma boa capacidade de endividamento. Contudo, convém ainda mencionar que a capacidade de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida na Lei das Finanças Locais, pelo que para melhor compreensão se aconselha leitura atenta ao ponto 6.2 do presente documento

(cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento).

O financiamento do fundo de maneo pelo passivo de financiamento permanece negativo, embora tenha sofrido uma melhoria.

O grau de dependência do activo líquido total face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo reflecte que 11% do activo líquido total se deve a financiamento externo.

A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor reduzido, indiciando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

9.2.2 Dívidas de terceiros

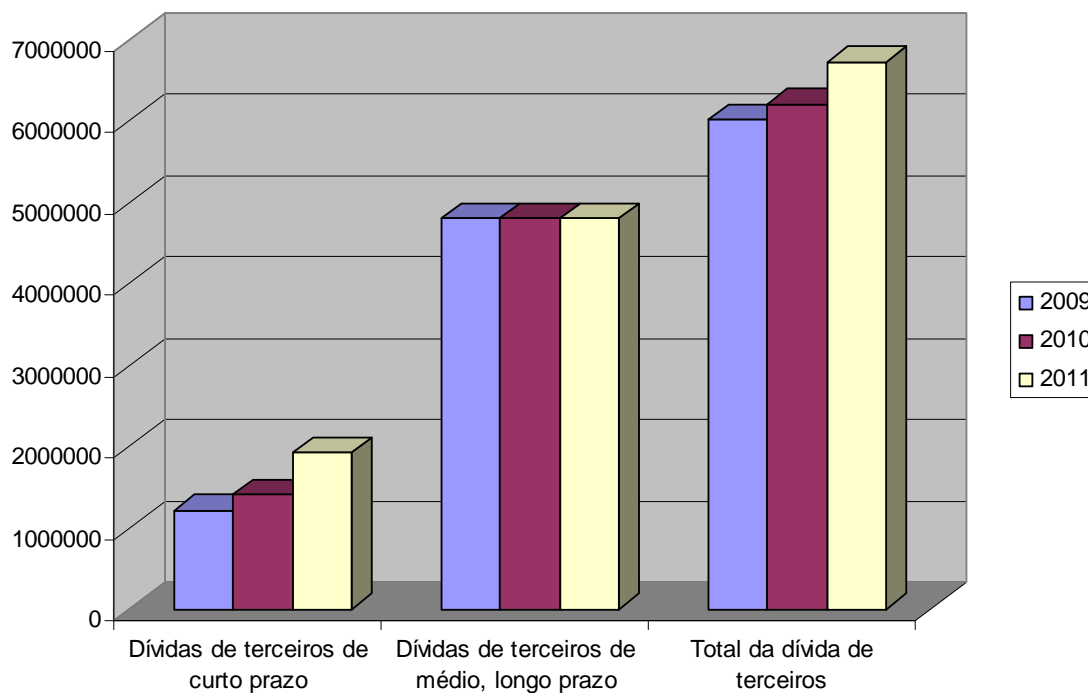
Quadro – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	1.218.324,00	1.412.906,00	13,77	1.930.633,00	26,82
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes c/c	132.113,00	66.459,00	-98,79	208.568,00	68,14
Contribuintes c/c	173.308,00	0,00	--	405.393,00	--
Utentes, c/c	391.686,00	115.441,00	-239,30	148.918,00	22,48
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores	127,00	127,00	0,00	49.258,00	99,74
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	--	0,00	--
Estado e outros entes públicos	18.523,00	7.552,00	-145,27	9.564,00	21,04
Administração autárquica	-259.189,00	0,00	--	0,00	--
Outros Devedores	761.756,00	1.223.327,00	37,73	1.108.932,00	-10,32
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	4.801.500,00	4.801.500,00	0,00	4.801.500,00	0,00
Total da dívida de terceiros	6.019.824,00	6.214.406,00	3,13	6.732.133,00	7,69

No que concerne a dívidas de terceiros de curto prazo, estas situam-se na ordem de 1,9 milhões de euros, tendo sofrido um aumento em 27%. De salientar que a dívida respeitante a alienação de activos à entidade MaisOurém se considerou de médio longo prazo, face ao teor do contrato subjacente.

O volume total das dívidas de terceiros ascendeu a um valor na ordem dos 6,7 milhões de euros, apresentando, em termos absolutos, uma variação positiva em 517,7 mil euros.



9.2.3 Dívidas a terceiros

No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, denota-se um acréscimo destas em 12,3%, as quais ascenderam, em 2011, a um valor próximo de 15,4 milhões de euros, evidenciando um aumento absoluto próximo de 1,9 milhões de euros.

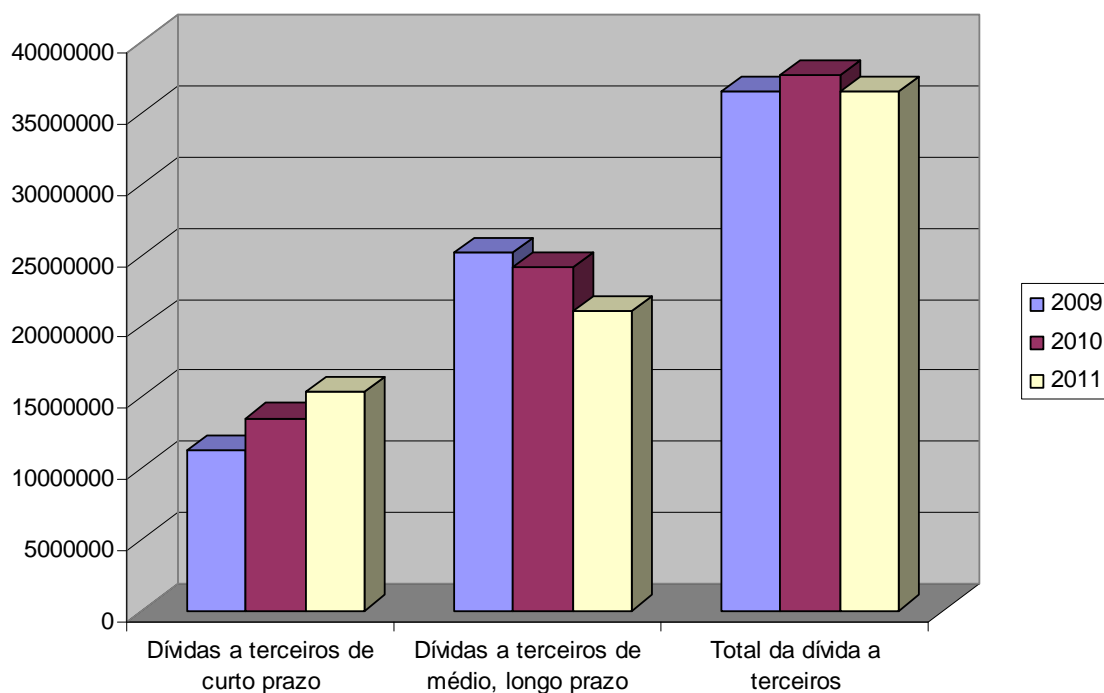
As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam uma diminuição em 14,6% que, em termos absolutos, significou uma quebra próxima de 3,1 milhões de euros. No

cômputo geral, as dívidas desta natureza situam-se na ordem dos 21 milhões de euros.

Quadro – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2009	2010	var. (%)	2011	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	11.268.792,23	13.504.494,00	16,56	15.393.608,38	12,27
Empréstimos de curto prazo	194.092,00	0,00	--	58.050,00	100,00
Dívidas a inst. de crédito (emp. de m/l prazo - amortiz. próx. 12 meses)	3.080.362,23	3.470.190,00	11,23	3.081.379,38	-12,62
Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores, c/c	1.327.998,00	2.278.602,00	41,72	2.060.828,00	-10,57
Fornecedores, c/c - Facturas em receção e conferência	1.700.423,00	1.066.123,00	-59,50	2.844.118,00	62,51
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes e utentes c/cauções	25.257,00	27.568,00	8,38	26.830,00	-2,75
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	543,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores de imobilizado, c/c	4.217.746,00	2.016.042,00	-109,21	3.695.791,00	45,45
Estado e outros entes públicos	263.061,00	295.660,00	11,03	359.249,00	17,70
Administração autárquica	0,00	282.603,00	100,00	265.045,00	-6,62
Outros Credores	459.310,00	4.067.706,00	88,71	3.002.318,00	-35,49
Cedências de crédito a instituições financeiras	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores de imobilizado - Fact. em recep. e conf.	0,00	0,00	--	0,00	--
Dívidas a terceiros de médio, longo prazo	25.182.139,77	24.121.783,00	-4,40	21.050.435,62	-14,59
Dívidas a instituições de crédito	23.358.244,77	21.887.994,00	-6,72	19.192.896,62	-14,04
Dívidas a fornecedores Imobilizado - aquis. mlp	1.823.895,00	2.233.789,00	18,35	1.857.539,00	-20,26
Total da dívida a terceiros	36.450.931,00	37.626.277,00	3,12	36.444.043,00	-3,24



O valor total das dívidas a terceiros apuradas situa-se na ordem dos 36,4 milhões de euros, apresentando uma diminuição em 3,2%, face ao valor registado em 2010 (quebra absoluta na ordem de 1,2 milhões de euros).

10. Outras disposições

10.1 Proposta de aplicação de resultados

Considerando que o Resultado Líquido do Exercício do Município de Ourém, referente a 2011, é negativo em 5.634.632.95€, não se propõe qualquer aplicação, devendo o mesmo permanecer em “Resultados Transitados”.

10.2 Evolução previsível da actividade

A evolução previsível da actividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico, e em particular, no Orçamento para 2012 e Opções do Plano para o quadriénio 2012-2015.

10.3 Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Após o término do ano económico em análise, não ocorreram factos relevantes dignos de registo.